UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – MPEDU

ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA

CARTOGRAFIAS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: GÊNERO, SOCIABILIDADES E PEDAGOGIA SOCIAL

CRATO/CEARÁ
2023

ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA

CARTOGRAFIAS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: GÊNERO, SOCIABILIDADES E PEDAGOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Práticas Educativas, Culturais e Diversidades. Sub linha: Gênero, sexualidades e diferenças nos processos educativos.

Orientadora: Dra. Iara Maria de Araújo

Co-orientadora: Dra. Antônia Eudivânia de Oliveira Silva

CRATO/CEARÁ

2023

ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA

CARTOGRAFIAS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: GÊNERO, SOCIABILIDADES E PEDAGOGIA SOCIAL

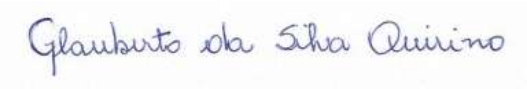
Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Práticas Educativas, Culturais e Diversidades. Sub linha: Gênero, sexualidades e diferenças nos processos educativos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Profa. Dra. Iara Maria de Araújo (Orientadora)
Universidade Regional do Cariri

Prof. Dra. Antônia Eudivânia de Oliveira Silva (Co-orientadora)
Universidade Regional do Cariri

Prof. Dr. Prof. Welison de Lima Sousa
Estácio/Idomed



Prof. Dr. Prof. Glauberto da Silva Quirino
Universidade Regional do Carri

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reverenciar e saudar aquelas/aqueles envolvidas/envolvidos com a minha vida, e sobretudo, com o processo de pesquisa findado nesse texto. Desse modo, agradeço à minha família, especialmente a Marleide, Maria e Mariluce, respectivamente mãe, avó e tia que mesmo nunca tendo pisado no chão universitário foram grandes mestres no quesito acolhimento e suporte, fonte de amor e carinho. Para Camila Abrantes, minha amada irmã e companheira de vida, agradeço imensamente.

Nessa linha, agradeço ao suporte afetivo oferecido tão generosamente por Érika Campos, Diana Lopes e Anderson Barbosa, amigos fundamentais nessa jornada, pessoas que me ensinam cotidianamente a ver a vida com olhos serenos e atentos para a beleza dos movimentos de existir, companhias para abrigamento e renovação da esperança, ombros dispostos a sorrir, chorar e sonhar juntos. Saúdo também Welison Sousa em suas escritas e conversas inspiradoras, que além de colo amigo, é um pesquisador igualmente interessado nas tramas urbanas configuradas pela população em situação de rua, costurando reflexões ao meu lado sobre a diversidade de realidades das vidas nas ruas juazeirenses.

Aos profissionais preocupados em atender as necessidades e problemáticas vinculadas a população em situação de rua, muito obrigada, vocês fazem fissuras e fraturas em uma sociedade que busca furiosamente excluir toda e qualquer vida desviante, incluindo as mulheres em situação de rua. Nesse sentido, também se faz imprescindível agradecer a essas mulheres, engajadas nessa pesquisa e confiantes em narrar as suas vidas, sem vocês essa pesquisa literalmente não existiria. Por fim, mas muito longe de ser menos importante, saúdo as orientações, nas figuras de Iara Maria e Eudivânia Oliveira pelas generosas contribuições a dissertação de mestrado e ao produto educacional. Para todas as mulheres que um dia me ampararam e até para aquelas que não cheguei a conhecer, mas que lutaram fortemente para que enquanto mulher, hoje, eu tenha direito e espaço de falar, agradeço infinitamente, todas as palavras escritas aqui homenageiam as reivindicações feministas.

Dedico todas essas linhas escritas às mulheres em situação de rua e aos diferentes circulamentos pelas encruzilhadas das cidades, tecendo formas de ser e existir nesse mundo.

RESUMO

As mulheres em situação de rua estão situadas em territórios diferenciados, tendo a cidade como palco para suas formas de vida, vivendo vulnerabilidades opressivas e potências de ação. Nesse sentido, a pesquisa se propõe a analisar narrativas de mulheres em situação de rua em Juazeiro do Norte, com ênfase em suas experiências educativas a partir de pedagogias sociais, em intersecção com os marcadores de gênero, classe, raça e territorialidade. A intenção é perceber as estratégias de resistência e sobrevivência das mulheres na rua, investigando a rede de relações sociais das existências femininas nas ruas além de mapear os dispositivos educativos presentes em políticas sociais da cidade juazeirense, bem como em seus programas, políticas e serviços voltados para as mulheres em situação de rua. O estudo apresenta uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, utilizando-se da cartografia como método, ancorada em Deleuze e Guattari (2011), considerando que a realidade pode ser compreendida como mapa construído por linhas em movimento, (re)produzindo corporeidades, dispositivos de poder-saber e modos de resistência. A caminhada começou pelo Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP), política pública nuclear de apoio jurídico, psicológico e social para usuárias/es/os, e seguiu mapeando outras políticas públicas e espaços habitados por mulheres em situação de rua: Abordagem Social, Pousada Social, Associação Beneficente Maria Villac (ABEMAVI), Consultório na Rua e Casa da Mulher Cearense. A observação participante, as entrevistas narrativas e diários de campo são ferramentas de coleta de dados, junto a análise do discurso para a reflexão sobre as informações e vivências. Enquanto resultados da pesquisa, destacamos a teia de relações pedagógicas sociais oscilando entre violências e resistências, as instituições de amparo a essas mulheres constituem formas de amparo social, enfrentando também dificuldades e marginalizações ao se solidarizarem frente a um grupo cotidianamente excluído. Os saberes das mulheres em situação de rua são diretamente tecidos pela relação com as ruas, desembocando em temáticas como abandono familiar, maternidade, formação de relações amorosas heterossexuais, drogadição, transfobia, estratégias para sobreviver nas ruas e perseverança pela fé como principais características encontradas nas narrativas. Logo, insistimos sobre a enorme necessidade de olhar para esses saberes no intuito de colaborar para a construção de práticas educativas emancipatórias e acolhedoras perante as vidas nas ruas.

Palavras-chave: Mulheres em situação de rua. Juazeiro do Norte. Sociabilidades. Pedagogia social.

ABSTRACT

Homeless women are located in different territories, with the city as the stage for their ways of life, experiencing oppressive vulnerabilities and powers of action. In this sense, the research proposes to analyze narratives of homeless women in Juazeiro do Norte, with emphasis on their educational experiences based on social pedagogies, in intersection with markers of gender, class, race and territoriality. The intention is to understand the resistance and survival strategies of women on the street, investigating the network of social relations of female existences on the streets, in addition to mapping the educational devices present in social policies of the city of Juazeiro, as well as in its programs, policies and services aimed at for women living on the street. The study presents a qualitative, descriptive-exploratory approach, using cartography as a method, anchored in Deleuze and Guattari (2011), considering that reality can be understood as a map constructed by moving lines, (re)producing corporeities , power-knowledge devices and modes of resistance. The walk began with the Specialized Reference Center for Homeless People (CENTRO POP), a core public policy for legal, psychological and social support for users, and continued mapping other public policies and spaces inhabited by women in situation of homelessness. street: Abordagem Social, Pousada Social, Associação Beneficente Maria Villac (ABEMAVI), Office in the Street and Casa da Mulher Cearense. Participant observation, narrative interviews and field diaries are data collection tools, along with discourse analysis for reflection on information and experiences. As research results, we highlight the web of social pedagogical relationships oscillating between violence and resistance, the institutions that support these women are forms of social support, also facing difficulties and marginalization when showing solidarity with a daily excluded group. The knowledge of women living on the street is directly woven by their relationship with the streets, leading to themes such as family abandonment, motherhood, formation of heterosexual love relationships, drug addiction, transphobia, strategies to survive on the streets and perseverance through faith as the main characteristics found in the narratives. Therefore, we insist on the enormous need to look at this knowledge in order to collaborate in the construction of educational practices that are emancipatory and welcoming to life on the streets.

Keywords: Street women. North Juazeiro. Sociability. Social pedagogy.

LISTA DE SIGLAS

ABEMAVI	Associação Beneficente Madre Maria Villac
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial para álcool, crack e outras drogas
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência de Assistência Social
CTs	Comunidades terapêuticas
FAC	Filhos Amados do Céu
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPSR	Política Nacional para a Inclusão de Pessoas em Situação de Rua
RM CARIRI	Região Metropolitana do Cariri
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Caracterização do estado do Ceará..... 37

FIGURA 2 Interseccionalidade em Crenshaw..... 47

FIGURA 3 Mapa cartográfico das mulheres em situação de rua em Juazeiro do Norte 67

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Trilhas cartográficas..... 22

QUADRO 2 Serviços disponibilizados e dificuldades enfrentadas..... 98

SUMÁRIO

1	**ROTAS INTRODUTÓRIAS**	12
2	**APONTAMENTOS E MAPAS METODOLÓGICOS**.....	22
2.1	Apresentação do campo.....	33
3	**VIVER NAS RUAS: POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL**.....	38
4	**MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: INTERSECCIONALIDADES, BIOPODER E SOCIABILIDADES.....**	46
5	**POLÍTICAS PÚBLICAS, DISPOSITIVOS E PEDAGOGIAS SOCIAIS.....**	57
5.1	"O meu lugar é cercado de luta e sor, esperança de um mundo melhor": trânsitos em ruas de Juazeiro do Norte	64
5.2	"Qualquer brisa verga, mas nenhuma espada corta": políticas públicas e instituições de amparo as mulheres em situação de rua.....	67
5.3	"Eis o melhor e o pior de mim, o meu termômetro e o meu quilate": refletindo sobre as pedagogias.....	86
5.3.1	Rede de Atenção Psicossocial em seus serviços entraves e dificuldades de trabalho.....	87
5.3.2	Contatos, sociabilidades e práticas pedagógicas com as mulheres em situação de rua.....	109
6	**MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: INTERSECCIONALIZANDO NARRATIVAS…….....……..…….**	119
6.1	"A saudade é o revés de um parto": laços sociais entre maternidade, abandono e trabalho.....	119
6.2	"Pela lei natural dos encontros, eu deixo e recebo um tanto": a vida nas ruas juazeirenses, violências, pedagogias sociais e o amparo institucional.....	136
6.3	"Sou eu que mando, sou eu queimando": relações amorosas, drogadição e enfrentamentos.....	152
7	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....	168
REFERÊNCIAS.....		170
ANEXOS.....		180

Estancar o desejo. Correr de. Para.
Como se fugir não fosse outro modo de ir até ele.
Deixar também o desejo escapar.
Deixar escoar, não todo.
Beber goles miúdos,
ou se banhar inteira, ou quase.
Saber do desejo, ainda que não se saiba.
Mudar a rota, contornar fugas.
Se fazer encontro. Sustentar partidas.
Fazer da coisa, coisa outra ou ela mesma.
Tenho medo de arriscar interrogações.
Tenho medo de entendê-las.
O atrevimento de palavras.
A insistência em silêncios.
Cravejar cada letra-rachadura na tentativa de dizer, o quê?
Dizer meu corpo.
Quero fazer fresta. Deixa?

Diana Lopes

1 ROTAS INTRODUTÓRIAS

Apresentar e problematizar o tema e o campo de pesquisa é um movimento de olhar para os pés, alicerçar raízes e vislumbrar travessias. Juazeiro do Norte é a cidade onde nasci. O sol intenso e escaldante dos dias no centro do município trazem a lembrança da observação de pessoas nas calçadas, contando histórias e pedindo ajuda, a escuta e o dinheiro, enquanto outros adultos apáticos passeavam e resolviam as problemáticas cotidianas de suas vidas. O tilintar das moedas chacoalhando em bacias de plástico que foram recipientes para doces de goiaba e banana, o sino da igreja tocando e as praças animadas por gentes – romeiros, trabalhadores/as, pessoas em situação de rua – são recordações de uma infância juazeirense. Escutar a narrativa, sentir como acontece, oferecer abrigamento e criar refúgios com aqueles excluídos é missão ético-política, artefato afetivo trazido pela criança. A partir dessas raízes, nessas linhas que seguem, pretendo guiar leitoras/leitores pela descrição do campo e para as questões e problematizações cartográficas sobre as experiências educativas, pedagogias sociais e as sociabilidades de mulheres em situação de rua na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Conhecer as mulheres em situação de rua é sobretudo, pensar a cidade habitada por elas. Significa então, refletir o conceito de cidade e seu impacto na vida cotidiana das sujeitas concretas. Quem habita? Como vivem? Quais são as suas compreensões e conhecimentos de como viver e sobreviver nela?

Juazeiro do Norte se localiza na região do cariri, ao sul do Estado do Ceará, sendo reconhecida como a capital regional, conta com aproximadamente 276.264 habitantes, com uma área de 248 km², 377 metros acima do nível do mar e a 491 km da capital Fortaleza. É a principal cidade da região metropolitana do cariri, juntamente com as cidades de Crato e Barbalha, formam uma conurbação urbana conhecida como Crajubar. A construção da metrópole juazereinse se encontra historicamente atrelada a figura emblemática de Padre Cícero, rememorando a atração dos sertanejos devido as condições climáticas das secas, dirigindo a ele pedidos de socorro e refúgios de sobrevivência. Assim, esse ícone contribuiu para formação e expansão urbana, alicerçada na fé e no trabalho – *slogan* da cidade, duas pilastras indissociáveis para a edificação de espaços sagrados e comerciais, coração pulsante para a vida da econômica urbana e para a transformação de um lugar que era vila-santuário em cidade emergente e metrópole, terreno de atração turística e vista como terra das promessas e oportunidades (QUEIROZ, 2013; ARAÚJO, 2005).

Nesse sentido, como aponta Araújo (2005), podemos considerar a peculiaridade

juazereinse das romarias, acrescentando um outro fator para a análise do surgimento e permanência da população em situação de rua na região. A cidade se tornou um dos maiores centros de peregrinação do país, sendo alavancada pelos primeiros missionários a partir da contribuição da visão de mundo sertaneja trazida por líderes religiosos católicos como Antonio Conselheiro, Beato Zé Lourenço, Padre Ibiapina e Padre Cícero. A crença em Juazeiro do Norte como a cidade comercial produziu uma utopia de prosperidade espalhada pelo nordeste brasileiro, presente como mobilizadora da religiosidade popular, convocando devotos a vinda de grandes coletivos para esse espaço, fonte de recursos financeiros e desenvolvimento socioeconômico.

Renova-se a esperança de um lugar melhor para viver e superar conflitos individuais e coletivos, essencial para a ocupação dos espaços juazeirenses em romarias, consolidando um movimento de perceber a cidade em trânsito incessante, vai-e-vem de passos, sonhos e desejos. Assegurar a vivacidade da memória do Padre Cícero se torna característica da cidade-santuário, atravessando o cotidiano e edificando modos de subjetivação e pedagogias sociais. A defesa do trabalho e da resignação ao cristianismo colaboraram para o desenvolvimento econômico e constituição de uma grande cidade, ao passo em que criaram zonas de exclusão e miséria, corroborando para o surgimento e circulação da população em situação em solo juazeirense.

Com o acirramento da competição neoliberal e o fortalecimento da ideologia meritocrática, junto a esse ideal dourado das grandes cidades existem pessoas usurpadas dos direitos de usufruir de condições básicas, e com isso, a representação social da culpabilização das pessoas em situação de rua pela precariedade. Como assinala Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo é uma governamentalidade, racionalidade política e econômica que ultrapassa uma política econômica ou ideologia, mas se refere a um aglomerado de discursos e práticas com o intuito de nortear e governar os corpos conforme o princípio universal da concorrência mediante a acumulação de capital. A lógica empresarial reina como padrão de conduta a ser aprendido, tendo a empresa como molde para transformação das corporeidades em ferramenta manejada em prol da produtividade desenfreada, sendo o homem-máquina o molde, o espaço para as mulheres em situação de rua se torna restrito e apertado, ao fugir das normas vigentes.

As mulheres em situação de rua são atravessadas pelo enfrentamento de uma vulnerabilidade discriminatória tripla: um corpo feminino (machismo - inferior, submisso e domiciliar), em situação de rua (improdutivo, perigoso e descartável), e em sua maioria, um corpo negro (racismo). A interseccionalidade, conforme Collins e Bilge (2020), é justamente a associação, interposição e unificação entre categorias de poder, nomeando o compromisso

teórico-práticos dos movimentos feministas com a preocupação e atenção as desigualdades sociais constituídas pela enodamento de diferenças. Nese ínterim, a interseccionalidade concerne a um modo de compreender e analisar a complexidade dos coletivos, indivíduos e experiências de corpos-alvo atingidos pelos privilégios e/ou opressões identitárias. O viés intereseccional, enquanto ferramenta analítica advoga em defesa daquelas(es) oprimidas(es/os), apontando para a interação de marcadores sociais como classe, gênero, sexualidade, capacidade física, faixa etária, nacionalidade, dilemas territoriais, gêneros e questões étnico/raciais que provocam exclusões sociais pelo cruzamento de vulnerabilidades. Interseccionalizar é examinar criticamente o entrecruzamento entre categorias de poder, entendendo como elas se afetam mutuamente e constroem histórias, corporeidades e relacionamentos. A interseccionalidade é empregada como um modo de entender as pessoas, as relações e as experiências, ao se debruçar a respeito da sobreposição de linhas interseccionais que afetam a convivência social e a vida das sujeitas em situação de rua.

O interesse pelo tema se torna mais evidente a partir de 2014, momento que coincide com a participação em movimentos sociais feministas e a entrada em grupos de iniciação científica intitulados: “Corpo, gênero e sexualidade: cartografando modos de vida LGBTT no Cariri Cearense” e “Psicologia e diversidade sexual e de gênero: as (trans) experiências na educação de corpos e feitura do gênero de travestis e transexuais no cariri cearense”. Durante discussões teórico-práticas sobre as inscrições das violências em corporeidades femininas, a realização de pesquisas e a prática profissional, a tríade raça-classe-gênero suscitaram atenção e urgência. E, mesmo sendo as mulheres em situação de rua alvo principal dessa trincheira de interposições repressivas, comumente, suas lutas e necessidades são invisibilizadas pelo meio social circundante, incluindo os feminismos e as universidades. Pensar sobre as mulheres em situação de rua foi um processo mediado pela formação em Psicologia, o que me permitiu uma reflexão a respeito dos diversos modos de subjetivação, táticas de opressão e violência, o aviltamento da dignidade humana e a falta de garantia a direitos humanos. Refletir sobre/com o gênero feminino é repensar as experiências da própria pesquisadora e promover desconstruções ao visualizar os grilhões e armaduras patriarcais encadeadores de aprisionamentos e repressões, ao passo que pensar as mulheres em situação de rua é adentrar um espaço público com uma dinâmica histórica de dominação masculina e tentativas de assujeitamento e objetificação de mulheres.

Conjuntamente a isso, o primeiro estágio do curso é referenciado sobre a Psicologia Social e Comunitária, realizado no Bairro Juvêncio Santana na cidade de Juazeiro do Norte, lugar onde se localizava o Centro de Referência Especializado para População em Situação

de Rua (Centro Pop), ambiente em que conheci o serviço socioassistencial desenvolvido por esse equipamento público, entendendo o seu funcionamento e as atividades destinadas aos usuárias/os/es. Ao analisar histórias de homens e mulheres adultos, percebe-se que o corpo feminino é atingindo por violências específicas como abuso sexual, queimaduras, ameaças psicológicas, insegurança de permanecer vivendo nas ruas quando estavam sem companheiros amorosos, dificuldades maiores de acesso às políticas públicas, assim como o afastamento das mulheres do próprio lugar de referência em acolhimento a essa população – O Centro Pop. Instigada por essas experiências, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi voltado para as usuárias e aos usuários do Centro Pop em Juazeiro do Norte, intitulado "Onde queres um lar, revolução: uma arqueogenealogia das pessoas em situação de rua".

Revisitando os estudos sobre mulheres em situação de rua no território brasileiro, percebi, ainda, que existem poucos dados sobre esse grupo. De acordo com a última pesquisa nacional sobre essa população, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2022), em 2022, posterior a pandemia de Covid-19, a população em situação de rua alcançou o número de 281 mil pessoas, enquanto em 2020 se contava com aproximadamente 124.047 pessoas em situção de rua. Nesse sentido, Brasil (2009) revela uma maior prevalência de pessoas entre 25 e 44 anos (53%), sendo 82% da população é composta por homens e 23% por mulheres. E no que se refere a características étnico/raciais: pardos (39,1%), brancos (29,5%) e negros (27,9%). A população negra, somando pardos e negros é predominantemente maior (67%), o que nos permite refletir sobre as condições sócio-históricas do país atravessadas pela aliança entre racismo estrutural e exclusão social. Depois de mais uma década de tal pesquisa, movimentos sociais e pesquisadores da temática insistem na importância de dados oficiais atualizados, o que permite a criação e o fortalecimento de políticas públicas para atender as necessidades da população em situação de rua.

Compreender o espaço urbano, lócus dessa pesquisa é sobretudo, refletir sobre a teia que envolve, saberes, pedagogias sociais, formas de aprender, viver, resistir e se mover das habitantes dessa cidade, em situação de rua, considerando o cenário político patriarcal, racista e neoliberal, em que mulheres sofrem severos solavancos e violências. A cidade de Juazeiro do Norte imbrica interlocuções entre religiosidade e comércio, romeiros e empreendedores, espaço fervosoro e referencial para outras cidades do interior cearense. Entre chegadas e partidas, esse território é tensionado pelas engrenagens das fábricas, o pagamento de promessas e a aposta de empresários e trabalhadores em ampliação financeira. Entrecruzando o sagrado e a economia, o centro urbano juazeirense é pulsante e representante simbólico do desenvolvimento regional. Normatizada por ideologias e pela máquina da normatividade, a

cidade abarca inclusões e exclusões sociais, estando as mulheres em situação de rua no epicêntro do avesso dos privilégios e das vidas protegidas, amparadas e cuidadas.

Articulado à essa discussão e atravessando as dimensões das cidades e corporeidades, de acordo com Foucault (2008), o biopoder se refere a uma arte de governo dos corpos desenvolvida a partir do século XVII com o intuito de promover corpos dóceis, úteis e submissos as normativas, a partir de duas facetas: anátomo-política (indivíduo) e biopolítica (populações). A aliança entre neoliberalismo e biopoder buscam a fabricação de subjetividades empresariais, pela via da nova razão do mundo, cada corpo é uma empresa a ser gerida para acumulação de capital e desenvolvimento pessoal em uma promessa de felicidade e meritocracia ilusória. Visto isso, a cidade é atravessada por relações de interesses, movimentos antagônicos e por modos de sentir e ser de cada sujeita/o/e do território.

Classificação, otimização, mensuração e gestão das populações são estratégias biopolíticas utilizadas para realizar procedimentos em políticas públicas, dispositivos de poder-saber responsáveis por assistir, vigiar e controlar coletividades, como a população em situação de rua. Assim, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) é um dispositivo de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade formado por uma equipe multidisciplinar, visando atingir os objetivos explicitados pela Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua (PNPSR), integrando-se as demais políticas públicas de saúde, trabalho e renda, educação e previdência social para promover a autonomia e a participação social pela via do fortalecimento coletivo, edificando relações solidárias e afetivas (BRASIL, 2011).

A partir da descrição da política pública explicitada acima, utilizaremos o seguinte conceito de população em situação de rua:

> Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.16).

Percebe-se que o espaço de instalação dessas unidades de suporte é escolhido a partir de pontos centrais da cidade, para serem mais acessíveis a quem faz das ruas seu espaço de moradia, considerando a preferência dessa população pelos espaços centrais da cidade para se manterem próximos de lugares de mendicância, limpeza e guarita dos carros em semáforos e/ou venda de mercadorias. Ressalta-se também a discussão sobre a heterogeneidade e

multiplicidade da população em situação de rua. Mesmo que a conceituação acima seja utilizada para nortear os prumos da pesquisa e as investigações, é fundamental que pensemos a população em situação de rua como multidão formada por sujeitas com histórias, afetos e formas singulares. E, por isso, pensar multidão tal qual afirma Pálbeart (2011), é visualizar uma sede de potências coletivas sobre as vulnerabilidades, como oposto de massa acéfala e acentrada, a multidão é dispersa, complexa e multidirecionada. Humanidades em ação, frutifica dimensões individuais e coletivas, energiza as formas de resistência e os saberes de enfrentamento.

Compreender o espaço urbano, é sobretudo, refletir sobre a teia de saberes construída pelas habitantes dessa cidade, onde cidade-mulheres-rua formam jeitos de ensinar e aprender a viver, resistir e se mover diante do cenário político patriarcal, racista e neoliberal, em que mulheres, em sua maioria, negras periféricas sofrem severos solavancos e violências. Normatizada por ideologias e pela máquina da normatividade, a cidade abarca inclusões e exclusões sociais, estando as mulheres em situação de rua no epicêntro do avesso dos privilégios e das vidas protegidas, amparadas e cuidadas.

A escassa produção de trabalhos com mulheres em situação de rua é notória quando realizei levantamento bibliográfico das dissertações de mestrado e teses de doutorado que abordam as mulheres em situação de rua. Ao cruzar "população em situação de rua" e "mulheres" no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para produções dos últimos 20 anos, 64 resultados foram encontrados. E desses, apenas 9 pesquisas discutiam sobre especificidades ao que diz respeito as mulheres em situação de rua.

Somado a isso, o silêncio das mobilizações políticas notado inclusive no próprio Movimento População de Rua da cidade, e a percepção da pequena quantidade de atividades em políticas públicas juazeirenses voltadas para demandas dessas sujeitas alertam para a necessidade de lançar atenção, cuidado e construção de espaços de emancipação. Em período pandêmico, pesquisas exploratórias voltadas para o entendimento da atual configuração da Rede de Atenção Psicossocial voltada para esse público revelaram os seguintes espaços de encontro: Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras drogas (CAPS AD), Comunidades Terapêuticas (CTs), Pousada social, Praça da Matriz, Praça do Memorial e Praça do Aeroporto constituem espaços de suporte. O Centro Pop é a instituição que realiza encaminhamentos para outras instituições, oferece acesso a alimentação, higienização, atendimentos psicológicos, jurídicos e de cunho socioassistencial, bem como faz mediações

no resgate com vínculos familiares.

Há a disponibilidade para realizar um caminhar atento aos corpos femininos nas ruas por meio de uma lente interseccional crucial à Educação. Ressalta-se que as pedagogias sociais em políticas públicas trazem tensionamentos, distante das preocupações escolares, culminando em sua relevância acadêmica, sendo imprescindível analisar quais saberes estão brotando da intersecção entre mulheres-ruas-políticas sociais. Por conseguinte, processos de educação informal nas ruas e de construção de saberes que culminam em formas possíveis de resistência de mulheres no enfrentamento às adversidades cotidianas. Portanto, firmando a interlocução entre gênero, educação e diferenças, captando as artimanhas da exclusão do sistema socioeconômico neoliberal, a higienização social e as veias abjetas insubmissas.

Considera-se a díade poder-saber como artefato fundamental para a pesquisa, atentando para a rede de discursos que permeiam as experiências das mulheres em situação de rua, os saberes (re)produzidos nas ruas se sustentam em mecanismos de poder que de forma capilar contribuem para manter as desigualdades sociais, sobretudo com relação às mulheres negras e pobres. A formação de saberes e a analítica de poder apresentam traços de regionalidade e inconclusão de cada território e acontecimento diante de contatos com as sujeitas, elencando zonas de dispersão em um jogo de tensões e transformações mútuas. Investigamos o que está na superfície dos discursos, problematizando o conhecimento, apontando para a análise das condições históricas das formações do saber. Sobre as relações de poder, há um lastro histórico-político dos saberes de assujeitados, o antagonismo das lutas, fazendo emergir conteúdos reprimidos e sufocados pelos discursos totalitários presentes no corpo social.

Conjuntamente a isso, não como acompanhamento de um conjunto de conceituações, mas como categoria central de análise, nos amparamos nas discussões de gênero, tão caras para os estudos feministas. De acordo com Scott (1999), gênero é uma categoria de análise utilizada para refletir sobre o sistema de relações sociais ao apontar para a construção normativa de papeis sociais destinados a homens e mulheres. A autora considera que o gênero também remete ao caráter social de um corpo sexuado, mas que não se restringe simplesmente a vestimenta cultural perante um corpo sexuado pela genitália, pênis ou vagina como definidores de vida de sujeitas/sujeitos. Gênero, então, torna-se um fator indispensável para significar as relações sociais perante as divergências entre sexos.

Inspirando-se na proposta de deconstrução Jacques Derrida, a discussão de Joan Scott defende que necessitamos desconstruir a obviedade dessas formas de existência humana, indagar as opressões que atingem corpos femininos, bem como investir sobre a rejeição da

binariedade de gênero, termo que diz respeito a um mundo alicerçado em posições binárias de homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, desnaturalizando posicionamentos tidos como as únicas vias possíveis. Considera-se as relações de poder entrelaçadas aos papeis de gênero, não compreendendo o poder somente pela via opressiva, centralizadora e como algo que está em posse de alguém, mas visualizando os regimes de poder pela guinada foucaultiana, expresso em um campo de forças, produzindo choques, combates e curtos-circuitos na sociedade (SCOTT, 1999).

Utilizando das discussões realizadas por Judith Butler (2003) em seu livro Problemas de Gênero, afirma-se que o gênero não remonta a uma essência ou coisa inata, nem mesmo uma mera inscrição cultural. Nesse entendimento, a autora destaca o gênero como perfomatividade, isto é, um conjunto de atos repetidos e contínuos que apontam para os significados culturais associados a masculinidades ou feminilidades. Desse modo, o fenômeno gênero não reflete algo que somos, mas aquilo que fazemos, e que demarca traços associados historicamente a características do universo masculino ou feminino. E, nesse seguimento, a performatividade de gênero aponta para ações e discursos instauradores de práticas regulatórias em corpos pelo poder produtivo de demarcação, circulação e diferenciação entre indivíduos, atuando sobre a materialização dos corpos e reiterações a partir das leis hegemônicas de poder.

Destarte, é inegociável pensar as feituras e rupturas sobre as questões de gênero como orquestra social. Nessa música, os papeis de gênero regem as relações humanas e as formas que as pessoas aprendem, amam, sofrem e socializam. De quais modos se configuram as sociabilidades entre as mulheres em situação de rua em Juazeiro do Norte? A noção de sociabilidade é pensada a partir de Simmel (2006) que a compreende como um modo de sociação, encontros fruto do resultado entre interesses e necessidades de pessoas, grupos e comunidades. A sociabilidade está entrelaçada com um jogo da sociedade modificável a cada época e contexto, incluindo os modos de interagir e socializar dos seres humanos movidos por conteúdos intencionais como ganhar dinheiro, intenção evidente e reforçada pelo sistema socioeconômico neoliberal. A interrelação entre indivíduos costurado a realidade concreta, vislumbrando o ser humano como inserparável do convívio social e tramado pela complexidade de possibilidades existenciais.

Como eixo central de análise utilizamos a Pedagogia Social como lente capaz de suscitar ação e reflexão de povos excluídos, legitimando histórias de vida de sobrevivência e realizando denúncias a cruel realidade política e social. Se a sociedade contemporânea privilegia a individualidade, o lucro, a mortificação pela violência marcada pela pobreza,

desfiliação e exclusão social, a Pedagogia Social se consolida como processo educativo afetivo movida pela relação dialógica e compartilhamento de experiências, voltado principalmente para o protagonismo de classes sociais populares e camadas populacionais excluídas (GRACIANI, 2014).

Enquanto relevância dessa pesquisa, destaca-se a reflexão crítica diante de relações de poder, desigualdades sociais e resistências micropolíticas. Enquanto relevância social, atua-se em prol da visibilidade de vozes a rostos silenciados, em defesa dos direitos humanos, do exercício da cidadania e de uma educação emancipatória que promova conscientização coletiva e libertação social. Diante dessa miríade de questões, nos perguntamos: quais discursos são (in)visibilizados e de que modo narrativas de mulheres em situação de rua em Juazeiro do Norte evidenciam experiências educativas e interseccionalidades com as dimensões de gênero, classe, raça?

Pretende-se fornecer um olhar atento para o lugar da marginal, da desviante, da diferença e da estranheza, problematizando linhas de força e relações agonísticas, em um exercício de desconstrução e descontinuidade, tendo como intuito desterritorializar e desfamiliarizar a realidade. A perspectiva pós-estruturalista realiza uma virada linguística ao denotar o protagonismo do discurso, responsável por atribuir significado e sentido aos sujeitos e coisas, arrebentando dicotomias, binaridades e verdades absolutas. Assim, conforme situa Corazza (2012), o termo realidade é problematizado, concebendo a realidade como aquilo que vemos e falamos sobre ela, aludindo a uma ampla gama de realidades em produção e representação discursivas mediante disputadas de poder-saber.

Logo, a partir dessas enunciações e apresentações da pesquisa, o objetivo geral do estudo é analisar narrativas de mulheres em situação de rua em Juazeiro do Norte, com ênfase em suas experiências educativas a partir de pedagogias sociais, em intersecção com as dimensões de gênero, classe, raça. Para alcançar tal propósito, recorre-se aos seguintes objetivos específicos: a) analisar as estratégias de resistência e sobrevivência das mulheres na rua, investigando a rede de relações sociais, vulnerabilidades, violências e potências das existências femininas nas ruas; b) mapear os dispositivos educativos presentes em políticas sociais da cidade juazeirense, bem como em seus programas, políticas e serviços voltados para as mulheres em situação de rua; c) cartografar os laços entre as pedagogias sociais e as mulheres em situação de rua, considerando os saberes construídos com/pelas corporeidades.

A seguir, apontaremos os traços metodológicos dessa pesquisa, compreendendo também Juazeiro do Norte como campo e cenário motriz desse estudo. O terceiro e quarto capítulos são dedicados a discussão teórica, refletindo primeiramente sobre o viver nas ruas

entre pobreza, exclusão social e políticas sociais, continuando no próximo capítulo com a discussão sobre biopoder, interseccionalidades e sociabilidades presentes em mulheres em situação de rua. Posteriormente, estão dispostos os dois capítulos que analisam as marcas registradas em contato com os profissionais responsáveis pelo amparo social às mulheres (capítulo cinco), refletindo sobre as atividades disponibilizadas pelas instituições, as dificuldades de trabalho e a Rede de Atenção Psicossocial, finalizando com o tópico fruto do contato com as próprias mulheres em situação de rua (capítulo seis), onde há reflexões sobre família, maternidade, trabalho, drogadição, relações amorosas, violências, enfrentamentos e resistências.

2 APONTAMENTOS E MAPAS METODOLÓGICOS

O encontro entre Gilles Deleuze e Félix Guattari promove a formulação da cartografia como método. Adota-se esse viés para costurar as travessias da pesquisa. A cartografia acompanha percursos, produz implicações com as redes da vida. Os autores realizam críticas aos métodos psicanalíticos estrututalistas em Mil platôs: captalismo e esquizofrênia, atrelando a construção do conhecimento ao princípio rizomático, volta-se a experimentação descentrada, em uma filosofia da multiciplicidade, uma vez que o rizoma não apresenta um único sentido, centro, entrada ou saída mas aponta para mútiplas enunciações, sendo a realidade vislumbrada como mapa em movimento.

> O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói [...] o mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas (DELEUZE; GUATTARI, 2006, p. 22).

A postura de neutralidade é substituída pela posição política de implicação com a realidade que avalia os efeitos experienciais, e não o conjunto de determinações e pontos de causalidade. Provocar inconclusões é culminar em aberturas para novos vislumbres e convocações pelas estrias e brechas dos jogos de poder. Ao invés de prescrições e regras a serem seguidas, o método cartográfico tem como principal característica a criação, o que amplia as possibilidades de escrita e problematização do objeto de estudo, ancorando-se em pistas como bússolas referenciais para manter a atitude de abertura aos rumos da pesquisa:

TRILHAS CARTOGRÁFICAS	
PISTAS DO MÉTODO CARTOGRÁFICO	DESCRIÇÃO DOS PASSOS
Pista 1: Inseparabilidade realidade-pesquisador	Caminhos traçados através do caminhar. Indissociação entre conhecer/fazer, pesquisar/intervir, concebendo toda pesquisa como uma intervenção. A intervenção como método designa uma analítica das implicações coletivas e locais.

Pista 2: Gestos da atenção cartográfica	Atenção flutuante, concentrada e aberta. Opera-se com a suspensão fenomenológica e acolhimento do inesperado. A partir da concentração sem foco: rastrear (varrer o campo e acompanhar o ritmo das mutações), tocar (acessar relevos, acionando sensações e percepções corporais), pousar (zoom para formação de janelas, delimitando quadros de apreensão) e reconhecer (transitar pela cidade e participação da criação do território observado, ocorre em circuitos pela interseccção memória-percepção).
Pista 3: Acompanhamento de processos	Contraposição a representação de objetos, voltando-se da observação participante à participação observante para investigar processualidades. Requer convivência com os participantes e produção do desenho de forças do campo.
Pista 4: Fenômenos como dispositivos	Duas concepções de dispostivo: I. Deleuziana - novelo formado por múltiplas linhas (visibilidade, força, enunciação e subjetivação); II. Foucaultiana – rede configurada por elementos heterogêneos como instituições, espaços filantrópicos, discursos, leis, teorizações científicas, concepções morais, medidas governamentais e administrativas.
Pista 5: Coexistência de um plano coletivo de forças	Superação dicotômica indivíduo-sociedade, plano do coletivo transindividual, onde a realidade é vista pelas formas constituídas pelas forças genealógicas – históricas e geográficas, terrenos de saberes e poderes. As forças presentes são criadoras de um campo dinâmico e indicam relações entre os corpos.
Pista 6: Superação da dualidade objetividade/subjetividade	Transversalidade (cruzamento de forças horizontais e verticais, pensar em comunidades), postura implicada e dissolução do lugar de observador.
Pista 7: Cartografar é habitar territórios existenciais	Compromisso e engajamento com a construção do mundo em seus ritmos, sabores e odores. Superação da visão polarizada entre alguém que conhece e aqueles a quem se quer conhecer, permitindo o compartilhamento de territórios existenciais – fazer recepção aos afetos e emoções.

Pista 8: Política da narratividade	Modos dos participantes e pesquisadoras/es expressarem o que acontece. As narrativas estão articuladas as posições políticas e micropolíticas de poder. Aposta-se em desmontagens e redundâncias narrativas como técnicas, sendo narrar um processo de fazer mudanças no mundo e em si.

Quadro 1. Trilhas cartográficas. Fonte: PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA (2009).

A cartografia se faz expondo as linhas que compõem as metamorfoses da vida. Os movimentos cartográficos são marítimos. Navegar pelas águas, traçar caminhos, des(inventar) rotas, desvelar fugas e conceber os barcos como pontos de ancoragem e refúgio. Mergulhar. Como canta Luedji Luna: "eu danço a dança das tuas marés, você maremoto, você maré mansa". Para Oliveira e Paraíso (2002), cartografar possibilita pesquisar educação e poder em uma coreografia do desassosego, uma vez que promove explorações, desvios e desterritorializações em ambientes educacionais. Sublinha-se movimentações e caminhos pela arte de armar um mapa vivo, aberto, inacabado, conectado e desmontável. Tensionar acontecimentos como uma operação de apontar vazamentos e linhas de fuga diante das forças dos territórios, imaginando e pintando outros panoramas para a educação.

> Para cartografar é preciso, pois, querer o acontecimento, o lançar dos dados, estar aberto à afirmação do acaso, àquilo que faz problema no mesmo. Suportar um problema, uma sempre vizinhança com territórios de soluções. Estar a caminho. Caminhar em involução, nem de onde, nem para onde, mas habitar as múltiplas temporalidades em um único instante. E perguntar, que é que insiste aqui? Que é que pede passagem na língua? Que é que ganha verbo no que acontece? (COSTA; ANGELI; FONSECA, 2012, p. 46).

A estética pesquisa-bailarina demarca fronteiras entre educação e dança, elaborada por Oliveira e Paraíso (2002) como pesquisa encarnada em quatro movimentos: I. Olhares-ciganos: oblíquos e dissimulados como a personagem literária Capitu, representa uma presença marginal, vagante nômade pelos territórios desconfiando da estabilidade e preferindo devires indóceis que desrepeitam a ordem e não se conformam a modelos de verdade; II. Noite de núpcias – encontro entre dois amantes, atenção pousada em elementos fragmentados em uma atitude de acolher as rugosidades existentes entre contração e dilatação, não segue a lógica de enxergar os dados mas de realizar uma dança fincada sobre os pés da desterritorialização através dos agenciamentos provocados pelo materiais encontrados. Ultrapassando a análise de textos, informações, entrevistas e questionários, a preocupação é olhar para os movimentos de inquietação da pesquisa. A poética erótica das conexões entre educação, cultura e didática não situam pedras de um quebra-cabeça, mas pedras para trilhar caminhadas; III. Pintar um quadro – a arte de criar uma geografia da

circunstância meio a impressões e quadros de mundos a partir dos movimentos, indicar cores, linhas, traços e sensações apontando para aquilo que se encontra emaranhado no território educacional. Não se contempla a história de forma linear e estática mas a partir da análise dos regimes de poder e modos de vida; IV. Linhas bailarinas – escrita feita em fluxo contantes com as linhas territoriais de pensamento e com as experiências educacionais vividas, desmontando imagens dogmáticas dos personagens.

Cartografar em educação admite a potência de vida como fonte dos acontecimentos ao fazer, desfazer e refazer lugares. A edificação dessa pesquisa se propõe a acompanhar sujeitas em situação de rua e construir um mapa em contato com as pedagogias sociais e sociabilidades juazeirenses, não estando disposta a utilizar de técnicas padronizadas e positivistas, mas a construir e modificar, acrescentar e conceber os caminhos da pesquisa à medida em que se conhece as necessidades da caminhada. Os quadros elaborados por uma cartografia não se referem ao estudo retrospectivo e sintético de um estado da arte, mas pulsa pelo coração selvagem do chão-vivo em uma geografia circunstancial com os pinceis dos espaços e temporalidades.

A pesquisa foi iniciada no Centro Pop, espaço publico central para o cuidado e assistência a população em situação de rua. Desse modo, considerando as pontuações de Correia (2009), começando a partir da observação participante, utilizada como técnica investigativa visando descrever situações, identificar sentidos e analisar a dinâmica de espaços, permitindo à pesquisadora a compreensão das pessoas em seus lugares de ação. Em intercâmbio com o caráter cartográfico, as entrevistas narrativas fazem laços com as espacialidades e com a anunciação de povos. As narrativas aludem a um modo de comunicação humana de relatar experiências encadeadas a vida social e individual. O ato de contar histórias possibilita confrontar os acontecimentos normalizados e mostram formas de existência e enredos de grupos sociais.

Fez-se necessário realizar uma pesquisa exploratória antes da observação propriamente dita, para que soubéssemos como andava o Centro Pop e de que maneira as mulheres estavam frequentando o serviço, isso aconteceu em 2021[1]. A partir dessa experiência, percebi que apesar do número de mulheres ser muito menor do que o de homens, elas estavam em maior número no Centro Pop diferente da pesquisa realizada anteriormente. Isso foi explicado pelos trabalhadores do serviço como fruto da pobreza acentuada pela pandemia de Covid-19. Mulheres negras e acompanhadas por companheiros amorosos.

[1] A pesquisa exploratória teve por objetivo visualizar a atual realidade das mulheres em situação de rua na cidade, reafirmando e construindo novos contatos com os profissionais e as assistidas, consistindo em dois meses destinados a tal tarefa.

Reaproximei o contato com o Centro Pop em busca de introsamento e aproximação com os trabalhadores do dispositivo e as mulheres em situação de rua, sendo localizado na época na Avenida Leandro Bezerra, nº 153, bairro Salgadinho. Esse endereço era de relevante importância para usuárias/usuários/usuaries desse serviço, uma vez que fazia com que o Centro Pop estivesse posicionado frente a Praça do Memorial Padre Cícero, espaço onde tal população costuma ocupar. Devido a queixas populares somadas a má estrutura física como infiltrações, mofo, prejuízos na parte elétrica e falta de ar-condicionados, o dispositivo regressou ao bairro Juvêncio Santana, situado na Avenida Doutor Floro Bartolomeu, 1027 A. Esse novo endereço facilitou a minha chegada ao serviço, precisando somente de dez minutos de caminhada para chegar à instituição, pois resido próximo a tal endereço. Contudo, dificultou o acesso da população ao dispositivo, uma vez que o Centro Pop ficou mais distante do centro da cidade. Trabalhadores dessa política pública visualizam que a nova morada do Centro Pop fez com que o dispositivo ficasse menos exposto e, logo, atraísse menos olhares de populações pobres que não correspondem ao perfil de usuárias/os/es em situação de rua.

A observação participante começou desde quando eu saia de casa, de fevereiro à maio de 2022, quer seja pedindo um motorista de aplicativo ou indo a pé para o Centro Pop. Essa foi a primeira política pública escolhida para ser habitada, observada e entendida, pelo motivo inclusive de ter começado a frequentar o espaço em 2018 para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação em Psicologia, momento em que o dispositivo se encontrava no Bairro Juvêncio Santana. O elo fortalecido com o coordenador e a psicóloga da instituição favoreceu a aproximação com os outros profissionais e com as mulheres em situação de rua. No cotidiano da instituição foi percebido uma frequência maior de usuárias/usuários pelo período da manhã, com o intuito de se beneficiar do café-da-manhã, ser atendida/atendido por alguma profissional e almoçar.

Pela tarde, o equipamento é calmo, ousaria a dizer, pacífico. No período matutino, homens alcoolizados costumam gritar, provocando um certo temor em outros presentes. Curiosamente, desestruturando papeis de gênero normatizados, eram as profissionais que resolviam os problemas diários. Novas pessoas chegam diariamente ao serviço, e muitas vezes, ao passarem pela triagem inicial, não se configuram como população em situação de rua por terem moradia, mesmo estando em condições de pobreza extrema. O Centro Pop realmente aparece como política pública vital para a população em situação de rua, comunicando-se com dois principais equipamentos: Pousada Social e Abordagem Social. Percebendo a grande relevância do Centro Pop, decidimos que o acompanhamento dessa

política pública iria ser priorizado. Grande parte dos profissionais foram entrevistados, oito no total, faltando somente três: duas cozinheiras e a recepcionista, apesar das tentativas de marcação da entrevista com elas, as três explicavam que não tinham tempo devido a alta demanda de trabalho.

Os momentos de convivência com essa instituição aconteceram semanalmente nas segundas-feiras, prioritariamente no período da manhã, onde conversava sobre as novidades do equipamento como a reinauguração em novo endereço e a alta procura pela política pública. Com o decorrer dos meses, atividades grupais foram sendo planejadas e contadas para mim com forte empolgação, visto que elas não são frequentes nesse dispositivo. O Centro Pop apresentou uma característica muito singular, todo novo dia era uma novidade: conflitos, reclamações da comunidade pela presença da população em situação de rua nas calçadas, ideias para novas atividades, cansaço de usuárias/usuários e profissionais, planejamento de eventos, dores e esperanças. Durante todo esse processo, foram realizados diários de campo.

Os diários de campo permitem concretizar a implicação em palavras, esboçando os espaços de convivência, as impressões e afetos. Como aponta Deleuze (1997), escrever não se faz fora da afetação, uma força dobrada pelos abalos do outro e pelo refúgio as diferenças e diversidades. Em consonância com isso, Kroeff, Gavillon e Ramm (2020) explicam que o diário de campo ressalva em registros escritos e/ou digitalizados, a participação do pesquisador em sua interação com o campo-tema, de forma que as ações da pesquisadora na cotidianidade inventa a realidade, transformando sua atuação em intervenções. O viés cartográfico compreende que os materiais empíricos da pesquisa não são arrancados da realidade por um observador neutro, mas que são produzidos pela coletividade que inclui a própria pesquisadora.

Enquanto as entrevistas eram feitas com esses profissionais, entre junho e agosto de 2022, conversas informais com as pessoas em situação de rua aconteceram, fazendo vínculo e estreitando os laços de confiança. De ínicio, senti que as pessoas questionavam as tentativas de aproximação, mas com o decorrer das semanas esse sentimento se dissipou, sendo bem acolhida pelas/pelos usuárias/usuários e profissionais. Nesse seguimento, a Pousada Social, a Associação Beneficente Madre Maria Villac, a Casa da Mulher Cearense e o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) onde se localiza a Abordagem Social foram visitados, em busca de entrevistar ao menos um profissional de cada instituição de acolhimento às mulheres em situação de rua.

Especialmente com a Abordagem Social, as entrevistas foram desmarcadas muitas

vezes pelos profissionais, alegando a intensa demanda e o fato de estarem trabalhando em caráter análogo a um plantão, fazendo visitas domiciliares quando ocorrem situações de violências na cidade. Apesar disso, essa entrevista aconteceu, sendo a última realizada com uma profissional desse serviço de assistência, totalizando treze profissionais entrevistados. Também conseguiu-se estabelecer contato com o Consultório na Rua, política pública de saúde destinada a atender as demandas e problemas de saúde de sujeitas/sujeitos de rua..

O território é semeado pela confluência de diversas narrativas ligadas as relações sociopolíticas, simbólicas e materiais vivenciadas pelos sujeitos em seus trajetos formativos. Experiências biográficas são articuladas com aprendizagens informais e sociabilidades configuradas meio as identidades e subjetividades. A pesquisa que faz uso das entrevistas narrativas sublinha o espaço de relevação da experiência de si, questionando os significados e sentidos de suas aprendizagens, os itinerários pessoais, percursos institucionais, entendendo que as histórias pessoais sofrem a mediação de instituições. Ao selecionar determinados pontos, as narrativas fomentam um espaço formativo, acendendo a a potência autorreflexiva das andanças coletivas e pessoais vividas com o aparato da memória (SOUZA, 2011).

> A narrativa está presente no mito, lenda, fábula, conto, novela, epopeia, história, tragédia, drama, comédia, mímica, pintura, vitrais de janelas, cinema, histórias em quadrinho, notícias, conversação. Além disso, sob esta quase infinita diversidade de formas, a narrativa está presente em cada idade, em cada lugar, em cada sociedade; ela começa com a própria história da humanidade e nunca existiu, em nenhum lugar e em tempo nenhum, um povo sem narrataiva. Não se importando com boa ou má literatura, a narrativa é internacional, trans-histórica, transcultural: ela está simplesmente ali, como a própria vida (BARTHES, 1993, p. 251-152).

A entrevista narrativa parte da perspectiva da vista do informante com quatro principais facetas: a) textura detalhada: fornecimento de detalhes das histórias como tempo, lugar, motivações e estratégias; b) fixação da relevância: para além das fatualidades, o que é contato segue uma hierarquia de importância para o narrador; c) fechamento da gestalt: compreender que início, meio e fim, passado-presente-futuro formam uma totalidade narrativa; d) para além do esquema pergunta-resposta: essa técnica segue o esquema de entrevista não estruturada, sendo possível selecionar temáticas e tópicos a serem dialogados e verbalizando as perguntas com a linguagem cabível ao contexto e as circunstâncias (BAUER; GASKELL, 2000).

Posteriormente as entrevistas dos profissionais, onze mulheres em situação de rua foram entrevistadas. Em sua maioria mulheres negras, oito, com idades que estão entre 24 anos e 64 anos. No quadro em anexo constam informações e características mais detalhadas das mulheres em situação de rua entrevistadas. Faz-se importante sublinhar que três mulheres

estavam alcoolizadas, o que dificultou o entendimento de partes da entrevista, mas isso também nos mostra a presença da questão da drogadição como ponto necessário a ser discutido quando olhamos para a realidade dessa população, problematização essa que é feita ao longo da dissertação. As mulheres foram simpáticas, confiando na pesquisadora para contar segredos das ruas e tendo um espaço importante para vomitar suas dores e tragédias familiares, tendo a violência como tatuagem nesses corpos, foi difícil ouvir essas mulheres e não convidar todas para morar comigo. (In)felizmente, a situação de rua é uma questão complexa que precisa ser pensada de modo coletivo, inclusive sendo importante desmitificar que uma moradia resolveria totalmente os problemas das entrevistadas.

Foram dados nomes fictícios aos profissionais e as mulheres, tendo sido utilizados nomes de pessoas que foram importantes em minhas trajetórias de vida como amigas/amigos, familiares e professores. Ao todo, foram realizadas vinte e quatro entrevistas, somando as mulheres em situação de rua e os profissionais que as atendem. A técnica de amostragem snowball (bola de neve) foi utilizada para constituir a amostra populacional das mulheres em situação de rua, ferramenta discutida por Bockorni e Gomes (2021) como efetiva para encontrar grupos mediante o recrutamento em cadeia. Assim, as primeiras participantes da pesquisa indicaram outras mulheres em situação de rua, bem como profissionais entrevistados também contaram de usuárias e fizeram a mediação entre eu e essas mulheres para tornar possível esses encontros. As entrevistas com as mulheres em situação de rua ocorreram exclusivamente no espaço do Centro Pop. As entrevistas com os profissionais ocorreram em seus espaços intitucionais de trabalho.

O intuito foi usar as entrevistas narrativas como fio condutor para as mulheres em situação de rua verbalizarem suas biografias e estratégias sociais, abrindo portas e janelas para serem criadas novas experiências de devir-mulher com o entrelaçamento entre pesquisadora e sujeitas. Não se trata de assujeitar as histórias de vida ao crivo de uma intelectualização analítica, mas fermentar espaços em que as vozes femininas ecoem, pertubem e sejam abraçadas, denunciando os hábitos e repercurssões das ruas. Como discute Josso (2007), a narração de histórias de vida está entrelaçada a processos de formação de si, entrevendo heranças familiares, costumes, crenças, ao favorecer a sensibilização e apreciação das tramas de vida. A expressão das subjetividades entram em compasso com a compreensão libertária e criativa, discute-se sobre uma subjetividade singular-plural, abarcando as dimensões individuais e coletivas, abordando a existencialidade de humanidades compartilhadas.

Apresentaram-se como critérios de inclusão para as entrevistas narrativas: mulheres

em situação de rua que circulam pela cidade de Juazeiro do Norte; mulheres que frequentem uma ou mais políticas públicas em Juazeiro do Norte. Enquanto isso, o critério de exclusão se refere a mulheres com idade inferior a 18 anos, uma vez que o público-alvo tange a mulheres adultas. No que concernem aos aspectos éticos, segue-se a Resolução nº 510/2016 pautado sobre a proteção dos direitos humanos das participantes envolvidas em estudos, sendo fundamental oferecer informações sobre os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa, e também propiciando uma atmosfera acolhedora, empática e confidencial, salvaguardando a possibilidade de desistência da pesquisa a qualquer instante, respeitando a autonomia e enaltecendo a partipação de grupos rotineiramente excluídos das pesquisas tal como as mulheres em situação de rua.

Os riscos da pesquisa apontam para a exposição psicológica mediante as entrevistas narrativas, visto as possibilidades desconforto no momento da pesquisa ou posteriormente a ocasião, pois abordará questões relevantes sobre a história de vida das sujeitas em situação de rua, podendo abordar cenas de violência. Os riscos citados podem alavancar mal-estar psicológico, assim como manifestações de sofrimento. Para agir em prol da proteção das mulheres em situação de rua, suas informações serão resguardadas em sigilo e confidencialidade, dispondo do suporte do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua para aplacar os riscos à saúde psicológica e social, respectivamente. Os constrangimentos foram superados no decorrer das entrevistas. Enquanto benefícios, a pesquisa permitirá as sujeitas a expressão de seus cotidianos, modos de vida e as formas como lidam com as suas corporeidades, propiciando visibilidade social e escuta de seus saberes diante das pedagogias sociais que protagonizam, mediante uma escuta ética dos enfrentamentos e do sofrimento ético-político enfrentado pela população em situação de rua.

Além disso, a pesquisa também possibilita analisar as potencialidades e dificuldades da relação entre as mulheres em situação de rua e as políticas públicas, germinando transformações nas relações entre usuárias e profissionais ao propiciar ajustes e modificações no acolhimento sociopolítico e afetivo. Sublinha-se a ampliação de conhecimento científico no que se refere aos estudos feministas interseccionais e as ciências da educação. Foram estabelecidas relações de extrema confiança com as mulheres em situação de rua entrevistadas, fazendo com que elas me procurassem após a entrevista para ter mais diálogos sobre suas vidas.

Dois acontecimentos, em específico, me marcaram durante esse processo de pesquisa. Primeiramente, e por coincidência, a primeira entrevistada se encontrava extremamente angustiada pela dúvida cruel de não saber se seu filho estava vivo ou morto,

ouvira um amigo lhe contar que viu o nome dele em um jornal digital, enquanto outro amigo, esse segundo com o dom de ter visões, lhe dissera que ele ainda estava vivo. Atravessada por uma tremenda preocupação com essa situação, perguntei a entrevistada se ela tinha o número de telefone de alguém que podessemos entrar em contato para descobrir a verdade. Achamos o *facebook* dela, e nessa rede social, pessoas que poderiam nos informar à respeito do filho, onde enviei mensagens para sua irmã e a sobrinha do ex-marido. Combinamos que assim que eu tivesse respostas, avisaria para a psicóloga e ela lhe daria a notícia o mais breve possível, já que minhas visitas eram semanais.

No dia seguinte, recebi mensagens descrevendo que de fato, o filho de Eliane havia sido assassinado há mais de um mês com dois tiros. Segundo a sobrinha do ex-marido, tentaram entrar em contato com ela, procurando-a em cidades circunvizinhas. Contudo, ao não conseguirem, velaram e enterraram o seu filho. Avisei ao Centro Pop do ocorrido e ela foi comunicada do falecimento. Segundo a psicóloga, a assistida se mostrou muito emocionada, mas também com perspectivas de futuro de continuar morando em Juazeiro do Norte. Além disso, depois de dois meses, Eliane reatou a relação com a irmã, comunicando-se com ela frequentemente através do telefone ofertado no Centro Pop.

O segundo acontecimento se refere à procura de diálogo por parte de Eduarda, para além da entrevista, contando comigo para encontrar saídas possíveis para sobreviver, pois estava sendo ameaçada de morte por facções da cidade devido a dívidas relacionadas à drogas. Choro e ideações suicidas permearam a sala em um cenário de verdadeiro desespero. Ao contatar a equipe multiprofissional, conversamos juntas sobre o seu afastamento momentâneo do centro do município a partir da Pousada Social, contudo, ela julgou ser melhor partir para uma nova cidade. Essas mulheres precisam ser cuidadas, amparadas e assitidas, e isso pode ser feito através da companhia e do acompanhamento genuinamente preocupado com os caminhos dessas vidas.

Por conseguinte, foi realizada a transcrição das entrevistas. Para promover a análise dos dados se recorre a análise de discurso foucaultiana, permitindo compreender os procedimentos de exclusão social de corpos e saberes perante o exercício dos discursos. Como reflete Foucault (2007), as sociedades produzem discursos controlados, organizados e distribuído, definindo quem pode dizer, em quais circunstâncias e o que pode ser dito. Sendo assim, o discurso não somente revela os sistemas de dominação mas os jogos de poder e as lutas. Os princípios de interdição do discurso são formulados de três maneiras: práticas de controle para dotar privilégio de direito exclusivo para aqueles que falam; instauração do exercício da exclusão através da vigilância da circulação dos discursos; eleição de discursos

verdadeiros e falsos; nascimento da vontade de verdade amparada por suportes institucionais, como as práticas pedagógicas, de modo que as palavras se tornem inválidas e ilegítimas, enquanto outros discursos são validados, sendo baseado sobre as condições sócio-históricos de um tempo.

A análise do discurso em educação apresenta uma serventia salutar em estudos imbricados com as dispustas discursivas, os tons das linguagens e os processos de exclusão social em uma profunda relação discurso-poder. De acordo com Fischer (2003), o discurso denuncia que as palavras e as coisas se relacionam arbitrariamente, sem apresentar uma relação óbvia mas sendo fruto de construtos culturais e interações sociais. A perpsectiva foucaultiana recusa explicações únicas e a interpretação de sentidos dos discursos, atentando-se para as coisas ditas, trabalhando com o próprio discurso para permitir surgir sua complexidade, desapegando do jeito de olhar os discursos somente como um conglomerado de signos, significados, conteúdos ocultos e representações escondidas que precisam ser encontradas pelo estudioso em busca de verdades. Entender o discurso como prática social é contemplar seu mergulho em relações de saber-poder fabrincado sujeitas/os/es.

Conforme Foucault (2007, p. 10): “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo o que se luta, o poder do qual nos queremos nos apoderar”. O intuito é operar sobre uma história do presente, promovendo inquietações nos discursos, formados pelo emaranhado de enunciados – acontecimentos em condições de existência de frases, proposições e atos linguageiros. Trata-se de possibilitar a interrogação da linguagem, abdicando de encontrar sentidos escondidos, causas-efeitos, aprecia-se uma dispersão das sujeitas/os/es, pois o discurso se remete também aos lugares, tempos e grupos, rompendo com a dicotomização espaço-pessoa, o discurso é expressado pelos enunciadores e expressam os espaços ocupados por eles.

A pesquisadora rema para o encontro com a estranheza e novidade, fraturando o campo discursivo para as perguntas: quem fala? Quais estatutos de poder atravessam a falante? O saber é reconhecido em legitimidade? Como as sujeitas se inserem nas estragégias de poder? A interdiscursividade aflora como maneira de analisar os discursos para fazer insurgir as contradições, embates e apagamentos. Ao acreditar na verdade como navegante, instaura-se a possibilidade de sermos transformados e construirmos horizontes de futuro diferentes. Durante os capítulos que se seguem serão discutidos conceitos teórico importantes, analisados as entrevistas com trabalhadoras/trabalhores dos equipamentos citados e as narrativas das mulheres em situação de rua encontradas e conhecidas, essas se disponibilizaram genuinamente para as entrevistas, relatando confidências, trajetórias de

vidas, sofrimentos e sonhos.

2.1 Apresentação do campo

Geograficamente, ao sul do Ceará, Juazeiro do Norte é equidistante a todas as capitais nordestinas, equivalente a viagens de oito a doze horas, situada no epicêntro, é apontada pelos romeiros como coração do sertão nordestino. Como uma metrópole, Juazeiro do Norte é caracterizada pela aglomeração de pessoas, centralização econômica, expansão da urbanização, autonomia industrial, espaço estratégico para a criação de políticas públicas e dispositivos de controle urbanístico. A urbanização e o desenvolvimento econômico dessa cidade e das circunvizinhas – Crato e Barbalha – foi dado com a ocorrência de situações conflituosas, estratégias de governança e controle dos corpos, maneiras de organizar as cidades e a valorização de determinados modos de vida.

Para Gimbo (2021) há três momentos históricos marcantes para pensar o processo de gestão de pessoas dentro e fora das cidades, e por continuidade, a exclusão social caririense, sendo eles: a) o campo de concentração de Buriti (1932) – estrada de ferro construída interligando Fortaleza ao Crato para conter pessoas famintas que migravam para regiões mais ricas em busca de sobrevivências durante as secas; b) o massacre do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (1937) - liderado por José Lourenço, a comunidade do Caldeirão foi dizimada pela força aérea brasileira; c) o nascimento do hospital psiquiátrico Santa Tereza (1970) – criado para a higienização social e para institucionalizar a exclusão humana, retira a loucura das ruas. Assim, sendo possível refletir sobre as configurações sociohistóricas da exclusão social na região caririense.

Conforme Cordeiro (2010), a denominação Cariri advém dos indíos *kariri* que habitavam grande porção do semi-árido antes do processo colonizador. Engendrando a matriz colonial portuguesa e o coronelismo em ambientes rurais, a cidade surge ao redor de uma capela em homenagem a Nossa Senhora das Dores em um sítio chamado Tabuleiro Grande, onde havia a produção de cana de açúcar. Por meio da sombra de três árvores de caatinga chamadas juazeiros, viajantes e negociantes de animais e mercadorias agrícolas por escambo realizavam suas paradas e descansavam, tendo sido o lugar chamado de Joaseiro.

Entre 1860-1870, o Padre Ibiapina operou relevantes transformações nas estruturas religiosas caririenses, mobilizando diversos segmentos societários em práticas cristãs e econômicas, alavancando a construção de açudes, estradas e incentivando a exportação de algodão. Em 1875, a região perdurava traços de uma economia local baseada na cana de

açúcar. Diante da conjuntura de secas cíclicas, o vale frondoso apareceu como óasis desde o surgimento da colonização europeia, visualizada como terra fértil para os nativos indígenas, contrastando com a vegetação semi-árida rasteiro de solo pedregoso e raso. As dificuldades climáticas foram responsáveis frequentemente pela decadência socioeconômica, propiciante dos fluxos de migração para a cidade juazeirense (DELLA CAVA, 1985).

Vir a Juazeiro é recorrer a um pedido de socorro divino, atraídos pela figura de Padre Cícero Romão Batista, protagonista visionário que investia sobre planos e sonhos para o espaço que pisava, entrelaçando sua biografia a constituição do município, tornou-se o primeiro prefeito e o sacerdote conselheiro das pessoas em sofrimento:

> A maioria da população que deu origem ao município era formada por indivíduos miseráveis, perseguidos por questões de posse da terra, ex-cangaceiros, ex-'mulheres da vida', 'sem-terras', retirantes das grandes secas que assolaram o Nordeste no início do século XX e portadores de doenças crônicas que no Joaseiro do Padre Cícero buscavam aconselhamento, refúgio, redenção e melhoria de condições de vida e de trabalho. Muitos desses indivíduos vinham originalmente em romaria. Para os romeiros de outrora que fixaram residência no município, é amplo o repertório de acontecimentos fantásticos, da ordem do milagroso e do sobrenatural que reconstituem os caminhos que os trouxeram para Joaseiro (CORDEIRO, 2010, p. 108).

Os ensinamentos de Pe. Cícero passaram a conduzir a vida dos juazeirenses, alicerçando ensinamentos para viver que ainda na atualidade estão expostos no museu da cidade em sua homenagem, guiando seus afilhados e as relações simbólicas interpessoais do território: "Sempre é mais seguro obedecer a Deus do que aos homens"; Deus nunca deixou trabalho sem recompensa, nem lágrima sem consolação"; "Trabalhe como se nunca fosse morrer, reze como se fosse morrer hoje"; "Eu nunca combino com revolução"; "Em cada casa uma oficina, em cada oficina um altar".

Desse modo, para Della Cava (1985), conduzindo a prosperidade econômica da comunidade, incentivando a aliança entre fé-trabalho como pilastras para a construção de uma "terra santa", trazendo marcas identitárias para os moradores. Somado a isso, o fenômeno do milagre da hóstia, ocasião em que a hóstia se transformou em sangue na boca da Beata Maria de Araújo em uma celebração eucarística dirigida por Padre Cícero, ampliou movimentos religiosos de devoção. O milagre aconteceu na boca da Beata, contudo, foi o padre que levou os créditos e começou a ser visto como sagrado. De acordo com Olinda e Cordeiro (2018), trata-se de uma protagonista invisibilizada socialmente, mas também nos estudos realizados sobre Juazeiro do Norte, sendo Padre Cícero constantemente exaltado e discutido, citada mas pouquíssimo aprofundada em pesquisas. Mulher negra, pobre e analfabeta, dizer da marginalização de Maria de Araújo é também tocar na exclusão social

vivida pelas mulheres em situação de rua que circulam pelo território juazeirense.

A liderança política do Padrinho, apelido carinhosamente dado pelos seus afilhados, configurou uma relação de proteção aos desvalidos e miseráveis, tornando-o santo do povo. Agricultura, comércio e artesanato eram possibilidades laborais incentivadas à população, herança atual dos modos de trabalho juazereinses. Conforme aponta Walsh Netto (2008), as romarias acontecem pelo deslocamento de um agrupamento de devotos que viajam dos espaços onde residem para Juazeiro do Norte, movidos pela peregrinação religiosa, abrilhantando uma estética de festividade, reencontro e pagamento de promessas aos santos. A vinda dessas pessoas à cidade resultam em transformações populacionais temporárias ou permanentes no que tange as características populacionais da cidade. Romeiras/os/es estão imbricados em uma relação de segurança e intimidade com esse patriarca, sendo convocados por eventos anuais em homenagem aos santos, e datas comemorativas fazendo triplicar a quantidade populacional de habitantes do lugar. Ressalta-se como uma das emergências da população em situação de rua o fluxo de migrações, fruto de crenças de uma cidade salvacionista.

Por conseguinte, diante do histórico desejo de emancipação econômica, política e social, para além de um lugar de atração turística, Juazeiro do Norte cresce enquanto pólo de indústrias e zona comercial. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2009), o município juazeirense é caracterizado como uma metrópole, integrando a Região Metropolitana do Cariri, com uma área total de 5.456, 01 km², composta pelas seguintes cidades: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri.

Como metrópole, uma vez que apresentam-se as seguintes configurações apontadas por Moura (2009): concentração populacional; alta densidade urbana e intensa articulação regional; espaços de alta produtividade e renda; fluxo de relações de poder, mercadorias e indivíduos; atividades intensas nos ramos de conhecimentos e tecnologias. Como um agomerado urbano-regional, pensa-se o processo de metropolização como uma cidade que transborda os limites territoriais, integrando uma região e uma rede globializada de atividades, assim como estando no controle dos fluxos urbanos de outras cidades.

A Região Metropolitana do Cariri – RM Cariri é oficialmente datada de 2009, localizada no extremo sul do estado cearense e caracterizada pelo sertão semi-árido. Como aponta Nascimento (2018), o crescimento socioeconômico, a amplificação de investimentos privados e públicos e problemas comuns entre as cidades revelam atributos da região. O cariri cearense é legitimado em suas facetas ambientais, culturais, econômicas e

universitárias. A conurbação (fusão entre cidades limítrofes) Juazeiro, Crato e Barbalha, conhecida como Triângulo Crajubar, comandam energicamente os aspectos demográficos, políticos, turísticos e religosos. Tais municípios lograram posição de destaque no panorama regional, apresentando destaques específicos: Juazeiro do Norte (comércio e religião); Crato (educação e cultura); Barbalha (instituições de saúde e agroindústria). Contudo, quando se soma a alta densidade demográfica ao não planejamento urbano igualitário, surgem áreas de favelizações e vulnerabilidades. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010), 60% das microrregiões são consideradas de baixa renda. Discutir sobre isso é evidenciar a pobreza preponderante nessa zona cearense, o ambiente metropolotina salvaguarda patrimônios, riquezas e investimentos, e com a mesma proporção, abrange a violência urbana, desemprego e precarização dos serviços públicos.

A riqueza geográfica do vale caririense permitiu investimentos nos setores de transporte, produção e comunicação. O crescimento demográfico da cidade a partir do século XX impactou diretamente sobre a urbanização. Os princípios religiosos agiram como ímã para o desenvolvimento socioespacial juazereinse, aliada a extrema condição de pobreza endêmica e precariredade vivida por milhares de sertanejas/os/es que buscavam alívio e amparo. Hoderniamente, o município se consolida enquanto pólo calçadista, promovendo a ampliação de mercados a partir do uso de materiais sintéticos de baixo custo, apresentando mais de 200 indústrias oficializadas voltadas a produção de calçados. Considera-se também empresas familiares e empreendedorimos individuais associados ao comércio (QUEIROZ, 2013).

Considerar Juazeiro do Norte como uma metrópole é sobretudo observar as potências, mas também as vulnerabildades da cidade. Isso significa dizer que um território que atrai olhares turísticos e comerciáveis, também é um lugar de produção de pobreza e subjetividades, uma vez que a edificação de metrópoles está bordada com ideais neoliberais de incentivos empresariais e produção de exclusão social para aquelas/es desviantes das normativas, dentre eles as pessoas que não alcançam empregos formais e moradia, a saber, a população em situação de rua. Com problemáticas referentes a fragilização ou exclusão de direitos humanos, a cidade cria políticas públicas e órgãos não-governamentais visando auxiliar populações vulneráveis em suas dificuldades, tal como o Centro Pop (lócus inicial da pesquisa), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Assim, a população em situação de rua, e mais especificamente, as mulheres em situação de rua são impactadas diretamente pela historicização manifestada da cidade. Compreender

como as existências femininas nas ruas constroem as sociabilidades em Juazeiro do Norte é o mote dessa pesquisa.

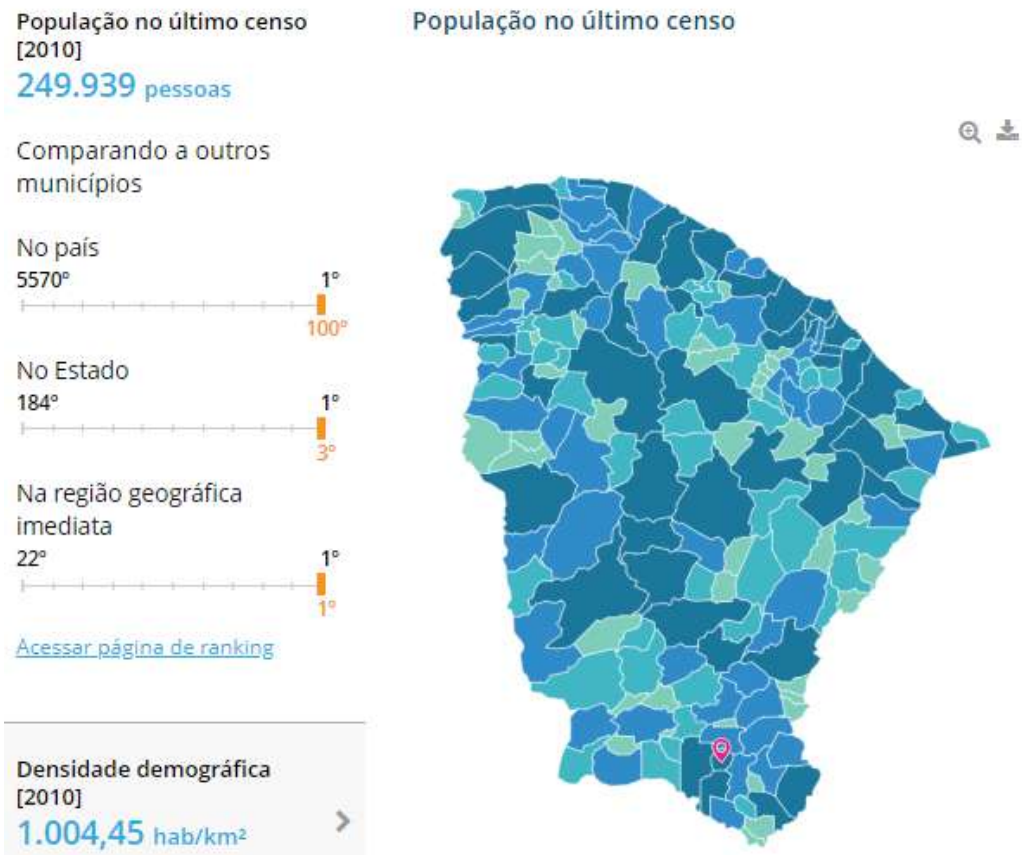


Figura 1. Caracterização do estado do Ceará. Fonte: IBGE (2010).

3 VIVER NAS RUAS: POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Nesse momento, o intuito desse capítulo é o de fornecer às leitoras e leitores um guia mapeado dos pontos conceituais cardeais e as lentes pelas quais observaremos e participaremos do campo de pesquisa. A pobreza e a exclusão social são questões importantes para as políticas públicas, vulnerabilidades imbricadas com as mulheres em situação de rua. Historicamente pobreza e exclusão social atravessam contextos, espaços e tempos diferenciados e foram tratadosa de modos diferenciados, sendo salutar considerar a complexidade da reflexão tricotada nesse capítulo. Como aponta Araújo (2009), os indicadores de renda monetária, de forma convencional, sempre serviram para medir a pobreza, não desconsiderando a importância da renda, a pobreza não se restringe ao que se pode adquirir com o dinheiro, mas envolve outras tantas dimensões que permitem definir a condição de pobreza, e desta como como face fundamental da exclusão de pessoas e grupos.

De acordo com Raitano e Ribeiro (2019), a partir do século XX, o fenômeno da pobreza é associado aos conceitos de subsistência, necessidades básicas, privação relativa, abordagem das capacidades e multidimensionalidade. Anteriormente a isso, a pobreza era tratada pelas pequenas instituições religiosas cristãs de caridade, com a Revolução Industrial os modos de pensar e agir sobre a pobreza são modificados, sendo as iniciativas locais insuficientes para lidar com o aparecimento da miséria na classe trabalhadora urbana, trazendo preocupações aos governantes gestores da economia. Foi necessário usar novos métodos para aliviar a população carente, estimulando a aceitação dos pobres aos salários mais baixos possíveis, apenas o mínimo necessário para a sobrevivência.

Na década de 1950, a abordagem das necessidades básicas é marcada pela lógica de que satisfazer necessidades básicas das pessoas faria com que elas contribuissem para o progresso econômico e desenvolvimento social. A reestruturação do mundo do trabalho e do capitalismo em 1970 propicia uma espécie de extensão da subsistência, buscando fornecer padrões mínimos de privatização da vida familiar como comida, moradia e roupas, bem como padrões mínimos comunitários como água potável, saneamento básico, educação e saúde. Busca-se a superação da pobreza, desenvolvendo a dignidade das/dos sujeitas/sujeitos/sujeites para alavancar o desenvolvimento das nações. Parte-se do entendimento da interligação entre as estruturas sociais e a pobreza, ocorre o nascimento da abordagem das privações relativas, apontando que a pobreza não pode ser dimensionada através de indicadores e pesos universais, mas que precisa ser retratada primando pela análise de cada sociedade (RAITANO; RIBEIRO, 2019).

Dentre os discursos e concepções difundidos sobre a pobreza, percebe-se que há uma ampliação do entendimento de pobreza não mais restrita a carência de renda, mas como um processo social e econômico de exclusão social, cultural e política. Conceitos tais como exclusão social, desigualdade e vulnerabilidades ampliam o entendimento sobre a pobreza destacando sua multidimensionabilidade. Segundo Codes (2008), o conceito de pobreza passa de uma análise focal baseada em um único indicador como alimentação ou renda para um caráter multidimensional, ótica mais utilizada atualmente. Entende-se a pobreza como complexo fenômeno social, englobando não somente necessidades materiais, mas sobretudo, a falta de oportunidades para conduzir a vida inseridos em padrões sociais aceitáveis. Permitindo a análise interrelacional de inúmeras dimensões da vida, acalora-se o sentimento de impotência frente ao destino, desesperança, insegurança e vulnerabilidade política.

Dessa maneira, a pobreza passa a ser relativa, concebida pelo cenário social em uma determinada realidade socioeconômica com nuances de questões individuais de cada vivência, a pobreza é entendida como estado de carência que ultrapassa padrões de vida, onde ser pobre representa não dispor de recursos necessários para atuar de forma satisfatória no cenário social do qual se vive. As pessoas passam a sofrer uma série de privações tais como exclusão do desempenho de papeis sociais, a alimentação, o conforto e a convivência familiar. Ainda assim, envolve duas perspectivas: objetiva – preconceitos e julgamentos sobre a pobreza e explicações do que seria preciso fazer para sair daquela situação; subjetiva – sentimento individual por ter se tornado pobre (CODES, 2008).

Lavinas (2002) considera que nas últimas décadas a pobreza abre espaço para se pensar em exclusão, o que permite compreender a pobreza além da renda monetária, ampliando o universo do não atendimento das necessidades básicas e vitais, vislumbrando as possibilidades de equidade, emancipação e pertencimento. Conforme Dupas (2000), a exclusão social deve ser pensada de forma multidimensional, incluindo a falta de acesso não só de bens e serviços, mas também de segurança, justiça e cidadania, aspectos relacionados às desigualdades econômicas, políticas, culturais, étnicas de gênero entre outras. A exclusão social é, portanto, de acordo com esta leitura, uma situação de não realização de algumas ou de todas estas dimensões. Compreender a exclusão de grupos e pessoas implica considerar os elementos de subjetividade que permeiam as suas condições de vida que inclui a impossibilidade de apropriação dos frutos do crescimento econômico, repercutindo na falta de renda, moradia, escassez de escolaridade. A rejeição aos excluídos afeta as suas identidades enfraquecendo laços comunitários e sociais.

De acordo com essa perspectiva, a exclusão está relacionada com aspectos materiais e imateriais, envolve a insatisfação do ser humano quando se encontra em determinadas situações nas quais não consegue realizar aquilo que deseja para si, para a sua família ou o grupo. É um processo acumulativo e pluridimensional que afasta e inferioriza pessoas, grupos, comunidades e territórios dos centros do poder, dos recursos e de determinados bens. De que modo entender como determinadas pessoas, grupos e territórios estão em condições de exclusão? Sabemos que a exclusão é estrutural e só se explica a partir de um encadeamento de fatores de natureza distinta, de certa forma, contínua e repetitiva no nível de vida de pessoas, grupos e territórios.

Ao escrever o livro Viver Por um Fio: pobreza e política social, Ivo (2008) realiza uma sensível análise sobre pobreza, exclusão social e políticas sociais, considera que há questões persistentes da realidade brasileira imbricadas com a existência de cidadãs e cidadãos sobreviverem com o mínimo de condições sociais, mesmo sendo o Brasil um país com níveis de riqueza equivalente a países desenvolvidos. Segundo a autora:

> Esse dilema tem raízes históricas, políticas e culturais, de uma sociedade que não reconhecia cidadania aos homens sem propriedade, estratificando-a em homens úteis e inúteis (aqueles fora dos sistemas de propriedade). Essa herança desigual de estruturação da sociedade brasileira reproduziu, de forma constante, uma massa de trabalhadores 'desocupados', restringuiu a proteção social aos trabalhadores assalariados e convvieu com um padrão de reprodução social das famílias trabalhadoras em níveis extremamente baixos – vivendo por um fio – fatores que têm implicações decisivas sobre a estrutura do mercado de trabalho livre e o encaminhamento da questão social no Brasil contemporâneo (IVO, 2008, p. 23).

O pauperimo – intensa pobreza, miséria – é emergente das disparidades econômicas e sociais diante da acumulação de riqueza moderna, estruturam a sociedade através do mito do progresso mediante a mobilidade social e os esforços individuais. Como discute Ivo (2008), cria-se um sistema de proteção social para garantir o asseguramento dos direitos e liberdades fundamentais como forma de resposta aos danos dessa nova ordem social que atinge indivíduos e famílias, levando-os a situações de vulnerabilidade socioeconômica. Conhecer os pobres interessa bem mais do que entender os ricos, uma vez que nos debruçamos sobre uma sociedade pautada no intercâmbio de riquezas, tudo que desvia a essa norma é problemático. E, por isso, a pobreza e a exclusão social se tornam alvo do discurso político e de discussões públicas. A sociologia da pobreza como razão prática e instrumental considera a vida social sensível ao controle mediante as instituições, tendo como sustentáculo técnicas para contar e mensurar as condições de vida de estratos sociais das populações. Há três níveis de elaboração dessa razão: a) sistemas de proteção social – ações do Estado visando a prevenção ou diminuição de consequências perversas da dinâmica dos

mercado; b) indicadores de pobreza e desigualdades - voltados a mediação, visam auxiliar a contagem e traçar a delimitação dos grupos de beneficiários de políticas públicas de redistribuição; c) categorias de ação pública - traçam variáveis para definir metodologias capazes de captar a territorialidade urbana (IVO, 2008).

A pobreza como categoria social é definida por Simmel (1998) como aquelas/aqueles que são amparadas/amparados ou deveriam ser por assistência através de normativas sociais. Diante do contexto alemão e da emergência dos laços sociais da modernidade no século XX, o sociólogo teoriza sobre as formas de assistências ofertadas aos pobres. Em uma sociologia da pobreza caracterizada pela dependência assistencial, pensa-se a respeito da relações entre os indivíduos pobres e as coletividades, apontando a existência da assistência como designação para se tornar pobre, tendo a condição de assistida/assistido como sinal identitário para a desvalorização, caracterizada pela desigualdade e dependência, sem a possibilidade de contribuição recíproca igualitária com a coletividade.

Há imposições morais daqueles que dão para derivar o direito do outro, expressa nas formas com que as coletividades (Estado, famílias, comunidades e organizações) fazem caridade e assistência aos pobres, no que o autor denominou de obrigação da dádiva, onde o auxílio ao pobre não é o objetivo da ação, mas mobilizações que se referem a preocupação dos próprios membros do coletivo, tal como zelar pela reputação ou no caso das políticas públicas, a manuteção da ordem social e controle da pobreza, amenizando o risco dos pobres se tornarem inimigos e restringir a direito do pobre ao domínio de recursos públicos, diferenciando-se do direito de trabalhadores que lhe permitiriam revolta mediante injustiças e ausências na efetivação dos benefícios (SIMMEL, 1998).

As teorizações simmerianas explicam que a exclusão singular pela qual os pobres estão submersos pela comunidade que lhes presta assistência, é um atributo fundamental de sua função societária. Assistência como um dever e prática da caridade como dádiva, fornecendo o mínimo para promover a salvação da falência física, realizando uma homogeneização da pobreza, classe passiva e dirigida a representação ativa do outro, ao enxergar esses seres humanos somente a partir da pobreza, negligenciando outros aspectos concernentes a suas vidas. Devido ao julgamento da pobreza como intolerável pelo conjunto, o status social dessa população se vincula a desvalorização e estigmatização, mantendo relações de distanciamento também com pessoas próximas a sua condição. A humilhação aparece como impedimento para o desdobramento do sentimento de pertença a uma classe social. Defendendo a cidadania dos pobres como saída, o autor acentua a participação dessas/esses sujeitas/os/es na vida política como sujeitas/os/es sociais, concebendo política

como atrelada a experiência, assim como a compreensão ou falta de entendimento dos participantes frente as problemáticas.

Em outra perspectiva, Amartya Sen (1999), entende a pobreza a partir da ideia de privação das capacidades, considera ainda que a renda é apenas um critério, uma vez que é essencial considerar as questões de gênero, a localização geográfica e a geração. Amplia e aprofunda a discussão focando na justiça social, incluindo os questionamentos sobre desigualdade social, liberdade e igualdade. Nesse viés, o autor argumenta que para ter a capacidade de estar inscrito em uma configuração de vida, o indivíduo necessita desfrutar de liberdades instrumentais como oportunidades econômicas, segurança, apoio político e social. Então, a pobreza é entendida não pela escassez de acesso as necessidades essenciais, mas pela carência de oportunidades, sendo imprescindível o desenvolvimento de ações individuais e coletivas para a superação das privações.

Outro notório estudioso nesse campo é o Serge Paugam (2001), compreendendo a pobreza como desqualificação social, aludindo a relação entre pobreza-sociedade, sendo uma problemática de integração normartiva, uma expulsão gradativa do mercado de trabalho e culminando no enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais, estigmatização das/dos assistidas/assistidos, uma massa considerada intolerável pela representação social. As artimanhas da exclusão social estão costuradas com a fabricação e multiplicação da pobreza, mesmo que pedintes e mendingos sejam presenças que historicamente ocupam os espaços sociais, é a partir da década de 1990 que a noção de exclusão protagoniza a cena política como resultado do acirramento do mercado de trabalho. A partir da emergência do capitalismo, a pobreza irrompe atraindo interesses intelectuais e políticos, requerendo que grupos dirigentes se preocupassem em como gerir a pobreza.

Ao falar de exclusão social, Castel (1998) destaca-a como resultante de vulnerabilidades concernentes ao mundo do trabalho, especialmente no que ele o denomina de crise da sociedade salarial, pela ausência de salário que produz rede de acesso a sociedade de consumo. O trabalho assalariado possibilita uma rede de sociabilidades e apoio estatal, enquanto o não-emprego provoca a não-inserção nessa sociedade e o distanciamento de papeis sociais. Com o modelo de organização política neoliberal, o trabalho não está mais atrelado a estabilidade, mas a instabilidade e insegurança para que as pessoas continuem a produzir. A exclusão social não estaria apenas associada a um estado de faltas, mas a uma zona de desfiliação configurada pela marginalidade devido a ausência de trabalho e o isolamento social completo.

Então, essa perspectiva considera a precarização do trabalho acoplada a fragilidade

de vinculações sociais. Então, a desafiliação se revela como rachadura em relação as normas de produção social que o indivíduo precisaria estar circunscrito. A família se revela como fonte de sociabilidade primária, em que os participantes do grupo geram pertença e interdependência, habitando espaços e partilhando valores comuns. Mas, no caso das pessoas em situação de rua, esses laços estão enfraquecidos ou rompidos, estruturando uma quebra desse caráter de sociabilidade, assim como da proteção inter-membros e privação relacional.

Segundo Dardot e Laval (2016), mais do que um sistema socioeconômico de nova ordem liberal, o projeto neoliberal é uma racionalidade governamental, pautado em códigos bancários, convertendo as pessoas em empresas e as relações em jogos de concorrência onde a finalidade é alcançar lucro e acumulação de capital. Meritocracia-individualismo-culpabilização consistem na tríade baluarte dessa racionalidade. Os méritos individuais designam o sucesso ou fracasso profissional, ignorando os privilégios dados a alguns e as condições desfavoráveis a que estão submetidos muitos outros. O *laissez-faire*[2] representa o pilar econômico formador de uma organização social em que o indivíduo dispõe de liberdade para escolher sem punições.

Diferentemente do liberalismo clássico, embasado sobre a propriedade privada e afastamento das intervenções estatais, o neoliberalismo se ocupa em realizar a produção de ações que incentivem a rivalidade coletiva. O neoliberalismo é consolidado pela comunhão de práticas, discursos e dispositivos movidos pelo princípio universal da concorrência, permeando os comportamentos e os modos relacionais consigo e com os outros. Movendo-se por princípios de mercado, construímos coletivamente campos de guerra em disputas econômicas para não sermos tocados pela miséria, portando-se como se as disparidades sociais retratassem o adormecimento do espírito empreendedor de pobres ociosos.

Em território brasileiro, a organização dos movimentos sociais por moradia se destacou no tocante a revolucionar o lugar de submissão de segmentos populacionais em situação de pobreza, alavancando o acesso a políticas públicas e direitos sociais. Faz-se necessário localizarmos a pobreza no contexto brasileiro, estando atrelada a mendincância como prática de pedir dinheiro ou doações. Analisando a colonização brasileira, atenta-se para a desclassificação social como tormento da população negra, apesar da abolição da escravatura, ocorreu o impedimento de negras/os/es de usufruir de condições dignas de

[2] Expressão máxima fundamental do liberalismo econômico, é um termo francês que significa “deixar fazer” ou “deixar ir”, conceito discutido por Adam Smith (2013) para defender a liberdade político-econômica e a mão invisível do Estado, permitindo o mercado operar sem intervenções do Estado, garantindo somente o direito à propriedade privada. O mercado é governado pela lei de oferta-demanda e pelo interesse econômico individual.

trabalho. A destituição da humanidade da população negra, a sistemática opressão e a marginalização social foram determinantes para encontrar na medincância uma possibilidade de sobrevivência (SOUZA, 1982).

A metrópole é o produto geo-histórico da modernização econômica e industrialização. Em concordância com Filho e Magalhães (2017), a metrópole atua como mola propulsora espacial para a expansão neoliberal, englobando processos governamentais fortalecedores de mercado como propriedade privada, polícia e sufocamento de estratégias coletivas comuns. No panorama brasileiro, entre 1930 e 1980, há a conversão da cidade para a metrópole, transformando os alicerces mercantis e portuários em bases industriais e com grande concentração de serviços avançados. O arranjo espacial alicerçado sobre a acumulação industrial convoca a concentração populacional devido a processos migratórios de busca por fontes de renda, mas a população aumentada não necessariamente se emprega, mas se cria ocupações ou amontoamentos de pobrezas. Agente neoliberal, a metrópole torna expressões governamentais em quadros vivos diante do planejamento e gestão urbanas.

Baseando-se no darwinismo social, a visão neoliberal compreende que os melhores sobrevivem, os mais fracos e menos adaptáveis irão sucumbir pela luta com os mais fortes. O empreendedorismo como governo de si é a alavanca para a realização de cálculos de valor, pretendendo a mercantilização da existência e o empresariamento das vidas. O empreendor em potencial é a salvação ilusória oferecida pela ótica capitalista, o espírito comercial e a vigilância por oportunidades de ganho se entranham nas dimensões da constituição humana. Transformar crise em criação, explorar as oportunidades, ser motivado e inovador são valores consolidados para o sistema social (DARDOT; LAVAL, 2016).

Concorrências e competições entre cidades se fazem presentes em um enquadramento de neoliberalização dos espaços. Conforme Hardt e Negri (2000), em um formato de cidade-empresa os solos metropolitanos são ringues de mercado, forma-se um império, promovendo agenciamentos para possibilitar o máximo de vendas com entrecruzamentos entre a produtividade industrial e a disponibilização de atividades heterogêneas concentradoras de empregos com alto nível de qualificação e mão de obra intelectualizada. Assim, o espaço urbano se edifica como pólo de dispustas, mediado pelo regime da força policial para bloquear aparatos democráticos. A geografia é o epicêntro capitalista pela capacidade de extrair renda da terra, onde o elemento essencial para extração da produção não são mais as máquinas, mas o trabalho vivo. O entendimento de cidade como fábrica social é pensar em usina biopolítica determinante para a geração de suturas entre trabalho e vida, sendo os corpos das multidões transpassados pelas táticas políticas

para se moldar ao empreendedorismo.

À vista disso, em um casamento fortalecido com o neoliberalismo, a metrópole é qualificada como espaço do indivíduo desvitalizado, preocupado incessantemente com modos de sobrevivência em um cenário competitivo e apático, afastado dos laços comunitários pela urgência de produtividade e acumulação capital. Trafega-se com indiferença pela cidade no que Simmel (1973) identifica como atitude *blasé*, preocupando-se apenas com interesses pessoais, não se deixando arrebatar pelas personificações das desigualdades sociais, tal como a proliferação de populações em situação de rua. A sociologia cotidiana forma seres humanos insensíveis para viver o modelo de sociedade urbana, reunindo a desimplicação e o embotamento dos sentidos como se uma totalidade acizentada surgisse ao se deparar com o outro, relaciona-se a partir de cálculos e não de emoções.

Conjuntamente a esse panorama, pesquisadoras/pesquisadores e entidades internacionais têm percebido que as mulheres representam uma maior proporção na linha da pobreza, assim como maior incidência de empobrecimento em famílias pobres chefiadas por mulheres, o que é chamado de feminização da pobreza. Esse termo foi primeiramente utilizado pela socióloga Diane Pearce em 1978 para retratar a tendência estadunidense de crescimento de mulheres em níveis de pobreza. A feminização da pobreza revela não somente o aumento dos níveis de pobreza em determinado grupo social, mas também o aumento de disparidades entre homens e mulheres, reflexo das desigualdades de gênero (COSTA *et al*, 2005).

Nesse sentido, Novellino (2016) aponta que as políticas públicas de países em desenvolvimento como o Brasil, necessitam considerar a feminização da pobreza, o protagonismo das mulheres ao ocupar espaços de pobreza. A presença feminina na economia informal e a discriminação salarial refletida em menores salários para mulheres são fatores relevantes nessa discussão. Por isso, políticas públicas de gênero são indispensáveis para concretizar a luta a favor do combate à pobreza e da erradicação das desigualdades de gênero, garantindo bem-estar social para além das funções reprodutivas e do papel social da maternidade imposto às mulheres, fomentando geração de renda, equidade, conscientização e empoderamento social.

4 MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: ENCRUZILHADAS ENTRE INTERSECCIONALIDADES, BIOPODER E SOCIABILIDADES

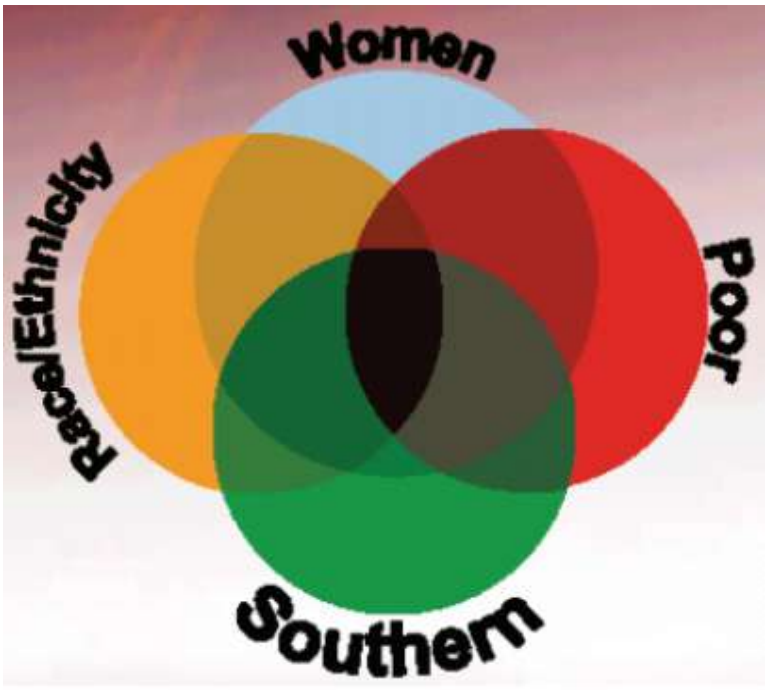
Situando leitores/leitoras, o intuito desse tópico é discutir como interseccionalidades, biopoder e sociabilidades estão vinculados às mulheres em situação de rua. Faz-se necessário pensar as mulheres em situação de rua através da intersecção e entrecruzamentos de marcadores sociais como raça, classe e gênero, compreendendo de que forma experiências femininas se articulam com questões de racialidade e pobreza. Destacaremos duas principais leituras do conceito de interseccionalidade: a leitura sistêmica de Kimberlé Crenshaw e as abordagens construcionistas de Anne McKlintock e Avtar Brah. O histórico da interseccionalidade perpassa as trincheiras de novos paradigmas sobre a concepção de gênero, de poder e do modo como um conjunto de elementos biológicos, sociais e culturais se relacionam e interferem na vida de sujeitas. Por isso, é intuito desse capítulo tensionar os conceitos de interseccionalidade e produzir enodamentos com o biopoder e as sociabilidades dadas nas ruas, também fazendo nítido as noções de gênero utilizadas na pesquisa.

Conforme Piscitelli (2008), na segunda metade de 1970, gênero tinha sido compreendido como face cultural variável dada ao sexo biológico, esse último visto como imutável. Contudo, no final da próxima década, em 1980, escritoras feministas como Joan Scott, Judith Butler e Strathern questionam a diferenciação formulada anteriormente para sexo/gênero, reivindicando a noção de gênero e problematizando o pensamento fixado de que o sexo biológico é imutável, e que ao dividir os seres humanos em dois mundos (machos e fêmeas), também estamos dividindo as identidades de gênero em duas polaridades (homem/mulher). Além disso, as autoras passam a criticar uma visão de poder hierarquizado, coercitivo e apenas controlador, concebendo o poder também como produtivo e pulverizado como discute as teorias de Michel Foucault.

E, em meados da década de 1990, a estudiosa, ativista norte-americana e defensora dos direitos civis Kimberlé Crenshaw cria o conceito de interseccionalidade através da teoria crítica de raça, também criticando às leis de antidiscriminação circunscristas ao racismo patriarcal. A autora desenvolve o termo a partir de estudos e experiências vividas ao longo de vinte anos, iniciando a inquietação sobre a intersecção entre racismo e gênero quando é convidada conjuntamente a um colega negro para participar de um evento universitário e eles temem serem atingidos pela opressão racista. Mas, ao chegar na instituição, é instruída a entrar pela porta dos fundos por ser mulher, experienciando uma discriminação de gênero. A proposta inicial é de compreender como discriminações raciais e de gênero operam juntas na

vida de mulheres negras atingindo violentamente os direitos humanos e combater essa discriminação interseccional (CRENSHAW, 2002).

O que ocorre é uma sobreposição de questões, quando olhamos para o lugar ocupado pelas mulheres negras conjuntamente aos espaços ocupados por grupos de pessoas com deficiência, pobres, negros e idosos, é justamente as mulheres negras que estão no centro da exclusão social e da perda de direitos humanos. Para tornar essa explicação ainda mais concreta, a autora utiliza conjuntos de intersecção para explicar que uma intersecção se refere ao que é comum a dois grupos, como a questão de gênero e raça que enfrentam as mulheres negras como vemos na imagem abaixo.



Women = Mulheres
Poor = Pobres
Southern =Sulistas
Race/Ethnicity = Raça/Etnicidade

Figura 2. Interseccionalidade em Crenshaw. Fonte: 2002, p. 10.

Assim, pensa-se também nesse entendimento interseccional a partir da noção de ruas, onde os automóveis representam a discriminação pulsante e as políticas contemporâneas excludentes, estando as mulheres negras no meio dessas ruas. O intuito é defender a criação de políticas públicas capazes de atender, evitar e contestar a violência contra às mulheres, o que necessita conversar diretamente com as políticas sociais responsáveis pelo atendimento de mulheres em situação de rua. Ainda de acordo com Crenshaw (2002) as

interseccionalidades são modos de captura e assujeitamento produzidos pela interação entre dois ou mais eixos como racismo, patriarcalismo e sexismo. Existem diversas ruas, onde em cada uma delas existe um eixo de opressão e quando essas avenidas se intercruzam, há a opressão feita por todos essas estruturas simultaneamente.

Essa visão de interseccionalidade foi sendo difundida posteriormente a Conferência Mundial em contraposição ao racismo, xenofobia e intolerância em 2001, ocorrido na África do Sul em Durban, alcançando popularidade entre os intelectuais e se difundindo academicamente. Desde o início do século XXI, ressalta-se o alastramento global desse termo em pesquisas, políticas públicas e movimentos sociais. O viés interseccional propicia instrumentalidade e serve de aparato teórico-metodológico para a indissociação capitalismo-racismo-patriarcado, tripé mecanismos de cruzamentos coloniais. Ainda mais, a interseccionalidade aponta para como mulheres negras são atingidas por cruzamentos, avistando a interação coexistente entre avenidas identitárias (COLLING; BILGE, 2020).

Em uma segunda visão, denominada de construcionista, como discute Piscitelli (2008), podemos citar as autoras McKlintock e Brah. Sublinha-se a identidade social em seus enfoques relacionais, entendendo as relações de poder como batalhas incessantes entre desigualdades e diferenças. Enquanto na vertente sistêmica, o intuito é denunciar os efeitos das representações sociais e as consequências de perversos sistemas de subordinação, a segunda leitura enfatiza que as sujeitas não são somente submetidas ao poder soberano, mas as possibilidades de resistência. Assim sendo, a identidade é vislumbrada não somente como limitante mas também revolucionária, possibilitando formas de ação e transformação social.

McKlintock (1995) aponta que gênero-classe-raça não são instâncias separadas, assim como também não podem ser vistas como um simples conjunto como se fossem peças de um quebra-cabeça, a questão se trata de compreender como essas instâncias se articulam e se relacionam, alavancando relações convergentes, contraditórias e íntimas. Já Brah (2006), contrapõ-se ao conceito de patriarcado e reflete sobre a existência de diversos tipos de racismo, envolvendo-se em importantes discussões do feminismo negro e dialogando etnicidade, sexualidade e gênero, discutindo como o imperialismo e o capitalismo interfere na produção de subjetividades, assim como de que modos as diferenças produzem não somente explorações e desigualdades, mas também relações sociais, identidades e modos de viver.

Para as autoras contemporâneas, Collins e Bilge (2020, p. 3), ampliando a noção das autoras supracitadas, pensa-se na seguinte definição: “a interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos

mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais". Ao imbricar as relações interessecionais, acredita-se em possibilidades de lutas emancipatórias e justiça social. A interseccionalidade se volta para os efeitos opressivos interssecionais que as estratagemas de biopoder operam sobre as cidades e por conseguinte, sobre as mulheres em situação de rua envolvendo diferentes vulnerabilidades, deslegitimações e violências.

Como discute Carla Akotirene, grande pesquisadora do feminismo negro no Brasil, faz-se preciso pensar na interseccionalidade também a partir da faceta geográfica. Isso nos coloca a questionar de quais formas a interseccionalidade se coloca para mulheres em situação de rua em Juazeiro do Norte. A autora também nos faz a seguinte advertência:

> Recomenda-se, pela interseccionalidade, a articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista. Sendo assim, não apenas o racismo precisa ser encarado como um problema das feministas brancas, mas também o capacitismo como problema das feministas negras cada vez que ignoramos as mulheres negras que vivem a condição de marca física ou gerada pelos trânsitos das opressões modernas coloniais: sofrendo o racismo por serem negras, discriminadas por serem deficientes. Portanto, na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas (AKOTIRENE, 2019, p. 27).

Mais do que um somatório de opressões sociais, o foco central dessa compreensão de interseccionalidade é que, mais importante do que o conceito dado a esse vocábulo, reflete-se sobre o que a interseccionalidade faz, e o que ela produz. Concebe-se um modo de entendimento da realidade, uma forma de explicação acerca da complexidade mundana, dos indivíduos e das experiências. Tencionar os jogos interseccionais é meditar sobre como as relações de poder permeam as relações sociais tatuadas pelas diferenças e diversidades, assim como as experiências individuais repercutem no cotidiano. As estruturas interseccionais são lanternas para o entendimento de características institucionais, identificar problemáticas culturais e potencializar ativismos (COLLINS; BILGE, 2020).

Imbricado à essas discussões, precisamos compreender que o poder não é algo dado ou recebido por alguém, mas revela um exercício em jogos de forças instáveis. As noções de interseccionalidades compreendem o poder como estruturante, é a liga unificadora dos marcadores sociais, e por isso, faz-se relevante discutirmos sobre esse conceito. Nessa visão foucaultiana, aplicada também a seara educacional, o poder é sinônimo de tensionamentos, ações sobre as ações do outro diante da tessitura social. Estratégias e táticas de poder não são simplesmente repressivas ou proibitórias, mas também produtoras de corporeidades e modos

de subjetivação. Ao longo da história, regimes de saber e poder se entrecruzam disruptivamente, em uma concepção de tempo não-linear, tecido por rupturas, atravessamentos, inquietações, reviravoltas e fendas. O que podemos saber? O que podemos fazer? Quem somos? São três perguntas fundamentais para a compreensão dos estudos de Michel Foucault, filósofo comprometido com uma ontologia do presente, sem âncoras ou cais para enraízar verdades, mas fazendo portos de passagem e inaugurando estranhamentos e desnaturalizações (VEIGA-NETO, 2007).

Nesse seguimento, compreendendo os corpos mergulhados em trincheiras políticas, Foucault (2014a, p. 29) destaca: "as relações de poder têm alcance imediato sobre eles; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos; obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais". O corpo útil seria aquele dócil, submisso e produtivo. O assujeitamento pelas insurgências capitalistas não é feito somente pela violência ou pelas ideologias, mas operacionalizado pelas tecnologias políticas multiformes e difusas com organizações e cálculos minuciosos com a finalidade de promover governanças. Vinculado a isso, para Foucault (1999), o biopoder se refere a essa arte de governo sobre os corpos desenvolvida a partir do século XVIII, delineando uma bio-história para apontar onde o poder está na condução das vidas. Esse regimento de poder intervém para a condução, proliferação e controle das vidas, movendo-se para a regulamentação da vida e da morte. Mais do que crescer, ordenar, barrar, dobrar ou destruir forças, interessa ao biopoder produzir forças, em duas faces: anátomo-política (indivíduo) e biopolítica (população).

A anátomo-política opera sobre um esquadrinhamento do tempo e do espaço através de aparelhos institucionais como escolas, prisões, fábricas, hospitais e políticas públicas, acomodando e localizando corpos para asseguramento da ordem, instalando padronizações e censuras. Um corpo disciplinado não se ocupa do ócio ou de banalidades, os gestos são ocupados para extração de máxima de eficiência em treinamentos e aperfeiçoamentos. A fabricação de corpos dóceis se faz através da disciplina que se atenta a potencialidade produtiva e ao sugamento da autonomia política, enquanto estipula condutas normalizantes. Modelar, treinar e obedecer são intuitos das técnicas disciplinares embasados no critério de utilidade em uma coerção ininterupta e uma anatomia política do detalhe:

> É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e

> utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2014a, p. 140).

O segundo pólo do biopoder é a biopolítica, faceta que não exclui as técnicas disciplinares, mas insere outro mercanismo de poder, focado na gestão das forças estatais gerenciamento da vida da população. Se a anátomo-política está voltada para o corpo-indíviduo, a biopolítica investe sobre o corpo-espécie, atentando-se para a politização de fatores biológicos e culminando em índices de controle populacional como natalidade, mortalidade e epidemiologias. Travessias são conduzidas mediante a governamentalidade. O modelo *homo economicus* se refere ao homem empresarial como denominador comum em uma normativa corporal, pedagógica e subjetiva, dirigido pela iniciativa privada, tornando as populações arrebatadas pelos ímpetos econômicos em um corpo voltado para o gerenciamento de si, propiciando o empresariamento da vida ordenado em torno da manuteção do modelo neoliberal, fazendo de si uma empresa e do corpo empreendimentos (FOUCAULT 2014b; FOUCAULT, 2008).

Segundo Castro (2009), ao conceber o corpo como fonte de investimento, carregando "x" capital humano que deve ser multiplicado incessantemente, aquela/aquele preocupada/preocupado com as curvas estatísticas e que é sempre capaz de expandir e aumentar sua eficiência. Empreendedores são agentes da economia, fazendo dessas concepões a forma de organização social privilegiada. Nesse sentido, Foucault (2014b) discute sobre o biopoder como regime que opera sobre a ideia nevrálgica de fazer viver e deixar morrer. Ao se preocupar em favorecer condições sociais para homens empresariais alcançarem visibilidades e auto-exploração. Por isso, os corpos desviantes à lógica empreendedora são situados sobre o espaço da escória, margem e periferia.

Sensivelmente costurado a corporeidade e as práticas sociais e educacionais há as discussões de gênero. Utiliza-se do conceito postulado por Judith Butler (2003, p. 59): "o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser". Com essa teorização, a autora discute sobre a perfomatividade de gênero, não concebido como essência de sujeitos ou atributo natural, mas como prática de reinteração produzida pelos discursos, tendo por tese principal que o gênero é perfomativo, e por isso, edificado pela sequência de atos inseridos em uma rígida estrutura regulatória. Sendo assim, o gênero é algo que construímos, performamos, expressamos, montamos e fazemos.

> [...] atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado (BUTLER, 2003, p. 194).

Intimamente ligado as questões de gênero, Safiotti (2004) argumenta sobre o patriarcado enquanto política de contrato sexo-político. A ideologia de gênero patriarcal advogada de forma soberana, contaminando toda a sociedade civil e sustentando o direito patriarcal de homens sobre mulheres. Público e privado estão associados ao converter diferença sexual em política, controlando liberdades e aprisionamentos. Dessa maneira, o patriarcado é um modo de expressar o poder político balizado sobre a naturalização da dominação e exploração de corpos femininos. O patriarca se materializa nas figuras dos pais, maridos e filhos, mas não se resume a essas relações privadas, reveladas também em aparatos estatais. Em relações de hierarquia de arcabouço material, o patriarcalismo é corporificado enquanto estrutura antemparada em ideologias e violências. Isso nos faz pensar a respeito das mulheres em situação de rua e de quais maneiras essas relações de poder e violência estão presentes em vielas e ruas da cidade, transpassando o caráter privativo da violência doméstica, quais seriam as configurações patriarcais que estão imbricadas com essas pessoas?

> A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres – e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de 'lei do direito sexual masculino'. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

Nessa conjunção, podemos discutir sobre as mulheres em situação de rua interligadas à abjeção. Para as teorizações butlerianas, em tramas sociais binárias, sujeites/as/os são construídos e percebidos dentro da polarização homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, e a contemplação dessas díades permite entender que esse primeiro designa a norma, enquanto o segundo o avesso, o lugar do outro. Os corpos abjetos

são alvos de violência, comparados a fezes, urina e lágrimas, são excessos dos sistemas. Contudo, corpos em abjeção são corpos que resistem ao não sucumbir as grandes narrativas impostas socialmente. E, por isso, corpos de mulheres em situação de rua estão constantemente na mira de situações de violência e exclusão, como se a materialidade dessas existências denunciasse as contradições políticas capitalistas, assim como representam formas de viver que fogem ao homem empreendedor, visto que não se situam sobre as égides normativas (BUTLER, 2003).

Conjuntamente aos paradigmas de gênero, questões de classe e raça estão sincronizadas aos trajetos de mulheres em situação de rua. Como explica Mbembe (2014), o racismo é uma força motriz colonial destruídora que aponta para o outro como incivilizado como justificativa para lhe trancafiar em jaulas e promover a transformação do corpo em objetos, moedas de ouro como acontecera com a população africana. A branquitude defende o homem europeu como figura central e ideal para o resto do globo terrestre, instaurando historicamente o mundo branco como modelo para validação de pessoas. E, nesse seguimento, para o autor, a raça é uma ficção inventada pelos brancos (não-racializados) para definir clausuras a determinados corpos com uma justificativa civilizatória. A raça como categoria fantasmagórica e material está implicada com inúmeros esfalecimentos físicos e carnificinas no decorrer da história. Na interface entre raça e classe, o autor defende ambas como indissociáveis ao discutir que capturar, explorar e militarizar pessoas e territórios reflete uma fusão entre capitalismo e animismo, ao conceber seres humanos como coisas animadas, códigos, moedas e algorítimos.

Nessa linha, colonizador e colonizada/o perpassam relações de raça, gênero, classe, território e sexualidade. Imposições coloniais intercruzam cotidianidades, sendo carimbo da modernidade a organização do mundo em termos categorias homogêneos e duais, tendo como dicotomia civilizatória central a de humano e não-humano imposta pelo homem ocidental. Sendo assim, povos indígenas e africanas/africanes/africanos eram catalogados como não-humanos, vistos como animais selvagens a quem o homem europeu burguês deveria ser agente implementador de cristianismo, heterossexualidade e racionalidade. O processo de colonização criou colonizadas/colonizados/colonizades e inventou seres primitivos, infantis, satânicos, sexualizados e violentos. Ao serem animalizados, homens e mulheres são transformadas em machos e fêmeas. Desse modo, a norma cria uma ferramenta vil e cruel para condenar e enjaular colonizadas/colonizados/colonizades com a justificativa de uma missão civilizatória (LAGONES, 2014).

Compreendendo esse panorama, Lagones (2014) explicita que as intersecções de

gênero-classe-raça são o baluarte do sistema de poder capitalístico mediante a autoridade coletiva. E, então, o feminismo decolonial corre em contramão ao movimento opressivo de classificar as populações do mundo a partir da raça, inferiorizando e excluindo povos racializados. Velejando rumo à libertação, políticas de resistências agenciadas por comunidades oprimidas edifica novos significados e sentidos as organizações sociais e a si mesmos, pertubando as estruturas de poder ao parir uma nova existência divergente do discurso hegemônico. Em uma intersubjetividade encarnada, descolonizar o gênero manifesta uma práxis, denunciando a coerção dominatória colonial, capitalita, racializada e heterossexual para transmutar a vida social. Fala-se em uma resistência que fratura o colonialismo e responde aos invasores.

Em conformidade com isso, Akotirene (2019), se reporta as interseccionalidades como maneiras de abarcar vivências das quais pessoas estão submetidas, especialmente mulheres negras. Enseja-se uma análise sensível essencial ao feminismo negro perante um sistema heterossexual, patriarcal, cisnormativo e branco, desconstruíndo o ideário de feminismo globalizador e hegemônico como única visão, alertando para reivindicações e necessidades de mulheres negras negligenciadas pelo feminismo branco e por movimentos antirracistas focalizados sobre homens negros. Para ela, a interseccionalidade aponta para o fracasso do feminismo em acolher mulheres negras, exemplifica que enquanto o medo de mulheres brancas é de que seus filhos se tornem machistas, o medo de mães negras é de que seus filhos sejam mortos pela força necropolítica. Tocando na indissociação entre racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. Reforça-se o compromisso de pensar como uma autora brasileira discute sobre a interseccionalidade, cruzando o Atlântico para ver as encruzilhadas locais.

Para Grada Kilomba (2019) o racismo é uma ferida aberta em sangramento cotidiano e atemporal. Constantemente acontece uma re-encenação do passado colonial em uma atualização de uma realidade traumática, com choques violentos de dor. Há uma máscara de silenciamento rememorada, peça de metal colocada no interior da boca de negras/negros para evitar que se alimentassem de cana-de-açúcar ou cacau quando estivessem trabalhando em plantações, instaurando medo e tendo a boca como espaço de tortura e silêncio. Em um comando eurocêntrico, pessoas brancas são sujeitos, enquanto a população negra é vista como outro, sendo objetificado e colonizado, depositando nesses corpos projeções daquilo que a branquitude historicamente faz. Negras/negres/negras são enquadradas pela branquitude como ameaçador, perigoso, selvagem, criminoso, violento e aterrorizante, projeção daquilo que pessoas brancas escondem de si mesmas, personificando e constituindo identidades,

inclusive privando pessoas ao reconhecimento social para além da outridade. Por consequência, o racismo não se vincula a um fato isolado, mas a constelação de experiências ocorridas no decorrer da biografia com a repetição persistente de padrões abusivos. O diferente, incomum e estranho são referências dadas pelo grupo definidor da norma, a supremacia branca, aos outros cabe a usurpação da autodeterminação e de dizer sobre si.

Em salutar consonância com esse viés decolonial, de suma importância para estudos e práticas anticoloniais e visibilidade para as disputas ético-raciais, teorizando sobre o trinômio mulheres-raça-classe, Davis (2016) atenta para as categorias de feminilidade entrelaçadas ao mito da mulher universal branca e restrira ao espaço do lar. O sistema escravista fixava o povo negro como posse e propriedade, homens e mulheres desprovidos de gênero, sendo a escrava uma trabalhadora em tempo total, e em alguns momentos, mãe e dona de casa. A feminilidade discutida no século XIX atendia a uma experiência de mulheres brancas, ao vislumbrá-las como protetoras, esposas amáveis e parceiras, enquanto para as mulheres negras era designado o papel de aberrações, destituídas do caráter eurocêntrico de feminilidade, representam o contrário do feminino: não-mulher. Enquanto mulheres brancas reividincavam espaços nos mercados de trabalho, mulheres negras foram escravizadas e nunca retiradas dos postos de trabalhos subalternos e precarizados.

Outrossim, a sociabilidade é uma categoria de análise central dessa pesquisa, afetando as mulheres em situação de rua e interconectada ao efeito *blasé* anteriormente descrito. A sociabilidade indica o complexo emaranhado de relações e ações entre pessoas, sendo a sociedade produto das manifestações sociais, uma rede de conteúdos (necessidades e impulsos individuais – sensoriais, racionais, momentâneos, contínuos, conscientes e incoscientes) e formas (variadas sociações com outros em prol da satisfação) cotidianos em que os sujeitos se influenciam mutuamente e exercem afetações recíprocas em uma unidade. Para as discussões simmelianas, conflitos e disputas são vistos como eclosões sociais, atendendo a impulsos e finalidades:

> Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outras situações fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade – mais exatamente, uma sociedade (SIMMEL, 2006, p. 60).

Nesses vislumbres, teorizar sobre/com mulheres em situação de rua é tocar na máscara de silenciamento envolvendo medidas coloniais de apossamento de vidas e conjecturas

normativas de raça-classe-gênero. De acordo com as experiências tidas com as usuárias do Centro Pop, há uma preponderância de mulheres negras frequentando o serviço socioassistencial. Faz-se importante notar como esses corpos estão sobrepujados em encruzilhadas repressivas, conciliando os tensionamentos de uma feminilidade alicerçada fora do espaço privado e dos moldes delicados alavancados pela conjuntura política com as estruturas capitalistas colonizadoras, que investem sobre o equilíbrio entre o desejo de aniquilar e a opressão de usufruir do potencial lucrativo gerado pelos corpos em corrida frenética por dar mais enquanto faz cada vez mais dívidas e acredita em promessas de felicidade baseadas na aquisição de produtos. Essas mulheres, próximas a pobreza e a miserabilidades, em pontos periféricos como os espaços urbanos ocupam esses corpos e como esses corpos ocupam as cidades?

A sociabilidade é vislumbrada como encarnação de energias sociais aquém do indivíduo, flagrando o instante transitório de costura social, indicando como sujeitas/os/es envolvidas/os/es conduzem interações autonomizadas e firmam posições de poder, imbricando elementos simbólicos e marcas de sociação. Em uma vontade coletiva, inclui-se a educação, a ambilidade e os interesses reais em cooperação ou colisão. Portanto, as mulheres em situação de rua estão implicadas nessa cadeia de conceituações, mergulhadas sobre o sistema neoliberal e habitando as cidades. A exclusão social, desqualificação e desfiliação social estão envoltas sobre a metrópole, designando quais e como os corpos circulam pelo território, definindo centros e periferias, normas e desvios. Nesse viés, refletir à luz da sociabilidade é olhar para como essas mulheres interagem com a sociedade, e de que maneira, elas são tratadas pela unidade sociocultural. Com a modernidade, a pobreza e a exclusão social demandam políticas públicas e pedagogias sociais, discutidas nesse próximo capítulo.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS, DISPOSITIVOS E PEDAGOGIAS SOCIAIS

Não existe uma definição unívoca sobre o que seriam as políticas públicas. Todavia, as políticas públicas podem ser compreendidas como uma área do campo do conhecimento no eixo temático político que promove a analítica das ações do governo e da produção de seus efeitos com início dos estudos em solo estadunidense. Busca-se responder as seguintes perguntas: Quem ganha o quê? Que diferença faz? Como ganha? E, nesse sentido, as políticas públicas denotam a regras elaboradas pelas instâncias governamentais para propiciar alterações, influências e regulações em comportamentos individuais ou coletivos mediante artifícios positivos ou negativos. Contemplar as políticas públicas se faz entrecruzando política, economia, sociedade e atos estatais, configurando uma constituição baseada em governos democráticos que traduzem suas metas em programações e atividades que concretizarão resultados e mudanças. Grupos governantes e movimentos sociais estão envolvidos ao tensionarem a criação de políticas públicas (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2007).

A partir disso, são criados programas, projetos e planos para implementação de táticas governamentais para a população. Dentre os modelos de formulação e análise das políticas públicas, Souza (2006) destaca: a) tipologia das políticas públicas – distributivas (privilégio a grupos ou regiões), regulatórias (burocráticas e visíveis ao público em geral), redistributivas (universais, apostando na garantia de direitos concretos a grupos sociais como previdência social) e constitutivas (procedimentos de divisão de responsabilidade entre municípios, estados e federação); b) incrementalismo – políticas públicas são processos de incrementação de programas públicos; c) ciclo da política pública – configurada por seis estágios – cronograma agendado, identificar alternativas, avaliar possibilidades, escolher opções, implementar e avaliar; d) coalização de defesa – políticas públicas entendidas como conjunto de subsistemas articulados com os ambientes externos que comandam os recursos de cada política pública, os atores sociais se organizam e provocam impactos nas políticas; e) arenas sociais – políticas públicas como estratégias de empreendedores políticos, visto que para um fenômeno se transformar em problema foi preciso que pessoas tenham sido convencidas de que algo precisaria ser mudado, uma comunidade de especialistas inventam uma diversidade de recursos em busca de retorno futuro com políticas públicas que possam favorecer seus interesses, apontando costumeiramente para as redes sociais, intercambiando identidades, valores e discursos.

Vislumbrada como somatório das atividades governamentais que impactam a vida de

cidadãos/cidadãs, as políticas públicas aludem ao que o governo faz ou deixa de fazer, em consonância com o conceito de biopolítica, revela como em uma racionalidade governamental se faz viver ou se deixa morrer. Destarte, uma teoria geral sobre a política pública indica a síntese de teorias sociológicas, políticas, antropológicas para estudar as interrelações entre sociedade e Estado.

Um grupo de políticas em específico são essenciais para compreender esta dinâmica, a saber a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) aprovada em 2003, aponta que as políticas públicas como direito de cidadãs/cidadãos/cidadães e dever estatal, e as decisões sociais-estatais de frutificaram a partir dela, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004, e a Lei Orgânica de Assistência Social em 2005.

Nesse prumo, a Política Nacional para a Inclusão de Pessoas em Situação de Rua (PNPSR) através do decreto nº 7.053/2009, surge como uma conquista da população em situação de rua em 2009, situando suas sementes em 2003 com a interlocução do governo federal com os líderes sociais e com os acontecimentos antecedentes, amparada pelas citadas leis acima, esta, fez-se assegurada e direcionada no que tange os serviços e programas de amparo. E neste entremeio, o I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua (2005), o Grupo de Trabalho Ministerial que alude a vitalidade de construir políticas públicas de inclusão às pessoas em situação de rua, a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua (2008) e o II Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua (2009) somam ações primordiais para a política nacional.

As políticas públicas ofertadas pela Política Nacional de Assistência Social atuam de modo a provocar intervenções na vida dos usuários atendidos, visando a universalização dos direitos sociais, são alvo delas, famílias que estão em situações de risco e vulnerabilidade social, sendo incluídos em relatórios e registros oficiais, de forma sistematizada e esquematizada, apontando-nos para refletir sobre o controle e condução de destes para garantir o ordenamento societário. É fato, ainda que o objetivo seja universalizar os direitos sociais, a assistência social é prioritariamente utilizada pela população pobre, visto que para classes abastardas a assistência é facilmente substituída por estratégias privadas. Enquanto isso, para usuários ou famílias que clamam por socorro se encontram com intervenções e práticas, que muitas vezes, desapossam pessoas de gerir suas próprias vidas mediante seus saberes e possibilidades de existência (SIQUEIRA; LINO, 2013).

Para ser atendido pela PNPSR não basta ser pobre, mas seguir as condicionalidades que definem usuárias/os da política pública e o que seria a população em situação de rua: fazer dos espaços públicos seu lugar de moradia, vínculos fragilizados ou rompidos com

familiares e extrema pobreza. A PNPSR segue tais princípios, assegurando a proteção contra as violências e o exercício à cidadania:

> I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009, art. 5 º).

Outrossim, os propósitos da PNPSR estão pautados sobre o asseguramento de acesso amplo e seguro aos programas e serviços presentes em políticas públicas de educação, assistência social, saúde, moradia, cultura, segurança, esporte, renda, lazer, trabalho e segurança alimentar. Em entretecimentos com o mundo da educação, a política prevê como uma de suas finalidades o desenvolvimento de ações educativas permanentes contribuintes ao respeito aos direitos humanos, investindo sobre a formação de gestores e profissionais atuantes em políticas públicas, bem como fermentando uma cultura de solidariedade entre a população em situação de rua e outros grupos sociais. Ainda mais, estimulando pesquisas e difusão de conhecimentos acerca da população em situação de rua, envolvendo a diversidade humana em suas interfaces étnico-raciais, sexuais, gereacionais e de gênero. Acentua-se também que um dos intuitos se refere a disponibilização de programas de qualificação profissional pretendendo a geração de renda inserção na população em situação de rua no mercado de trabalho.

Perante o que discute Foucault (2008), as leis são invenções da concepção liberalista de liberdade, sendo a liberdade compreendida como a regularização, produção e organização social, não sendo algo natural mas uma fabricação de cada instante. E, nesse ínterim, as leis agem como táticas de controle, determinando modos de vida. A pulverização do poder consegue criar leis revestidas de busca pelo bem-estar e amparo, acionando a culpabilização como eixo central capitalístico para fazer as pessoas se perguntarem frequentemene sobre quem são e se seus comportamentos seguem as normativas. Como esboça Guattari e Rolnik (1985), trabalhadores da assistência social como psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais podem agir criando desvios e autorizando singularizações a partir dos agenciamentos e micropolíticas possíveis em seu contexto.

O eixo problemático entre políticas públicas e população em situação de rua também é abarcado pela política, erigindo a importância da contagem oficial da população em situação de rua, fornecendo a produção, sistematização e disseminação de dados com indicadores sociais, de saúde, sociais, econômicas e culturais sobre a rede de cobertura a população em situação de rua:

> Apresentam-se lacunas no que diz respeito ao acompanhamento contínuo em dados estatísticos oficiais da população em situação de rua, prejudicando a edificação de planejamentos governamentais, ampliação de políticas públicas e garantia de direitos. O Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) explica que a identificação de pessoas em situação de rua é inviável devido à inexistência de metodologias apropriadas para a contagem de indivíduos sem residência em um país com grande extensão territorial. Em uma sociedade movida por lotes de papel cifrados e pelo império da produtividade, a negação de subsídios basilares para o exercício da cidadania não seria justamente uma estratégia mortífera? Se as pessoas são classificadas, medidas e gerenciadas por números, e esses corpos não são contados, eles existem? (SILVA, 2021, p. 102).

As políticas públicas operam como dispositivos de poder-saber, isto é, ferramentas biopolíticas de governça do corpo populacional. Dessa maneira, o termo dispositivos é conceituado pelas discussões foucaultianas como fábricas de docilização de corpos como as escolas, as penitenciárias, as instituições psiquiátricas, as igrejas e as políticas públicas. Como discute Foucault (2014b), ao invés do funcionamento ser balizado pela exploração, o que perdura é a internalização vigilante de um olhar sofisticado, capaz de escanear os detalhes, medir resultados, comparar desempenhos e hierarquziar indivíduos em níveis. A visibilidade é uma armadilha. A punição é dada para cada corpo desviante das normas, encrustecendo o controle do poder sobre as corporeidades. A polícia garante a ordem social em uma militarização a céu aberto das condutas humanas.

Legislações, normativas nacionais e portarias respaldam os dispositivos de saber-poder. Apesar de os discursos governamentais acentuarem a defesa pela ampliação de direitos, empoderamento social e exercício da cidadania, existem conflitos tensionamentos assistenciais entre controle e cuidado, gerenciamento e proteção. Dessa maneira, o auxílio ofertado pode ser interpretado como vigilância e monitoramento de populações perigosas à cidade, tratando-se também de mitigar situações de miséria e vulnerabilidade para impedir a improdutividade e produtividade capital. A dialética inclusão/exclusão classifica e diferencia para engendrar normas e categorizar sujeitas/sujeitos. Suturando componentes institucionais heterogêneos, mascara-se práticas consolidadas de higienização social, ao administrar condições de vida em prol de empregabilidade, fortalecimento dos vínculos familiares, inserção educacional e profissional, integrando pessoas as diretrizes neoliberais. Assim, coordena-se liberdades, movimentos e espacialidades, esquadrinhando corpo-tempo-espaço (BARBOSA, 2017).

A governamentalidade enquanto âmago biopolítico, uma tecnologia de poder, referindo-se ao conjunto de técnicas de gestão, racionalidade política composta por conhecimentos técnico-científicos. Destarte, tendo por ocupação principal gerir e administrar a população, regular as atividades econômicas e propiciar o planejamento estratégico da vida

socioeconômica. Em um mundo democrático, a governamentalidade concretizada pela decisão popular e conforme os interesses populacionais. Governar é, por assim dizer, induzir, facilitar ou limitar ações mediante um conglomerado de táticas, institiuições e discursos. A governamentalidade está no centro entre o governo dos outros e governo de si, padronizações estatais e domesticação do próprio corpo ao estilo de vida normatizado, demarcando também espaços de resistência (FOUCAULT, 2008b).

Portanto, as políticas públicas e a população em situação de rua se entrelaçam com a exclusão e ruptura social, emergindo estimagtizações urbanas. De acordo com Furini (2010), o corpo da pessoa em situação de rua é mantido com o mínimo de recursos possíveis, sendo destino principalmente de políticas públicas voltadas a assistência social. A alegria da população em situação de rua não é bem quista socialmente, a esses corpos se reserva o direito de mendigar, submeter, agradecer e baixar a cabeça. Em vista disso, Ferreira (2010) frisa as questões de desigualdade e exclusão social na perspectiva da educação. Conforme o autor, a democracia é oposta a lógica de acumulação capital, provocando a exclusão de milhares de pessoas de espaços educacionais, ressaltando que os educadores precisam ver a pobreza e os mecanismos excludentes.

Inserida em políticas públicas e no espaço macrossocial urbano, a Pedagogia Social é amplamente discutida. Para Graciani (2015), a Pedagogia Social é classificada como subárea das Ciências da Educação, e conforme a classificação brasileira de ocupações, são educadores sociais: educador de rua, arte educador, instrutor educacional e orientador socioeducativo. Contudo, essa restrição apresenta discordâncias e polêmicas, uma vez que a pedagogia social é realizada desde o início da formação educacional brasileira, fora do sistema escolar, presente em obras sociais, centros de convivência e lazer. Já para Martin (2001), a Pedagogia Social se refere a uma intervenção social, abrangendo estratégias educativas por meio de mecanismos políticos, sociais e culturais para a resolução de carências de coletivos à margem, garantindo direitos para o exercício da vida em comunidade e otimização dos processos de sociabilidade, não existindo uma única conceituação sobre essa área do conhecimento, mas uma gama de prismas:

> Existem várias concepções em torno da pesquisa da Pedagogia Social, abordagens que a entendem prevalentemente como: (a) a identificação e potencialização dos fatores sociais que, intencionalmente ou não intencionalmente, estão presentes nas diversas instituições da sociedade; (b) doutrina da educação política e nacionalista do indivíduo, perspectiva que deu sustentação à educação dos cidadãos ao longo de diversas ditaduras europeias e até latino-americanas; (c) como uma dimensão das ciências da educação que se ocupa da formação à sociabilidade humana, particularmente dentro das escolas; (d) Pedagogia social de base antroposófica e inspirada em Rudolf Steiner, entendida como processo cujo resultado é a qualidade

> de vida na ecologia social; muito presente no Brasil e não coincide com nossa concepção; (e) como pedagogia de ajuda para os casos de necessidade, com intenção preventiva e compensatória; (f) como pedagogia crítica em resposta à necessidade de solidariedade social para o desenvolvimento do voluntariado, instituições de acolhida, prevenção, recuperação, reinserção social (CALIMAN, 2010, p. 344).

Conforme Macedo (2000), as pedagogias sociais se mostram presentes costumeiramente na realidade brasileira em áreas como situações de cárcere, imigração, usuários de drogas, comunidades quilombolas, educação índigena, crises e catástrofes. Então, a Pedagogia Social é organizada em duas ênfases: autonomia (crescimento singular e individual para o protagonismo da própria vida) e cidadania (maturidade social, conscientização coletiva, atitude crítica e conhecimentos dos direitos e deveres). A intervenção é simultaneamente educativa e social, na confluência entre indivíduos e comunidades. O movimento de construção de sujeitas/sujeitos de direito remete ao acordar das potencialidades pela apropriação de si.

Entre a educação e a exclusão social, a Pedagogia Social entra em cena. No Brasil, seu nascimento se deve a necessidade de uma educação apoiada na constitiuição federal como direito de todos e dever estatal, atentando-se para indivíduos historicamente excluídos em uma faceta educacional que as agências formais de educação não conseguem alcançar. Ciência educativa e prática não-formal, essa pedagogia previne e recupera as necessidades fundamentais e dificuldades de socialização, orientando-se para a educabilidade humana, especialmente no que concerne a povos em situações de risco e condições desfavoráveis. O educador social nasce como consequência da sociedade industrial, uma vez que se desenvolvem problemas relacionados a pobreza e indiferença com grupos sociais estigmatizados. Enfatiza-se uma educação que protesta contra as injustiças sociais, propondo educar por intermédio da socialização (família, escola, políticas públicas, organizações não-governamentais) para minimizar desamparos e traçar um acompanhamento pedagógico e psicossocial. Preocupa-se com educandos que experienciam processos marginalizatórios e são destituídos de direitos humanos e círculos sociais (CALIMAN, 2010).

Em concordância com isso, Baptista (2019) defende a Pedagogia Social sustentada em um universo de problematização-ação, apontando para uma realidade complexa e multifacetada. Ao passo em que atua na promoção da capacidade cívica de indivíduos, também atua lutando para minimizar as vulnerabilidades sociais e fazendo da sociedade uma rede orgânica semeada pelas experiências da vida em uma aprendizagem comunitária. Situada na interface entre educação e solidariedade social, aposta-se em aprendizagens que ultrapassam os sistemas escolares, mas voltada a tempos, espaços e exigências de

conhecimento pluralizadas. Como ferramenta das políticas sociais, essas pedagogias destacam a cidadania como eixo central para ancorar laços afetivos entre populações.

Aliado as pedagogias sociais, Paulo Freire destaca que ensinar é embarcar e naufragar em novidades pela disposição ao risco, rejeitando quaisquer modos de discriminação. Pensar sobre/com as mulheres em situação de rua, a partir desses tensionamentos e conflitos sociais, é desvelar como as políticas públicas – dispositivos de saber e poder - em seu paradigma de inclusão/exclusão constroem e são atravessadas pelas pedagogias sociais cotidianas.

> Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra (FREIRE, 2002, p. 28).

.

Nesse ínterim, como explica Graciani (2015), o ser social é alicerçado em um tripé: apropriação multifacetada (pessoal, social e cultural), engajamento crítico do presente e do porvir, e alance de estratégias producentes de transformações na realidade social. Há quatro dimensões basilares desse ser em sociedade: democrática (empoderamento e protagonismo de todos), participativa (contribuições plurais de cada participante), transformativa (registro de indicadores sociais que servem de sustentáculo para planos políticos pedagógicos de instituições) e solidária (elaboração coletiva do novo saber pelo enlaçamento entre científico-técnico-popular). A Pedagogia Social acredita que as práticas educacionais inteferem sobre as circunstâncias sociais.

A educação, o aprendizado e a interação são concebidas como fruto interacional entre representação social, participação social, sociedade, cultura e conflito. Em consonância com as finalidades das políticas públicas brasileiras, trabalha-se para a efetivação dos direitos humanos em liberdade e igualdade, somado ao enfrentamentos às guerras sanguinolentas, violências e exclusões. Encarada como um movimento popular, a Pedagogia Social necessita de reflexões incessantes para o aperfeiçoamento e comprometimento com a prática, sendo o educador social um agente multiplicador, pois constroi formadores e lideranças populares, favorecendo a autonomia, autocrítica e a mudança social (GRACIANI, 2015).

Em uma Pedagogia Social de Rua, a autora discute sobre os espaços educativos que ultrapassam o cenário escolar, considerando a rua como fonte de sobrevivência e residência

de muitas pessoas. O educador social de rua foi primeiramente pensado para processos educativos com crianças e adolescentes em situação de rua devido ao risco pessoal, sublinhando o engajamento com classes populares. Considera-se os grupos excluídos socialmente, tal como a população em situação de rua, preocupando-se com a inserção social, reconstrução identitária e conscientização crítica, não apenas ilustrando as vulnerabilidades mas enfatizando e desenvolvendo as potências desses modos de existência (GRACIANI, 2015).

Portanto, a partir desse subsídio teórico, faz-se essencial descrever as ruas, organizações e políticas públicas da cidade no subcapítulo trânsitos em ruas de Juazeiro do Norte, enquanto no segundo subtópico há uma descrição das instituições conhecidas. E, no terceiro e último subtópico, traçaremos as pedagogias sociais formadas por essas organizações.

5.1 "O meu lugar é cercado de luta e suor, esperança de um mundo melhor": trânsitos em ruas de Juazeiro do Norte

A cartografia se faz através dos passos da pesquisadora em território juazeirense. O intuito desse subcapítulo é descrever as ruas e instituições mais habitadas pelas mulheres em situação de rua, bem como observações e análises dessa pesquisa, enraízada em solo juazeirense. Em diálogo com os profissionais, ouvi relatos de que a população do bairro em que o Centro Pop é instalado realizam reclamações as pessoas em situação de rua que usufruem das calçadas da comunidade, além de realizarem abaixo-assinados solicitando a retirada e mudança dessa política pública para outro local. Segundo a educadora social da Abordagem Social, Diana:

> A gente recebe denúncias pelos celulares, de pessoas que ver a situação de rua e que ligam, mas no intuito de ah estão dormindo aqui na minha calçada e tal e querem que a gente vá tirar desses locais. Ou estão fazendo algum tumulto nas praças e moradores moram perto, eles se sentem incomodados e ligam para que a gente vá até o local retirá-los. Existe também a questão higienista, a gente explica que não cabe a gente ir lá tirar, que é um espaço público, que é um direito deles, que eles podem ficar em qualquer luar, qualquer praça, não existe isso da gente ir lá e tirar [...] quando vamos é com o intuito de falar sobre o Centro Pop, sobre os serviços, saber se a pessoa tem o interesse de sair daquela condição e se tiver vai ter uma equipe específica pra falar e orientar elas, a gente vai nesse intuito.

O fenômeno expressado na fala acima se refere a higienização social, visto que as pessoas em situação de rua são vistas como parcela da população que deve ser retirada, escondida, extinta do cenário urbano. O conceito de higienização social é primeiramente

descrito por Michel Foucault, aludindo a exclusão social da loucura como veremos a seguir:

> Se o louco aparecia de modo familiar na paisagem humana da Idade Média, era como que vindo de um outro mundo. Agora, ele vai destacar-se sobre um fundo formado por um problema de 'polícia', referente à ordem dos indivíduos na cidade. Outrora ele era acolhido porque vinha de outro lugar; agora, será excluído porque vem daqui mesmo, e porque seu lugar é entre os pobres, os miseráveis, os vagabundos. A hospitalidade que o acolhe se tornará, num novo equívoco, a medida de saneamento que o põe fora do caminho (FOUCAULT, 1997, p. 72).

Conforme Nonato (2018), a população em situação de rua é visualizada como ameaçadora, e não justamente como grupo que se encontra ameaçado em risco social com seus direitos vulnerabilidados. Há um imaginário social de temor e medo, população que precisa ser controlada. Dessa maneira, ao se falar em higienização social estamos nos referindo a tentativas de limpar a cidade apagando grupos, banindo a população em situação de rua de calçadas, estabelecimentos e notoriamente das ruas, manipulando, orientando e controlando o acesso dessas pessoas a cidade.

Mesmo tendo o Centro Pop como política pública privilegiada, usuárias também frequentam e/ou são atendidas por outras instituições que fornecem amparo social e que são detalhadas nesse subtópico como Abordagem Social, Pousada Social, Consultório na Rua, a Casa da Mulher Cearense e Associação Beneficente Madre Maria Villac (ABEMAVI). A abordagem Social está localizada no mesmo espaço em que o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) se encontra, Rua Santa Cecília, nº 220, Bairro Socorro. Enquanto isso, a Pousada Social, que até o meio do ano de 2022 estava localizada muito próximo do centro da cidade, na Rua da Conceição, nº 299, bairro São Miguel, mudou-se para um bairro luxuoso denominado de Lagoa Seca, na Rua Arnóbio Bacelar Caneca, nº 948. A ABEMAVI está posicionada perto ao Centro Pop, estando na Rua São Francisco, nº 1485, bairro São Miguel. E, a Casa da Mulher Cearense, inaugurada nesse ano se encontra na Avenida Padre Cícero, nº 4445, bairro São José.

Percebeu-se também que além dos endereços supracitados, as mulheres em situação de rua circulam comumente pelas calçadas de farmácias e comércios do centro juazeirense, naquilo que é conhecido como Faixa de Gaza[3], referindo-se a uma estação de trem na Avenida Padre Cícero, espaço privilegiado para mulheres fazerem uso de álcool, crack e outras drogas. Outra profissional também atentou para o perigo do local, Érika, advogada voluntária da ABEMAVI, alerta: : "tá aqui o hiper, tá aqui a linha do trem, é aqui embaixo do alambrado. Agora, não vá sozinha. Eles estão de dia também, a noite é mais que infelizmente

[3] Faixa de Gaza faz alusão as áreas em disputa no Afeganistão, termo também utilizado aqui para demonstrar as áreas conflituosas e perigosas do território juazeirense.

são homens e mulheres em situação de rua que usam o crack" (Érika).

Além disso, a Rodoviária de Juazeiro do Norte, calçadas de delegacias, batalhão, corpos de bombeiros e hospitais são estrategicamente ocupadas pelas mulheres em situação de rua, em busca de proteção, tendo em vista o movimento ininterrupto de pessoas transitando por essas localidades. De acordo com Diana, educadora social:

> A gente consegue ver mais ali nos Franciscanos, mercado do Pirajá, aí praça Padre Cícero, intermediações da Matriz, ali onde é o Memorial onde fica o antigo Centro Pop. E como esses locais são bem próximos ali pela São Pedro, na São Paulo a noite tem alguns locais de alimentação, a gente vê muitas pessoas em situação de rua que fazem a questão da reciclagem, são catadores na São Paulo fazendo esse papel de catar a reciclagem. Alguns casos ali perto da Upa do Limoeiro, a gente também ver, ali também próximo onde pessoal chama de faixa de gaza na linha do hiper, lá na rodoviária, na praça da rodoviária tem casos. Tem um casal lá na praça da igreja do Menino Jesus de Praga, no caminho do Aeroporto, mas esses casos mais afastados do centro são casos isolados. A gente também tem conhecimento de casos no São José perto do viaduto, passarela e João Cabral também, esses casos a gente chega e fala do Centro Pop e eles tem mais uma resistência. Assim, porque em todo canto tem as relações de poder e enfim e eles não são diferentes, uns dizem que não vão pois tem pessoas que eles não gostam, pessoas que não me dou bem. A gente já identificou que alguns pontos tem seu líder e tipo também quais tipos de drogas são permitidas, isso são casos no Socorro, na Matriz, no centro de apoio aos romeiros, ali já são que usam determinadas drogas como maconha.

A partir desses endereços, podemos refletir sobre o conceito de manchas urbanas. As manchas urbanas fazem referência a espaços mais frequentados por determinados grupos, formadores de manchas nas cidades. Segundo Magnani (2002), o conceito de manchas se refere a modos de frequentadores se apropriar de lugares e utilizá-los como pontos de referência, propiciando a circulação de pessoas advindas de diversos lugares, marcando fronteiras e estabelecendo atividades, tal como se pode notar as áreas onde mulheres em situação de rua ocupam. O autor diferencia pedaço e mancha, explicando que o primeiro se refere a um movimento que os indivíduos fazem em direção aos seus iguais com o intuito de compartilhamento de códigos e sentidos em comum, enquanto que a mancha é formada por encontros não previstos e laços sociais inesperados.

Desse modo, a mancha produz uma aglutinação em volta de um ou mais estabelecimentos, nítidas tanto concretamente em paisagens como no imaginário social. E, nesse momento, podemos pensar em zonas de mendicância e/ou de exclusão social presentes em cada metrópole. Além do conceito de pedaços e manchas, também nos é útil nesse trabalho, o termo trajetos, compreendendo a cidade não apenas como conglomerado de pedaços, manchas ou pontos, mas pela disseminação e circulação de gente entre territórios dentro de uma lógica, as pessoas se locomovem habitualmente a pedaços conhecidos em determinadas manchas, escolhendo caminhos que não são aleatórios ou acidentais, são

trajetos (MAGNANI, 2002).

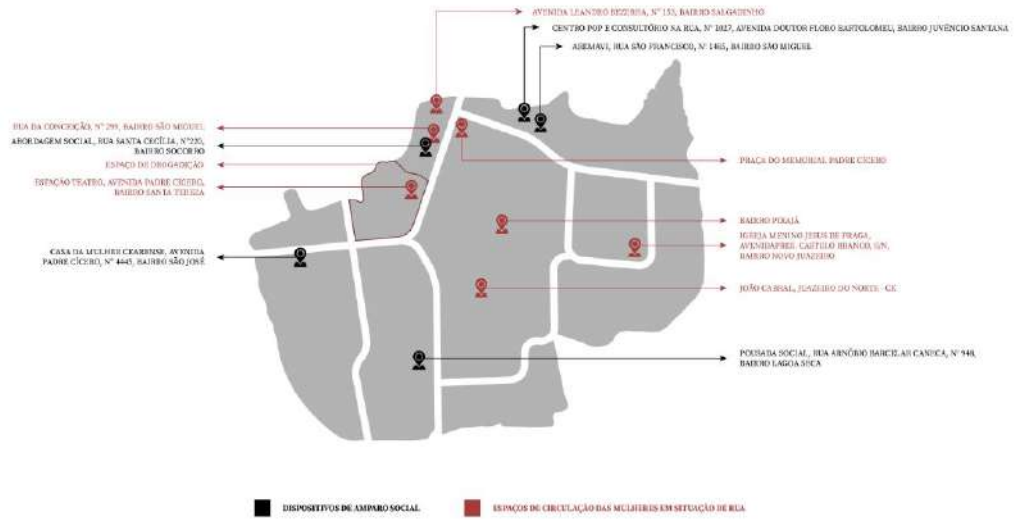


Figura 3. Mapa cartográfico das mulheres em situação de rua em Juazeiro do Norte.

5.2 "Qualquer brisa verga, mas nenhuma espada corta": políticas públicas e instituições de amparo às mulheres em situação de rua

Uma vez que essas ruas estão explicitadas, é hora de explicar e descrever essas organizações citadas anteriormente. A Abordagem Social é percebida como braço direito do Centro Pop, sendo composta por um psicólogo, dois orientadores sociais e uma educadora social. A partir do contato com a equipe de profissionais, destacou-se que todos compartilham de funções semelhantes, sendo individual ao papel do psicólogo a atuação com o sofrimento psíquico das pessoas assistidas pelo serviço.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço Especializado em Abordagem Social é oferecido de forma contínua com o objetivo de assegurar a proteção de grupos ou pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. O serviço se configura de modo a identificar e buscar ativamente situações de risco pessoal e social onde ocorram violação de direitos humanos como situação de rua, exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil e uso abusivo de álcool, crack e outras drogas. A abordagem social deve promover a garantia de direitos, estabelecendo vínculos de confiança com as pessoas encontradas para construir gradativamente novos horizontes de futuro e projetos de vida. Imprescindível as mulheres em situação de rua, é um processo de trabalho cravado em escuta qualificada para fazer com que famílias e indivíduos tenham acesso aos serviços socioassistenciais e políticas públicas correspondentes as demandas de cada situação.

A partir das necessidades identificadas, há a possibilidade das mulheres serem atendidas pela Pousada Social. Essa instituição abriga pessoas em situação de rua nos seguintes casos: adoecimento severo, conflitos com outras pessoas em situação que apresentem riscos de vida, espera de passagem terrestre para retorno ao convívio familiar e distanciamento de drogas como álcool, crack e outras drogas. Em Juazeiro do Norte, a Pousada Social foi fundada em 2020, diante da pandemia de Covid-19, a população em situação de rua, prefencialmente homens, infectados pelo vírus, foram abrigados em uma agência do Vapt Vupt[4], e posteriormente foi alugada uma sede própria da Pousada Social localizada no centro da cidade. A Pousada Social é uma instituição inédita no interior do estado do Ceará, tendo apenas outra na capital cearense, sendo um serviço destinado prioritariamente a população em situação de rua, contando com vinte alojamentos, quinze masculinos e cinco femininos. Segundo o coordenador, a equipe é "composta de cinco cuidadores diurnos, dois educadores, um porteiro e dois cuidadores noturnos, um digitador e um assistente social" (Bruno).

Em continuidade a isso, o Consultório na Rua apareceu recentemente na cidade, no ano de 2022, apesar de ser uma política pública vinculada a rede de saúde, está também diretamente associada com as políticas sociais mencionadas – Centro Pop, Abordagem Social e Pousada Social. E, nesse sentido, é papel do Consultório na Rua o atendimento da população em situação de rua, não tendo sede própria, o atual serviço circula pelas ruas da cidade, estando presentes nas segundas-feiras no Centro Pop. O equipamento é constituído por dois educadores físicos e duas enfermeiras. Sobre o trabalho desenvolvido, a educadora física afima: "as vezes conversar com eles, aferir pressão, glicemia, hepatite, cuidar de ferimentos e o encaminhamento para os médicos que as meninas fazem e aí eles podem se consultar em alguns Programas de Saúde da Família (PSFs)" (Andréa).

A Casa da Mulher Cearense é outra importante instituição inaugurada esse ano, tendo por intuito acolher mulheres em situação de violência. Em visita feita a instituição, a psicóloga Clarice retrata a presença de mulheres em situação de rua abrigadas pelo equipamento. Conforme depoimento dado pela profissional Clarice, existe uma relação muito íntima entre a história dos movimentos feministas juazeirenses e a criação dessa política pública:

> A história da casa da mulher cearense é atravessada pela história do movimento de mulheres na região há mais de 20 anos. A luta já no tempo dos assassinatos do escritório do crime por aqui, mesma época na qual, pela luta das feministas na

[4] Escritório do governo do Estado do Ceará, Central de atendimento de serviços públicos federais, estaduais e municipais, responsável por serviços como emissão de segunda via da fatura, cursos gratuitos, emissão de identidade (RG), emissão de primeira via do CPF, consulta de vagas de emprego e passaporte.

> região, foram abertas as delegacias da mulher de juazeiro, crato e Iguatu. Mesma DDM que hoje atua na casa da mulher, 24h. O trabalho dessas feministas foi essencial para que as memórias das mulheres assassinadas não se perdesse no tempo. Por isso, a exigência da justiça em cada caso e de politicas públicas efetivas de enfrentamento a violência doméstica. Antes de existir essa casa, as vítimas não tinham um lugar [...] é fruto de muita luta, tudo foi com muito sacrifício. Nosso Conselho do Crato é considerado o movimento mais forte do Ceará por que nos enfrentamos toda essa violência, já fomos ameaçadas e participamos de todos os juris e nem uma mulher vai para frente do juiz sozinha sem a gente acompanhar então esse e o nosso trabalho e mulheres vigilantes do Cariri contra a violência.

Outra instituição visitada foi a Associação Beneficente Madre Maria Villac (ABEMAVI). Ressalta-se que outra instituição religiosa foi citada, mas em entrevista com as mulheres em situação de rua, o Shalom. Contudo, pela preponderância de falas dirigidas a ABEMAVI, essa foi escolhida para ser visitada. O dispositivo cristão guiado pelos preceitos da Irmã Dulce, figura emblemática no que se refere a caridade e salvaguarda dos pobres, tendo na faixada da residência escrito "Santa Dulce dos Pobres". O instituto é movido por voluntárias/voluntários a realizar atividades como limpeza da residência, produção de alimentação, entrega de comida em praças, palestras e rodas de conversa. Conforme a advogada voluntária da ONG, o público-alvo institucional se refere a famílias pobres, população LGBTTQIA+ e população em situação de rua.

O Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua (CENTRO POP) foi inaugurado em 17 de julho de 2013. Quase dez anos de história contam de diferentes tipos de gestão, orquestradas por diferentes prefeitos que assumiram a cidade de Juazeiro do Norte. Costumeiramente, profissionais contratados são demitidos para inserir novos profissionais aliados aos planos do prefeito. Por outro lado, trabalhadores concursados permanecem em seus postos de trabalho, como a psicóloga Mariluce, que está atuando enquanto profissional desde o início, conta:

> Antes o Centro Pop, a sementinha dele era no CREAS[5] em 2012, começou lá como se fosse anexo ao CREAS porque antes era o CREAS que atendia a essa demanda de população em situação de rua. Foi aumentando a quantidade de pessoas em situação de rua no Juazeiro e como tudo são através de dados, de números né, nos próprios relatórios já foram vindo isso aí, que aumentava a demanda e o município já contava com mais de duzentos mil habitantes porque pra ter um Centro Pop tem que ter essa regra. Então, assim, tudo se configurava pra implantar no Centro Pop no município e assim foi feito. Então, a sede própria, tudo próprio foi em janeiro de 2013, que se iniciou. E aí não sabia nada sobre ele, aí fui estudar, fui ver manuais, cartilhas e a prática, a gente aprende assim mesmo muito mais na teoria.

Desse modo, percebe-se que o aumento da população em situação de rua no território foi o fator prepodeerante para a criação do Centro Pop na cidade de Juazeiro do Norte, antes

[5] Centro de Referência Especializado em Assistência Social, destinado a casos de violência e rompimento de vínculos sociais.

vinculado ao CREAS, mas agora contando com espaços próprios. O Centro Pop funciona de 08h às 16h, de segunda-feira á sexta-feira. Segundo as Orientações Técnicas do Centro Pop (2011), a Política Nacional para Populaçao em Situação de Rua de 2009 solicita a implementação de Centros de Referência Especializados ao atendimento dessa população, corroborada pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que defende a oferta dessa unidade como política pública relevante para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A equipe multiprofissional atualmente é formada por cinco profissionais com graduação em ensino superior, no caso, duas psicólogas, duas assistentes sociais e uma advogada, três profissionais de ensino médio, referindo-se a uma educadora social e dois orientadores sociais, um porteiro, uma recepcionista e três auxiliares de serviços gerais, tendo sido destinado dois para a limpeza da instituição e uma para o serviço de cozinheira.

As funções de coordenador, conforme as Orientações Ténicas do Centro Pop (2011), são, em suma articular os serviços do equipamento, rotinas e processos de trabalho, bem como a execução destas, discutir com equipe técnica estratégias e promoção da articulação da PNPSR com as demais políticas, entre outras. Realmente, pode-se observar a preocupação do coordenador em buscar resolver problemáticas relacionadas aos conflitos entre usuários, gestão da equipe multiprofissional, contato com coordenadores/coordenadoras de outras políticas públicas da região para fortalecer e amparar o encaminhamento de usuárias/usuários. A estrutura arquitetônica da instituição dispõe de apenas uma sala de atendimento individual as/aos usuárias/usuários, sendo frequentemente realizado o empréstimo da sala da coordenação para realizar tais atendimentos em momentos de alta demanda.

Dessa maneira, a arquitetura da instituição acompanhada é localizada sempre em residências alugadas pelo município. Os dois endereços acompanhados seguem a seguinte repartição: a) garagem como lugar de convivência e alimentação de usuárias/usuários; b) primeira sala reservada a recepcionista e ao trânsito de usuárias/usuários quando necessitam ir para os atendimentos individuais; c) uma sala para atendimentos individuais; d) sala da coordenação com quadro para planejamento mensal da equipe; e) sala das técnicas de referências, profissionais de ensino superior; f) um banheiro para uso dos profissionais; g) cozinha; h) quintal reservado para banhos e lavagem de roupas de usuárias/usuários. É necessário também dimensionar que existe um pequeno altar cristão com estátuas de Nossa Senhora de Fátima e Padre Cícero, assim como murais de avisos. Percebeu-se durante os meses observando o equipamento, que existem salas proibidas de serem ocupadas pela população em situação de rua como a sala das técnicas, a cozinha e o banheiro destinado

exclusivamente ao uso da equipe.

Sobre a estrutura do primeiro endereço acompanhado, Marleide, educadora social, diz:

> A estrutura é muito ruim, a gente tenta ser público eu entro e recebo equipamento no meu cotidiano com muitas defasagens de estrutura. Essa sala que a gente tá conversando é utilizada em outras três funções, quatro, cinco se for preciso. Então, isso retira a necessidade que a gente tinha de resguardar alguns direitos como por exemplo sigilo. Nós estamos numa sala totalmente insalubre, com a porta fechada. Então a gente não resguarda algumas coisas, a gente tenta ser público quando a gente tenta garantir que as funções básicas como alimentação e banho, elas não parem, mas a gente acaba privando os usuários dessas ações quando a gente não tem os insumos. A gente é público mas a gente acaba que limitando alguns direitos por privarem o Centro Pop de receber. O Centro Pop não é o equipamento mais bem quisto, porque a população em situação de rua não é o público mais bem quisto, fosse diferente a gente teria alguma atenção a mais e conseguiria alguns benefícios a mais, mas no caso, não.

Assim como a população em situação de rua não é o grupo preferido do juazeirense, o Centro Pop e por consequência os trabalhadores dessa política pública de assistência social também não são vistos com bons olhos. A partir disso, podemos refletir sobre o desmonte das políticas públicas sociais brasileiras e em como isso afeta diretamente as pessoas em situação de rua, assim como os trabalhadores do Centro Pop. Inclusive, é importantíssimo mencionar que as pessoas em situação de rua estão almoçando sem o uso de talheres, que há meses não são disponibilizados pelo município, o que será discutido mais adiante em pedagogias sociais, mas que já é importante mencionar, visto que é outra medida governamental que afeta diretamente o modo como é oferecida a alimentação. O coordenador Anderson comenta sobre realidade versus sonhos:

> Não posso dizer que a gente sonha que não exista população em situação de rua, é algo que sempre vai existir, assim como a vulnerabilidade, como existem expressões da questão social. A gente sonha em trabalhar tendo o suporte necessário, a estrutura adequada, de uma forma que a intersetorialidade saia da teoria e vá pra prática, com uma rede que de fato se preocupe e priorize a população em situação de rua, a gente sonha em trabalhar dentro da política de assistência que no meio da política o Centro Pop venha como algo prioritário. Então, a gente não recebe co-financiamento por parte do estado e por parte do governo, a gente é mantido inteiramente, da forma como é possível pelo município. E isso acaba de certa forma interferindo, falta recurso, falta estrutura, falta condições de trabalho que obrigatoriamente é preciso pra gente poder ofertar. A gente trabalha com o público de maior questão de vulnerabilidade, a gente seria aquele equipamento tido como essencial na teoria mas que na prática não é visto dessa forma.

Para Tolentino e Bastos (2017), tal desmonte é fruto de uma crise do capital, tendo por característica o alto número de desempregos e a superlotação das políticas públicas, piorando as condições de vida da populaçáo em situação de rua. Desde 2018, são realizados cortes na

Assistência Social, sendo previstos para 98,05%. O corte de verbas repercute no cotidiano do atendimento as mulheres em situação de rua, em falta de recursos e em condições insalubres destinadas aos dispositivos públicos. Como discute Marques *et al.*, (2019), o sucateamento das políticas públicas brincam com a (in)visibilidade dos grupos em um jogo de luz e sombra. Coloca-se os direitos conquistas na sombra, enquanto se joga luz sobre a desmontagem de territórios determinados. A visibilidade não é direcionada na dimensão de provenção de direitos, mas a exterminação de gente.

Devido a má condição da estrutura física da residência, o Centro Pop partiu para uma nova localidade. Sobre a mudança de endereços e o modo com que a comunidade representa o trabalho dos profissionais, o coordenador Anderson aponta:

> Hoje o Centro Pop tá aqui na Avenida Leandro Bezerra, antes já esteve na Dr. Floro, antes esteve na 15 de novembro, antes esteve na São Luís, em todos esses lugares a gente lidou não apenas com um, dois, três abaixo-assinados feitos pela comunidade pra que o equipamento saia dali. Então, assim, a gente lida com essa situação, inclusive com a comunidade, a gente tenta várias situações como sociedade, diversas vezes a gente acaba escutando frases como não sei porque o município acaba mantendo aberto um equipamento pra suportar vagabundos. Esse é um discurso que é mantido por muita gente. Em muitos locais eles chegam, nos procuram: ah, vocês que trabalham com aqueles bebinhos que ficam ali no Socorro?

Essa visão da população atendida pelo Centro Pop parte de representações sociais sobre essas pessoas, segundo Serge Moscovici (1978), elas designam representações coletivas, conduzindo o conhecimento do senso comum presente no imaginário social. Assim, atribui-se a realidade significações específicas, possibilitando a interpretação do mundo pelas sujeitas/sujeitos, reconstruindo a realidade, construções possíveis para promover entendimento e se comunicarem. Ilusões e arquétipos são formados para observar e dotar de sentido objetos, pessoas e relações.

A drogadição constitui-se uma representação social da população em situação de rua interligada aos “bebinhos”. O Ministério do Desenvolvimento Social (2008) traçou uma pesquisa para constituir o perfil sociodemográfico da população em situação de rua, esse estudo revelou como motivos para estar em situação de rua: alcoolismo e/ou outras drogas (35%), desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). Seja como motivo para propiciar a situação de rua ou como fuga do sofrimento das experiências na rua, as drogas aparecem como questão relevante para esse segmento populacional. Em continuidade com as atribuições dos profissionais, cabe as técnicas de nível superior (advogada, psicólogas e assistentes sociais) acolher, ofertar escuta qualificada, orientar e informar sobre direitos, realizar acompanhamentos, visitas e outras atividades a pessoas e famílias, fazer e garantir os

encaminhamentos necessários para a rede socioassistencial (BRASIL, 2008).

Há um cartaz em banner com hierarquia dos profissionais do serviço: coordenador, técnicas de referência, educadores e orientadores sociais. Ao indagar o coordenador sobre tal hierarquia, esse responde: “a prioridade não é essa questão de nível hierárquico não, a minha prioridade aqui é trabalhar de uma forma onde todos possam contribuir da sua maneira de acordo do potencial que cada pessoa apresenta e que venha de certa forma apresentar um resultado positivo”. Ainda sobre a equipe multiprofissional, o profissional Anderson enfatiza a defesa pelo trabalho descentralizado e atenta para reclamações referentes a alta demanda e a disposição de uma equipe mínima.

> Ao chegar ao Centro Pop de Juazeiro do Norte, as usuárias são primeiramente recebidas pelo porteiro, Marcos, responsável por realizar esse momento de acolhimento inicial, organizando também o acesso ao quintal da residência, onde usuários e usuárias, divididos por gênero, lavam suas roupas e realizam a higienização corporal tomando banho e esconvando os dentes. A recepcionista, Natasha, organiza a lista de frequência das/dos usuárias/usuários ao serviço, assim como listas referentes aos nomes presentes no café da manhã, almoço e lanche da tarde, três refeições fornecidas pelo Centro Pop. Trabalhando de forma muito próxima ao porteiro e a recepcionista, a educadora social e os orientadores sociais organizam as demandas de usuárias/usuários nas seguintes modalidades: pedido de segunda via do documento, guarda de documentos em armários, triagem, busca de atendimento individual com as referências técnicas.
>
> Acontecem atendimentos individuais com as profissionais universitárias, as psicólogas, as assistentes sociais e a advogada, as cinco são responsáveis pela triagem, buscando identificar se a pessoa que está indo ao Centro Pop pela primeira vez está alinhada com o perfil necessário para ser atendida/atendido pela política pública, tendo como principal critério a falta de moradia, assim como encaminhamento para a Pousada Social, Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas (CAPS AD), CRAS, benefícios eventuais quando existe pedido de passagem terrestre ou outros equipamentos necessários. A triagem é feita por um prontuário único para cada usuária/usuário, onde se investiga a história de vida dessa pessoa, buscando identificar os motivos pelos quais levaram essa/esse sujeita/sujeito à estar em situação de rua, contato com familiares, adoecimentos, modo de vida nas ruas e necessidades buscadas.

A educadora e os orientadores sociais estão na linha de frente do atendimento as usuárias, Marleide, Homero e Camila, respectivamente, estão próximos diariamente das mulheres em situação de rua, atuando como profissionais de referência. Nesse ínterim, há de

se deixar nítido as funções dos educadores sociais e orientadores sociais, infelizmente as orientações técnicas da política pública não dispõe detalhadamente das principais atribuições desses trabalhadores como explica as atividades de coordenadores e técnicos de nível superior. Contudo, a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 09/2014 estabelece a ratificação e o reconhecimento de ocupações profissionais com ensino médio completo: educador social, orientador social e cuidador social. Tal resolução coloca educadores sociais e orientadores sociais como responsáveis pelas mesmas funções, onde as duas ocupações são usadas como sinônimos, uma vez que ambos têm como ponto de atuação as atividades socioeducativas e/ou de socialização, objetivando identificars necesidades dos usuários e estabelecendo pontes entre o fazer da política e as demandas dos indivíduos, articulando com os demais profissionais do equipamento.

Conforme o edital do concurso nº 001/2019 realizado em Juazeiro do Norte, cabe ao educador social e ao orientador social as funções semelhantes de garantia e proteção à pessoas em situação de risco pessoal e social, assegurando direitos humanos, abordando e identificando suas necessidades. Mas, para o educador social, além dessa atribuição se acrescenta a obrigatoriedade do desenvolvimento de atividades coletivas como momentos culturais, esportivos, recreativos e intervenções de reinserção social. Ao precisar de qualquer tipo de ajuda, as usuárias recorrem justamente a Marleide, Homero e Camila, seja para resolver a questão diretamente quando se refere a criação de currículo, fornecimento de roupas, sandálias, sabonetes ou outros objetos de limpeza, seja para solicitar café da manhã, almoço ou lanche da tarde.

Prontamente, de maneira muito sensível e comprometida, esses profissionais atuam buscando acolher de modo respeitoso e inclusivo as pessoas que chegam. Apesar de teoricamente existir a diferença mencionada anteriormente entre educador social e orientador social, na prática, os dois profissionais seguem fazendo as mesmas atividades: distribuição de alimentação, organização dos atendimentos individuais e contato com os cartórios para buscar segundas vias de registro de nascimento ou de registro de casamento. Entre eles, fora dividido responsabilidades a partir das demandas do Centro Pop em que trabalham, para Marleide cabe separar, organizar e distribuir as doações de roupas e sandálias as usuários e aos usuários, para Homero existe a responsabilidade de agendamento de vacinas e solicitação de carteira de trabalho, enquanto que Camila organiza os materiais de limpeza da instituição, assim como os produtos que chegam para a higienização de usuárias/usuários, controle dos telefonemas solicitados pelas pessoas em situação de rua e construção de currículo lattes. Percebe-se vínculos fortalecidos entre os três profissionais, facilitando a oferta de assistência as usuárias.

Ao explicar o histórico, a equipe multiprofissional e o serviços ofertados pelo Centro Pop, também se faz necessário adentrar as particularidades desse equipamento em Juazeiro do Norte. Falar sobre o Centro Pop habitado é sobretudo, também, dissertar sobre Juazeiro do Norte e suas particularidades, assim como não é possível refletir sobre a população em situação de rua sem situar a cidade ocupada por essas pessoas, é inadmissível tratar dessa política pública sem adentrar as tramas juazeirenses. A orientadora social Camila, destaca:

> O Centro Pop de Juazeiro é muito ligado ao turismo religioso, por que muita gente que vem para Juazeiro e que é assistido do Centro Pop saiu de onde saiu com esperança, com muita esperança. Então, a gente lida com muitas pessoas não só com pessoas de situação de rua mas que também tão muito frustradas com fé, com a expectativa porque Juazeiro por aí a fora se escuta muito que é uma cidade de desenvolvimento, tem muita oportunidade de emprego, um custo de vida barato, sabe? E aí quando eles chegam aqui é muito frustrante pra eles porque eles saem acreditando que vai tá na terra do Padre Cícero e vai tá tudo ok, e eles vão conseguir e vão estar abençoados.

Juazeiro do Norte apresenta sua história recheada pela presença de Padre Cícero Romão Batista. Para Alencar (2020), historicamente, a partir da emancipação política da cidade em 1911, com o cargo de primeiro prefeito da cidade, ele recebia os migrantes em território juazeirese fornecendo trabalho, moradia, alimentação, medicação e/ou conselhos, esses acolhimentos possibilitaram o reconhecimento de Padre Cícero como líder religioso. O Padrinho, representação social interligada ao sentimento afetivo de fieis a esse sacerdote, corrobora para a representação social como figura milagrosa, e tendo por consequência, Juazeiro do Norte, uma cidade abençoada, favorecendo o alto número de sertanejos vindos para a cidade. Conforme Della Cava (2014, p. 156): “entre 1890 e 1898 a população da cidade mais que duplicou, ultrapassando 5 mil habitantes; em 1905, subiu para 12 mil; em 1909, chegou a 15 mil”.

Vista como Nova Jerusalém, localizada no sertão do semi-árido nordestino, é uma terra sagrada, que há muito tempo atrai peregrinos movidos pela força da fé. Multidões se dirigem a Juazeiro do Norte para fazer ou pagar promessas, tendo o Horto como principal ponto turístico. Segundo Lira Neto (2009), referência salutar no que concerne ao histórico de Juazeiro em interface com o Padre Cícero, é como se metade dos habitantes de Roma viessem anualmente para o interior do Ceará, visitar a estátua erguida que conta com vinte e sete metros de altura, no Horto, onde também existe um museu dedicado a contar a história do padrinho ao passo que narra a história juazeirense. No topo da serra que avizinha a cidade, foi erguida uma imagem gigantesca de Padre Cícero com vinte e sete metros. A multidão compacta paga promessas, acende velas, renova a fé, faz novos pedidos e invoca a proteção

de seu guia espiritual. Ao alcançar a graça das suas promessas, centenas de milhares de devotos deixam cabeças, pés, braços e mãos de madeira nesse museu, agradecendo a recuperação de sua saúde, cegos também alegam ter sido curados pela fé no "Padim Ciço", popularmente chamado, santo legitimado pela devoção popular.

Nesse ínterim, para Della Cava (2014), existe o acontecimento do aumento vertiginoso do número de moradores nessa cidade, aparecem os conflitos entre pessoas nascidas em Juazeiro do Norte (filhos da terra) e indivíduos advindos de outros municípios (adventícios), grupo que buscava a cidade sonhando com mais possibilidades de trabalho, provocando sentimentos de discriminação e hostilidade do primeiro grupo para com o segundo. Tais conflitos eram diminuídos e mediados pelo Padre Cícero. Prescrevia-se conselhos voltados ao trabalho, sendo os novos moradores designados principalmente para a agricultura ou artesanato.

Nesse sentido, surge o conceito "romeiro", usado conforme Alencar (2020, p. 20) para designar: "peregrinos em situação de pobreza que vêm ao município com um propósito religioso e também, na expectativa ou iniciativa de residir na cidade. Permanecem na cidade durante um tempo variado, cumprindo uma programação de atividades religiosas, ou migrando definitivamente para o município". E, por consequência, o termo romaria faz alusão justamente a movimentação de romeiros vindos à Juazeiro do Norte, recebendo visitantes durante todo o ano, mas com concentrações maiores nas seguintes romarias: Nossa Senhora das Candeiras (02 de fevereiro), Nossa Senhora das Dores (15 de setembro) e Finados (02 de novembro). A autora aponta que o perfil de romeiros é multifacetado, mas que prevalece a incidência de maior vulnerabilidade social e econômica, famílias que experienciam contextos de exclusão social em suas cidades natais e que se deslocam a procura de milagres seguindo o exemplo de pais e avós, acreditando na misericórdia e na salvação possibilitadas pela fé.

Corroborando com essa explanação, Homero, orientador social do Centro Pop, aponta:

> Durante a romaria o atendimento aqui diminui muito porque eles estão trabalhando na romaria e depois da romaria o atendimento aumenta porque geralmente aumenta o número de pessoas novas, de triagem. Acontece também a busca pelos serviços de romeiros que não entendem que aqui é o Centro Pop, então vem em busca do almoço, vem em busca de algum outro serviço. Sem entender o que é o Centro Pop, então eu acho que tem essa característica muito forte em Juazeiro. E eu acho que aqui também tem o público considerável de andarilhos, pela dimensão que Juazeiro tem nessa perspectiva de romeiros, do Padre Cícero e tal, eu acho que talvez seja do interior uma cidade que tem um grande fluxo. De pessoas que: 'ah, eu ouvi falar de Juazeiro, ô vindo pra cá ficar uma temporada e tal'. Então, tem pessoas andarilhas com frequência que vem pra passar um tempo, vender sua arte e depois vão viajar.

Romeiras/romeiros retornam às suas cidades ou se estabelecem enquanto moradores

no muncípio de Juazeiro do Norte, considerada a maior cidade da Região Metropolitana do Cariri (RMC). A segregação espacial e o aumento de bolsões de pobreza começam a surgir como características clássicas de uma metrópole, expandido os espaços urbanos em zonas periféricas em condições inóspitas de vida, ocupando de formas desordenadas o município, atraindo trabalhadoras/trabalhadores em busca de melhores condições de vida, é a promessa da cidade sagrada (ALENCAR, 2020).

Considera-se que a produção de população em situação de rua em Juazeiro do Norte é atravessada por romeiras/romeiros, e que essas pessoas chegam a frequentar o Centro Pop como forma de auxílio social, criando novas categorias/grupos como explica a educadora social Marleide:

> Durante a romaria, quando vem muito romeiro, eles costumam vir na semana da romaria, as vezes na semana seguinte, que é o tempo de estabilizar e voltarem pra suas cidades. Mas por exemplo, aconteceu alguns casos de virem pra romaria e chegar aqui e serem assaltados, perder mala, perder carteira, perder dinheiro, perder tudo e fica em situação de rua. E aí até se estabilizar leva uma ou duas semanas pra conseguir se estabilizar e voltar pra sua cidade, ou então, vem em romaria e vem pela fé sem saber onde vai ficar, sem saber onde vai comer, sem saber nada e fica em situação de rua. Por mais que tenha algum dinheiro, mas não tem estrutura pra se manter em Juazeiro durante todo o período e aí acaba ficando em situação de rua e usando o serviço do Centro Pop. E aí você pode chamar de passantes, você pode chamar de cacheiros, também são os trabalhadores periódicos que vem tentar trabalho no Juazeiro ou que conseguiram trabalho no Juazeiro e que vem ficar em situação de rua.

Mariluce, psicóloga, concorda e acrescenta com esse relato:

> A questão das romarias atrai muitas pessoas que acabam ficando em situação de rua em alguns momentos, já atendemos, né, pessoas que tinha a promessa de morar em Juazeiro nem que fosse em situação de rua. Então né, já teve casos, ou que vieram mas que não tiveram condições de voltar, vieram de carona, vieram a pé parte do trajeto. Enfim, chegaram em Juazeiro e não tiveram condições de voltar e acabou ficando um tempo em situação de rua provisório e aí solicitou a passagem e a passagem foi concedida né, pelos benefícios eventuais.

Isso repercute no perfil de usuárias/usuários vinculados as políticas públicas. O coordenador do Centro Pop, Anderson, explica sobre a caracterização do público:

> Hoje a gente trabalha com uma quantidade de pessoas migrantes que é absurda, o último levantamento que a gente fez, no começo desse ano, a gente viu que mais de noventa por cento da população era migrante, justamente atraída por essa questão do turismo religioso e também pela questão da prática higienista. Juazeiro lida com situações que são típicas daqui, ou mais precisamente, limpeza social, existe a nível de Juazeiro algo que é um pouco raro em outros municípios que é municípios próximos não querendo ou não sabendo trabalhar com a população em situação de rua, acaba de uma certa forma prometendo que aqui seria diferente porque aqui teria Centro Pop, porque aqui teria equipamentos que vão tá dando suporte, e obrigatoriamente colocam essas pessoas no carro e vem deixar aqui. É raro? Não, é comum, recentemente aconteceu um pessoal que chegou de Petrolina e vieram pra

> cá, um carro com pessoas em situação pra serem deixadas aqui em Juazeiro.

Diante desses dados, é relevante considerar a fabricação da população em situação de rua como produção engedrada pelo turismo religioso, mas também pela prática de higienização social orquestradas pelas cidades próximas, como Petrolina. Essa cidade é citada por mais de um profissional do Centro Pop. E, mesmo em território juazeirense, é interessante como os comerciantes passam a tratar essa população, conforme a assistente social Irisimar:

> Tinha uma época que dia de sexta-feira com os usuários, eu vinha pra cá cedíssimo e sexta-feira não tinha ninguém porque eles tinham um acordo com alguns lojistas, era o dia de fazer a loja, eles diziam, porque eles combinavam de na semana não ficar na loja pedindo e na sexta-feira podia passar que eles davam algum dinheiro. É, inusitado, porque traz uma limpeza porque é: não quero vocês aqui, pra não atrapalhar os meus clientes, ou sei lá, os carros, enfeiando a fachada da minha loja, que aqui o pessoal não vai entrar, mas tu vem no dia tal que eu te dô um dinheirim.

A higienização social alastra a cidade, fazendo morada no coração da sociedade. Segundo Medeiros (2020), há um processo de criminalização e higienização das/dos sujeitas/sujeitos e grupos em ruas, alavancando processos de exclusão e resistência social. A higienização aparece como apelo comunitário avante o desejo de retirar homens e mulheres em situação de rua da paisagem urbana. O extermínio dessa população significa a extinção de desigualdades sociais escancaradas à luz do dia, as pessoas em situação de rua revelam em suas corporeidades e comportamentos a pobreza latejante e outras formas de ser e existir para além do corpo voltado para o lucro e empresariamento da vida. Para uma das psicólogas do Centro Pop: “Muita gente os vê como perigosos, já vi relatos também de usuárias daqui que dizem: passou uma senhorinha com um monte de sacola, eu quis ajudar, a gente passa na rua e a gente já vai lá pra outra calçada” (Mariluce).

As mulheres em situação de rua são dimensionadas como vidas nuas, corpos destituídos de direitos humanos, relegados a posição de não-humanidade, vidas facilmente ceifadas e passíveis de morte sem grandes consequências sociais. Para Agamben (2002), a vida nua é ferramenta produzida pela biopolítica para circunscrever corpos em ações estratégias e governamentais, como por exemplo, deslocar pessoas em situação de rua para uma outra cidade, tal como foi relatado. Michel Foucault (1997) descreveu a nau dos loucos, medida governamental tomada para limpar as cidades dos loucos no período do Renascimento, referia-se a um barco que seguia em viagem pelos mares. De forma semelhante, as pessoas em situação de rua são transportadas para Juazeiro do Norte.

Como aponta Medeiros e Costa (2020), durante a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016, observou-se mais intervenções voltadas a higienização urbana,

removendo as pessoas em situação das ruas de capitais brasileiras. Lugares sagrados precisam ser protegidos das impurezas, a população em situação de rua é vista como lixo, que precisa necessariamente ser retirado. Destarte, como alerta Foucault (1979, p. 145), o governo adere ao papel higienizador, "serão aplicadas receitas terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes, a exclusão dos degenerados".

Em continuidade a isso, a educadora Marleide, explica a existência de três eventos importantes da cidade que modificam o funcionamento do Centro Pop:

> Juazeiro do Norte tem três particularidades que eu me deparei: a romaria, os feriados e os finais de semana. Você lida com o público do Centro Pop no cotidiano e você lida com esses três eventos porque a configuração muda nesses três eventos. Os feriados a gente tem um fluxo menor, por exemplo, se o feriado é na quinta-feira, na quarta-feira a gente vai ter um fluxo muito pequeno de pessoas e no pós-feriado a gente vai ter um fluxo muito grande, e os que vem na quarta-feira são visitas bem rápidas. Não vem e faz uso do almoço do café da manhã, do almoço, da merenda. Vem pro almoço e vai. Então, de tarde o espaço sempre fica seco. No final de semana, na sexta, no almoço, a gente tem uma quantidade absurda no almoço. Na sexta-feira é porque eles vão passar o sábado e o domingo sem as refeições certas, os usuários que são mais assíduos. Então, eles sempre vem na sexta. No feriado é ao contrário, é uma folga, porque a maioria deles trabalha com reciclagem, com artesanato, com limpeza. Então, eles costumam sair, a gente tem conhecimento de um açude que tem por ali, que costuma ser um ponto de encontro deles e delas. Então, no feriado costumam não vir porque já tão se deslocando pra sua folga. Depois do fim de semana costumam vir porque vão ficar um tempo sem a refeição certa. E a romaria é o grande evento de Juazeiro. É o grande diferencial. É o momento em que eles têm possibilidades trabalhistas muito maiores, possibilidades de mendicância também muito maiores. Então, o Centro Pop no período de romaria costuma se esvaziar dos usuários habituais e se preencher de romeiros, pessoas que vem em romaria que acabam ficando em situação de vulnerabilidade, em situação de rua por alguns dias e passam o período da romaria utilizando o serviço do Centro Pop por serem passantes em situação de rua e os usuários habituais acabam usando da romaria como espaço de trabalho. Então, não vêm, nosso público ele dá uma virada durante a romaria.

Esses fenômenos são interessantes de serem analisados cuidadosamente durante a pesquisa: a romaria, a mendincância, o lazer e a (in)segurança alimentar, essa última será tratada mais adiante, em outros discursos que a mencionam. A romaria se torna um espaço de mendicância para a população em situação de rua habitual, enquanto surgem novas/novos usuárias/usuários romeiras/romeiros. Manifestação da religiosidade popular nordestina, entre chegadas e partidas, reconstruções de vida e despedidas, a população em situação de rua é fabricada. Faz-se importante refletir sobre a mendincância encarada como modo de trabalho efetuada pelas pessoas em situação de rua confome os profissionais.

Como explica Araújo (2000) em a História da Mendincância no Ceará, a mendicância se con`figura como recurso de sobrevivência possível perante a privação de trabalho na sociedade de classes. Nesse panorama, mendicância como não-trabalho, sendo transformada e

moldada a partir das especificidades de cada tempo e espaço. A autora traz uma visão da pobreza como incêndio, nos ajudando a pensar sobre o encontro de pobres em um a mesma região, sendo a mendincância em solo cearense marcada pelas grandes secas e miséria de agricultoras/agricultores. Compreende-se a profissão como trabalho privilegiado e reconhecido socialmente, o bico (trabalho informal) e o pedido (mendingar) são desvalorizados. Araújo (2000, p. 23) alerta para a visão das pessoas em situação de rua sobre isso: "o mendigo que, no Parque da Criança, vende ervas espalhadas em pequenos montes no chão em redor de si, no meio das quais o pires espera a esmola e ele diz que aquilo ali de vender ervas é só um bico, que a profissão mesmo que Deus lhe deu foi pedir".

No que diz respeito ao lazer, a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, estabelece o lazer como direito social conjuntamente a educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, proteção das infâncias, amparo a maternidade e assistência as pessoas desamparadas conforme prescrito constitucionalmente. Ainda, discute que o lazer é uma questão educacional, sendo imprescindível a inclusão da população em situação de rua em programas de suporte ao desenvolvimento de atividades culturais em escolas abertas, especialmente aos fins de semana, assegurando a efetuação de programas direcionados ao lazer e esporte (BRASIL, 2008).

A mendincância em Juazeiro do Norte está costurada com a caridade cristã, como pontua a assistente social Irismar:

> As pessoas tem muita fé, ajudam, a fé e a caridade. A população meio que abarca a ideia de cuidado as pessoas que vem de fora. Nem que seja com um copo d'água e um copo de comida. Além do bem, eu tenho que ser caridoso, então isso acaba ao meu ver facilitando a vinda das pessoas que estão em situação de rua, principalmente quem é andarilho, quem não é daqui, pra cá e acaba permanecendo, porque a gente vê um número muito grande de pessoas que não são de Juazeiro, que vem pra cá e que são migrantes.

Nesse seguimento, a caridade faz parte da sociabilidade do município. Como descreve Campos (2003), a mendincância que acontece em Juazeiro do Norte é diferenciada do que ocorre em grandes centros urbanos, uma vez que romeiros e penitentes entendem a esmola como uma expressão de religiosidade cristã, e não como algo relacionado a justiça social e a conscientização sociopolítica. Juazeiro como terra da misericórdia é visualizada como espaço propenso à caridade e ao suporte aos pobres, solo fértil para compaixão, misericórdia e clemência. O relato de Marleide, educadora social do dispositivo encontra eco no que diz respeito a meritocracia e a culpabilização da população em situação de rua. Quando venezuelanos são avistados, costumam não ser vistos como integrantes dessa população,

sendo auxiliados de uma forma diferenciada pela sociedade juazeirense. E, aqui, existe uma tensão acentuada entre acolhimento/exclusão, caridade/punição e alteridade/violência:

> Desde que você não seja de Juazeiro, Juazeiro é excelente. Então, quando você insere um equipamento da política pública do município, a comunidade tem dificuldade em aceitar porque a história de Juazeiro é uma história de superação de uma província muito pobre pra uma possível metrópole. Então, a história de Juazeiro, se você está em situação de ruim, você tem que crescer seu mérito até você estar em uma situação melhor e você ser um cidadão exemplar juazeirense. Quando você não é esse cidadão exemplar juazeirense, você é mal recebido pela comunidade. A gente tem um público em situação de vulnerabilidade mal visto pela comunidade em que a gente tá inserido, mal recebido por essa comunidade, mal recebido pela segurança pública, mas nós tivemos um caso de alguns venezuelanos que vieram também em situação de vulnerabilidade pelo Juazeiro e pelas histórias e pelos cálculos que foi feito conseguiram mais de dez mil reais em um mês, só em mendicância, só informando que eram venezuelanos, só informando que eram pessoas que não eram de Juazeiro e que estavam precisando da ajuda dos juazeirenses. Conseguiram se estruturar (Marleide).

Portanto, oscilando entre a benevolência e a desaprovação, as pessoas em situação de rua traçam caminhos, estabelecendo sociabilidades distintias, e até polarizadas em uma mesma cidade. Dessa maneira, o coordenador lança questionamentos importantes:

> Quem é que vai acolher a população em situação de rua? Quem é que vai brigar pela população em situação de rua? Quem é que vai dar suporte a população em situação de rua? Quem é que vai apanhar pela população em situação de rua? Simbolicamente, querendo ou não, a gente acaba se colocando muitas vezes como escudo diante de alguns discursos que eu já coloquei, de alguns discursos, de algumas práticas que são impostas. A gente não deixa de ser a casa deles, como toda casa existe o responsável, existe aquela pessoa que obrigatoriamente tá ali pra lhe dar suporte, pra oferecer aquilo que é visto como proteção e tudo mais. Então, a gente precisa fortalecer o Centro Pop porque é muitas vezes dentro disso que nos enxergam, pra uns a gente não faz mais do que a nossa obrigação, pra outros se não fosse a gente, não saberia o que fazer (Anderson).

A assistente social, Irismar, reclama sobre a invisibilidade vinculada a população em situação de rua, ocorrida não somente pela comunidade juazeirese por vezes citada, mas também no que concerne a gestão pública:

> A invisibilidade é total, ser invisível, então quando as pessoas veem e enxergam ainda pensam assim: é cão sem dono, ninguém vai reclamar por eles, não tem ninguém pra reclamar por eles. E aí a gente vê isso fora, sociedade, e eu vejo isso aqui dentro da gestão. Ninguém vai reclamar com eles, eles não votam, a maioria aqui não tem título porque perde documento ou então o título é de outra cidade, não quer transferir. Eu vou tá destinando o meu serviço pra uma população que não me dá retorno.

Nesse ínterim, invisibilizar é matar. Segundo Mbembe (2014), a falta de assistência a determinados grupos populacionais diz de um sofisticado mecanismo de morte, em um trabalho de morte vagaroso e cruel. Assume-se o poder soberano como tática de fazer morrer

e deixar viver, necropolítica, dirigida a população em situação de rua juazeirense. Produz-se um Estado de Exceção onde se faz a eleição de inimigos políticos, como as pessoas em situação de rua, regulando e distribuindo mortes como se estivéssemos operando em zonas de guerra. A existência do outro é percebida como atentado e risco à vida como ameaça mortal e perigo cabal, propiciando experiências de terror aos grupos elegidos. A dificuldade de garantir a segurança alimentar as pessoas em situação de rua aparece como algo preocupante para o Centro Pop, sendo buscada estratégias para aplacar a fome como discute Anderson:

> A gente percebeu que muita gente consegue ter acesso a alimentação, seja por acesso de muitas instituições religiosas que fazem essa distribuição a noite, mas também aquelas outras pessoas que não costumam ter acesso, isso passou a ser conversado e a ser colocado como demanda. Diante de alguns atendimentos, a gente percebeu que de um almoço pra um café da manhã existe um intervalo muito grande sem uma refeição certa, que ficaria naquela dúvida. Então, vamos trazer essa perspectiva de uma janta que inicialmente foi pensado, mas pelo horário e pela rotina do equipamento não foi possível. Então, vamos pensar então em um lanche da tarde, por mais simples que seja já é uma alimentação certa, já diminui o intervalo, foram situações que a gente foi pensando, justamente por a gente rever algumas situações trazidas pelo contexto pandêmico que essa insegurança alimentar, o acesso a essa alimentação só diminuiu. Antes, eles tinham essa alimentação através dos abrigos, dos albergues, que possibilitava não só a acolhida, como a questão da alimentação. Todos os albergues que a gente tinha parceria como o Shalom, o Santa Bernadete, hoje está fechado justamente em decorrência da pandemia.

A segurança alimentar aparece como conceito e preocupação mundial posteriormente a Primeira Guerra, onde se percebeu que um país poderia agir com dominação sobre outro se obtivesse suprimento alimentar, tornando-se arma poderosa, principalmente aos países menos desenvolvidos se não há alimento suficiente para suprir os habitantes do território. Em 1945, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) reúne uma cúpula de países à esse respeito, definindo que a segurança alimentar denomina um estado em que todas as pessoas disponham de acesso social, físico e econômico a alimentação segura em uma dieta nutritiva. Ao que se refere ao Brasil, a Política de Segurança Alimentar alcança relevância somente na década de 90, quando a atenção esteve direcionada não somente para prover as necessidades alimentares populacionais, mas se preocupando com carências nutricionais e qualidade da alimentação, compreendendo o direito a alimentação como condição básica e indiscutível para o exercício da cidadania (HIRAÍ; ANJOS, 2017).

Diante da insegurança alimentar, do fechamento de albergues devido a pandemia, o Centro Pop assume a responsabilidade de fornecer três alimentações diárias para a população como conta o coordenador:

> O Centro Pop não tem a função obrigatória de ofertar alimentação a população atingida, isso vai do contexto da própria segurança alimentar. Mas aí diante da

> necessidade, diante da realidade, diante das características da própria cidade, é buscada estratégias que venham justamente contribuir com a ausência de alimentação. Por isso que o Centro Pop hoje oferta essa alimentação, seja café, seja almoço. Almoço pela primeira vez, dez anos de existência, vem ser ofertado agora, porque não podemos contar com o restaurante popular. Também por conta da pandemia. Antes era só a articulação com o restaurante, viabilizada pela ficha pra eles serem atendidos e eles almoçavam lá, Centro Pop nunca trabalhou com a perspectiva de ofertar almoço, ofertar a alimentação. Existia o café da manhã, sempre existiu o café da manhã, visto justamente essa necessidade, por não ter outro ambiente que podesse tá dando esse suporte, sendo que seria responsabilidade da segurança alimentar (Anderson).

Vale a pena mencionar que a pandemia do Covid-19 alavancou severas consequências para a população em situação de rua. A autora Tiengo (2021), estudiosa dos impactos da pandemia sobre as pessoas em situação de rua, explica que o crescimento do número daqueles que vivem nas ruas, a redução da possibilidade de trabalho informais de contato direto com aglomerações e o aumento do desemprego foram consequências dadas a necesidade de isolamento social. Apesar de terem sido disponibilizados doações de refeições, máscaras e aberturas de albergues pelo país, essas medidas não foram suficientes para garantir a segurança e proteção das pessoas em situação de rua. O incentivo a solidariedade aparece em reportagens como modo de responsabilizar à sociedade pela precarização dessas vidas, negligenciando o papel do Estado em criar e efetivar políticas públicas de resguardo ao povo.
A vida nas ruas se torna mais preocupante com a diminuição do tráfego de carros e circulação de pessoas, trabalhos informais atuados pelas pessoas em situação de rua como mendincância, flanelinha e segurança dos automóveis e reciclagem de materiais. Devido a isso, a saída encontrada foi/é pedir doações de alimentos em frente aos supermercados.

E por isso, diante do exposto, é essencial defender as políticas públicas de assistência e especificamente o Centro Pop como lar-referência à população em situação de rua. Advogar pelas políticas públicas sociais da cidade não significa ignorar as fragilidades institucionais. Nesse pensamento, Homero tece críticas a atuação do Centro Pop e relata como desejaria que o Centro Pop fosse:

> Fugir dessa perspectiva muito atual assistencialista e paternalista. Ainda tem uma ideia muito de favor, tô lhe dando isso e seja grato por isso, acho que de maneira geral ainda tem essa noção muito forte. E também é de ser, de ser muito preso no básico, não que o básico não seja importante. Mas assim, além de você conseguir alimentação e acesso a higiene, que eu acho que é o básico e indispensável, eu acho que dava e precisaria ter algo além disso. Como é que realmente essas pessoas enxergam a política? E como é o protagonismo delas nesse processo todo? Eu não acho que a gente faça ainda atividades que valorizem essa perspectiva de sujeito de direitos. Eu acho que ainda tá muito ligada a objeto de necessidades, de demandas, mas não enquanto sujeito de direitos. Então, enfim, eu acho que a lógica até dos atendimentos ainda é muita essa, de tipo, me diga o que você precisa pra eu lhe dar, é muito vertical, nada horizontal, sabe. Não é vamos conseguir isso juntos, vamos

> construir isso juntos. Não, é assim, é isso que você quer?! Então tá bom, se vira.

As políticas públicas são essenciais para o combate a pobreza, pois solicitam do Estado assumir a função de garantir direitos a população e não de provedor de favores aos mais pobres, como se estivessemos operando ainda na lógica da caridade. Como analisa Silva (2017), o problema é que historicamente, a Igreja Católica esteve a frente da assistência aos menos favorecidos, influenciando as visões sobre suporte social, culminando em um reflexo disso em políticas públicas atuais na confusão entre assistência e assistencialismo. Nesse panorama, há conflitos e disuputas entre ações assistencialistas (senso comum) e práticas profissionais (promoção de direitos sociais). O assistencialismo é conceituado como ação filantrópica e voluntariada de doação, estando associado ou não a um cunho religioso, proporcionando benefícios e solicitando daqueles que recebem afetos de gratidão e tutela. A problemática da tutela estar em seguir um caminho oposto daquilo que é a autonomia de sujeitas/sujeitos, levando as pessoas atendidas a construírem uma relação de dependência através da ideia de apadrinhamento e dívida com aqueles que promoveram benfeitorias. E, assim, excluídas/excluídos do lugar de seres sociais para serem vistos como coitadas/coitados.

A educadora social Marleide reflete sobre o caráter público/privado dos espaços sociais em reflexões instigantes para essa pesquisa:

> Eu tenho uma visão que ela parte de um objeto urbano muito conflituosa quando você para pra pensar que é o muro. Porque pensa comigo, o muro ele é da casa ou ele é da rua? Entende, é ambíguo. Quando eu estudo pichação, a gente parte do pressuposto de que o muro serve para proteger a propriedade privada, mas o muro faz parte da construção do espaço público. Portanto, se é público, ele pode ser utilizado. As ruas e as praças, os espaços urbanos são públicos, e se são públicos é possível se fazer ações diversas sociais nesses espaços, inclusive residi-los, porque o direito de ir e vir ele é por lei assegurado, independente do horário, independente da forma, desde que esteja dentro da lei.

Roberto Damatta (1997) nos traz indagações nesse mesmo prumo, analisando a casa e a rua. O autor não vê a casa/rua apenas imbricados com o espaço privado/público, mas explica que é preciso compreender quais sentidos a casa e a rua apresenta em cada discurso. Exemplica isso referindo-se a casa como lugar íntimo e privado quando nos referimos a residência de cada um, mas quando falamos do Brasil como uma casa, estamos olhando para um ambiente público. Se estou no centro da cidade, minha casa então poderia ser vista como o bairro em que resido. Conforme o autor, "a sociedade são coisas vivas" (p. 9), o que demonstra o caráter diversificado e complexo desses termos situados em diversas categorias a partir da semântica de cada gente. Genialmente, o autor reflete sobre como a casa e a rua permeiam a sociedade brasileira.

A casa trata de relações pessoais, enquanto que a rua é vista como lugar do impessoal, dos anônimos, pródigos e desgarrados. Limpamos as nossas casa, mas jogamos o lixo delas para fora em calçadas, desobedecemos leis de trânsito e estralhaçamos aquilo que é comum, vendo isso como problema estatal. Sem grandes cerimônias, quando estamos nas ruas, não há problema em jogar descartáveis e toda sorte de lixos como se a desordem do espaço não coubesse a nós. O código da casa alude a fundação da família, relações de amizade e lealdade, enquanto que a rua segue estatutos universais e regimento jurídico-legal, visualizando como modelos patriarcais pretendem esboçar projetos universais de família, tendo a casa como modelo social, e de que maneira as leis se aplicam aos indivíduos. É preciso estudar e entender aquilo que está entre a casa e a rua, atentando para o fato que os estudos precisam urgentemente situar a casa e a rua, sentir e situar os espaços estudados (DAMATTA, 1997).

A negação do direito à cidade (casa/rua) atinge a população em situação de rua, como alertam Nonato e Raiol (2016), a negação do livre direito de ir e vir avilta os direitos humanos, sendo fruto de violências estatais e institucionais. Preciamos refletir sobre como a cidade permite ou proíbe a existência de viventes das ruas a depender dos locais de circulação. Ao ocupar logradouros públicos, as ruas podem chegar a ser vistas como espaços de moradia, casas. Aos olhos da coletividade residenciada em casas de tijolos, o estigma social, conforme aponta Goffman (2008), é de agressividade, ofertando indiferença e depreciação. O estigma social como discute o autor, é responsável por definir normais e anormais, sendo o segundo grupo as pessoas e grupos em vulnerabilidade socioeconômica, tendo o estigma como tatuagem rasgada em cima da identidade real, usada como justificativa para práticas opressivas e excludentes.

Ademais, considerando as questões de gênero como envolvidas em espaços sociais, seja casa, rua ou aquilo que está entre a casa e a rua, não poderíamos deixar de mencionar a relação entre mulheres em situação de rua e o Centro Pop, a advogada discute:

> Quando a gente fala em população em situação de rua, raramente você fala em uma mulher em situação de rua que não esteja em um contexto de relacionamento. Infelizmente, hoje a nossa realidade mostra algo que de certa forma é preocupante, essa relação usuários e usuárias, a gente percebe que é muito condicionada a uma postura agressiva, abusiva, machista. É algo que precisa ser construído, tanto é que a gente pensa muito em atividades focais justamente pra que seja trabalhada essa questão da autonomia feminina, essa questão do empoderamento, é um contexto que muitas vezes acaba se colocando como desafio pra gente, é muito abusivo esse relacionamento, a gente vê dessa forma. Esse é o motivo muitas vezes pra que elas venham pra situação de rua. Eu acabei vindo pra situação de rua pra ficar com ele, que não deixa de ser uma realidade abusiva, você condicionar uma pessoa a uma situação que é de violência (Antônia).

As mulheres em situação de rua são frequentemente tratadas pelos profissionais do

Centro Pop como mulheres que estão ao lado de um companheiro também em situação de rua. É importante dimensionar como o número de mulheres em situação de rua está crescendo no Centro Pop em Juazeiro do Norte, provocando incômodos e preocupações no que concerne a relações de violência contra à mulher. A questão é que ao refletir sobre intervenções, essas estão sendo direcionadas às mulheres em situação de violência, mas como poderíamos pensar em medidas interventivas voltadas para os agressores? Como o Centro Pop pode agir para propiciar emancipação feminina e conscientização social para a população em situação de rua em sua totalidade? Recentemente, desde agosto, a educadora e os orientadores sociais começaram com atividades coletivas através do cinema, utilizando de filmes escolhidos por usuários/usuárias. Isso aproximou as mulheres em situação de rua dos espaços de convivência, bem como esse estudo fomentou o desejo das mulheres em narrar seus enredos de vida.

5.3 "Eis o melhor e o pior de mim, o meu termômetro e o meu quilate": refletindo sobre as pedagogias sociais

A pedagogia social é conhecida como pedagogia dos possíveis, sem interditar, classificar ou excluir pessoas. E, por isso, foi eleita para essa pesquisa como enlace entre a vida nas ruas e a educação. Inspirada em Margareth Martins (2019), acredita-se na consideração das singularidades humanas e do respeito ao ritmo do tempo de cada sujeita, compreendendo o contexto social de emergências as que estão submetidas as mulheres em situação de rua. A autora se coloca enquanto educadora social e anuncia o estilo dialógico-teórico-prático, utilizado aqui, para a comunicação dos vividos entrelaçado a teoria, trazendo histórias e memórias reveladoras de aprendizados, convivências, trocas e saberes.

A família é o primeiro seio da pedagogia social, situações em que familiares trabalham como educadores sociais para crianças e jovens. A vertente da Pedagogia Social percebida como ajuda pedagógica-humanitária, a partir do contato com crianças imersas em vulnerabilidades socioeconômicas, exigindo uma Pedagogia que respondesse as demandas de crescente pobreza em nosso país, capaz de costurar linhas de atenção, aceitação, comunicação e acolhimentos as/aos excluídas/excluídos. O intuito é ensejar novas possibilidades de vida, diminuindo situações de desamparo, potencializando horizontes de futuro através da justiça social e ações educativas. Contrapondo-se a interdição social, o educador social apresenta um aparato reflexivo e emancipador (MARTINS, 2019).

Destarte, de acordo com Quitete (2019), a Pedagogia Social é a resposta às mudanças sociais ocorridas com a industrialização e urbanização, refúgio para educadores implicados com vulnerabilidades de raça, gênero e classe. E, além desse ponto, Passos e Sobral (2019) nos alertam que é preciso considerar as políticas sociais brasileiras que transitam entre dominar e garantir direitos a população de baixa renda, oprimindo e libertando pessoas. Assistência Social e Pedagogia Social estão imbricadas, tendo a Educação Social como ferramenta utilizadas pelas políticas públicas com o objetivo de reconstrução de vínculos e transformação social.

Como explica Fitchner (2009), historicamente, no século XIX, a Pedagogia Social atua denunciando as estruturas dos currículos escolares na Alemanha que não estavam preocupadas no que se refere ao atendimento das necessidades das classes trabalhadoras. Mais do que os conteúdos classícos formais tratados, era preciso educadores atentas/atentos as discussões sobre direitos dos trabalhadores, lutando pela libertação social. Logo, narraremos uma série de achados durante a pesquisa que remetem as pedagogias sociais caririenses voltadas para as mulheres em situação de rua, defendendo inclusive que tornar visível conflitos sociais e denunciar práticas educativas excludentes também é um dos intuitos desse estudo, revelando a diversidade de faces das políticas públicas e organizações não-governamentais.

Isso posto, a título de uma leitura mais fluída e compreensível, esse subcapítulo será dividido em duas partes de acordo com o agrupamento das categorias elencadas para as/os profissionais entrevistadas/entrevistados pela pesquisadora. Segue a ordem das temáticas: I. Rede de Atenção Psicossocial em seus serviços entraves e dificuldades de trabalho; II. Contatos, sociabilidades e práticas pedagógicas com as mulheres em situação de rua.

5.3.1 Rede de Atenção Psicossocial, entraves e dificuldades de trabalho

Nesse item, discutiremos atividades e serviços disponibilizados pelas políticas públicas e organizações não-governamentais que atualmente oferecem suporte e atendimento às mulheres em situação de rua em território juazeirense. Primeiramente, trataremos do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), e os sentidos atribuídos à ele através dos trabalhores. Em conseguinte, as outras instituições conhecidas durante o processo de pesquisa. Conjuntamente a isso, abordamos a Rede de Atenção Psicossocial, observando nesse sentido, as vulnerabilidades e dificuldades de trabalho dos equipamentos de acolhimento às mulheres em situação de rua supracitados..

No Centro Pop, a educadora social Marleide, discute sobre a heterogeneidade da população em situação de rua, alertando para a diversidade desse grupo:

> A gente tem aqui ferreiro, a gente tem mecânico, a gente tem pintor, a gente tem machante, a gente tem grafiteiro, a gente tem uma leva de profissões, o que eles têm em comum é o fato de não terem residência fixa. Então, a política do Centro Pop, ela é destinada a pessoas que não tem residência, que estão em situação de vulnerabilidade e que utilizam o espaço urbano como espaço de abrigo. Essa é a premissa do Centro Pop, então independente da função que você ocupe, do quanto você consiga salarialmente, se você não se estabelece em uma residência, você é uma pessoa em situação de vulnerabilidade e você é assistida pelo Centro Pop.

É notório o apagamento das mulheres em situação de rua na fala da educadora, é explicito um lugar social atribuído ao trabalho focado na figura masculina. Nesse sentido, é imprescindível destacar de que forma a Política Nacional para a População em Situação de Rua nas atividades do Centro Pop apresenta e disponibiliza os serviços de acordo com uma leitura socioterritorial das demandas que envolvem um recorte de gênero a partir de um diagnostico local, no qual é envolvido por um conhecimento sobre os modos de vida da população. As garantias asseguradas pelo Centro Pop são atravessadas por informações e orientações que garantam o fortalecimento de vinculos a fim de um crescimento e reprodução de forças coletivas que reatifiquem direitos sociais (SILVA, 2009).

Em consonância com esses apontamentos, por se tratar de uma estratégia de biopolítica, Foucault (1979, p. 82) afirma que "o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista". Realizando uma analogia com as pessoas em situação de rua, percebe-se que estes por serem vislumbrados como ameaças sociais às classes dominantes, precisam ser invisibilizados ou por vezes, renegados ao direitos. Uma vez que cabe as práticas de saber, legitimadas enquanto tal, a instauração de regras, normas, valores, assim, dispositivos capazes de perpassar a corporeidade e formar modos de subjetivação através dos conflitos explícitos e implícitos nas tramas cotidianas das relações.

A assistente social Irismar reflete sobre a representação social da população em situação de rua e o perfil multifacetado desse segmento populacional:

> Se você for perguntar um perfil a população em geral, eles vão dizer: 'pessoa pobre, de baixa renda, sem escolaridade e que usa droga'. Mas a gente que já teve perfis de todos os tipos, então a gente já teve pessoas que tiveram fábricas, que já foi presidente da Câmera de uma cidade, que construía barco, engenheiro naval. Então, assim, pra tá em situação de rua são inúmeros fatores. E aí muitas vezes é bem complexo isso porque acaba muitas vezes como filho único, perdi pai e mãe, não consegui me estruturar, não consegui um emprego, acabei ficando em situação de rua. Vários casos como esse com a pandemia agora, muita gente tinha uma

> estabilidade, achava que tinha, acabou perdendo tudo e famílias inteiras vão pra situação de rua. A dependência química em alguns casos mesmo que você tenha família com posses, mas você pode chegar à situação de rua tranquilamente devido ao abuso da substância, a dependência, que você consegue viver só mediante o foco ser a droga.

A psicóloga Mariluce explica os serviços oferecidos:

> Desde a questão da higiene pessoal, banho, lavagem de roupas, até a questão dos atendimentos com a equipe técnica. Então, a gente tem atendimento psicológico, não no sentido psicológico clínico, mas o acompanhamento, temos a assessoria jurídica, temos as assistentes sociais, que também dão o suporte nessa questão social gigante que a gente lida com o nosso público. A gente tem a questão da refeição que é um dos cargos chefes aqui pra eles tarem comparecendo.

Observou-se que quando mulheres em situação de rua dormiam dentro do equipamento eram acordadas pelos profissionais do Centro Pop. Sobre essa questão, a psicóloga Mariluce responde que essa atividade descaracterizaria o serviço, não sendo condizente com a proposta da instituição:

> O serviço aqui não é um CAPS que a gente tem que ficar aqui o dia todo. E eles acabam que passam aqui o dia todo sem querer fazer outra atividades, eles não queriam participar de grupo porque preferiam tá dormindo assistindo Rota 22. É um serviço, não é a casa deles, é pra ser um serviço acolhedor, mas não pode ser um lugar de moradia, de dormida como eles faziam.

Em contraponto a essas práticas marginalizantes, instaura-se os princípios da educação e assistencia social, em destaque o Centro POP que acentua-se em: resgate e fortalecimento de vinculos familiares, escuta qualificada, articulação com as demais políticas públicas de saúde e assistência social, coordenação de grupos, acesso a documentação, trabalho e geração de renda, e orientação jurídica. Assim, há um olhar voltado para atenção e acolhimento, gestão participativa que incentiva a participação e o protagonismo dos usuários e a atenção para a discussão das representações sociais da pessoa em situação de rua e do cuidado. O governo brasileiro preconiza a rede de assistência social, que através das atividades do Cento POP impacta diretamente sobre a construção de uma rede de cuidados dirigida a população em situação de rua, vislumbrando possibilidades de convívio com a diferença e a produção de significados e sentidos (BRASIL, 2011).

Desse modo, existem atividades coletivas como função de educadores e orientadores sociais a serem realizadas. Infelizmente, devido a pandemia de Covid-19 e a carência de uma estrutura física adequada para reuniões em grupo, conforme explicam os profissionais, a frequência dessas atividades foi diminuída. As atividades de grupo foram primeiramente pensadas para serem realizadas a partir de divisão entre homens e mulheres, mas esses

espaços aconteceram em diferentes configurações, nos trazendo reflexões relevantes pelo orientador social:

> Na de mulher foi especificamente mais voltada pra saúde da mulher, na época do outubro rosa e aí as meninas trouxeram essa proposta, onde a questão inicial era a saúde da mulher mas acabou abrangendo relatos de opressão de gênero e essas outras questões também a partir dela. Com os homens e mulheres, sendo a grande maioria dos participantes eram homens porque aqui também a frequência é maior com homens teve uma específica de dúvidas sobre direitos, de acesso a esses direitos que aconteceu no dia da luta da população em situação de rua. Então, foi uma roda de conversa para ouvir as demandas e as perspectivas do que é que eles não conseguem de acesso, o que é que eles gostariam de ter de diferente tanto aqui nos serviços como de uma maneira mais ampla em relação aos outros serviços. Então, nesse dia foi interessante porque foi acho que foi o dia que eu ouvi mais reivindicações coletivas de uma maneira mais aberta de falar sobre qualidade da comida que é servida, a abordagem policial e quando estão na rua, principalmente à noite (Homero).

A educadora social, Marleide, explica sobre os serviços que seriam ofertados pelo seu trabalho:

> [...] fazer integração entre o público que o equipamento atende e o espaço social que eles estão inseridos. A comunidade do Socorro ter conhecimento do que é o Centro Pop e o Centro Pop ter conhecimento das possibilidades que a comunidade do Socorro tem a oferecer. Não acontece tanto porque é muito complicado lidar com o espaço burocrático pra conseguir realizar as demandas que o meu cargo pede.

As atividades propostas precisam ser aprovadas por todos os profissionais e contar com uma técnica de nível superior enquanto mediadora, passando também pela secretaria do município, essa lentificação para a execução das atividades empata atividades na comunidade. Ao ser perguntada sobre aquilo que ensina em seu trabalho com as pessoas atendidas, responde:

> Primeiro, e mais importante é ensinar a lidar com a máquina pública porque quando essas pessoas chegam aqui, elas sofrem uma série de violações e desinformações sociais mesmo sobre quem são elas, quais os direitos dela como cidadã. Então, a gente precisa reaver esse senso social de cidadania e e ensinar o traquejo com a máquina pública. A estrutura da educação e da orientação social aqui tem sido reaver o senso de cidadão dessas pessoas, os grupos pró-ativos que a gente faz é sempre tentando orientar sobre a auto-imagem, sobre a percepção dos seus direitos e deveres como cidadão, como pessoa. As possibilidades de saúde, a gente tenta trazer ações que tratem da saúde, do auto-cuidado. É uma educação social bem basilar, a gente precisa que essas pessoas se reencontrem enquanto parte da sociedade já que elas são o espaço mais marginalizado que tem (Marleide).

A prestação de serviços dos técnicos de nível superior envolve também atendimentos individualizados, acolhida, acompanhamento e sistematização dos participantes, orientação e encaminhamento para serviços de direito, articular junto aos usuários discussões pertimentes

ao que concerne os deveres de cada equipamento, acrescenta-se a ótica da assistente social Irismar sobre a condução dos atendimentos individuais:

> Aí um exemplo, se tem encaminhamento pra previdência social, que é algo que não é tão simples pra eles terem acesso, porque precisa agendar, internet e tal, porque precisa agendar, tudo isso. Ah, alguém vai comigo? Não, o senhor vai ser, o senhor tem direito, vai chegar isso, aí tu já vai levar o comprovante. Vai dar tudo certo, o senhor já vai levar toda a documentação, o senhor só precisa explicar o que é que o senhor vai fazer lá. Se o senhor não lembrar, aí o senhor mostra esse papel aqui que tem o meu nome porque aqui tem dizendo porque que eu tô lhe encaminhando. Eu gosto assim, eu percebo que ele consegue ter essa autonomia.

Homero descreve que o plano em relação aos grupos seria a ocorrência mensal de palestras de orientação com outros profissionais da Rede de Atenção Psicossocial, e quinzenalmente, possibilitar grupos de convivência e fortalecimento de vínculos entre usuárias/usuários a partir de temas escolhidos por elas/eles. Pensa-se sobre a importância das atividades de lazer, resgatando uma prática que existiu nos primeiros anos de atuação do Centro Pop, o Cine Pop, onde existia a exibição de filmes, utilizados como instrumento de criação de vínculos, assim como retomar o uso de jogos que pararam de ser utilizados durante a pandemia como dama, xadrez, baralho e UNO. O profissional ressalta que começou a trabalhar durante a pandemia na instituição, enfrentando limitações e se adpatando para até onde era possível ir:

> A orientação de grupos de populações vulneráveis era muito voltado para educação de direitos humanos. Muita coisa tava restrita: atendimentos, atividades de grupo que deveria ser o foco do meu trabalho, suspenso na maior parte do tempo. Na prática a gente serve café, almoço, lanche, organiza os atendimentos com as técnicas, ajuda também na recepção com relação ao controle de banho e das alimentações. A gente organizou também a vacinação de Covid, a gente faz a carteira de trabalho digital e algumas outras coisas também voltados a documento, xerox, impressão. A carteira de trabalho sou eu que faço, os documentos de entrega e devolução era a gente também, mas aí numa reorganização que teve ficou só com as técnicas pra ter acesso as triagens e pegar os documentos. Então, entrega e devolução é com elas. A gente faz currículo também, cria e-mail pra poder fazer a conta do gov, do sistema do governo tanto pra meu INSS, quanto pra carteira de trabalho, enfim (Homero).

Diante disso, como discorre Borrysow e Furtado (2014), ocupando-se do papel de regulação da porta de entrada em seus território e controle local da atenção social, distribui-se as ações de assistência e cuidado em modalidades atravessadas pela consciência crítica e política das atividades realizadas pelo equipamento. Ou seja, orientar sobre os serviços ofertados de forma educativa, pois mesmo se tratando de um aparelho com normas e diretrizes a serem cumpridas, é nesse espaço que essas pessoas encontram um lar. Então, é no acompanhamento diário que a contrução de um entendimento político deve ser edificado.

Faz-se necessário mencionar a respeito do compromisso ético sobre o trabalho profissional e com a ressignificação dos modos de subjetivação, e como estes estão sendo trabalhados, de maneira a reverberar em medidas direcionadas a redução dos efeitos causadores de incapacidades, na busca por manejos para realização das integrações dos usuários. Cabe a estes profissionais traçar um olhar que vislumbre as reais necessidades dos sujeitos, com intuito de lutar por estes, entendendo que sozinhos, sem a atenção desses equipamentos, permanece difícil sair das condições subalternas sociais (CARVALHO, 2013).

O porteiro, Marcos, emociona-se durante a entrevista, explicando que as lágrimas revelam a sua preocupação com o destino da população em situação de rua, mas também se mostra vigilante aos comportamentos dos usuários:

> Me emociono com essas coisa porque como é que uma pessoa pega um saco desse, bota nas costa e um cara na rua sai sem saber pra onde vai? Chega, pega um caboclo desse, sai na rua, olha assim, tem deles que vai pro lado de lá e aí desiste, já vai pra ali, eu fico observando tudo. Vivo ali mas eu observo tudo no mundo ali. Entro no canto, passo por ali, quando tem um atendimento aqui que eu suspeito do caba mei, eu já fico por ali, aqui e aculá passo por ali, é desse jeito que o cuidado tem que ser com atenção, aí chego, fico olhando (Marcos).

Esse trecho revela a dupla face do olhar perante as pessoas em situação de rua, ou seja, é notório que as pessoas em situação de rua é comumente associado a pessoas que ocupam proposições perigosas e as que estavam inseridas sobre influencias desmoralizantes como o abuso de substâncias alcóolicas e intoxicações diversas, classe pobre, que não submetendo-se a ser força de trabalho, configura como paradoxo, ao mesmo tempo que atua de forma inefetiva na manutenção da hierarquização de classes, insere-se sobre o asseguramento destas estruturas, pois tendem a ser renegados e silenciados (MATTOS; FERREIRA, 2004).

Nessa perspectiva, Mattos e Ferreira (2004) destacam o papel da assistência social nessa possibilidade de criação de estratégias a fim de desenvolver um trabalho compreensivo e inclusivo, que considere o sujeito enquanto um ser relacional. Dessa forma, salienta-se a necessidade de intervenções que promovam relações de cooperação e convivência com aquele que se encontra em situação de vulnerabilidade, entendendo que a comunidade vivencia uma tribulação pessoal e histórica para lidar com esse fato. Compreende-se que a fomentação de atividades colaborativas para ampliação dos laços, desenvolva uma corresponsabilidade entre todos aqueles que participam da construção desse arranjo, isto é, a equipe do serviço, a comunidade e o sujeito.

> Aqui é um lugar pra eles, e que eles acabam que ficando mais tempo, alguns passam horas dentro do equipamento, se fosse em outro equipamento com certeza eles seriam incomodados e iam incomodar [...] desde quando tá em situação de rua e

> como foi, o que fez, como foi que você chegou em situação de rua, e como era sua vida antes da situação de rua. Porque a pessoa não nasce né em situação de rua (Mariluce).

Enquanto isso, a Abordagem Social é solicitada em diversos casos de violação a direitos humanos, oferta suportando no que diz respeito a informação sobre o Centro Pop e a checar se a pessoa que busca tal política realmente não está em uma moradia. A educadora social do serviço conta sobre pessoas desorientadas que chegam sozinhas as unidades de saúde, a Abordagem Social é acionada no intuito de identificar se trata de uma pessoa em situação de rua ou de alguém perdido. Trabalhando também com a reconstrução de vínculos familiares: "pessoas que ficam nas ruas, que estão fragilizados, aí a gente vai lá, tenta encontrar os familiares, pedir pra os familiares irem, dá um certo apoio" (Érika).

Olhando para outro espaço de acolhimento, a Casa da Mulher Cearense apresenta uma arquitetura que favorece a proteção e acolhimento das mulheres atendidas, tendo uma porta de entrada principal para as mulheres e uma lateral para os homens. A psicóloga Moema explica sobre como ocorre o atendimento:

> Quando elas estão em risco eminente de morte, a gente pergunta se elas querem ficar aqui até a medida protetiva sair porque o juíz tem até 48h para assinar a medida protetiva, e quando elas já saem da casa, saem com a medida protetiva, uma segurança a mais por que se o agressor se aproximar dela novamente ele é preso. A gente faz o acolhimento, encaminha e acompanha todo o processo até ela resolver a situação dela e resolver no que diz respeito a segurança dela com relação ao agressor. Tudo isso é acompanhado pela gente e encaminha para a rede.

Em outro setor da instituição, denominado de Autonomia Econômica, a assistente social Maria trabalha o empoderamento social de mulher a partir da independência financeira:

> A gente recebe as mulheres, identifica o que elas têm vontade de fazer, se precisa de um emprego para que elas saiam do ciclo de violência por não ter uma autonomia e a gente consegue empregos para elas, consegue cursos tanto na casa quanto fora. Os cursos que elas fazem nos CRAS e na Casa da Mulher e quando é no final elas recebem um kit completo, se for de cabelereiro recebe escova, secador, se for manicure recebe esmalte recebe uma bolsa completa. A perspectiva que possa ter um trabalho para não viver um ciclo de violência por não ter como se sustentar.

De acordo com esses apontamentos, Brandão (1989), discute que a relação dialógica é pautada na vivência no diálogo, construindo seres participantes do processo de educação de forma ativa e questionadora. Nesse ínterim, o exercício da emancipação se dispõe a abertura e disponibilidade para o outro através relações interpessoais e horizontais. E, nesse espaço de educação, quem orienta também é dialogicamente orientado, uma vez que os saberes são discutidos e complementados por outros saberes. A efetivação dessa troca é configurada por

uma ação coletiva e compartilhada.

Nestes termos, apostando nas possibilidades e potencialidades dos usuários, a educação fortalece a autonomia e oferta apoio político, fornecendo um solo fértil para a ampliação do conhecimento. De acordo com Góis (2008, p.62), "o ato de conhecer é o ato de nomear a realidade, pronunciar o mundo; é também lhe dar um sentindo próprio e apropriar-se dele". Enraizando-se na sua realidade social, desenvolve a conscientização, imbricando-se efetivamente com a transformação do seu cotidiano, tornando-se sujeitas/sujeitos comprometidas/comprometidos com os eventos que lhe atravessam, construindo identidades fortalecidas pelo empoderamento social. Por isso, a necessidade de trabalhar com os sistemas íntimos que perpassam as população em situação de rua, uma vez que são seres-no-mundo e seres-do-mundo, pertencendo a múltiplos sistemas humanos e sociais.

Enquanto isso, a organização não-governamental ABEMAVI, opera no território juazeirense e cidades circunvizinhas, uma atenção voltada a promoção e garantia de direitos sociais, sem distinção, realizando atividades como palestras, prestação de serviços técnicos/orientadores, oficinas, eventos que promovam garantia de diretos à crianças, adolescentes, adultas/adultos e idosos. Em sua entrevista associa o auxílio dado as pessoas em situação de rua com o suporte que a Irmã Dulce oferecia aos pobres:

> Eu vejo a Irmã Dulce como uma grande mãe, pois ela foi mãe de várias pessoas. Ela começou a montar aquele hospital dela dentro de um galinheiro, ou seja, ela começou do zero a ajudar as pessoas e lutou muito contra as pessoas que queriam deixar a pobreza de lado, porque é muito fácil você só esconder a pobreza. A gente sabe de relatos históricos aqui de Juazeiro, em que a situação de pobreza estava muito a vista e eles fizeram umas casinhas e deslocaram a pobreza pra longe da nossa visão e Santa Dulce sempre lutou contra isso. Todos nós seguimos os preceitos de Santa Dulce, somos voluntários e tentamos levar um pouquinho da solidariedade. Atendemos mulheres que muitas vezes não conseguem um emprego porque tem que cuidar da família, em situação de extrema pobreza, mulheres que perderam o bolsa família, mulheres que engravidam e que o CRAS não dá o devido suporte, nós também trabalhamos com a prevenção de HIV, Aids, Sífilis e Hepatite. Nós também trabalhamos com a população LGBT, justamente pelo fato da exposição, do cuidado e da violência e nós também trabalhamos com as pessoas em situação de rua (Érika).

Enquanto isso, são prestados as seguintes atividades para a população em situação de rua, tendo serviços dedicados para as pessoas em situação de rua na segunda-feira e terça-feira, ofertando refeições (marmitas e suco) e a entrega destes, outras vezes há também a oferta de roupas, produtos de higiene, de acordo com as doações recebidas pela ABEMAVI. A advogada conta que aconteceram atividades destinadas à saúde bucal das mulheres mediadas por ela: "fiz uma roda de conversa com elas com parceria com o Sesc sobre a

importância da saúde bucal, elas estão ali na praça mas sempre tem um local ali onde elas possam escovar os dentes". Contudo, destaca que a maior questão interligada as mulheres em situação de rua é a violência, atrelando a diminuição de violência nas ruas a presença de um companheiro:

> Elas sofrem muito, e isso é o principal combate que a gente tem, que volta e meia a gente sabe que é uma realidade das mulheres, que nós que não somos situações de rua existem horários que você evita em sair de casa e as mulheres em situações de rua em certos horários estão na rua. E tem que ter esse cuidado, porque nem sempre elas estão com parceiros fixos, por exemplo, a gente ver aqui na rua Santa Isabel num cantinho um casal dormindo, aí ela tá com um parceiro que vai defender ela mas, quem não tem um parceiro fixo e que tá na rua sozinha e que muitas vezes até alcoolizadas e sofrem violência, a gente tem que ter muito cuidado com isso, sempre ficar de olho para que se por acaso aconteça alguma coisa a gente ficar sabendo e tomar alguma medida, essa é a grande diferença a vulnerabilidade da violência, a que ponto elas têm que se cuidar, se esconder (Érika).

Dessa maneira, criam-se serviços de atenção e assistência social que ultrapassassam as práticas marginalizantes, visando ao atendimento às demandas, focados sobre uma determinada região e seus fatores político e culturais. Nessa perspectiva, o acolhimento iniciado no Centro POP, dispõem de atendimento diário, enfatizando em uma assistência ligada a inclusão social e ao incentivo da participação da comunidade, sendo um serviço de suma importância, tendo como principal meta na reinserção social dos usuário, a diminuição dos estigmas e estereótipos sofridos por elas e a convivência efetiva com a coletividade. Faz-se relevante incentivar o apoio da comunidade, através de informações e orientaçõessobre os estigmas sofridos, facilitando a comunicação e propiciando um espaço de acolhimento para ambas as partes, são maneiras de desmitificar os estereótipos e reduzir a marginalização social, rumo a responsabilidade compartilhada, desinstitucionalização e a reabilitação psicossocial (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

Sobre a importância de existirem estratégias governamentais para atuar em zonas periféricas do município e a desmistificação da população em situação de rua, diz:

> Acredito que seja justamente saber onde são os espaços que precisam ser adentrados, que o governo, o poder público muitas vezes não conhece, ou se conhece finge que não vê. E não ter preconceito e discriminação, porque no momento que eu trabalho com prevenção e eu tiver preconceito de entrar em algum prostíbulo, de falar com profissionais do sexo, saber qual a principal necessidade delas, aí eu já não tô seguindo os preceitos. É preciso se libertar dessas amarras que muitas vezes a sociedade tem com as pessoas em situação de rua como se elas fossem marginalizadas, como se todos fossem ladrões, como se todos tivessem um passado horrível e não é bem assim. A grande maioria só peregrina, outros realmente são usuários de álcool e drogas, muitas vezes nem a família quer mais, a gente tem que se desvincular e acredito que Santa Dulce fazia isso, ela não queria saber se a pessoa era presidiária (Érika).

A pousada social, de acordo com o coordenador, oferta: “alojamentos, refeições diárias e a higienização, isso é rotineiro nosso. Segunda via de documentos em geral, certidão, CPF, a folha resumo e passagem. Dependendo da situação, até reconstrução de laço familiar, tudo isso acordado com os indivíduos” (Bruno). A entrada no equipamento é dada através do Centro Pop ou da Abordagem Social interligada as demandas de violência e rompimento de vínculos sociais, foco do CREAS. Contudo, o profissional informa que ao assumir a gestão do dispositivo, já haviam pessoas adultas encaminhadas do sitema prisional para a pousada pelo Ministério Público e jovens em conflito com a lei cumprindo medidas socioeducativas.

> Existe uma triagem que é feita pela própria abordagem e pelo próprio Pop. Eles falam pra gente, a gente vê a disponibilidade de vaga. Quando chega aqui, faz uma nova triagem. Porque eu tenho o primeiro contato com os relatórios, com as primeiras informações, as vezes bate e as vezes não bate. Aí eu começo a falar das normas: horário de sair, horário de entrar, horário de comer, horário de dormir. Pessoa de rua nem sempre gosta de regra, então isso já é um ponto que eles vão dizer: vou passar dois, três dias e depois eu vou embora. Não, então eu vou esperar até o final. O Caps é um parceiro nosso e eles receitam os remédios e a gente faz a administração do remédio dentro do correto. Eu não vou ver um assistido que tem problemas com álcool e drogas e medicar ele em cima do que ele me diz, mas o que o Caps diz porque eles tem médico pra isso. Querendo ou não, esse assistido vai ficar um tempo com a gente. Qual o tempo determinado? Varia muito. Uma política que a gente pega o assistido ou assistida e a gente conversa com eles, e a gente vai dar norte pra o que eles precisam, as vezes é uma passagem, outros é apenas para descanso e depois eles voltam pra rua, porque nós não prendemos nenhum assistido aqui, eles são muito livres nesse sentido. Vamo supor que o assistido ele queira uma passagem, que é o mais comum, ele vem de outro lugar, espera a compra dessa passagem do município, mas nem sempre eles esperam. Alguns porque não querem, alguns porque já tem quinze, vinte, trinta anos de rua e não consegue ficar no lugar, alguns por abstinência de droga, abstinência de álcool, porque eles não podem entrar aqui nessas condições. A gente funciona como abrigo, a gente funciona como protetor deles, de dar um apoio, que é o alojamento, quatro refeições por dia. Eles entram e saem, alguns, mas dentro das normas do equipamento (Bruno).

Curiosamente, o coordenador não cita problemáticas relacionadas as mulheres, mesmo quando é diretamente perguntando à esse respeito, também não mencionando necessidades específicas desse grupo. Abaixo, o discurso no que concerne a regras da pousada social:

> Como a gente não deve simplesmente desligar uma pessoa que tá aqui e é morador de rua, o nosso trabalho é saber que eles necessitam ir trabalhar, além de passagem, retirar documentos que é muito comum, porque eles perdem. A gente tem um caso aqui de um assistido que ele fumou a certidão de nascimento dele. Então, assim, é tudo muito dinâmico demais, existiu adaptação da troca de casa, revolta por parte deles. Só que a gente tem um certo suporte de carros em relação a isso, não é todo dia, mas é semanal no mínimo, e as saídas são menos frequentes, geralmente vai sair quem pode sair e é pra trabalho, até porque mesmo que a Covid não esteja mais acabada, o nosso intuito é prevenir. Só que a gente pega gente de todo jeito, tem uns que vem aqui que já são reincidentes, mas depois que sai só pode voltar depois de noventa dias, tá no regimento, porque eu vou tirar o direito daqueles que veio hoje, não tem vaga porque um cara que saiu semana passada vai entrar. Existe aqueles

> que não tem nenhuma regra, além da regra mais especial que é respeitar nossos colaboradores, eu não culpo eles mas um cara que tá em crise de abstinência vai respeitar alguém? Não vai (Bruno).

Diante destes apontamentos, nota-se que se não existir uma fidedigna relação entre profissional e as condições oferecidas pelas redes de assistência sociais, não há como planejar e executar ações voltadas para melhorias desses serviços e consequentemente para o desenvolvimento dos sujeitos que ocupam esses espaços. Nesse sentido, salienta-se que este lugar de produção de assistência, que visa o cuidado, acolhimento e emancipação social, exige uma postura ética dos profissionais não somente dos que compõem o aparelho social, mas daqueles que fomentam e estruturam essa política (COUTO, 2015).

Serviços disponibilizados e dificuldades enfrentadas		
Serviços	**Concretização dos serviços**	**Dificuldades**
Escuta qualificada	Atendimentos especializados de forma individual e grupal (oficinas, grupos opererativos e terapêuticos).	Falta de recursos e espaços seguros para realização dessas atividades.
Articulação com as demais políticas públicas de saúde e assistência social	CRAS (oferta de serviços de proteção social – desenvolver potencialidades, autonomia por meio do empoderamento e fortalecimento de vínvulos familiares e comunitários, garantindo o acesso aos direitos e cidania). CREAS (oferecer apoio e orientar os usuários em casos de riscos individual e ou social de violação a direitos humanos). CAPS (atendimento as pessoas que apresentam transtornos mentais severos e persistentes e seus familiares).	Recusa por parte desses equipamentos sociais e de saúde em receber pessoas em situação de rua como responsabilidade dessas políticas, indicando apenas o Centro POP como única referência para esse trabalho.
Trabalho e geração de renda	Vínculo e oferecimento de cursos preparatórios por partes de instituições externas (ex: SENAC, núcleo de geração de emprego e renda)	As oficinas de preparação não são direcionadas e pensadas para população em situção de rua, pois, os cursos exigem pré-requisitos que a maioria dessas pessoas não abarcam, como escolaridade, roupa específica e transporte devido a distância em que será realizado.
Orientação jurídica	Emissão de documentação, certidões, consultas médicas, orientação de realização de boletim de ocorrência, audiências.	A população em situação de rua enfrentam dificuldades de locomoção ao acesso e agendamentos aos departamentos judiciários, e estes se recusam a irem presencialmente até o Centro POP para pretação de serviços.

Garantia e direito de necessidades básicas	Higiene pessoal (banho, lavagem de roupas), alimentação, água.	Falta de mantimentos (ex: sabonetes, sabão para lavagem de roupas, talheres) problemas na comunicação entre a cozinha e os usuários/profissionais do Centro POP.

Quadro 2. Serviços disponibilizados e dificuldades enfrentadas.

O olhar destes profissionais frente à esses pontos esquematizados são de indignação e denuncia, Marleide expõe a fragilidade do equipamento frente à outros profissionais que operam sobre a Política de Assistência Social: "a maioria dos profissionais do SUAS não sabe o que é o Centro Pop, a gente cansa de ouvir: mas eles dormem aqui? Mas aqui é como um albergue? [...] piadocas como aqueles vagabundos, aqueles trombadinhas, como os bandidinhos que vocês assistem". Enuanto isso, o orientador social Homero, também percebe a desinformação como uma questão frequente na articulação com demais políticas, seja saúde ou assistência social: "todas as vezes que a gente precisou acompanhar é porque a pessoa não sabia, seja a recepcionista ou o profissional de nível superior como enfermeiro, assistente social". E, nesse sentido, o coordenador Anderson sublinha a importância da articulação intersetorial:

> Quando a gente fala em rede, quando a gente fala em trabalho intersetorial, a gente traz pra um contexto mais do que debatido atualmente. Contudo, a gente tem ciência de que, por mais que a gente tente realizar esse trabalho, sempre existem brechas, aquela rede sempre apresenta alguns furos ou outros. Contudo, torna-se necessário. É de grande importância que se trabalhe de rede, que esse trabalho intersetorial, ele aconteça porque pra que a gente possa trabalhar, pra que a gente possa montar um plano individual a gente tem que pensar em estratégias e a gente tem que pensar em políticas públicas. E quem executa essas políticas públicas? São aqueles equipamentos que estão lá na ponta.

Nessa perspectiva, enquanto componente da equipe de assistência social, os educadores sociais devem buscar espaço de atuação e ocupar importantes posições no que se refere aos processos constituintes da Política Nacional do Centro POP. Lutar afadigosamente para a desmistificação e mitigação dos estigmas relacionados aos usuário do equipamento que se encontram fortemente ancorados a preconceitos geradores de sofrimento, para o extermínio das práticas segregadora e fazendo com que os serviços não caiam na referência metodológica de produção (BARBOSA, 2018).

Assim, é fundamental destacar o compromisso com modos de intervenção buscando uma fidedigna efetivação na Políticas Públicas de assistência. É de grande valia ressaltar que as lutas que motivam construir um espaço emancipador e educativo não foram abandonadas

pelo caminho, ainda hoje os profissionais e educadores sociais assumem um compromisso ético de valorização das subjetividades, trabalhando para que os sujeitos em vulnerabilidade desenvolvam a sua autonomia e a que a sociedade se abra para estes possam demonstrar os seus potenciais (COUTO, 2015).

A orientadora social Camila, trata novamente da relação do Centro Pop com as demais políticas, fazendo uma analogia do Centro Pop como cão vira-lata:

> Sabe quando você cria um cachorro no quintal que ele se alimenta das sobras? A gente é o cachorro. Tudo que não sabem, mandam pro Centro Pop. Tudo, tudo, tudo, tudo. Não tem uma comunicação assim, correta, não é tanto uma comunicação, uma informação. As vezes não entendem o que é o Centro Pop ainda. Entendem o Centro Pop como algo mais de caridade, aqui é um lugar de caridade. É tanto que se você chegar alguém do Centro Pop, vão dizer: que trabalho lindo esse que vocês fazem, de ajudar as pessoas [...] Não é algo respeitado, é algo realmente caridoso: ôh, vocês vão pro céu por isso que vocês fazem. Eu dô uma revirada de olho, sabe?

A vista disso, os serviços disponibilizados pelo Centro Pop devem buscar em seu movimento uma superação de hábitos excludentes, não apenas enquanto estrutura física, mas especialmente ideológica, de forma a desconstruir a pessoa em situação de rua e o seu modo de exclusão e violência social. De maneira a revogar esse sistema, observa-se que o Centro POP se constitui enquanto um novo lugar social para a essa população que se encontra em situação de vulnerabilidade social em virtude da desigualdade social. Assim, esses serviços apresentam-se como meio de possibilitar o exercício da cidadania, construindo uma rede de atenção, a partir da criação de serviços de acolhimento constução de pontes entre os sujeitos, família e comunidade (CARVALHO, 2013).

A desinformação da rede de suporte traz consequências para a população em situação e repercute na exacerbação de demandas vinculadas ao Centro Pop, uma vez que essa política pública é visualizada como a única responsável pelas/pelos usuárias/usuários, como declara Irismar e Mariluce:

> Dentro da SEDEST, muito desconhecimento das pessoas do que é o Centro Pop, a quê se destina e não fazem questão de ou se aprofundar, ou então pelo menos ligar: óh fulana, eu tô com uma pessoa assim, é pra aí? Não, tanto que o número que a gente recebe é muito grande e pessoas que não são perfil ou que não tem nada a ver com aqui. Como se pensasse assim: manda pra lá que eles resolvem. Pessoas que estão perdidas, pessoas dentro da própria secretária, já aconteceu isso. Sim, vocês foram pra delegacia registrar um boletim de ocorrência primeiro?! Pois faça isso. E nas outras políticas a gente encontra muita dificuldade pra eles conseguirem adentrar por eles próprios, o que dificulta a gente trabalhar a autonomia deles porque uma simples ida ao PSF eles tem que vir aqui pegar um papel que é o encaminhamento. Ei, eu vim aqui pegar aquele papel pra ir pro posto. Sendo que o posto de saúde sempre que a gente se muda, a gente vai no posto, faz o contato, explica, mas só querem atender se tiver o papel, sendo que não é obrigatório. Não é obrigatório nem ter o documento, que dirá o papel (Irismar).

> Chega no TRE, aí o guarda já diz da porta: não dá certo agora, hoje tá fechado, ou então se ele conseguir acesso lá dentro: vai lá no Centro Pop, pedir pro pessoal agendar, sendo que eles mesmo poderiam agendar. Os usuários procuram logo a gente porque é como se fosse realmente, a rede de apoio deles como se fosse somente o Centro Pop. Até a gente conversando em estudo de caso com a assistente social, ela teve essa reflexão: **o pessoal acha que a gente, que o usuário em situação de rua é tutelado do Centro Pop**. E acaba que parecendo isso mesmo. O hospital quer que a gente resolva tudo, sendo que o usuário tá lá no hospital. Fica difícil (Mariluce, grifo nosso).

A percepção sobre usuárias/usuários serem tutelados pelos profissionais aparece também quando entrevistamos a educadora física, em seu relato, diante da dificuldade de alguns médicos e enfermeiras em atender essas pessoas: "ficam com preconceito. Mas a gente vai, faz o nosso papel, as meninas enfermeiras conversam com as enfermeiras do posto, e aí acaba que elas atendem. Mas não é uma coisa chegou lá e é atendido não, é um negócio mais marcado, combinado e agendado" (Andréa). Justamente pensando na autonomia das/dos usuários/usuárias e da importância das políticas públicas para a população em situação de rua, Anderson declara:

> A gente precisa formar parcerias, a gente precisa garantir esse acesso, precisa saber que exista a referência e a contra-referência pra que a gente possa saber que realmente dá um suporte pra aquela pessoa que nos procura, acompanhar aquele assistido e obrigatoriamente garantir ou tentar possibilitar diante da autonomia que ele apresenta, estratégias ou possibilidades pra que ele possa superar aquela condição de vida, que muitas vezes, existe essa perspectiva de querer superar e outras, não. Vale também ressaltar isso, que nem sempre a gente pode pensar a situação de rua como algo a ser superado, porque a situação de rua ela já vem com essa premissa, mas existe aquela situação de rua enquanto condição de vida, existe aquelas pessoas que estão em situação de rua porque estão confortáveis com aquela perspectiva. Por ter a liberdade de ser flutuante, de ter a liberdade de estar aqui hoje e amanhã já estar em outro lugar. A gente precisa também, compreender a realidade daquela pessoa, a realidade do assistido, do usuário. Entender qual o real objetivo dele diante do que ele nos apresenta e trabalhar diante dessa perspectiva, respeitando a autonomia (ANDERSON, 32 anos).

Em complementação a isso, Mariluce diz: "o setor de benefícios eventuais, que é a questão de passagem, de documentação a gente ainda faz um link com eles a depender do cartório e redes de saúde, CAPS e Estratégia de Saúde da Família, são os principais". Segundo a psicóloga, atualmente se realiza "a questão de B.Os porque a delegacia se recusa a fazer boletim de ocorrência presencialmente, fica mais uma demanda, mais um serviço pra ser feito no Centro Pop" (Mariluce).

Frente a isto, faz-se necessário que os serviços de assistência social, saúde e judiciário procurem sempre ampliar suas metodologias e ações para que possam cumprir com aquilo

que é função de cada departamento de forma interfuncional, trabalhando de acordo com aquilo que a política regulamenta como sendo seu papel. Atentando-se ainda, a constante busca que os servidores devem ter por meios de melhor a oferta e efetividade dos serviços prestados. Ademais, é fundamental pensar a expansão das ações fora do centro é para além dos equipamentos sociais, podendo promover diálogos de caráter dialético, horizontal e pedagógico em outros espaços, assim facilitando o acesso a informação a toda comunidade e família (BORYSOW; FURTADO, 2014).

Camila ressalta a presença de conflitos entre usuários dentro do Centro Pop:

> O principal horário do conflito é café da manhã até o horário do almoço, porque como eles tomam o café e o café tá saindo tarde, fica um intervalo de uma hora e meia, de no máximo duas horas pra preparação do almoço, então eles vão permanecer aqui, que é o horário que tem os atendimentos. Não tem como não ter qualquer tipo de conflito, é piada que estressa, e um começa a esculhambar o outro, tem muita esculhambação gratuita. Eu prefiro me recolher, se for pra eu intervir, eu vou intervir no início pra evitar, se for pra intervir quando já está na bagaceira, eu não vou, porque eu fico nervosa, talvez se for dar palco a situação toda eu prefiro não ir porque muita gente sai das salas pra ficar assistindo. Mas já aconteceu de começar a confusão, eu puxar um do lado e Marleide puxar de outro pra tentar acalmar. E a gente conseguir acalmar, porque seu Marcos ele morre de medo, ele é o primeiro a correr.

Irismar explica problemáticas relacionadas a segurança alimentar da população em situação de rua:

> Teve uma época que teve uma polêmica danada quando o restaurante popular funcionava, o pessoal queria mandar as quentinhas pra cá e aí vai, não vai, vai, não vai, a gente batendo o pé, mandaram as quentinhas, acho que passou alguns dias, semanas, voltou. Teve confusão nessa casa por causa disso e teve quando era na quinze de novembro porque eles recebiam as quentinhas, perto da secretária de finanças, iam para o outro lado que era sombra e iam comer, aí ficava resto de comida ou então depois eles deitavam pra dormir e o povo ficava incomodado. Então, eles que tem que ser atendidos com prioridade e quem tiver insatisfeito, ou vai em outro horário, porque já tinham mudado o horário deles, era mais cedo, justamente pra não ter o encontro, população e eles. Dava confusão, as vezes era a depender do usuário, a depender de como ele estivesse, se ele estivesse fedorento.

Sobre o modo de tratamento as pessoas em situação de rua, Mariluce conta:

> Das políticas públicas muitos tentam entender, mas na prática, não é bem assim, eles vão pra determinados órgãos, o povo quer se livrar deles rápido. Já teve casos que a gente como técnico também teve que ir comprar a briga do usuário, explicar que não pode ter esse tipo de preconceito, teve que ir com o usuário pra ele ser atendido, já tiveram inúmeros casos. Inclusive um usuário que eu atendi em 2013 precisava de atendimento em saúde mental. Eu tive que ir no CAPS de saúde mental com ele, ele disse exatamente isso: vá comigo pra eles saberem que eu não sou cão sem dono. Aí como essa fala me tocou e eu já tinha visto que ele tinha tentado de outras vezes, fui com ele porque realmente não tava sendo atendido. Fiquei esperando, fizeram a triagem dele e ele teve acesso ao serviço. Coisa que assim, não precisava de que um

> profissional que dissesse que ele tinha direito ao tratamento.

Diante dessa animalização da população em situação de rua, partindo para a compreensão da prática profissional, fica evidente a busca de um trabalho árduo e necessário como forma de assegurar que os Centro Pop funcionem de forma efetiva, realizando todas as atividades que por ele devem ser desempenhadas. Abandonar técnicas invasivas, hostis e/ou confortativas, utilizando-se, principalmente, do serviço na/com a comunidade pela via do trabalho de educadores sociais na promoção de novos processos de fortalecimento dos laços entre os usuários e coletividade (BRASIL, 2009).

A psicóloga Mariluce fala sobre pessoas que procuram os serviços do Centro Pop mesmo usufruindo de moradia:

> Atualmente a gente tá tendo uma procura muito grande porque houve essa mudança do bolsa família para o auxílio brasil, e essa questão do valor acaba traindo pessoas que a gente tem dúvida do perfil. Eles nos procuram bastante sobre isso, a questão de documentação, é outro cargo chefe das demandas daqui, alimentação que antes era ofertado no restaurante popular mas que tá fechado desde o começo da pandemia, aí eles vem e procuram as quentinhas e o café da manhã. Muitos vem e acabam dizendo que tem uma casa e outros no decorrer dos atendimentos, já estando em acompanhamento no serviço. E aí a gente faz esse encaminhamento, porque aqui a gente tem um perfil claro: pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Então, assim, Juazeiro tem uma questão de uma população que vem para o Centro, passa o dia ou vendendo ou pedindo ajuda, e a noite volta pra casa. Então, essa não é a pessoa em situação de rua, não é perfil, embora algumas queiram ser. Mas não é (Mariluce).

Segundo Carvalho (2013) o Centro Pop deve prestar atendimento às pessoas que se encontrem em situação de rua que se configure enquanto uma barreira para que o sujeito construa e mantenha relações sociais e que coloque em risco seus planos de vida em decorrência da desigualdade. Os atendimentos no Centro Pop devem ser balizados por uma perspectiva de constante evolução, podendo ainda agir precocemente de modo a mitigar as representações sociais negativas associadas aos usuários deste dispositivo. Desse modo, as atividades realizadas podem acontecer de forma individual ou em grupo, portanto, os trabalhos desenvolvidos devem ir além das paredes do do Centro Pop.

No que diz respeito as questões de geração de renda e emprego, a assistente social Irismar e a psicóloga Mariluce, expõem:

> Quando chega um curso aqui de última hora, aquele desespero: quem quer, quem quer, quem quer. Muitos não preenchem os pré-requisitos, porque não é pensado em ser direcionado pra eles, as vezes escolaridade, as vezes não ter roupa X se for por exemplo no SENAC. Nessa gestão eles já trouxeram pra cá no CRAS da Timbaúbas que era alguma coisa de técnico de informação. A gente perguntou a gestão se vai num carro, todo dia pegar e buscar no Centro Pop? Porque como é que eles vão todo dia pros Timbaúbas? É realmente esperar deles, não existe essa possibilidade. Então,

> a gente faz já sabendo que eles vão desistir de cara e só vai piorar e vai ser aquela sensação de fracasso. Enfim, foi lá, foi cá, confusão, porque achavam que a gente tava querendo demais um carro. Conseguiram esse carro, então eu acho que eram dez vagas, sete ou oito concluíram o curso. Tá vendo quando as condições são dadas? Simples, eu já tô te dando o curso, já tô te dando a vaga. Te vira. Tu não vai, tu não bate os quatro cantos, tu não vai pra Barbalha a pé, tu não vai pro Crato a pé? E aí quando é pra ir pra um curso tu não pode ir a pé, tu quer um carro? Aí esse estigma que eles sofrem, a gente profissional sofre dentro da secretária, entendeu? **A gente não é priorizado em nada** (Irismar, grifo nosso).

> Já perguntei a pessoa responsável do núcleo de geração de emprego e renda o que é que tá tendo pra população em situação de rua, ela já ficou assim gaguejando na resposta porque não tinha: eu vou fazer uma entrevista aí com eles pra ver a necessidades deles. Até hoje tá, já se passaram quase dois anos. Por exemplo, vamos dar um suporte, se a pessoa só tiver oportunidade de ser empregada doméstica, como é que ela pode ser uma boa empregada doméstica? Quais são os direitos dela enquanto empregadas domésticas, ema capacitação pra que ela não seja lesada. Olhe, você tem direito a carteira assinada, a férias, a um salário digno se você for trabalhar numa casa porque é um emprego como qualquer outro. Porém, você não pode deixar que a pessoa seja explorada. Então, poderia fazer várias capacitações com uma equipe de trabalho. Então, SEBRAE, com parceiros que o munícipio tem pra conseguir trabalhar em algumas áreas (Mariluce).

Em conformidade com essas falas, é significativo destacar que assim como afirma Machado (2014) que a população em situação de rua ocupa uma parcela da população brasileira que não possuem acesso a patrimônios e direitos, ou seja, são pessoas que não servem para manutenção e propagação do sistema capitalista. Desse modo, é nas ruas que procuram possibilidades de sobrevivência, bem como, se perceber como agente social na busca por construir uma identidade em meio a exclusão. As atividades realizadas que promovem ações introdutórias do saber/fazer diante da geração de fontes de renda e trabalho a partir de um viéis capitalista trabalham a fim de uma reinserção para o espaço neoliberal, onde corpos seguros e válidos são corpos que produzem. Com esse movimento, fica nítido que não há um olhar diretivo para a população em situação rua como fruto das desigualdades sociais, mas sim, como uma tentativa de igualar e controlar um povo.

Nesse sentido, de acordo com o autor supracitado é imprescindível deixar nítido a interligação entre fatores acima citados e os mecanismos de saber tais como a sociologia, a sedimentação das cidades, e como estratégia de governamentabilidade, opera com a finalidade de controlar e regular a população, bem como de disciplinar os corpos. As problemáticas referentes a higienização das cidades se adequam as políticas sanitárias e construções de espaços destinados ou não a indivíduos criando-se políticas de regulamentação.

Dessa maneira, serviços essenciais previstos pela Política Nacional para a População

em Situação de Rua não estão sendo atendidos, quando interrogada sobre os sonhos para o Centro Pop, Mariluce responde: “precisa olhar o que tem e melhorar o que tem na cartilha, aquela questão de habitação, emprego, renda, que tem os pré-requisitos pra ser o serviço”. Para auxiliar as mulheres em situação de rua seria necessário fortalecer a rede, conforme a mesma profissional:

> Eu acho que uma coisa que poderia ser feita é intensificar o trabalho com os parceiros, fortalecer a rede. Porque essas mulheres são vítimas de múltiplas violências, de gênero principalmente, grande parte são casais e elas sofrem, pelo menos as daqui sofrem violências do seu parceiros, e mesmo assim, elas insistem em manter e estar num relacionamento porque aí vem a carência afetiva, emocional. Eu atendi uma usuária que mora no Horto, ela tem uma família, mas disse que não queria achar uma família, queria estar na rua com o companheiro porque a família não aceita o companheiro em situação de rua. Não aceita, então ela preferiu sair de casa, viver com ele nas ruas.

Clarice, profissional da Casa da Mulher Cearense, ressalta a existência de buracos nessa rede de atenção:

> A gente vai estar aqui na luta para que todas sejam livres da violência, estaremos aqui batalhando. Ainda falta muita coisa, porque nos termos uma rede que não está completa, que é a rede de enfrentamento de violência contra a mulher. Quando você puxa o cobertor para enrolar a cabeça você descobre o pé. Falta uma delegacia que funcione em 24 horas, uma delegacia regionalizada. Mais politicas publicas, empregos e cursos para as mulheres, mais médico, mais saúde, mais educação, creches. Falta muita coisa ainda mas vamos chegar lá um dia.

Conforme Homero, as atividades em grupo no Centro Pop apresentam tais vulnerabilidades: “[...] são sempre voltadas a algumas datas específicas alusivos a algum dia, acontecem aqui fora e não tem privacidade nenhuma, acontece enquanto as pessoas estão entrando também pra querer outros serviços. E também não tem uma construção de vínculos tanto entre nós como entre eles”. Ainda de acordo com o orientador social Homero sobre a vinculação do Centro Pop com a rede:

> A gente leva as solicitações de cartório para a segunda via de certidão de nascimento ou casamento e acompanha alguns assistidos pra acesso a alguns serviços. Já aconteceu tanto em Unidade Básica de Saúde como em CAPS, acompanhar porque só com o ofício não é suficiente para ter acesso, aí a gente acaba arcando junto levando o mesmo ofício pra garantir que a pessoa tenha acesso aos serviços de saúde geralmente, CAPS e UBS, é o que geralmente acontece porque no cartório a gente já leva sem eles. Com relação a acesso à educação nunca testemunhei encaminhamento para isso. Talvez ocorra um pouco de desarticulação, e também acontece de pessoas aqui serem encaminhadas para o CRAS quando deixam a situação de rua. E aí a maior dificuldade deles também é de acesso ao CRAS do Horto, alguns simplesmente se negam a ir até lá e ficam desamparados porque também não tem uma contrapartida de garantia de acesso, de ter equipes indo fazer visita domiciliar. Tem uma boa região aqui do centro que é desassistida de CRAS, o mais próximo é o do Horto, mas eles poderiam frequentar qualquer outro CRAS se estivessem próximo da localidade, mas os CRAS são distantes, então

> o mais próximo é o do Horto. Então, fica sem acesso [...] Acho que falta informação dos profissionais, mas aí essa falta de informação ela não é uma justificativa, considerando que os profissionais que trabalham precisariam conhecer. Então, talvez uma má formação desses profissionais, mas fico pensando também o quanto que essa desarticulação ela também não é estrutural. Assim, de não ter um esforço político para dar certo. Se é uma população que ela é mais vulnerável, marginalizada, principalmente pensando na população daqui do Centro Pop que é vista como na maioria das vezes como um fardo, como um peso de tipo, esses sujeitos não deveriam existir. É essa a sensação quando a gente precisa acompanhar para direitos básicos. Não tem porque eu gastar tempo, recurso. Nessa assistência, é essa a sensação que eu tenho quando é negado. Então, essa desarticulação acho que tem uma perspectiva individual no sentido de que não tem uma implicação dos profissionais de bater de frente com isso, eu vou fazer o máximo do que é possível dentro do que é. E tem também algo de tipo, isso não é prioridade, de uma forma mais política-social.

A educadora social da Abordagem Social, Marleide, também faz uma leitura sobre o Centro Pop:

> As políticas públicas pra essa situação de rua no município de Juazeiro, que é o serviço do Centro Pop não conseguem atingir todo mundo. Existem muitas dificuldades, é um fortalecimento com a rede, com as instituições públicas. O estado tá chegando, mas precisa mais ter um vínculo com essas pessoas e muito se dá pelos serviços que são oferecidos que não são serviços de boa qualidade. É falta de recursos mesmos, de uma alimentação melhor, tenho certeza que se tivesse um lanche melhor, um almoço melhor, campanhas educativas assim mais atrativas que envolvessem coisas que chamassem atenção deles, a gente sabe que precisa disso e isso ia fortalecer mais, se tivesse um local onde eles sabiam que estar seguros dormindo. Se os próprios profissionais, próprios guardas não tratassem eles de forma tão grosseria quando eles estão ali ocupando uma praça. Recuperar quem sabe a questão dos familiares, reduzir essa questão do vício. Recuperar a confiança dos vínculos com as instituições públicas pra se ter um trabalho mais adequado, mais atrativo. E isso iria ajudar mais nas perspectivas de vida, pra eles conseguirem sair daquela situação, pra eles vencerem as dificuldades e isso ia ajudar na questão das mulheres com uma rede que vai apoiá-las e recuperar os vínculos familiares.

Nesse sentido, é compreendida a proposta de educação apresentada por Freire (2002), ressaltando a importância da educação ao basear-se na Pedagogia Social. Esta é compreendida como fruto de uma abordagem crítica e reflexiva, uma vez que discute a ação educativa a partir da centralidade dialógica entre educador-usuário. Possibilitando aos sujeitos a formação de um posicionamento crítico, ao refletir sobre suas condições sociais, culturais e políticas. Com base no autor supracitado, é manifestado o comprometimento com a realidade, assumindo uma nova posição, em detrimento da posição de espectador, integrando-se ao mundo e criando sua história. A partir das vivências dos usuários, a realidade social se constrói ao se tornar corresponsável pelas ações e reconfigurações das dinâmicas coletivas. Desse modo, a forma como os processos assistenciaisais são aplicados, cria e recria pessoas capazes de agir politicamente na construção de práticas emancipatórias que buscam problematizar os fatores alienantes que impedem de perceber a complexidade.

O coordenador Anderson, explica que a pandemia de Covid-19 apareceu como entrave para a atuação do Centro Pop, assim como reconfigurou a rede de atenção as mulheres, trazendo novos desafios para o cotidiano dos profissionais:

> É uma nova realidade, antes a gente trabalhava com população em situação de rua sem consequências causadas pela pandemia. A gente se deparou com uma nova configuração que estabeleceu alguns desafios que precisavam ser superados. Não foi fácil, não está sendo fácil. A realidade mudou, o perfil da população assistida mudou. A própria rede de certa forma acabou dificultando o nosso trabalho porque ela ficou bastante limitada, tanto a rede no contexto da própria política como a questão das articulações externas que a gente sempre teve. A gente sabe que hoje a própria política de assistência ela passa por um enxugamento com relação a repasse, com relação a recurso e isso acaba refletindo no cotidiano, no dia-a-dia da atuação profissional porque a gente acaba, como você pode presenciar, tendo que se deparar com estruturas muitas vezes precarizadas, recursos insuficientes e obrigatoriamente existente a mesma cobrança, a gente tem que tá ofertando o serviço, colocando em prática. A dificuldade é primeiramente a questão de demandas, a gente tinha um número x antes da pandemia, pós-pandemia esse número praticamente dobrou. A gente tem uma capacidade de atendimento hoje conforme estabelece a tipificação de 100 pessoas, contudo, hoje a gente atende um quantitativo hoje de aproximadamente 180 pessoas. Isso é consequência massiva da pandemia. A gente tem ciência que as situações de vulnerabilidade só aumentaram, só se agravaram. E isso refletiu, não apenas a nível do município, mas a nível nacional diante de algumas conversas ou pesquisas que a gente acaba buscando num aumento significativo da população em situação de rua, principalmente quando a gente fala no contexto de mulheres em situação de rua, a gente percebe que esse número mais do que dobrou. Antes o perfil da população em situação de rua, digamos que 90% daqueles que eram acompanhados eram do sexo masculino. Hoje, esse percentual diminuiu pra 70%, ou seja, antes a gente atendia um percentual de 10% de mulheres, hoje a gente atende em torno de 30%, ou seja, são configurações que foram surgindo, que se apresentou como desafio pra equipe. A gente acaba também ficando exposto e muitas vezes trabalhando com equipe limitada, reduzida e uma demanda absurda pode-se dizer.

Diante desse discurso, é possível perceber os efeitos da pandemia causada pelo COVID-19 foram alarmente especificamente no aumento da população em situação de rua. Com isso, cresce a demanda por assisência bem como a falta de recursos para o desenvolvimento do desempenho ético e eficaz no espaço. Muitas pessoas não são assistidas ou deixam de ser atendidas como deveriam, ou seja, não são acompanhadas diante de uma escuta presente e qualificada, carência de recursos para elaboração de oficinas crítica e consciente mediante uma promoção de geração de renda e trabalho, tempo de qualidade para resgate de laços familiares, requerimentos judiciários passam a serem adiados. Isto é, houve e ainda há um acréscimo populacional da pessoa em situação de rua, assim como artificios que abarquem as reais necessidades dessas pessoas e dos equipamentos sociais e de saúde (BARBOSA, 2018).

A orientadora social Camila fala como via as políticas públicas outrora e como atuando nas instituições, as visões diferem:

> Eu não conhecia a realidade das pessoas em situação de rua, não conhecia a negligência das políticas. Os assistidos passam de semanas e semanas sem ter um sabonete pra tomar banho. O mínimo não é ofertado ainda, pra mim foi o pior de tudo, ir atrás da secretaria e a secretaria dizer: não tenho, outras prioridades, que é o que a gente encara muito aqui. Então, foi um choque pra mim isso, e teve um choque também de ver pessoas na situação de vulnerabilidade que estavam, porque uma coisa é a vulnerabilidade de não tenho um prato de comida hoje, não tenho o que vestir, mas eu tenho por mais precária que seja eu tenho um local de dormida. E aí a gente chega aqui e a gente não enxerga isso. A equipe é muito quebrada, não tem uma continuidade, porque geralmente quando você pensa em equipe é como quando você pensa em uma corrente, são pequenos elos e aqui não tem. Aqui é eu, Marleide, Homero, as técnicas, as cozinheiras. Isso acaba afetando muito porque alguns entendem que dá pra conseguir coisas com isso. Tenta com a gente e não consegue, aí tenta com as pessoas da cozinha, com as técnicas, porque como a gente não conversa, as ideias não vão entrar em uma mesma posição. Então, eles conseguem nessas brechas o que querem, e também não ofertar o serviço de forma correta, as vezes eu quero passar um atendimento e estão todas as técnicas desocupadas, mas ficam lá sentadas com a cara pra cima, esperando a boa vontade de querer chamar a pessoa e o assistido esperando. Leva trinta, quarenta, cinquenta, já teve assistido que fica duas horas e meia, enquanto tem gente conversando e esqueceu dele, a gente não tem uma abertura pra isso, de realmente chegar. Tempo de espera do serviço, a qualidade do serviço, porque se tu quer um encaminhamento pra saúde, eu tenho que saber porque tu quer esse encaminhamento pra saúde. Se tá aqui, se tem uma sala disponível, o certo é fazer o atendimento da forma correta, escuta, analisa, mas não fazer o encaminhamento e pronto, isso pra mim não é ofertar um serviço, é preencher um papel.

Como explica Camila, a relação entre cozinheiras e pessoas em situação de rua é atravessada por conflitos, motivo principal para não serem elas a servir a comida para usuárias/usuários:

> O almoço vem da cozinha comunitária, Anderson recebe reclamações, eu reclamo. Eles precisam ir na secretária, quando eles disserem que querem ir na secretária dê o endereço, por que uma coisa e a gente reclamar outra coisa e eles fazerem aqui e fazerem lá porque eu duvido eles serem ouvidos. De cinco dias da semana duas irão prestar. Eu não gosto, a maioria da equipe também não come. As técnicas tem o conhecimento mas elas se isolam, a cozinha não, se você não quiser criar conflito, não deixa elas perto dos assistidos não. Porque se o assistido vira pra ela e fala: a comida não está boa de sal, elas fazem um barraco. Ah, porque esses vagabundo, tem o que tem pra comer e ainda come reclamando. O nome vagabundo sai com muita frequência, desocupado, esse povo sai com muita frequência porque eles não tem o direito de reclamar da comida, eles não tem o direito de opinar nada, porque o que tem aqui é pra comer e engolir, porque vocês não tão com fome? Quem tá com fome come o que tem. Eu sinto muito, mas se eu tô com fome eu não chupo pedra não e aqui as vezes a pedra tem que ser mastigada.

No que se refere a capacitações dirigidas aos profissionais: "não existe capacitação, pra reciclar, você não vê aqui estudar gênero, você não vê a gestão empenhada pra inserção deles em cursos, não existe: vamos sentar aqui, qual o interesse dos cursos de vocês? Mas é isso, estamos aqui, né. É que nem o meme, estamos aqui, firmes e fortes, nem tão forte e nem

tão firme (Risos). Mas a gente tá seguindo" (Irismar).

Posto isto, Behiring (2009) verifica uma outra vertente implicada diretamente na relação entre a população em situação de rua e o equipamento. Ou seja, grande parte dos profissionais ao ingressarem em instituições de serviços sociais, adentram em uma lógica de aceitação da realidade ao introjetarem que nada se pode fazer diante do real cenário que encontram. Deixam de perceber estes mecanismos enquanto dificuldades, e ao passo que isso não é certificado, também não é compreendido que a não efetivação destes, podem ser prejudiciais no processo dos usuários. Além disso, é mensurado por alguns profissionais a dificuldade da realização do trabalho devido à falta de recursos:

> Quando vem colher a gente é quem compra, esses sachês que a gente tá fazendo os sabonetes fui eu que comprei os sacos, não vem, as colheres descartáveis veio pro evento e aí Anderson aproveitou pra poder usar fora do evento. Só que se servir o café no almoço, o café da manhã no dia que precisar fica sem, porque a gente só tem oito colheres pra servir eles no café da manhã, então é melhor que no café da manhã essas colheres vá do que no almoço porque metade tem suas colheres, só que é bem constrangedor você vê uma pessoa comendo com a mão, eu acho que é o que aqui precisaria de uma alimentação mais adequada, correta, mais balanceada, porque eu acho que aqui poderia ter. Vem muita fruta, muita verdura, então eu acho que poderia ter um cardápio que venha a suprir, não que mate a fome, porque eu e você precisa de vitamina, eu acho que todo mundo precisa de vitamina. Daria pra fazer isso correto, uma segurança alimentar. Falta ambientes mais lúdicos de interação. Um lugar que realmente eles possam assistir um filme além do Centro Pop, porque as vezes você quer assistir um filme justamente pra se distrair, você num quer assistir um filme pra depois ter debate, a gente só quer se permitir a assistir aquilo, pra passar o tempo, pra assistir um besteirol, nem tudo dá pra ser debatido. As vezes você só quer que aquilo passe, então eu acho que falta isso aqui, além de atividades, ambientes de lazer (Camila).

Ao discutir sobre a importância de um espaço para dormir, ressalta-se como seria relevante ter um albergue em Juazeiro do Norte. Quanto ao fomento a trabalho e a geração de renda, Camila denuncia:

> A leão tem um núcleo de empregabilidade, teria e dá pra montar uma parceria, dá pra ofertar cursos pra eles porque o município tem transporte, o município tem parceiro. Mas na hora de ofertar, cadê? Oferta pro CRAS, mas na hora de ofertar aqui, não tem uma capacitação maior pra eles e eu acho que é o que falta, porque não adianta oferecer comida e amanhã? E o sábado e o domingo? Então, essas pessoas podem aprender, elas podem desenvolver e a prefeitura consegue fazer isso de olhos fechados, basta querer. Agora que o telefone vem pra cá e é cobrado até quantas ligações eles fazem por mês, precisa enviar esse registro. Tem um assistido que gosta de ligar pra falar com o avô dele porque foi o avô dele que criou ele e gosta de ligar pro avô dele sentir que ele tá bem, isso não precisa ser rompido e durante meses e meses, quase um ano foi rompido. São coisas mínimas.

Assim, pode-se destacar que a níveis práticos a efetivação dessas políticas sociais ainda não se configura como é descrita em sua teoria, perpassando por grandes desafios relacionados à práxis da equipe multidisciplinar e a falta de recursos destinados aos

equipamentos. É notório que os profissionais da assistência social enfrentam dificuldades em seus campos de atuação, as quais apresentam-se como grandes obstáculos para o desenvolvimento de seus trabalhos. Medidas referentes as atividades e projetos aplicados no Centro Pop, no tocante a relação entre usuários e suas famílias, oficinas de promoção de consciência crítica sobre a realidade, fortalecimentos de vínculos com a comunidade, mostra-se que são processos árduos e complicados de serem realizados, visto que ainda falta uma verdadeira comunicação entre educador social e usuário (BEHIRING, 2009).

Em concordância a uma pedagogia libertadora, Freire (2002) objetiva-se à autonomia do sujeito em uma proposta problematizadora em um processo que envolve ação e reflexão ao capacitar as pessoas para evidenciar as necessidades de uma ação concreta e política, tendo por finalidade a superação de contradições sociais. Com isso, afirma que o papel da educação está ficado no compromisso com o exercício da cidadania e com uma práxis da vida que busque subverter as profundas desigualdades sociais.

Além dessas compreensões, é fundamental pensar em uma educação intensificada de caráter informativa, que possa integrar a comunidade para agir em manutenção da desmistificação dos preconceitos, como "preguiçoso, "vagabundo" e "drogado". As ações voltadas para realização desses movimentos apresentam-se como imprescindíveis e necessárias, pois demonstram-se enquanto atitudes que corroboram para possíveis mudanças e tomada de conscientização social acerca dos estereótipos encarados por esta população. Nesse ínterim, é indispensável refletir sobre como os dispositivos desses serviços estão chegando até aqueles que realmente precisam, e enquanto componente do equipamento social, voltar o olhar para o fazer, se perceber como um agente de transformação, buscando encarar as dificuldades, insistindo e sentindo-se próximo do outro (GUARESCHI, 1999).

5.3.2 Contatos, sociabilidades e práticas pedagógicas com as mulheres em situação de rua

A inquietude a que se trata essa categoria emerge a partir da indagação: quais os lugares, discursos, e afetos são praticados por mulheres em situação de rua, especificamente as que atravessaram as rotas desta pesquisa? A partir de bell hooks (2018), é possível aproximar-se de uma prática pedagógica amorosa quando este encontro se dá através do atendimento com uma profissional, como denota a psicóloga Mariluce: "a minha relação com elas é de uma escuta, até pela questão do feminino, observar como é que elas tão manifestando o gênero, não do sexo feminino, como elas estão expressando, se elas estão conseguindo porque como tem essa questão muito machista do homem protetor".

A afetividade disposta no local de escuta a qual Mariluce oferece às mulheres, discorre sobre o que Sawaia (2011) propõe, o afeto como um catalizador para o desenvolvimento pessoal e social. Destarte, a afetação como uma forma de construir sua autonomia, ao passo que afeta e é afetado na relação, embora a situação de vulnerabilidade em que se pese o primeiro contato delas, por vezes através de uma necessidade de medida de proteção ou acionar outros equipamentos de políticas públicas. O convívio nas ruas, a discriminação e o olhar para a intersecção são guias quando olhamos para elas, como apontado anteriormente, mulheres nordestinas, atravessadas pelo patriarcado e machismo, sob ou sem um teto, o racismo, a vulnerabilidade financeira e tantas outras, que por vezes percalçadas de violências físicas e reincidentes, em situação de rua, experimentam a invisibilidade.

O conceito de interseccionalidade denota uma consequência de relações estruturais, organizadas entre probreza e riqueza, masculidades e feminilidades, e raça, e como as sujeitas/sujeitos vão ocupar lugares centralizados ou subalternos no tecido social, isto é, como as diferenças de classe, o patriarcado e raça vão engrendar os lugares passíveis de existir. De forma que o gênero passa de um produto da modernidade, como também um agente, um eixo, organizador de vivências de mulheres (CRENSHAW, 2004).

No tocante à essas experiências, a Casa da Mulher Cearense presta um serviço horizontalizado, buscando reaver esses laços que estão fragilizados e/ou rompidos, discute-se sobre a heterogeneidade das usuárias desse serviço através de Clarice:

> A gente atende de doutorado a analfabeto, de moradoras de ruas a mulheres tipo assim ricas. Então assim a gente não tem muito um perfil, com relação a idade são mulheres entra 20 a 40 anos. Geralmente as agressões são 80% porcento o companheiro e o marido e o namorado e o ficante. Não temos muita demanda não em relação as lésbicas. O fato de como elas chegaram aqui e a gente não soltar a mãos delas enquanto a gente não resolve o problema. Uma frase que a gente escuta muito elas dizendo: eu nunca fui tratada e tão bem cuidada na minha vida. Se elas forem para qualquer lugar, tanto aqui dentro quanto na área externa, elas são acompanhadas pela gente. A gente não sai de perto delas de jeito nenhum. Tem o carro da casa para todas as demandas externas, precisa para o IML, precisa ir para UPA quando precisa ir para qualquer lugar ou precise ir para a casa delas para pegar um documento, pegar alguma coisa que o agressor está retendo. A gente chama o policial, ele vai com a gente e a gente vai com ela até a casa delas. A gente não sai de perto delas um único segundo, até que elas estejam totalmente seguras. Entre aspas porque não fica totalmente seguras, a medida protetiva não é totalmente segura mas pelo menos elas conseguem respirar um pouco.

Há dois organizadores importantes para persarmos, na socialização enquanto fonte de reestruturação social e rede, e sentimento de pertença, considerando o pressuposto de autoras como Matos e Ferreira (2004), apresentada por pessoas engajadas nas políticas, ou seja pessoas que estão em contato diário e direto com o público desta pesquisa, e segundo como estas recebem o atendimento prestado por homens, e como isso se dá em outros tipos de

relações, afetuosos, vinculativos ou violativos. Profissional do Centro Pop, Homero explica sua relação com as usuárias atendidas:

> Algumas vezes eu tive receio de impor a minha presença porque por saber de algumas situações de violência, então algumas especificamente creio que geralmente quem vai é Marleide ou Camila e as vezes em que eu tentei me aproximar, eu tento anunciar isso de uma forma que elas se sintam confortáveis. Mas existe uma demonstração de afeto muito maior por parte delas, não só comigo mas com a equipe toda. Quando elas estão presentes, elas tem uma relação mais próxima, de buscar ajuda, de buscar o serviço, de buscar atendimento.

Ainda que o homens dos equipamentos, como Homero, se coloque numa posição de recuo, uma vez que eles próprios concebem certo saber sobre o "por quê" não atender demandas de violação de direitos, e que a presença masculina para mulheres em situação de rua, reitere uma lembrança do jogo do gênero, em que represente dominação e brutalidade, o "problema do gênero" como bem discute Butler (2003), segue nas camadas sociais. Como antes levantado, de que forma as mulheres em situação de rua são atravessadas, pelo gênero e contratos sociais estabelecidos? Elas são atravessadas e também atravessam, as ruas, os lugares, os não-lugares, unidades de políticas públicas. No Centro Pop, emerge uma faísca que nos acende tal questionamento: "são poucos casos de mulheres que vem pra cá, usuárias do serviço que estão sozinhas no sentido de não terem companheiros e aí na grande maioria das vezes que existe essa relação, é bem complicada, de demonstrações explícitas de agressividade, tanto dentro quanto fora daqui, de submissão" (Homero).

Então, pensa-se o gênero como um campo de construção de discursos e performances, uma vez que marca as sujeitas que o possuem, bem como suas ações. É mais uma tessitura do discurso que opera o biopoder, tratando sobre a funcionalidade e a docilidade de determinados corpos, principalmente, do gênero feminino, diante do masculino nas relações sociais (FOUCAULT, 1999).

A violência física e sexual, como trazida na fala dos trabalhadores, ao tratar de acolhimento de mulheres em situação de rua elencada inicialmente neste tópico, sobre como elas são tratadas por pessoas a quem se vinculam, evidencia que quanto mais intersecções estas mulheres vivem, mais passíveis estão de serem lidas como pessoas abjetas, e mais vulneráveis de sofrerem na sua experiência de vida, marcas vivas e diárias do patriarcado, da lógica neoliberal, e do racismo. Para Alencar (2020), a terra Santa, de fé e trabalho, Juazeiro do Norte, é enviesada pelos significados trazidos também pela população que veio à esta na espera de tais promessas, em que se ouvia quando criança por pais e avós romeiros, e ao virem atrás como romeiros, pagando promessas, ou na espera por uma vida melhor,

permaneceram em situação de rua, e ocupando esta cidade, seja nas praças, bancos, ou no caminho do horto, condições de vulnerabilidade como esta, por muitas vezes, também traz um outro tipo de sofrimento, o da ruptura de vínculos.

Em conformidade com isso, a autora Sawaia (2001) trata do sofrimento ético-político, cunhado para expressar as diversas rupturas de vínculos experimentadas, e que acarretam numa despersonalização de sujeitos/sujeitas/sujeites, a ausência de vínculos familiares, de trabalho, entre outros, é uma vulnerabilidade frequente às pessoas em situação de rua. No que tange às mulheres à que discursa esta pesquisa, Irismar conta: "mulheres muitas vezes se sentem presas a relacionamentos e as vezes também o relacionamento não deu certo, a família abandona, não tem mais vínculo com essa família e acaba que ficando em situação de rua".

E, em continuidade à isso, a advogada do Centro Pop observa: "a mulher em situação de rua ela é tão preocupada com os vínculos familiares quanto as demais, só que elas acabam perdendo o vínculo com o passar dos dias e o passar do tempo, e a piora na situação clínica delas. Muitas são usuárias, então elas vão perdendo os vínculos" (Antônia). É instigante notar o gênero enquanto um marcador social também de andança, de impermanência, observa Camila, orientadora social: "Não é nenhuma que deixou de frequentar, deixou de frequentar porque talvez o companheiro mudou, porque ela conseguiu um outro companheiro". E acrescenta um outro recorte:

> Hoje um diz que o problema da vida dele é ter arrumado uma companheira. Mas é a mesma companheira que toda tarde lava as roupas dele lá em baixo e ele passa a tarde deitado ali. A dele tem que ser lavada primeiro, porque a dele lavada primeiro seca mais rápido, a dela não, e ele não gosta de roupa fedendo. Então, eu percebo muito isso, uma dependência tão grande, e uma vez uma me falou uma coisa que aquilo ficou marcado na minha cabeça: eu prefiro apanhar dele pra ele me proteger do que ser estuprada de noite por outros homens.

Sua fala, elucida os papeis de gênero já tratados aqui, mas principalmente os contratos de gênero que Judith Butler (2013) discorre, em que um companheiro representa para a mulher uma seguração, e os contratos sexuais e sociais aliciados pelo patriarcado, como atividades domésticas, mudanças de localidade, e silenciamento amparadas pelo machismo. A questão da sexualidade, cuidado e prevenção em saúde, é pauta importante para outros equipamentos que atendem mulheres em situação de rua, como para a profissional da ABEMAVI: "as mulheres em situação de rua são muito mais propícias a abusos sexuais, muitas vezes trocar o alimento ou qualquer coisa outra que ela muitas vezes precisa dos bens materiais por sexo" (Érika). Destarte, relatando os tensionamentos que se apresentam para elas, que estão em situação de rua, no cuidado em saúde, que são em sua maioria

estigmatizadas, discriminadas e que estão em extrema vulnerabilidade à sofrer violências sexuais (GOFFMAN, 2008 *apud* ALENCAR, 2020).

Em um olhar para o cuidado em saúde:

> A gente tem que ver quais são as situações das mulheres em situação de rua, primeira coisa é o sexo sem preservativo, elas são muito vulneráveis a pegar uma DST como também a cândida, porque elas estão sentadas no chão, muitas vezes os fungos não vem pela relação sexual, mas pode vir por um chão quente ou alguma sujeira do chão. Nós já tivemos situações de mulheres de estarem grávidas e a gente começar conversar sobre a importância do pré-natal. Orientar essa grávida porque o Juazeiro ele é muito sazonal, principalmente por conta das romarias. Então, as pessoas em situação de rua vão trocando, lógico quem tem os fixos que você sempre ver ali na rua da Matriz, você sempre vê as mesmas carinhas e volta e meia você vê trocando. A gente já fez várias campanhas aqui, testagem rápidas de HIV, Sífilis, Hepatite B e C (Érika).

A Cartilha direcionada para a Saúde da População em Situação de Rua, conforme Brasil (2014), aponta que infecções sexualmente transmissíveis, gravidez de alto risco, uso de alcool e outras drogas, entre outras, lembrando que é papel das políticas públicas de saúde oferecer capacitações necessárias para o atendimento dessa população. Ao passo que nos permite pensar, como se coloca esta oferta de serviços de âmbitos diferentes, mas que se pretendem a garantia de direitos da população, em especial, como se oferta para as mulheres em situação de rua. Em estudo realizado por Paiva *et al* (2016), observaram a necessidade de aproximação das necessidades da população em situação de rua, onde por serem colocados como seres desviantes, perigosos, sem higiene, não sendo prestado de forma correta e de acordo com os princípios do SUS.

Este cuidado também depende da interlocução com demais agentes das políticas públicas, para a prestação de serviço de qualidade, como observado por Marleide:

> As mulheres em situação de rua precisam conhecer as políticas de assistência e grupos de referência as mulheres, conhecer esse grupo de referência as mulheres especificamente porque elas já conhecem os grupos de convivência das pessoas em situação de rua, somos não, mas os grupos de referência de direitos e deveres. A gente precisa por exemplo de integração com o CRM, com a casa da mulher cearense e a gente precisa que esses órgãos estejam abertos e disponíveis pra receber essas mulheres lá também. Mas quando ela dizer que é em situação de rua, eles vão pedir o intermédio do Centro Pop. **Ela não é uma mulher, ela é uma mulher em situação de rua** (grifo nosso).

O processo de estigmatização advém, antes mesmo da oferta do serviço de reintegração dos vínculos, quando estas mesmas mulheres tentam acessar um serviço de média e alta complexidade, mas ocorre o encaminhamento para o Centro Pop, como mediador dessa população, sua condição representa ameaça à ordem do local, precisando ser retirado dali, e encaminhado para o local de atendimento correto, o que exemplifica uma

tessitura muito delicada sobre como as práticas higienistas têm se aperfeiçoado em nome de um *continuum* da ordem social (FOUCAULT, 1997).

A oferta de serviço pelas políticas públicas, depende da integralidade dos serviços e responsabilidade por parte da gestão de garantir financeiramente a operacionalidade dos serviços, a alocação de pessoas aptas que trabalhem objetivando a garantia de direitos, no tocante a esse olhar, uma assistente social do Centro Pop, apresenta um olhar crítico sobre o emaranhado da ofertas de serviço nas políticas públicas:

> Eu tenho alguma ressalva em relação aos serviços que hoje são disponibilizados aqui, principalmente o almoço, que ao meu ver não era pra ser entregue aqui, era pra ser no restaurante popular ou em outro local porque acaba mais uma vez descaracterizando o que é pra ser ofertado aqui e segregando. Eu acho que eles não vão reabrir o restaurante popular e eles usam isso como coisa muito boa: ah, o centro pop distribui x quentinhas por mês. Eu não vejo algo direcionado pra elas. Agora eu pensei, o Centro Pop é deles. Acho que o básico é óbvio, a gente deveria fazer um acompanhamento dirigido a elas no sentido de acompanhar autoestima, de trabalhar a questão familiar e a dependência, através de grupos. Os próprios cursos, quando vem direcionados já é curso de homem, lógico que não vem direcionado mas é pra eles. Eu não lembro de nenhuma das mulheres terem sido inseridas em um desses cursos. É, é aquela coisa, curso de mecânico, nem se cogita a possibilidade de colocar uma mulher. Aí querem trazer biscuit, EVA, aí chamam as mulheres. Até a geração de renda é diferente. O retorno financeiro é completamente diferente, aí a gente vê os resquícios do patriarcado (Irismar).

E a advogada acrescenta: "a maior necessidade delas é o resgate dos vínculos familiares, não só delas, deles também, mas delas ainda mais. Eu vejo que poucos frequentam o CAPS Ad, vejo muito o discurso de quero parar e vou parar sozinho ou sozinha e não vou procurar uma política pública pra fazer isso" (Antônia). No discurso, é possível compreender uma preocupação diante da utilização do CAPS, por exemplo, não é incomum mulheres em situação de rua, a resistência de adesão ao tratamento medicamentoso. De acordo com Sawaia (2001), o enfraquecimento identitário, perpassa o sentimento de culpa e humilhação, são vivenciados por essas em situação de exclusão social.

Para Silva (2012) a execução da PNAS por vezes, distancia-se das reais necessidades da população em situação de rua, no âmbito da proteção social, para a autora há muito que ser feito, e no que tange o genêro, observamos mais atravessamentos para a superação da ruptura dos vínculos, da inserção na sociedade e espaços de trabalho. Conquanto, conforme Sawaia (2003), as narrativas apontam, para o lugar invisível, como denuncia a banda Baiana System, de pessoas, de cor, mas que outras fingem não ver, não passar, que constroem e caminham a cidade, mas quando amanhece, e a logica empreendedora opera, tornam-se invisíveis, é valioso pensar também o papel da inclusão de mulheres nas iniciativas de equidade social, papel das políticas públicas, mas fazendo com que essa inclusão, seja de forma perversa, ou

seja, fazendo com que estas também permaneçam num lugar de desigualdade/ exploração, por conta do gênero.

No prumo da pesquisa, a autora também apresenta-nos a discussão de encontros afetuosos como potencializadores de existências, em contraponto à desintegração das sujeitas e o enfraquecimento e ruptura de vínculos, para o coordenador da Pousada Social, as atividades realizadas também se qualificam como um meio de retomada social "na rotina tem café, eles ajudam nas atividades de casa, todos eles que podem, tem a televisão que eles assistem muito. A gente bota som que eles escutam duas vezes por semana e eles ficam dançando, a gente faz muitos passeios" (Bruno).

Maria, profissional da Casa da Mulher Cearense fortalece essa ideia, acrescentando: "quando você chega e ver elas recebendo seu dinheiro, nada paga você ver uma mulher dizendo que está pagando seu aluguel com seu próprio dinheiro, com seu suor, com seu trabalho por que as vezes elas não saem por que não tem como se sustentar e muitas pensam muito nos filhos". Numa lógica neoliberal, a produção de desigualdades, mantém a base para o distanciamento dessas mulheres ao acesso à moradia, trabalho, e superar, com apoio de políticas e operadores públicos compromissados, para estas mulheres não é uma vitória, mas a celebração de autonomia e de uma vida mais próximas das pessoas que são importantes para elas, afinal, reintegrar os laços sociais e afetivos também é uma perspectiva de superação da vulnerabilidade.

As relações entre pares é algo de importante destaque, mulheres se sentem mais acolhidas por outras mulheres, e por sua vez essa relação se retroalimenta, quando se constroem laços, aprendizagens e outras formas de apoio, concomitante com o que Graciani (2014) trata sobre formas de transformação social, as práticas e saberes advindos dessas relações merecem um olhar sensível não por conta do gênero, mas pelas relações se construiram e se mantém através do encontro.

A constante exposição à exclusão social e ao sofrimento ético-político, toca as trabalhadoras e trabalhadores do Centro Pop, o porteiro do equipamento emociona-se ao relatar sua amizade e trabalho e o que têm aprendido, ressalta: "Foi no Pop que eu aprendi a viver, a respeitar os outro" (Marcos). Acrescentando à fala, Homero traz:

> Eu não sei muito bem o que a gente ensina não (risos). Teve hoje um que disse aqui na recepção que aqui eles só tinham dois direitos: um de aceitar tudo que era colocado e o segundo de não questionar nada, de não reclamar (risos). Eu acho que isso diz um pouco sobre como acaba acontecendo, tem uma lógica também de controle. De ordem, de acesso aos serviços. Acho que apesar disso, a gente tenta pelo menos, mostrar que existem direitos e que esses direitos devem ser acessados.

Os sentidos trazidos pelo discurso acima vão de encontro ao que Foucault (1999) trata sobre a engenharia da condução de vidas, sobre as formas de gerenciar o corpo e submetê-lo a um fazer ou regra, através das leis, diga-se também, políticas públicas. Observa-se uma distância entre as teorias abordadas sobre políticas públicas e a práxis, essa questão é notada também por outras pessoas do equipamento como a orientadora social: "a gente vive numa bolha bem restrita, principalmente a gente quando vive no meio acadêmico, tem muito discurso que quando a gente bota em prática não é nada. Eu entendo, eu sei das coisas, mas quando eu cheguei daqui realmente foi um choque pra mim" (Camila).

Em consonância com isso, Homero descreve:

> A ideia que a gente tem na faculdade é que por ser Proteção Especial os vínculos estão rompidos ou muito fragilizados, enfim. E aí, essa mudança de perspectiva foi, existem sim vínculos, o que não existe é a questão da moradia, da residência, mas tem muitas relações românticas de casal. Mas também tem muitos entre eles de solidariedade, de apoio coletivo.

A partir das reflexões de Silva (2012), em sua tese, aponta para que a construção de vínculos familiares, estão para além dos laços sanguíneos, e que as representações de espaços públicos como desvinculados de cuidado, pessoas em situação de rua sofrem esse estigma, desprovidos de relações sociais, o que na verdade, é contestado, uma vez que a relação entre pares forma grupos e zonas de ocupação. Nesse sentido, conforme Schuch e Gehlen (2012), os laços constituidos por si, e com pares na teia de situação de rua, permitem experimentar um lugar simbólico, existentes a partir dessa rede, é comum notar sentidos de grupalidade e socialidade principalmente entre homens acompanhados por pares e suas companheiras, no sentido de vigilância, cuidado e amparo. Isso se torna notável nesse relato: "há uma microssociedade, eles têm suas regras, pode-se criar regra que fulano não pode olhar para a companheira da outra pessoa que pode sofrer sanções" (Irismar).

Não obstante nessas relações também perpassam, novamente as relações de poder, e interseccionalidades, em que são reiterados os contratos sociais e amarras do patriarcado:

> As mulheres não são muito reativas. Assim, são, tem brigas, mas no cotidiano elas não são tão reativas a perceber que poderiam tá reivindicando até porque elas reivindicariam pra quem? Eu estou sendo assediada pelos meus companheiros de rua mas eu vou reivindicar a quem? Porque a maior autoridade entre um morador de rua e outro são eles mesmos, a dinâmica é entre eles. Se eu for assediada por você, nós duas em situação de rua, eu não vou chamar a polícia porque isso vai causar problemas pra todos os meus colegas. Eu não vou no Centro Pop porque o Centro Pop não tem autoridade sobre a gente, a gente tem que se resolver entre a gente (Marleide).

Holanda (2019), discute o termo “se virar” como práticas que pessoas em situação de rua compreendem sua vivência e experimentam a vida, uma relação contracorrente ao convencional, nisto se coloca importante atentar para o lugar de segurança e proteção que mulheres em situação de rua se referenciam, uma vez que nos grupos, há predominância masculina. Ainda sobre as relações grupais a que se refere a assistente social Marleide, sublinha:

> Você pode observar que sempre tem os grupinhos quando andam juntos e que acabam que se protegendo, alguns por exemplo, revezam, enquanto uns dormem os outros ficam acordados naquela questão de ficar pastorando se não vem ninguém agredir porque se todo mundo tá dormindo junto. Porque se todo mundo tá dormindo junto, todo mundo pode ser ou morto ou sofrer algum tipo de violência.

Corroborando para o que trata sobre os sentidos e usos que são produzidos na e pela rua, sentidos estes que atravessam os fazeres profissionais, quando perguntada sobre de que forma o afeto e contato com estes usuários lhe toca, a psicóloga Mariluce responde:

> Eu acho que a gente ensina primeiramente, que eles podem ter direitos, que eles podem acessar os serviços, direito a documentação, de ser atendido no posto de saúde sem precisar ser daquela área. Mostrar que eles cidadãos, aí eu penso mais nesse tipo de ensino. E eles nos ensinam coisas pra vida.

A Educação em Saúde, é um alicerce para a promoção da equidade nas políticas públicas, bem como a garantia que esses e outros direitos sejam acessados, isso depende de profissionais capacitados para atender este público, com sensibilidade e em defesa dos direitos. Muito embora, também um sentido construído entre os profissionais, foi o de sensibilização fora do ambiente de trabalho, como exemplifica a educadora social Marleide: “eu aprendi a não transformar as pessoas em fantasmas sociais, a observar, por mais que eu esteja em horário de folga, por mais que eu esteja em outro contexto que não o contexto de funcionária, servidora, eu observo eles como uma construção social”.

A exclusão social e o processo de invisibilização é apontado por Sawaia (2001) como fontes discriminação para pessoas margeadas, quando cidades como Juazeiro, com rotinas comerciais e industriais, e os trabalhadores voltam para suas residências, as mulheres e homens em situação de rua permanecem. Findando este subcapítulo, questiona-se o que se aprende e se vive em Juazeiro do Norte? Essa pergunta deve ser respondida por eles mesmos, como nos sugere Homero:

> Quando acontece de a gente ir até a praça do memorial pra falar sobre o atendimento porque geralmente é isso, eles falam de uma forma muito mais coletiva e muito mais empoderada sabe, sou eu ou somos nós que estamos lá no espaço que eles se

> sentem confortáveis e que são deles, e aí as reivindicações são muito mais fortes também.

Nessa caminhada, é preciso um olhar atencioso para os saberes e pedagogias de rua compactuados entre as pessoas, uma escuta acolhedora e crítica às suas necessidades, em busca do resgate de sua autonomia, abrindo mão de um local assistencializador, muitas vezes solicitado pela sociedade. A caridade e o olhar culpabilizador ou vitimista não conseguem ser práticas suficientes no que se refere ao empoderamento, conscientização social e proteção dessas vidas. E, por isso, precisamos urgentemente fortalecer os dispositivos que atuam no acolhimento às mulheres em situação de rua, bem como salvaguardar os direitos dessas existências. A análise das histórias narradas pelas mulheres entrevistadas é assunto para o próximo capítulo.

6 MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: INTERSECCIONALIZANDO NARRATIVAS

Nesse momento, as narrativas das mulheres em situação de rua entrevistadas são categorizadas e analisadas, buscando discutir sobre temáticas frequentes durante os discursos. As temáticas foram condensadas em três blocos: I) laços sociais – maternidade, abandono e trabalho; II) vida nas ruas – experiências em Juazeiro do Norte, pedagogias sociais e o amparo institucional; c) violências e enfrentamentos – tensões entre relações amorosas e drogadição. Em anexo, uma tabela com os dados das sujeitas da pesquisa.

6.1 "A saudade é o revés de um parto": laços sociais entre maternidade, abandono e trabalho

Os laços sociais experienciados pelas mulheres em situação de rua, irão aparecer nas seguintes linhas, com intensidade especial para as questões referentes a maternidade, abandono e trabalho. A relação das mulheres com o abandono diz respeito a movimentos onde familiares se distanciam ou falecem, e outros momentos em que as sujeitas se afastam do vínculo familiar. Um exemplo dessa primeira questão aparece no relato de Eliane:

> Meu pai viajou pra São Paulo e ele me deixou no CRAS aonde eu morava na Paraíba, aí eu num fui mais, também não porque o povo era muito chato e eu também fiquei desgostosa que paim foi embora e me deixou. Não vou deixar de ficar mais meus filhos pra acompanhar paim. Dois filhos. Eu soube que atiraram num filho meu, o mais novo, por isso que eu tô assim (choro). Mas ele tá vivo. (Eliane, 39 anos).

Os laços maternos aparecem como marca de ser mulher,a preocupação com os filhos aparece como prioritária. Segundo Beauvoir (2009), a partir das construções sociais, a mulher está destinada a ser mãe, questão inegociável justificada pelo aparato de recursos biológicos vitais à reprodução da espécie. A vida segue uma lógica de que mulheres realizadas são somente aquelas que abrigam em si a vida de outro ser. O dever materno que ela aponta na relação com o seu filho perpassa essas relações de gênero, onde o gênero masculino pode tranquilamente passar ileso ao dever de acompanhar alguém. Durante a entrevista, revela que está em sofrimento, pois soube por um amigo, também em situação de rua, que o seu filho havia falecido, ao ver a notícia em canal jornalístico digital, ela clama: "eu quero saber se foi verdade, se meu filho tá vivo, senhor" (Eliane, 39 anos).

A família é a primeira instituição social fundamental para a sociabilidade, possibilitando o desenvolvimento individual de sujeitas, sendo o ambiente em que as crianças dispõem dos seus primeiros contatos com outros seres humanos, configurando sua formação

pessoal. Destarte, a família é o dispositivo basilar de caráter universal, apresentando diferentes formatos a partir de diferentes valores e culturas. Clasicamente, o conceito de família demarca que os traços de parentesco sanguíneo são definidores dos laços familiares. Contudo, as interações sociais de solidariedade formadoras de uma unidade também aparecem como característica protagonista nessa definição (WIECZORKIEVICZ; BAADE, 2020).

Como explica Abreu e Farias (2015), a fragilização e/ou ruptura dos vínculos sociais e comunitários repercutem sobre o sentimento de pertencimento dos indivíduos, desenvolvendo processos de desqualificação e exclusão social. Roberta aponta isso ao explicar os motivos sobre estar em situação de rua: "o que aconteceu foi negócio de família, porque foi nem um ano, faleceu minha mãe, faleceu meu marido e minha irmã (Roberta, 55 anos)". Quando se perde mãe, marido e irmã, é perdido também o lugar social de ser filha, esposa e irmã de alguém, experiência ancorada em sofrimento e desamparo social. Para Jéssica, a solidão é companheira próxima: "Eu num tenho família. Ninguém gosta deu, pra mim eu num tenho mar nada. Tá com quinze anos, dormia assim nas calçadas. Era chuva, tinha que levantar, tirava lençol, pegava e deitava em qualquer lugar" (Jéssica, 20 anos).

Nesse ínterim, a sociologia de Pierre Bourdieu (1987) estabelece relações interessantes entre sociedade, família e educação. A educação pode ser visualizada como sinônimo de sociabilidade, efetivada pelos agentes sociais, dentre eles, a família. Os agentes sociais fabricam e delimitam comportamentos. A família é perpetrada em dois níveis: categoria social objetiva (estruturada) e categoria subjetiva (estruturante). Aquilo que é objetivo se refere a acontecimentos em que agentes familiares executam as estruturas de modo passivo, longe do que concerne as dimensões individuais, o que não acontece na segunda, pois os membros agem de forma ativa em dimensões estruturantes. O *habitus*, ou seja, o estilo de vida e viver comum e próprio de espaços sociais, aparece como termo unificador entre os dois pólos, parindo as estratégias como modo de adaptação as situações variadas e descontínuas. Tais estratégias não são fixadas, mas acontecem em metamorfoses edificando e desconfigurando relações sociais. Os agentes sociais estão submetidos a regularidades e padrões sociais, mas também agem de acordo com os seus interesses. A educação torna possível concretizar as representações sociais e práticas doadoras de sentido do mundo social.

Estigmas reproduzidos pela família, estão sendo aceitos por uma entrevistada, acrescentando a isso a perspectiva individual da ovelha negra a pessoa mais cuidadosa do meio familiar. "Sempre tem que ter uma ovelha negra e a ovelha negra é a mais cuidadosa da

família. Porque assim, uma pessoa sofrida que já passou por tudo, mas mesmo ajudando a família" (Eliane, 39 anos). O que faz uma mulher ser a ovelha negra de uma família? Essa frase traça representação maléfica à ovelha negra, nos fazendo pensar sobre o feminino negro vinculado a exclusões de raça e gênero.

Sujeitas em um mundo ocidental são educadas de modo a hierarquizar em dicotomias a realidade em pares hierárquicos e excludentes como branco-negro, homem-mulher, riqueza-pobreza e heterossexual-homossexual, materializando identidades e criando subalternidades, onde a primeira identidade da dicotomia é superior a segunda. Nesse entendimento, os indivíduos são classificados como corpos humanos (vidas que importam) ou abjetos vidas desimportantes) (BUTLER, 2003; 2008).

Novamente em uma hierarquização entre pessoas, e nessa segunda estão mulheres, população negra, LGBTTQIA+, pessoas em situação de rua, e por consequência, as mulheres em situação de rua, como Eliane com a sua metáfora da ovelha negra da família. Para Butler (2008) os corpos abjetos confirmam a existência de corpos normativos e denunciam as fissuras em estruturas de opressão através das identidades categorizadas como não civilizadas, selvagens, perigosas ou doentes. O processo de assujeitamentos dos corpos abjetos em um processo denominado interpelação, termo que ela vai buscar em althusser, assumindo e se identificando com as identidades outrora impostas. A autora faz uma releitura desse pensamento, afirmando que a teoria da interpelação consegue fundar representações:

> O sujeito é chamado, depois se vira, e por fim aceita os termos pelos quais é chamado. Trata-se, sem dúvida, de uma cena tanto punitiva quanto reduzida, pois o chamado é feito por um oficial da Lei, um oficial projetado como singular falante. Se aceitarmos que a cena é exemplar e alegórica, ela não precisa acontecer para presumirmos sua efetividade. A interpelação não é um evento, mas uma forma de encenar o chamado, na medida em que o chamado quando encenado desliteraliza-se ao longo de sua exposição. O próprio chamado também é representado como uma exigência para se alinhar à lei, uma volta e uma entrada na linguagem da autoatribuição – 'Eis-me aqui' (BUTLER, 2017, p. 113-114).

Tal movimento é assumido por Eliane ao se ver como ovelha negra da família, entrelaçando identidades e racismo, recorrendo a interpelação, sendo importante mencionar sua posição enquanto mulher negra em situação de rua. A maternidade aparece como questão para essa entrevistada, interrogando-se de modo desesperado se o filho se encontra vivo ou morto, e nesse sentido, fala sobre seu pai e filho. Apesar da distância dos filhos, eles são preocupações constantes durante o contato com essa mulher.

> Não era pra eu ter deixado meu filho na Paraíba não, quando ele saiu, ele num foi preso? Meu fi já foi muito sofrido. Aí pain dizia: calma filha, ele sai, ele sai. Por conta do meu filho ter saído da prisão, era pra ele ter levado porque ele levou pra

> Paraíba, pra onde tava preso e fizeram isso com ele, se a senhora acessar aqui agora a senhora vê o nome dele (Eliane, 39 anos).

Quais as possibilidades de maternar na rua? Como cuidar do filho à distância? Maternar aparece enquanto dificuldade constante durante as entrevistas. Para Antônia, perder sua mãe foi perder tudo! Segundo ela: "num tenho ninguém aqui. Não tenho família. Minha mãe Deus também levou, aí a gente fica sem saber com quem contar. Eu tenho quatros filho mas os quatro eu dei que eu não tenho condição de criar filho" (Antônia, 37 anos). Como maternar diante da pobreza? Essas e outras perguntas vão surgindo durante a análise desses discursos.

A partir de uma pesquisa com mulheres pobres, Cardoso (2011) ressalta que o sentimento diante dos filhos é dúbio, entre preocupação e felicidade. Junto a isso, para Badinter (1985), a maternidade é vista a partir de uma ótica sacralizada e naturalizada, espaço onde se demarcam fronteiras de gênero. Desde tenra infância, pessoas com vagina e útero são reforçadas a internalizam ideologias que mencionam os filhos como grandes bençãos, sendo maternar o papel social mais relevante na vida de uma mulher, destino inescapável, sina. Focalizando em mulheres das camadas populares, a concepção de maternidade é floreada como experiência essencialmente ligada a ser mulher, uma benção divina. Isso fica evidente nesse relato de Talitha, grávida no momento da entrevista:

> Esse filho pra mim, é um filho que eu quis, que quero ter e já vem com amor, porque eu dizia assim: óh senhor, eu só queria um filho pra mim criar, pra me servir depois ao menos de companhia. Porque é tão ruim a pessoa ficar sozinho sem ninguém, pra mim foi um presente que Deus me deu, foi um abençoado por Deus e eu tô levando a minha gravidez, até o dia que Deus quiser, se Deus achar que eu mereço (Talitha, 43 anos).

A maternidade é uma construção histórica voltada para o corpo de pessoas com vagina e útero, tidas como mulheres pelo sistema cisnormativo que vincula essa corporeidade a identidade mulher. Nesse ínterim, aparelhos governamentais como o cristianismo e o saber médico se voltam para o corpo de mulheres, visando controlar a gravidez e a reprodução humana. Isso se configura enquanto estratégia de biopoder, uma vez que conforme Foucault (2014) se instauram modos de governar os corpos, situações em que as relações políticas atravessam aspectos biológicos do corpo.

Há aqui de se estabelecer uma diferenciação entre maternidade e maternagem, a partir de Gradvohl, Osis e Makuch (2014), essa primeira é definida pelos laços sanguíneos entre mãe e filho, enquanto a segunda é estabelecida pelas relações afetivas entre os dois. De

acordo com Badinter (1985), o ideal materno é definido pelo amor incodicional e pelo sacrifício que mulheres devem fazer para cuidado dos seus filhos acima de qualquer circunstância, tendo Maria, mãe de Jesus enquanto figura representante da maternidade consagrada interligada a pureza e redenção.

Todavia, ao longo do movimento feminista, esse modo único de vivenciar a maternidade foi questionado, desnaturalizando a ideia de maternidade preconizada acima. Diferentes perspectivas feministas questionaram a questão maternal, a primeira onda do feminismo se propôs a reivindicar direitos das mães como a licença maternidade, voto feminino e divórcio, questionando o determinismo biológico opressor como canal exclusivo para a condição natural de ser mãe. A partir do século XX, na segunda onda do feminismo, a maternidade passa a ser vista pela ótica social, denominando o lugar da mulher em sociedade, feministas radicais a encaram como principal modo de dominação dos homens sobre as mulheres, principalmente colaborando para restringi-las aos espaços privados e negar sua liberdade aos espaços públicos, pois estariam em residências cuidando de seus filhos. Na década de 1970, a terceira onda do feminismo lança uma pergunta em torno dessa temática: as mulheres querem ser definidas longe da maternidade? O feminismo começa a considerar o protagonismo feminino diante da gestação, em uma participação ativa de mulheres nesse processo, sendo possível a relação com os outros sem sucumbir a dominação. Ao final do séxulo XX, ainda existiam diversas concepções e inquietações sobre a maternidades nas linhas feministas, concebendo essa pluralidade como fenômeno social complexo, compreendendo que a revolução feminista libertaria não apenas as mulheres mas todos condicionados as identidades cristalizadas de gênero (VÁSQUEZ, 2014).

Quem pode maternar? Diante de mulheres em situação de rua que são obrigadas a doar seus filhos devido a pobreza ou diante da possível morte do filho, Eliane nos faz pensar na dor de não saber o paradeiro de um deles:

> Site da Paraíba, sai tudo que aparece. Eu vi José Airton Gomes de Alexandria, o nome do meu filho, senhora. Dois tiros. Eu queria saber tanto se meu filho tá vivo ou morto mesmo senhora, mas eu acho que meu filho, tá, eu não sei não (choro). Amava tanto minha joia rara. Ele é tão lindo, eu acho que ele não tá vivo não, eu não posso nem me pertubar. Mas eu quero ter a realidade, a certeza. Qual a mãe que não quer? Qual a mãe que não quer ter a certeza? (Eliane, 39 anos).

A maternidade é desromantizada quando olhamos para a experiência de mães em situação de rua. De acordo com Sousa (2018), há uma desromantização da maternidade no ser mãe em situação de rua, questionando as possibilidades de exercer a maternidade. A autora discute sobre a ausência estatal no que concerne a situações onde mulheres pobres precisam

abdicar dos cuidados com os filhos devido a vulnerabilidade socioeconômica, mesmo sendo papel do Estado garantir acesso a educação, alimentação, moradia, convívio social e comunitário conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando há situação de pobreza acentuada, produzindo fome severa, ao invés dos aparelhos estatais atuarem com responsabilidade social conforme os direitos humanos garantidos em Constituição Federal, a responsabilidade é transferida para as mães pobres, privando essas mulheres do convivío com os seus respectivos filhos.

A culpabilização da pobreza é um fenômeno que atinge diretamente tais mulheres em situação de rua, como fica notável na fala de Jéssica de 20 anos: “tive um de catorze, um de quinze, um de oito e um de doze. Aí num tem condição dei todos os quato. A menina, tiraram só, pegaram a menina e levaram ela. Ninguém sabe, levaram ela que eu nem vi. O mar novo também, eu não tenho condição”. De acordo com Moreira *et al.* (2021), as mulheres em situação de rua enfrentam situações de violência de gênero ainda mais acentuadas do que as mulheres com residência fixa. Além da expropriação física direta, ao viver a gestação, tais mulheres não encontram suporte suficiente de políticas públicas que torne possível o exercício da maternidade, o que leva a separação entre mães e bebês ainda em maternidades. Quando essas mulheres pensam em reaver condições financeiras suficientes para sair das ruas, citam que é ao lado da filha que desejam ficar, como destaca outra entrevistada: “eu tenho uma filha, ela mora na Caucaia, e um neto, quando eu repartir esse dinheiro do meu marido que foi atropelado, aí eu vou sair da rua e procurar eles” (Roberta, 55 anos).

Cecília precisou sair de casa devido a falta de suporte familiar para além dos filhos e devido a sofrer agressões físicas de um deles, ela conta:

> Eu tenho um filho que ele é doente, autista, aí ele é muito agressivo e eu tava me adoecendo, aí eu tive que sair de casa, porque ou eu saia ou eu ia adoecer, ou ficar doida, ou então morrer, e eu do jeito que eu tava indo eu não tinha condição de ficar. Aí ele ficou com o pai e a outra irmã dele, eu já sou separada, mas só que ele tá com os menino porque ele trabalha pra sustentar eles. É minha única família porque meu pai e minha mãe já faleceu há quinze anos atrás. Aí eu não tenho condição porque eu não tenho um emprego, eu vivo só de reciclagem. Aí eu tive que sair pra não adoecer, aí eu vivo em situação de rua porque eu não tenho conhecido [...] **não foi porque eu quisesse nem por ruindade** mas porque ou eu saia ou eu adoecia de qualquer jeito, se eu adoecesse ou morresse ele ia ficar só, aí eu tive que sair pra dar um sossego (Cecília, 47 anos, grifo nosso).

Ressaltam-se as pressões sociais vinculadas as expectativas de gênero para ser uma boa mulher, mãe amorosa que perdoa e aguenta, nunca capaz de abandonar seu filho. O ponto é que algumas mães, como Cecília, precisam se afastar dos seus filhos para não adoecer ou morrer, conforme ela explica acima, a imponência de uma figura masculina a faz sair de casa.

Isso apresenta relação direta com o conceito de patriarcado de Saffioti (2015), definido como modo de expressão política em um sistema de exploração e opressão masculino, imbrincando em uma ampla gama de violências contra as mulheres.

Essa ideologia legitima a naturalização da dominação de homens e está associada a violência de gênero. Além do filho, Cecília de 47 anos conta sobre a violência paterna: "meu pai era muito rebelde, era muito ruim, minha mãe teve que deixar ele pra não morrer também". Mesmo diante da violência vivenciada, aparece em seu discurso, uma preocupação constante com os filhos, percebendo sua realidade como sina, destino. Aceita o sistema familiar em que vive, ao passo onde busca resgate nas ruas, mostra-se conformada com:

> É muito ruim, mas é isso mermo. Quando a pessoa traz uma sina de passar por aquilo, passa mermo. Aí a gente se preocupa porque teve uns filho e aí se preocupa como é que os filho tá, ruim demais. Aí eu tô em contato com a menina, sempre, que a mulher que eu tô lá, ela deu o número e ela liga pra mim (Cecília, 47 anos).

Há um histórico comum de violência na família de origem das mulheres em situação de rua entrevistadas, como nessa experiência narrada "minha mãe bebia, ela num gostava de mim não. Inté hoje também, tem três irmão que não tem nenhum documento também. Tem o que é mais novo, que levou uns tiro na cabeça e passou dez dia internado" (Jéssica, 20 anos). Joana, essa última mulher já idosa e conta sobre sua cegueira provocada por agressões físicas:

> Sou ceguinha desse olho, eu enxergo só com esse, e o doutor disse que é catarata, pra fazer raspagem e que se eu não fizesse logo desse, passava pra esse e eu ia ficar cega. De tanto murro que eu levava. Só vivia bebo, fumava droga, nesse tempo era um tal de um pico na veia (Joana, 64 anos).

Nesse ínterim, Talitha fala sobre a sua infância, entrelaçada a trabalho infantil e violência: "Eu trabalhava de roça. Meu pai e minha mãe trabalha nos plantil de cana, minha infância foi boa. O estudo que eu tive foi só até a terceira. Fui violentada com onze ano de idade, fui mãe aos onze ano". A gravidez de Talitha é fruto de um estupro, abuso sexual infantil, pois como indica Santos e Dell'Aglio (2010), o acontecimento de práticas sexuais e eróticas impostas à uma criança, enquanto o agressor se encontra em estágio de desenvolvimento psicossexual mais avançado do que a vítima. Nesse caso, Talitha sofreu abuso sexual de um vizinho adolescente. Segundo Farelos (2003), 94% dos violentadores são familiares ou pessoas próximas ao sistema íntimo familiar. O caso de Talitha demonstra essa estatística, ao brincar com um vizinho que seus pais confiavam, mas o agressor colocou em seu suco comprimidos diluídos que a induziram a profundo sono, momento em que se deu o estupro, e a gravidez foi sustentada por essa criança, mesmo que a vítima apresentasse sérios

riscos de vida.

> Eu fui vítima de um estupro, você foi tirado a ferro, pesou quatro quilos e quinhentas, eu tinha que andar com você nos braço, meus peito era isso óh (aponta para os seios), tá aqui minhas véia toda estourada por todo canto. Porque eu não tinha seios enorme pra dar de mamar. Minha mãe dizia: você tem que dar peito, por fina a força. Aí hoje em dia ele não agradece o que eu passei. Levei vinte e oito ponto dele, parecia que eu tinha feito uma cesárea, nem andar direito eu andava. Minha mãe chorava, meu pai chorava de outro lado e a gente tinha que ficar calado porque era dito assim: 'tamo morando na casa da sua irmã, nós tem que aguentar tudo calado (Talitha, 43 anos).

No decorrer da narrativa, Talitha expõe fortes situações acarretadas em sua gravidez infantil. Vale salientar que o aborto é legalizado em caso de estupro em território brasileiro, mesmo sendo juridicamente protegida pela lei, o aborto não ocorreu, ou se quer foi mencionado pela entrevistada. Conforme Cúnico *et al* (2014), mesmo na legalização do aborto sendo permitida nos casos de anencefalia, violência sexual e risco de vida à gestante, a ideologia cristã que impera em nosso território define quaisquer práticas abortistas como pecado, e adicionado a isso, há o argumento de que abortar seria matar uma vida. Argumento frágil quando consideramos que a vida da gestante, como no caso da Talitha, também se encontrava ameaçada. Os sacrifícios feitos para gestar, parir e cuidar desse filho aparecem em disputa com uma relação conflituosa com o filho, angústia e dívidas simbólicas se mostram presentes. Em idade semelhante a de Talitha, com doze anos, Joana também sofreu abuso sexual. Dessa vez, com o agravante de se tratar de exploração sexual de outras menores de idade:

> Tão ruim a minha infância, de moça eu passei pra mulher da vida, nunca me casei. Com doze anos, o véi Doutor Mandu, advogado, morava em Fortaleza. Todo mês ele vinha pra cá, trazia compra, relógio, tanta coisa, aí a gente não tinha, ele ia na rua, trazia a gente pra lá e pra cá. Chamou pra eu ir pra casa dele pegar umas roupa, umas coisa, chego lá me trancou. Era eu e mais três, levou nós tudinha pra cá. Aí acostumava dar dinheiro a nós, dar coisa a nós e a gente besta, pequena que com doze anos num entende muita coisa (Joana, 64 anos).

Ao se casar, Talitha sofre novamente violência sexual, tendo seu direito reprodutivo novamente negado e a reprodução como imposição:

> Seu Raimundo é o meu ex esposo. Não deu certo não, a convivência com ele porque ele me agredia muito, me batia muito. Vivi com ele até os vinte e sete ano, de convivência, nós tinha. Me espancava muito, tinha filho que eu não queria, eu era muito judiada. Então, isso aí era pra mim que sou mulher, pra mim que sou mãe, a gente tem que planejar ter um filho. Né só chegar e querer ter não. Muita mulher diz assim: eu quero ter um filho. Mas acho que tem que planejar porque vem a educação, tem que ter amor aos fi, como é que você vai ter um filho se você num sabe nem se você quer ter? Treze filhos não são treze dias (Talitha, 43 anos).

Olhando para esse relato, nos deparamos com a violência doméstica. A Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006 é um marco a favor do combate à violência contra à mulher, por motivos de gênero, buscando a aplicabilidade da lei, enfrentando, evitando e punindo agressões. Ela nasce após anos de trabalho e luta, é importante mencionar que essa violência contempla ambientes domésticos, sendo os agressores quaisquer membros da família como esposos(as), pais/mães, irmãos/irmãs, tios/tias e netos/netas, precisando haver necessariamente uma mulher como vítima. Como medidas de proteção a ocorrência de violência podem ser adotados a prisão do/da agressor/agressora, a proibição de chegar próximo da vítima a partir da medida protetiva. Entretanto, o ex- esposo, a impede de ver os filhos, sendo novamente agressor, e Talitha é vítima de outro tipo de violência, a moral, a qual descreve no seguinte relato:

> O pai diz assim: óh, ela não é sua mãe, ela lhe abandonou, fica botando coisa nas cabeça do meu fi. E quando meus fi chega até mim, eles diz: mãe, mas eu sinto tanta saudade, eu amo a senhora. Eu digo: eu também amo, eu sou a sua mãe, eu gosto de vocês. Eles diz: é, mas a senhora não tem uma casa. Eu digo: óh, meu filho, se eu tivesse uma casa vocês tudim tava morando mais eu, mas eu não tenho, fica difícil. Minha fia chegou com os papel que ela saber lê e disse assim: mãe, porque que a justiça decretou esse documento? A senhora tá agredindo meus irmão? A senhora tá fazendo nada, a senhora só se afastou do meu pai pra não apanhar, o que foi? Eu assinei porque eu não sei ler, eu não entendo. Aí quando leu, ela disse: óh, a senhora tá dando a guarda dessas criança tudim pra pai definitivo, a senhora não pode ir lá de jeito nenhum. Depois que eu assinei foi que eu fiquei sabendo. Você não poder chegar perto do seu próprio fio que você pariu, botou no mundo. Tinha quatro medida protetiva contra mim de Seu Raimundo, eu morava aqui nas Malvinas, ele me espancava, me batia, meu filho grandão se metia no mei, levou até panelada na cara também, levou tiro por causa de confusão.

Isso posto, como alerta Figueiredo e Alexandris (2014), a alienação parental é um fenômeno explicitado nessas linhas, configurando-se como implementação de mentiras de um genitor contra o outro, geralmente existindo quebra de laços amorosos entre os pais. Um dos cuidadores da criança aliena a realidade, envolvendo os filhos em calúnias e criando falsas memórias com relação ao outro cuidador com o intuito de afastar a prole do convívio social com quem está sendo difamado. Quando o ex-esposo afirma para os filhos que eles foram abandonados, distorce os reais motivos do afastamento materno: a violência doméstica, os papeis judiciais assinados por engano e as medidas protetivas citadas. O contato atual dessa mãe com os seus filhos se dá de modo conturbado, tenebroso e arriscado, a medida em que seus filhos conseguem encontra-lá em praças da cidade, pois ela é proibida pelo agressor de se aproximar dessas crianças.

Nesses entrames, na vida de Talitha, ela relata que dois dos seus filhos estão em situação de rua: uma mulher adulta (sua filha), é acompanhada por ela, e tem um filho recém

saído do sistema penitenciário, acompanhado por tornozeleira para cumprimento de medida condicional. Mesmo ambos sendo adultos, é interessante como a mãe continua prestando cuidados a esses filhos, inclusive tentando resolver as problemáticas da vida de cada um. A filha, também acompanhada pelo Centro Pop, sofre violências do atual companheiro em situação de rua, e a entrevistada conta de ocasiões em que buscou defender a filha de agressões físicas. E, também advogando pelo filho dentro de suas possíveis condições, como é dito:

> Ele ficou com medo, não vou lá não, vão chamar a polícia pra mim. Ele é um foragido da justiça, mas aqui no Centro Pop tem vários que diz: eu tirei a tornozeleira e tô nem aí. Porque eu preciso trabalhar, preciso pedir esmola nas porta, preciso do apoio do Centro Pop mas dever a justiça, é complicado. Aí o que foi que eu fiz, eu fui até o juiz de lá da Lagoa Seca, conversei com os advogado, os advogado só disse assim: óh dona Talitha, se tiver o dinheiro pra pagar a tornozeleira seu filho tá livre. Mas eu não posso pagar, porque se eu podesse pagar eu já tinha botado meus dente, eu tava dentro de uma casa, não tava na rua.

Nesse sentido, o filho em situação de rua enfrenta estigmas relacionados a ser um ex-penitenciário, chegando a ter intenso medo em frequentar o Centro Pop e ser preso novamente devido a denúncias, pois a sua tornozeleira eletrônica foi quebrada em brigas de rua. Como explica Talitha, retirar a tornozeleira eletrônica é uma prática feita por usuários do serviço, um aprendizado das ruas, revelando que alguém com esse apetrecho no corpo apresenta maior proximidade com a fome, a falta de assistências das políticas públicas, o desemprego e dificuldades em receber doações através da mendicância. Ou tira, ou come menos. Há tentativas de ajuda da mãe, mas a falta de condições financeiras para comprar uma nova tornozeleira, faz com que o filho precise continuar como foragido da justiça.

Talitha é vista pelos irmãos como alguém que está na rua para "ficar na gandaia", acreditando que quando o imóvel da sua falecida mãe for vendido, terá renda para conseguir sair da situação de rua, conta com pesar que não conseguiu se despedir da mãe "toda hora eu lembro da minha mãe. Minha mãe tá aqui, morreu, cabou-se. Não gente, cabou-se não porque a gente sente aqui dentro. Pedi esmola pra ver minha mãe na UTI, quando eu fui ver minha mãe, minha irmã dizia que eu não ia ver" (Talitha, 43 anos).

Enquanto isso, Joana revela que tem contato com a sua filha e netas, mas que não consegue passar mais do quinze dias, devido ao abuso de álcool, acostumando-se com a vida nas ruas: "já me aviciei, eu gosto de andar nas ruas" (Joana, 64 anos). Nesse mesmo prumo, Eduarda diz de sua experiência em estar em casa com a família: "minha mãe me prende muito dentro de casa, só dentro de casa, aí eu sou uma pessoa do mundo. Ave-Maria, uma vez eu passei três mês lá e eu fiquei doidinha, e lá eu não posso nem beber, brigando direto com

meus dois irmão" (Eduarda, 24 anos).

Ainda mais, Michele relata da sua relação com o trânsito nas ruas e a drogadição como motivo principal para ter se afastado da família:

> Antigamente eu ia e voltava. Só que assim, minha mãe, ela tá morando em Fortaleza, meu irmão tá lá também, e agora eu tô só. Eu voltava pra casa do meu ex-marido, mas devido a eu ter recaída de droga e tudo, preferi não voltar mais. Então, tem uma das crianças também, porque assim tem uma menina de dezoito ano, tem uma de doze que tá numa casa de vender droga, de um povo que bebe, usa droga, numa situação que eu não sei dizer. Aí tem um de oito ano e um de um ano e quatro mês. hoje em dia eu num quero chegar nem lá, num tem? Pra evitar, porque não adianta, eu dizer que eu vou cuidar deles porque eu não vou cuidar e eu acho que eu ia recair. Então, eu prefiro que eles fique lá. Quanto mais eu esquecer, melhor, porque não adianta, não tem uma mãe no mundo, não tem uma mãe presente pra cuidar (Michele, 33 anos).

As linhas acima expressam culpa e aceitação da situação de rua. O dispositivo materno traz a culpa como fiel companheira, retaliações da Igreja Cristã instauram que verdadeiras mães não abandonam ou titubeam no cuidado com os filhos. Produziu-se uma colonização dos afetos, trazendo a culpa na contemporaneidade quer seja pela negligência ou excesso de cuidados. A culpa também aparece quando não desejam a maternidade, ambivalência pelo amor/arrependimento de ter tido filhos, ou ainda culpadas pela não disponibilidade em cuidar dos filhos de outras pessoas, tendo em vista que ainda não sendo mãe são vistas a partir da expectativa de gênero para o cuidado, desdobrando-se em afazeres domésticos e preocupações relacionadas aos cuidados com o companheiro (CFP, 2016).

As relações afetivas amorosas ocupam um lugar privilegiado na vida dessas mulheres. E, nesse sentido, a entrevistada Elizabete conhece um rapaz em um bar, apaixona-se perdidamente e começa a viver nas ruas ao decidir acompanhar esse homem em situação de rua, amor que a fez se distanciar da família (esposo e filhos) e investir nesse relacionamento:

> Minha família não aceita de jeito nenhum porque diz que ele é morador de rua, que não tem o que me dar, aí eu larguei tudo por causa dele e tô com ele, deixei tudo pra lá e tô do lado dele e não tô arrependida não que a gente passa uma precisão, mas dá pra superar contanto que eu esteja com ele porque se eu tiver lá eu vou sofrer, o tanto que eu gosto muito dele, quando a gente tava separada eu sofri muito, eu bebi muito, não tava mais me ligando. Ele chegou e perguntou se eu ia andar com ele e eu andei e tô aqui com ele. Eu tô apaixonada. Eu abandonei tudo por causa dele, eu deixei tudo pra trás por conta dele, eu disse a ele: não cause problema comigo não porque eu abandonei tudo por você, abandonei casa, tudo (Elizabete, 54 anos).

O cartão do banco em que recebe auxílio goveramental destinado a pessoas de baixa renda foi deixado com os filhos. Elizabete conta que custa ir visitá-los, apresenta dificuldades de ir com frequência devido a falta de dinheiro para conseguir ter acesso aos ônibus. Importante ressaltar como a entevistada salienta que nessa relação atual ela não é maltratada:

“ele é muito bom comigo, ele não me maltrata, graças a Deus, esse tempo todim que tô com ele eu não tenho o que dizer dele. Não me arrependo e acho que nem vou me arrepender, eu me sinto feliz ao lado dele (sorriso)” (Elizabete, 54 anos). Anterior a relação amorosa atual, enfrentou situações delicadas e dolorosas:

> Um não deu certo porque ele me maltratava muito. Foi o primeiro marido, ele sempre cuidou dos meu fi, bebia muito e me batia. Eu era nova nessa época, deixei quando o meu filho mandou escolher ou a vida dele ou a vida deles. Aí foi passando o tempo e eu conheci outro, ele gostava muito de beber, não gostava muito de tomar banho, mau cheiro, eu fui me afastando, me abusando e eu disse: pois um dia eu te deixo. Aí foi no tempo que esse aí apareceu e eu deixei, aí pronto, depois saí e ele ainda hoje tá por lá bebendo, chegou e disse que me perdoava. E eu disse: não quero estar com você, não adianta eu tá com uma pessoa sem eu gostar. Eu conheci esse aí, esse aí me dá amor, me dá carinho e ele não me dava, só era bebo direto dentro de casa e quando ele começou a me bater, eu fui me afastando e até hoje, quando eu conheci ele e vou continuar com ele (Elizabete, 54 anos).

Mais uma vez estamos diante de relações múltiplas de violência. Essa mulher sofre violência doméstica dos dois últimos companheiros e foge para as ruas. Segundo ela não abandonou ninguém, explicando a relação de cuidado tida com os filhos, principalmente o que tentara se matar:

> […] um filho sentiu minha falta e disse que tomou uns comprimido e tocou fogo nele, mas hoje graças a Deus ele tá ótimo, viu que eu não abandonei, fui lá, cuidei dele, estava na clínica e eu já tava acompanhando ele. Eu disse: olhe, eu não te abandonei, eu simplesmente fui viver minha vida. Hoje ele tá com minha filha, tá bem quissó, fazendo os curativo dele, tá bem saradim graças a Deus, porque foi em terceiro grau. Ele mermo tava se tratando, eu que tinha que levar ele pro posto, ir cuidando, arrumar a casa, tudo isso era eu, agora eu tô vivendo minha vida (Elizabete, 54 anos).

Faz-se importante mencionar como explica repetidamente que sua decisão não se trata de um abandono, mas de viver a sua vida. Talvez, como se de fato, a vida anterior a esse companheiro fosse a vida dominada pelo desejo dos outros, figuras masculinas imponentes e violentas. Os filhos cobram presença materna, ao passo que não aceitam a presença do companheiro atual da mãe nessa residência, sendo interessante como ela prefere viver em situação de rua do que entrar em confronto com essas pessoas. Ao sair de casa, a responsabilidade sobre os filhos recai para outras mulheres: a avó que fica com uma das filhas e uma filha que passa a cuidar de um dos irmãos. Por outro lado, os filhos mais velhos morrem, um em acidente de trânsito e o outro assassinado. E, há um terceiro filho que tenta se matar, justificando essa ação pelo distanciamento da mãe, o que faz retornar ao seio familiar momentaneamente para prestar cuidados a ele.

Outro ponto importante ressaltado nos discursos é a questão do abandono familiar

quando olhamos para trajetória familiar de mulheres trans em situação de rua. De acordo com Louro (2000), os corpos são educados de modo serem docilizados pela cisheternormatividade, isto é, são criados valores, normas, comportamentos e funcionamentos tidos como masculinos ou femininos através da genitália como juíza, a presença de pênis ou vagina faz com que se instaure pedagogias da sexualidade tornando alguém homem ou mulher. E, desse modo, a orientação sexual estaria vinculado ao sexo/gênero oposto. A autora nos explica que as pessoas transsexuais borram as fronteiras entre o masculino/feminino, problematizando as determinações de gênero a partir do sexo, questionando as possibilidades de existência em uma corporeidade.

A problemática eminentemente educacional é que somos educadas/educados nesse sistema, com regras rígidas para a definição de corpos inseridos dentro da categoria de normalidade e corpos desviantes, relegados a zonas marginais e sendo alvo de práticas excludentes, como os corpos das mulheres transsexuais. Ao entrevistar mulheres trans em situação de rua, olhamos para uma opressão interseccional, ambas saíram de casa justamente devido ao não acolhimento de suas famílias. Isso é evidente nessa fala: “as família, pouco que aceita, como foi a minha, aí mesmo que a gente esteja em casa, a gente quer tá na rua, pra mim foi sempre normal, passei a vida inteira na rua praticamente. Passeia a vida inteira na prostituição, a maior facilidade da travesti é a prostituição” (Laura, 55 anos).

Além disso, retrata fortemente essa reflexão quando diz: “a trans, o travesti, ele já nasce em situação de rua, mulher, vou te contar que a gente já nasce em situação de rua” (Laura, 55 anos). Em diálogo com isso, Jasbir Puar (2021) conta que há corpos que nascem amputados, condenados a violência, como os corpos de mulheres transsexuais, entre o viver e o morrer, mutilar é um modo de permitir viver mas arrancando pedaços, expondo corpos a experiências de opressão, ritual de tortura que priva determinados corpos de ocupar espaços de cidadania através do poder soberano.

Nessa construção de gêneros, Berenice Bento (2006) nos alerta que as pessoas já nascem operadas, em um processo de genitalização do gênero, pois antes de nascer, nossos corpos são colonizados através das genitálias pelas expectativas de ser menina ou um menino, apontando os comportamentos esperados de um corpo generificado para ser homem ou mulher. Maculados pela cultura, operados pelas tecnologias sociais que atravessam as corporeidades e investem em anunciações sobre esse corpo. Como aponta uma entrevistada em sua fala: “com meus catorze comecei a beber, se distanciar da família, ai meu pai não me aceitava também. Minha mãe, meus irmãos eu tenho aceitação. Aquela aceitação assim cem por centro não, mas pelo menos boa parte eu tenho” (Eduarda, 24 anos).

Em uma releitura da reivenção do corpo como experiência transexual, Louro (2003) aponta a experiência trans como corpo estranho a égide de poder, discutindo que as pessoas transsexuais fazem uma segunda cirurgia, visto que a primeira cirurgia, a que foi instrumentalizada pelas normas sociais não logrou êxito. Ouso a dizer que as mulheres trans em situação de rua, talvez, estejam realizando uma terceira cirurgia diante das vidas nas ruas, quando excluídas do convívio familiar, buscam outras estratégias de sobrevivência e enlace social. Encadeado a isso, temos a reflexão de Judith Butler (2015) sobre corpos abjetos, não capazes de gerar sentimento de luto, facilmente desprezados e matados pela sociedade por não desfrutar do estatuto de humano. Essa categoria, mulheres em situação de rua, assim como os corpos amputados, abjetos e não passíveis de luto, estão dentro de uma mesma categoria, corpos vistos como destituídos do caráter de humanidade. Laura relata a experiência nas ruas como saída para o contexto familiar hostil:

> A minha infância foi bem normalzinha, até uns dez anos, doze anos, que eu comecei a me arrumar como menina escondido. Mas lógico que começaram a notar depois dos treze, aí pronto, aí foi desespero, desespero, desespero. Aí quando minha avó faleceu eu ia fazer catorze, eles não me aceitaram mais em casa de jeito nenhum, me jogaram pra fora, e eu também não voltei mais pra casa, aí pronto, morreu ela, morreu pai, eu tive notícia que morreram. Mas eu não voltei mais pra São Gonçalo, eu nunca mais voltei. Aí eu fui pra Fortaleza e depois lá pra São Paulo rodar a bolsinha. Trabalhei em faxina cozinha, aí foi acontecendo assim as coisa, aí eu acabei me acostumando na rua praticamente. Mas quando eu tô com um trabalho, eu pago e gosto de arrumar um cantinho pra mim (Laura, 55 anos).

A realidade brasileira é atravessada pela família como elemento de regulamentação, normalizando comportamentos e anormalizando as práticas desviantes. O século XIX e início do século XX são então, marcados pelo saberes médicos e religiosos, adetrando espaços privados, determinando os papeis das mulheres na família, precisando estar vinculados necessariamente a ser um boa mãe, fiel, submissa e dessexualizada. A prostitura aparece como avesso do ideal, figura vista como desonesta e devassa. Controlar as doenças sexualmente transmissíveis pelo poder médico é passar a creditar a prostitutas a doença e imundice, ao passo em que a a mulher-mãe-dona-de-casa é lida pelo prisma da limpeza e confiança (RAGO, 1987).

No que se refere ao debate feminista voltado a temática da prostituição, há perspectivas divergentes a partir do entendimento sobre a sexualidade. De acordo com Mendonça (2020), em 1980, fincado em solo estadunidense, a preocupação central era buscar o rompimento com a imagem objetificada e sexualida de mulheres. Em contrapartida, outras feministas defendiam a sexualidade como campo que poderia possibilitar a ampliação da liberdade de mulheres, propondo reformar as configurações dos casamentos e abordar

temáticas como não-monogamia e sexo extra-conjugal.

Mediante a concepção de Pateman (1993), o contrato sexual é disposto para o assujeitamento feminino, garantindo aos homens acesso regular aos corpos femininos, considerando a prostituição e o casamento como garantias de exploração, tido como direito sexual masculino. Embasadas nesse argumento, a prostituição é vislumbrada como meio de sustentar e reproduzir o patriarcado, concretizando a opressão feminina. No entanto, para Paglia (1992), a posição é de que o sexo não é mero repressor, mas abrange estruturas de poder, abarcando privilégios e sujeições, envolvida com o consentimento singular de mulheres participantes da relação sexual. A sexualidade é colocada como possível fonte de poder feminino, e nesse sentido, a prostituição é tida como revolução ao patriarcado, indo em contramão dos pudores relegados a contenção da sexualidade feminina, a prostituita representa a subversão desde que as mulheres escolham pessoalmente por isso, agenciando suas condições de trabalho.

Ao analisar a questão da prostituição especificamente para mulheres transexuais, a problemática toma outro tom, pois devido a heternormatividade e os movimentos patriarcais de exclusão, tais mulheres apresentam condições de trabalho formal diminuídas. Para Prada (2018), o putafeminismo é um movimento que luta pelas melhores condições de trabalho para prostitutas, no intuito também de somar essas profissionais aos debates feministas. A relevância de implicar tal grupo ao movimento feminista, uma vez que racismo e machismo estruturais estão se reproduzindo nessas atividades, tendo mulheres não-brancas alvejadas pela precarização do trabalho, fazendo dessas reivindicações práticas anti-racistas.

A pesquisa de Mendonça (2020) ressalta que mulheres transsexuais procuram a prostituição como subsídio para necessidades básicas como alimentação, moradia e lazer. O autor explica que há uma relação entre família e trabalho no que diz respeito a algumas mulheres assumirem a responsabilidade financeira pelos familiares, enquanto outras são discriminadas e violentadas em seus laços sociais por serem mulhereres transexuais e travestis. Assim como Laura, Eduarda enfrenta desafios para conseguir uma oportunidade de emprego, o que nos leva a refletir sobre a transfobia imbricada ao mundo do trabalho.

Inclusive, Eduarda menciona não conhecer outra mulher trans que também seja usuária do Centro Pop. A entrevistada percebe a transexualidade como impedimento para conseguir ser contratada em um emprego formal com carteira assinada, dizendo que costuma ser melhor tratada pelas mulheres, validada enquanto mulher: “Num é todo mundo mas muita gente gosta de tirar lera, aí nem todo patrão gosta de botar uma mulher trans pra não ficar escutando piadinha dentro do estabelecimento porque se eu começar a escutar uma piadinha

pode ser quem for, eu esculhambo" (Eduarda, 24 anos).

O conceito de trabalho sobre o qual partimos está vinculado a compreensão indissociável entre corpo e trabalho, partindo de Foucault (2014), visualizando que a produção trabalhista não visa somente extrair a força de trabalho de sujeitas/sujeitos, mas dobrar e multiplicar as forças de trabalhadoras/trabalhadores para manter ligada a extenuante fonte de lucro. Os trabalhos comumente vinculados as mulheres em situação de rua, conforme as entrevistadas mencionam é o de empregada doméstica, coletora seletiva de materais descartáveis, e artesã.

"Tô fazendo uns biquim lá na praça, olha minhas mãos cheias de tinta. Ele tá ajeitando panela, louça de barro pra quando vier a festa colocar" (Eliane, 39 anos). Importante mencionar que enquanto esses trabalhos não são expostos e vendidos, Eliane não recebe nenhuma remuneração financeira desse contratante, oferecendo somente café da manhã. Quando indagada a respeito das questões relacionadas a educação, a mesma nos traz um relato que nos traz reflexões relevantes: "fui professora de reforço, eu tenho até um curso de psicultura. Eu num quero mais estudar não, fiz até segundo grau completo. Paim disse que não era mais pra eu forçar minha mente" (Eliane, 39 anos).

Um homem a impede de continuar estudando. O trabalho intelectual foi pensado por muito tempo como sobrecarga para o feminino. Levando em consideração que esse é um trabalho público e de destaque social, ainda é comum a falta de estimulo para mulheres investirem em estudo. Conforme discute Silva (2019), historicamente, o espaço privado é associado ao gênero feminino, enquanto os espaços públicos ao gênero masculino, reverberando em investimentos em educação destoantes e em ocupação de espaços políticos diferenciados. Nessa divisão do mundo em dois lados, os homens granham lugares de poder e representatividade, enquanto as mulheres cabe a responsabilidade de cuidar daquilo que é residencial. Com as mulheres em situação de rua, essas questões se complicam, tendo em vista que o espaço das ruas é público, ocupado de forma coletiva por dois ou mais mundos conectados ao gênero, instaurando zonas de dispustas, pois se as pessoas em situação de rua fazem das ruas sua casa, inclusive com conflitos territoriais urbanos, também poderíamos estar falando de um processo de apropriação dos espaços.

Outro aspecto interligado ao trabalho no discurso dessas mulheres é a repetição da naturalização do trabalho infantil em suas vidas. Como explica Schwartzman (2001), durante muito tempo o trabalho infantil em território brasileiro foi naturalizado e visto como solução diante da pobreza. Fazer com que a criança aprendesse a exercer qualquer trabalho era prioridade para famílias de baixa renda socioeconômica, em busca de evitar que o público

infatojuvenil se tornasse marginal. Todavia, desde a Constituição Federal de 1988, as Convenções das Nações Unidas de 1989 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o combate ao trabalho infantil é uma temática inclusa na pauta nacional de políticas socioeconômicas do país. Conforme o art. 60º do ECA: "é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz". O Jovem Aprendiz é uma política educacional que visa o ingresso de jovens no mercado de trabalho, assegurados o suporte de empresas para a formação técnica-profissional dos adolescentes.

No entanto, dentre os relatos, há um apreço das mulheres pelos trabalhos infantis oferecidos por elas, orgulhando-se de ter começado a trabalhar desde tenra infância: "minha infância foi bem dizer trabalhando nas casa, graças a Deus eu sempre trabalhei, comecei com oito ano, graças a Deus eu nunca peguei nada de ninguém, já trabalhei pra uma mulher muitos ano, criei todos os três filho mais ela" (Eliane, 39 anos). O trabalho é visto como distração e fonte de independência, nos fazendo lembrar do ditado mente vazia, oficina do diabo:

> Eu me distraio, não fico pensando só coisa ruim, toda vida eu trabalhei, desde os oito anos de idade que eu sou independente. Eu comecei trabalhando mais minha mãe, lavando roupa de ganho, ajudando quando ela era viva. Aí depois eu fui crescendo, crescendo, crescendo e comecei a trabalhar nas casa pra sustentar meus fi logo quando eu me separei, mas é difícil a vida mas a gente chega lá, eu tô sentindo que logo, logo, esse benefício vem (Eliane, 39 anos).

Talitha, de 43 anos, também compartilha de uma experiência semelhante, mas dessa vez, associada ao campo da arte:

> Eu trabalhava de circo com a boneca Emília. Aí eu trabalhava assim, de fazer arte, pintar. Eu e meu irmão, nós fumo criado assim, o palhaço e o chuverinha, nós montava o palco no circo, que o circo era do meu pai na época, aí nós trabalhava, nós descia naquela corda, marabelismo, brincava com o fogo. Montar boneca, esse é o meu trabalho.

A arte constrói as ruas, no malabar dos semáforos e em vendas de produtos diversos em localidades de Juazeiro do Norte, principalmente no centro da cidade e nos bairros Pirajá e Lagoa Seca, locais onde costuma acontecer intenso fluxo de trânsito. Talitha nos traz uma questão interessante característica da cidade, o entrelace entre o comércio-arte-mendicância se misturando em uma mesma bacia.

Segundo Welison de Lima Sousa (2022), outro pesquisador interessado na população em situação de rua caririense, esse território diverso diz de uma realidade específica de uma cidade composta de indivíduos que vivem transitando entre municípios como migrantes, artistas de rua e refugiados. Findo esse subcapítulo afirmando que as ruas de fato são

substutivos femininos, compostas por essas e tantas outras mulheres enfrentanto experiências de violência e enfrentamento, sangue e sonhos, desprezo e aceitação.

6.2 "Pela lei natural dos encontros, eu deixo e recebo um tanto": a vida nas ruas juazeirenses, violências, pedagogias sociais e o amparo institucional

Nesse subcapítulo, trataremos das questões referentes a vidas nas ruas das mulheres em situação de rua em Juazeiro do Norte, as pedagogias sociais e o suporte institucional percebido pelas lentes delas. Ressalta-se que esses três campos estão interligados, uma vez que a vida nas ruas está alicerçada em saberes construídos pelas ruas, contando com o apoio de instituições e espaços para subsidiar a sobrevivência dessas mulheres, edificando relações com a cidade. Segundo relatam tais mulheres, existe uma pensão no bairro Socorro onde as pessoas em situação de rua podem comer, tomar banho e/ou dormir. Para cada serviço, a gerente da pensão cobra um quilo de alimento. A ampla gama de pousadas na cidade ressalta uma particularidade dessa terra, a presença das romarias. O alastramento de pousadas pela cidade apontam para tentativas de dar suporte aos romeiros, e agora, a partir do que sabemos, também às pessoas em situação de rua. Todavia, existem conflitos entre as assistidas por esse espaço e a gerente, como é notável na fala de Eliane:

> Só vivia brigando comigo direto. Separou eu do meu marido, botou ele num canto trancado de cadeado, tia. É crime, e eu lá em cima com as minhas medicação, toda se tremendo. Eu fico sentida com isso, aí quando foi um dia ela me aperreou bem muita, aí ela disse: óh, você só vai entrar aqui oito horas da manhã. Quer dizer que se eu não tivesse aqui pra comer ou em outros canto, eu ia ficar sem a merenda da manhã, sem o almoço e sem a janta (choro). Isso não é triste, não? Aí eu saí de lá e eu tô dormindo na pracinha, melhor. Sabe porque? Porque lá eu tô quieta, lá ninguém tá dizendo nada comigo, ninguém tá me humilhando, porque eu não aguentei ela, a decepção que ela falou comigo, ela me maltratou no meu coração. Bruta, como é que as pessoa disse que viveu nas ruas e vai tratar as pessoas mal, não faz assim não. Nós durmia no chão no quarto. Se fosse no banheiro não era pra dar descarga porque gasta água, a gente tava vivendo como se fosse num cativeiro. humilhação mermo. Eu colocava comida ali todo dia, todo dia. Eu ia no mercado, fruta, o que eu pedisse, verdura, e ela comia as coisa tudo de boa, e só dá arroz e feijão puro e soja veia a pessoa comer (Eliane, 39 anos).

Nesse caso, inclusive humilhações e exploração por parte de quem faz uso do trabalho e da posição de necessidades delas. É interessante também como Eliane retrata as pessoas em situação de rua ao se admirar por essa gerente lhe tratar com brutalidade, sendo que a própria já esteve em situação de rua. Isso nos faz refletir sobre uma suposta solidariedade e senso de coletividade entre os que fazem das ruas espaços de moradia. Faz-se imprescindível

reconhecer que esse trabalho fornecido por Eliane e outras pessoas em situação de rua é análogo a escravidão, recolhendo alimentos em troca de um lugar para dormir e por alimentação, sendo que os melhores produtos eram selecionados pela dona da casa grande, reservando o mais barato para as pessoas em situação de rua, fazendo-os dormir no chão. Ao sair da pousada, vai dormir nas praças, mas acontecem outras cenas de violência: "quando eu acordei já tinham roubado um monte de coisa minha, eu tô sem nada de produto, tô comprando agora sabonete, pasta, escova". (Eliane, 39 anos).

Ao não ter onde guardar seus pertences, durante a noite costumam acontecer roubos praticados por outras pessoas em situação de rua ou por transeuntes. Sobre outras violências sofridas nas ruas, diz:

> Já deram em mim na rua, eu tive um corte, uma cicatriz aqui. Meu cabelo ele era na cintura, essa moça, ela é traficante de Itaporanga, ela pegou nos meus cabelo assim, daqui pra frente pode chegar que é pontiado em mim, daqui pra aqui é pontiado em mim, pegue aqui pra senhora (coloca meus dedos na sua cabeça). Isso aqui foi meu marido óh, eu gestante (Eliane, 39 anos).

As mulheres relatam experiências de violência de gênero, sobretudo a doméstica e a familiar, que é essa violência experienciada pelo corpo feminino. Mas, ao chegar nas ruas além de continuarem expostas a essa violência específica, são alvos de outras violências urbanas como assaltos, roubo, exploração, abuso de poder, exploração sexual, humilhações, culpa pelo abandono dos filhos e da família. De acordo com Santos e Santos (2019) a violência urbana está enodada com grandes cidades, como Juazeiro do Norte, remetendo a barbaridades diárias noticiadas pelas redes televisivas, sendo um tipo de violência previsto na lei penal. Tal modalidade de violência é acarretada pela aglomeração urbana, criando zonas de desigualdade e miséria, e por consequência, desemprego, fome e marginalização, estruturando problemas sociais e consumando práticas violentas diárias. Isso fica notável nesse discurso: "eu não gosto de trabalhar muito na rua não, porque esse pessoal rouba. Eu não tava fazendo uma calcinha de bebê e esse pessoal roubaram de mim? Quando acordei nem linha, nem crochê, nem sapatim, nem nada, aí num adianta tá trabalhando pros outro levar" (Roberta, 55 anos).

A violência patrimonial também faz parte de mais uma situação de sofrimento vivida por Eliane, de 39 anos, agredida pelo ex-esposo: "ele não dividiu nada também pra mim, ele me robou, tomou tudo que era meu. Porque quando a gente se separou, eu nunca trai ele, ele que me traiu, ele que devia dar de conta do que é meu, era o certo na justiça, porque eu não sou prostitua, eu casei na infância, na adolescência". Esse tipo de violência está especificada

na Lei Maria da Penha, art. 4º com a seguinte descrição: "qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades".

Diferente de tomar posse de bens materiais, há mulheres em situação de ruas que enfrentam o constante perigo de terem suas vidas ceifadas:

> Já me roubaram, já me bateram, por nada, acho que por eu ser trans. Varias outras coisas que passei, já me chamaram de ladrão sem eu ter roubado. Eu começava a transição e depois parava. Aí dessa vez eu tô firme, já tá com um ano e seis meses. Mas eu sempre comecei desde os meus doze anos. Eu num queria se vestir as vezes mô de piadinha dos outros, parava aí agora tô me aceitando mais, tô me sentindo muito mais melhor hoje, num era muito aceito não na sociedade. Passava três meses voltava, depois parava de novo, eu ficava com vergonha. As vez tava muito magra, feia, mô de bebida, aí num tava me mexendo. Agora eu tô bem controlada (Eduarda, 24 anos).

O corpo de Eduarda se encontra entre trincheiras, de um lado não tem o refugio do lar para se esconder dos perigos e da violência das ruas, e do outro lado, sai de casa por também não ser aceita. A casa e a rua são campos de batalha. Esse corpo não cabe e não é bem vindo em lugar nenhum. Alguns corpos não criam compaixão, empatia, luto. Como discute Butler (2015), as vidas precárias são vidas matáveis como a de Eduarda, sem condições de ser reconhecido. O número de mortes de travestis e transexuais não costumam ser noticiadas com frequência, tão pouco as mortes relativas a população em situação de rua, falecimentos que não provocam comoções e descontentamentos. A precariedade reflete uma vida que está constantemente interligada ao poder do outro.

Tomando isso como ponto de discussão, fala sobre sua socialização com outras pessoas em situação de rua:

> [...] num gosto de Fortaleza não, lá também tive violência. Eu gosto de ficar em canto tranquilo, eu morei em Cedro e Jardim, não gosto de morar em canto que não tem muito morador de rua. Eu gosto de morar na rua, mas odeio morador de rua. Tem cara que é muito tirão. Num gosto não dos cara daqui não. Que não respeita a pessoa, que não tolera, que faz chacota, eu num gosto. Agora lá em Barbalha não, os morador de rua tudim me respeitava, me tratava como uma mulher, por isso que eu gosto mais de lá (Eduarda, 24 anos).

Repetidamente, a entrevistada ressalta violências sofridas a partir de homens em situação de rua, e quanto maior a cidade, aumentam as experiências transfóbicas, como explica. Como discute Bento (2006), os corpos transexuais gritam desordenadamente sobre a naturalização dos gêneros, compondo mútiplos rearranjos para além da dicotomia

masculino/feminino, pertubando, fraturando e fissurando as normatizações de corpo-sexo-gênero. Devido a realidade doméstica de aprisionamento, começa a tratar as ruas como espaço de viver: “passava o tempo na casa de mãe, depois saia. Na verdade, morei muito na rua não, mas teve dia de eu passar a noite na rua mesmo, mas porque eu num queria voltar pra casa” (Eduarda, 24 anos).

As ruas são usadas como saída no caso de sexualidades dissidentes, de acordo com Prados, Brandão e Perucchi (2018), a interrupção do convívio familiar faz com que populações desviantes busquem aceitação em espaços como becos e ruas, espaços sobrantes da sociedade. Entretanto, sofrem uma segunda camada de exclusão. Muitas mulheres em situação de rua destacam que para viver nas ruas, dormir a noite é uma necessidade dispensável diante do risco de vida ou roubo: “na rua ninguém dorme por causa da frieza, da zuada, do povo passando perto e do perigo que corre um malandro vir, um maluquim e fazer o mal como aconteceu com esse que roubaram meu chinelo e ainda queria dormir comigo a força” (Cecília, 47 anos).

Em consonância com isso, Eduarda diz que fica em estado de vigilância à noite, alertando para os riscos:

> [...] de me matar, morrer, tocar fogo, que nem aqui já aconteceu, muito caso de gente dormindo e o povo tacar pedra na cabeça e matar, eu morro de medo disso, de roubar as coisas da pessoa porque as vez eu nem tenho nada. Porque eu sempre ando com uma bolsinha com minhas coisa, meus produto de higiene, creme, documento, eu até vou deixar, vou até fazer uma pasta aqui pra guardar meus documento pra não perder (Eduarda, 24 anos).

O saber das ruas coroa a experiência como professora, não à toa nenhuma das mulheres entrevistadas conseguem dormir (quando dormem) com serenidade à noite. Como dispõe Graciani (2001), a Pedagogia Social de Rua está entrelaçada com a educação popular, implicando em um envolvimento com essas sujeitas a fim de potecializar a conscientização social, buscando a transformação dessas realidades. Conhecer as aprendizagens das ruas é, sobretudo, também acreditar em aprendizados típicos da população em situação de rua. E, nesse sentido, a pedagogia social enfocada sobre o cenário das ruas investe sobre o poder da identidade coletiva, valorizando a sabedoria e a cultura popular.

Em panorama semelhante ao apontado por Cecília, Talitha conta que ganhou uma bolsa com vestidos de aluguel da dona de uma loja da cidade e junto a eles buquês de noivas e damas de honra para serem consertados por ela. Mas a noite mais uma vez trouxe surpresas para a vida dessas mulheres: “quando eu me deitei no banco, que eu peguei no sono, só

lembro quando a pessoa disse: a mulher vai levando a bolsa" (Talitha, 43 anos). Ameaças, sofrimento e estratégias de sobrevivência como não dormir são explicadas por Eduarda, ela explora o trânsito entre cidades próximas e a capital do Ceará quando se vê em maior perigo:

> Eu tô ameaçada de andar aqui no Centro, hoje vai ser o último dia que eu vou andar aqui no Socorro, no Mercado, aí porque uma cumadi me conheceu e chamou um cara pra me olhar, aí disseram lá na praça: ai veado, sai fora daqui porque tão querendo te matar. Aí eu peguei e saí e fui dormir lá na casa dessa minha amiga, aí eu não sei o que foi isso mulher, esses atraso que tão acontecendo na minha vida, dá vontade de botar uma corda no pescoço e morrer logo. Minha vida tava tão direitinha, estudando e fazendo o CEJA, aí vem essa palhaçada de novo na minha vida, essa confusão de novo já estou já para acabar com tudo por que eu não tenho mais para onde ir. Já estou suja em Barbalha, já estou suja em Juazeiro só vim mesmo aqui para ver meu negócio do bolsa família (Eduarda, 24 anos).

Há dois anos, acontecera o envolvimento de Eduarda com amigos em situação de rua, mas ela foi roubada em uma emboscada feita por amigos que confiava, e deu "uma surra da morte" na amiga que não conseguira fugir. Atualmente, está sendo ameaçada e dar um tempo em um lugar para as coisas se acalmarem aparece como possibilidade de sobreviver e socializar. O problema é que esse método se esgota devido a cidade ser uma região de fácil e rápida circulação. No trecho acima, outras questões importantes precisam ser destacadas como o aviso de uma pessoa que ela precisava sair daquele território, trazendo uma espécie de mínima solidariedade e proteção mesmo diante de tantos atravessamentos violentos.

A escolarização aparece para Eduarda como perspectiva de uma vida melhor, mas o entrecruzamento de tantos sofrimentos fazem com que ela traga o suicídio como estratégia final. O suicídio na população trans é um fenômeno cultural que tem aumentado vertiginosamente nas últimas decadas de modo planetário. Conforme Gomes *et al* (2022), jovens transexuais, como é o caso de Eduarda, o risco de suicídio é de 41%, enquanto para as pessoas cis o número é de 4,6%. Há fatores de risco que tornam nítido esses números, pois a realidade desse segmento populacional é transpassada pela injustiça social, falta de empregos, marginalização e estigmatização. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – ANTRA a partir de Benevides e Nogueira (2020), a expectativa de vida de pessoas transexuais é de 35 anos, enquanto a expectativa de vida nacional é de 75 anos. A morte aparece lampejante em ser morta ou se matar. Laura, lida com a prostituição como modo de vida, aceitando-a como forma de sobre-viver:

> Mulher, a gente se acostuma. Eu não posso te dizer que foi ruim, porque tem umas parte ruim em todo canto, tem a parte boa e tem a parte ruim. A prostituição é do mermo jeito. A parte ruim é o jeito, a gente faz porque gosta daquilo, o travesti mais do que a mulher, gosta daquela parte ali. Tudo bem que tem algumas pessoas que querem agredir a gente, que não querem pagar, isso e aquilo. Mas tirando isso, eu

> gostava, não vou mentir. Agora, eu não tô mais me prostituindo. Assim, quando aparece um fora eu faço, mas pra mim tá indo pra pista. É, pra mim foi sempre bem normal a prostituição. Até hoje, uma amiga minha disse: mulher, tu se acostuma com tudo que não presta (Laura, 55 anos).

A sociologia do desvio nos ajuda a compreender o discurso de Laura. De acordo com Becker (2008), esse formato sociológico explana de maneira abrangente como certos comportamentos são considerados socialmente desviantes, incorretos e não-normativos. Marginais e desviantes (*outsiders*) são aquelas/aqueles que destoam das regras do grupo, infringindo normas socialmente aceitas e legitimadas. O ponto não comumente discutido é que os grupos sociais são criadores de desvios, se uma ação é ou não desviante, isso depende da reação dos outros. As pessoas sofrem sanções por desobedecerem tais regras e são rotuladas como desviante, sendo necessário salientar que tal grupo não é homogêneo, massa unificada. Mesmo que muitas mulheres em situação de rua tratem da prostituição com menosprezo, para Laura, a visão é diferenciada, acostumando-se inclusive com o lugar de desvio imposto.

Nas ruas as mulheres se conhecem, tem informações sobre as outras, aprendem em quem podem ou não confiar:

> Aconteceu comigo já três vezes tentativa de estupro já, porque eu fui confiar, é por isso que agora eu fico com medo, eu não posso mais confiar, porque diz que é amigo homem e não é amigo, chama a pessoa pra beber, quando chega lá é outra coisa, já quer fazer sexo sem a pessoa querer. Aí é por isso que eu não quero mais essas amizades. Só tenho mais amizade com a Joana que veio conversar mais tu. Porque com ela é desde os dez anos de idade que nós se conhece, aí eu conheço ela muito bem, conheço a família dela. E eu tenho amizade também com outras mulheres de rua, só que a gente não se acompanha não (Roberta, 55 anos).

Para essa entrevistada existe diferenças entre mulheres e homens em situação de rua:

> Mulher é mulher e homem é homem. Os homens tem a carne mais dura e a mulher tem as carne mais frágil, pras mulher as vezes é mais fácil porque tem gente que tem mais pena da mulher. E omi não, já é mais diferente, omi tem mais coragi de trabalhar, tem mais força (Roberta, 55 anos).

Faz-se importante destacar as cristalizações de gênero presentes nessa fala, a idealização da fragilidade como dado essencial feminino leva a crer que a mulher consegue mais comida e esmola, pois demanda maior pena da sociedade. Enquanto isso, os homens são visualizados como provedores financeiros, justamente aqueles que precisam trabalhar e sustentar rentavelmente a si e à família. A fé é uma estratégia de sobrevivência, literalmente, como apontado nessa fala: "já tomei remédio, já cortei meus pulso, mas eu não tento mais não, mas o sofrimento eu tenho. Mas assim, Deus tem um propósito na minha vida" (Cecília,

47 anos). Segundo ela, a fé aparece como esperança para a saída nas ruas. Conjuntamente a isso, destaca-se a formulação de uma rotina para as mulheres em situação de rua, a partir dos aprendizados de onde comer, onde dormir, em determinados horários e instituições.

> Eu comecei a aprender sobre ter fé em Deus e trabalhar. Ter fé e esperança. Tem que tomar cuidado, isso aí mesmo que eu aprendi. E ali onde eu tô, na pousada é mais seguro pra dormir. Pelo dia eu fico nas ruas mesmo catando reciclagem, pra comprar pelo meno alguma merenda, alguma coisa e aí tô levando a vida. Aí eu venho pra cá almoçar e vou caçar de novo porque lá onde eu venho fecha cinco hora e é longe, aí eu fico só o tempo todo catando reciclage. Aí no fim de semana eu fico, porque tem um carro que passa lá na praça dando quentinha na Praça da Matriz, aí eu como lá [...] A minha amiga é Ana, uma bem gordona que tem aqui, sempre é daqui, eu também não gosto de fazer amizade com qualquer pessoa, uma vez eu ando mais ela, as vez ela cata reciclagem também, as vezes ela pede pra eu vender pra ela, aí eu vendo e dô o dinheiro pra ela. Quando ela tem uma coisa também ela me ajuda quando eu não tenho, me ajuda mesmo (Cecília, 47 anos).

Em uma solidariedade possível, as mulheres se ajudam. Mesmo que não estando em ambiente doméstico, a violência contra à mulher aparece em situação de rua, produzida pelos seus companheiros, intensificada quando tais parceiros abusam de drogas. A dominação continua, agora em espaço público. Isso é notável na fala de Talitha:

> Eu tô nessa rua que nem vocês tão vendo, eu passo por violência nas rua, eu sou agredida por uma pessoa que eu não vou identificar o nome dele. É puxão de cabelo, é tá pegando a pessoa assim apertando, fica os roxão. Já me agrediu com murro, com pancada mermo. Eu chegar pra essa pessoa e dizer: mas não é assim, você tem que tratar do seu nervosismo, tratar da sua vida porque por mais que você use suas drogas mas tudo tem limite. As vez a pessoa briga comigo do nada, as vez eu quero falar e aquela pessoa diz assim: cala a boca, você num vai falar não. Mas num sabe o porquê, as vez a pessoa quer desabafar. Não, cala a boca, você não pode falar isso. A vida de dois casal num pode ser assim não, tem que compreender um o outro, porque se você não compreende o outro, nunca vai viver bem (Talitha,43 anos).

A violência entre casais em situação de rua é comum na experiência dessas mulheres, e por isso, precisava ser mencionada nesse tópico. Para Talitha, além disso, existem os filhos em situação de rua, dos quais ela tenta cuidar e maternar, mas enquanto se esforça, esses filhos são violentados seriamente. Um dos seus filhos foi baleado na cabeça devido a conflitos em seu casamento, e a outra filha, essa mais próxima de Talitha, acompanhando-a em situação de rua sofre agressões físicas do companheiro de rua, assim como a mãe. Ela fala da sua filha: “nas ruas é assim, ela é uma briguenta, porque é muito ciumenta, doentia. Ela arruma problema por qualquer coisa, aí chega: mãe, num sei o quê. Aí ele diz: não, não vá lá não, deixa, deixa que eles dois resolve pra lá. Pego, saio e vamo dormir noutro canto, porque não gosta” (Talitha, 43 anos).

O companheiro de sua filha nutre uma relação próxima com o seu parceiro atual, ambos

em situação de rua também. Inclusive, compartilham uma relação de irmandade:

> Eles já são companheiro de rua já, são irmão de rua, não são irmão de sangue não, mas são irmãos de rua, irmãos de várias caminhadas, eu não conheço bem eles, né. Várias caminhada por aí [...] aquela pessoa já não é daquele bairro ali, se ajunta com outras gangue que é de rua também e diz: olha, aquele cara lá, me bateu, me fez um mal. João Cabral e Frei Damião tem conflito. Rivais, fulano matando cicrano, cicrano mata fulano, brigas gera brigas (Talitha, 43 anos).

Isso reflete dois lados da mesma moeda, o senso de coletividade que se forma na convivência das ruas, e também a cumplicidade entre dois homens agressores de suas parceiras. Ademais, Talitha nos conta sobre disputas territoriais entre os bairros, inclusive citando aqueles mais periféricos e marginalizados. Podemos refletir aqui sobre senso de coletividade e identificação dessas pessoas, mesmo que não tendo casas fincadas no chão, tratam os bairros com posse de vasto chão. No que diz respeito a sociabilidade entre mulheres, ressalta-se que essas costumam ter uma ou até duas amigas mais próximas. Contudo, elas sabem das histórias umas das outras e se apoiam, mesmo quando não apresentam contato tão íntimo. Isso é evidente no relato de Roberta ao falar de Talitha: "é a única que me entende, porque ela usa as droga dela mas não arruma problema, não gosto de briga (Roberta, 55 anos).

Há mulheres em situação de rua que foram repetidamente trazidas pelas entrevistadas, incluse são as sujeitas mais velhas entrevistadas, famosas entre a população em situação de rua e os profissionais de amparo social à esse grupo. Roberta e Joana são amigas de longa data, contando com o suporte uma da outra para enfrentar as interpéries das ruas, costumam ajudar as mulheres que começam a viver nas ruas, as informando sobre as instituições de suporte, cuidados no sentido de não confiar em todas as pessoas e as acompanham diariamente. Joana associa o viver nas ruas associado ao uso abusivo de álcool, citando sua amiga como companheira nesse momento, como pessoa idosa e vunlerabilizada pela drogadição, sofre quedas e se machuca:

> Só beber nas ruas, cair e ser besta. Eu beba, beba, acabei rodando atravessando! Pá na pista e aí cai. Minha felicidade foi a que mulher pegou na minha mão, porque se cair no meio da rua eu tinha medo dos carro me pegar, aí ela veio, tacou-lhe água gelada aqui. O homi deu vinte reais pra nós merendar, essa dali bebe mais do que eu, essa daí mora em Fortaleza, ela. Há muito tempo que nós somo conhecida, aí ela veio pra cá, ela é daqui de Juazeiro, mas ela mora em Fortaleza. Todo dia bebe, é eu e ela (Joana, 64 anos).

Junto com os laços de amizade, também existem zonas de disputa e conflito territorial. O que as mulheres chamam de corre se refere a trabalhos informais e mais especificamente a

venda de drogas ilícitas. Quando o trabalho não acontece como combinado, isso gera severas violências, uma vez que diferentemente de ocasiões onde a polícia promoveria o controle, na rua existem regras próprias e as situações são resolvidas sem envolver esse órgão visto por elas/eles como opressor, os problemas são resolvidos entre elas/eles:

> Na rua também tem tudo, você aceita tudo, uma facada aqui lá na faixa de gaza. Eu mandei a menina fazer o corre, ela não trouxe as coisas certa. A gente começou a se rolar e tudo, aí eu lancei um estilete, ainda peguei ela e tudo. A do peito foi Adriano Tochinha. Daí tava eu e meu tio, nos corre e tudo, aí ele veio tudo, aí ele me deu uma facada. Minha perna é que eu tava lá no cemitério, aí fui inventar de pular o muro pra ir lá pro outro lado e aí pá, caí lá pro outro lado (Michele, 33 anos).

Nesse sentido, diante das falas expostas e discutidas, podemos perceber que a vidas nas ruas perpassam dificuldades diante das múltiplas violências e explorações, preocupação como não conseguir dormir e relaxar devido aos assaltos e tentativas de estupro. Para suportar o que fica perto do insuportável, é necessário recorrer a táticas como o uso do álcool, transitar entre cidades e recorrer a fé como baluarte da esperança em uma vida melhor no futuro, concebendo a sua vida permeada pela violência como destino traçado pela instância divina. Seguiremos em direção a refletir sobre a passagem pelas instituições em Juazeiro do Norte e o amparo fornecido por esses espaços.

Sobre o acolhimento transmitido pela região caririense, destaca-se: “Divinamente bem, a região do cariri toda, todo mundo é muito respeitador, eu amei essa região. Vou pra algum lugar e depois volto pra cá, aqui é meu canto de apoio. Juazeiro, Crato e Barbalha, todos três”. (Laura, 55 anos). Já Roberta, também com 55 anos, mostra em seu discurso a imagética sobre a terra que circula, “Juazeiro é a cidade das folhas secas e da terra verde, a cidade maravilhosa que vem aqui todo mundo pagar promessa porque tem fé”.

O catolicismo popular transforma Juazeiro do Norte em cidade promissora e abençoada aparece nesse discurso, como explica Andrelino (2013), a ênfase no sagrado simboliza prosperidade econômica diante das súplicas feitas a Padre Cícero. Conhecida como Meca do nordeste, em analogia a principal cidade utilizada para a expressão da fé mulçumana, recebendo um grande número de visitas para expressão dessa religiosidade, também é vista como a terra da Mãe de Deus, arrebatando fieis na crença de que esse município ameniza os sofrimentos. As visitas durante a romaria fizeram com que Cecília saísse de Picos, município do Piauí, para estar em situação de rua em Juazeiro do Norte, comenta sobre a sua relação com a cidade, atrelando-a as romarias:

> Juazeiro é porque eu gosto de Juazeiro mermo, eu tinha costume de vir quando

> minha mãe era viva, ela era romeira, todo ano ela tava aqui e no Canindé, aí eu vinha todos os ano com ela. Quando ela faleceu eu não pude mais vir porque eu não tinha condição, aí já tava com uns vinte ano já, aí agora que eu tô vindo, como aconteceu isso desse filho meu ser assim e eu não ter condição de ficar lá. Vim passar uns tempo, morar eu num sei, Deus é quem sabe se eu vou morar (Cecília, 47 anos).

A pesquisa de Alencar (2020), feita tendo os romeiros como foco central, aponta que as pessoas em situação de rua em Juazeiro do Norte apresentam como coincidência predominante serem romeiros ou serem descendentes de pais e avós praticantes da romaria. A população romeira migrante das duas últimas decadas esperavam alcançar a graça de terem um trabalho, mas infelizmente acabam ficando em situação de rua, buscando atendimento em políticas públicas e organizações não-governamentais de cunho cristão. Cecília desabafa sobre a sua predileção por Juazeiro, tanto pela questão da maior garantia de alimentação, como a concepção de ter edificado uma família com as pessoas em situação de rua dessa cidade: "em Juazeiro ninguém passa fome não, todo canto tem onde dê comida. Mas assim, eu gosto muito de vir pra cá e tudo, acaba sendo a nossa família. Os moradores daqui acabam sendo a família da pessoa, é o ponto de encontro da nossa família" (Cecília, 47 anos).

Diferentemente do que muitos autores citados no decorrer dessas palavras explicam, as pessoas em situação de rua não estão totalmente excluídas socialmente, desvinculadas do convívio familiar e comunitário, famílias se formam entre eles. De fato, repete-se o afastamento dos laços de parentesco de origem, mas os encontros entre pessoas em becos, avenidas e vielas configuram a construção de uma nova família. Assim como as famílias tradicionalmente costumam se reunir nas mesas de almoço e jantar, usuárias/usuários em situação de rua se reúnem no Centro Pop, casa fértil para carinho, proteção e solidariedade na concepção das usuárias, apesar das ressalvas. Citanto o suporte forncecido pelo Centro Pop, Eliane ressalta:

> Aqui que a gente toma café. O povo, eles são bom, eles atende a pessoa bem. Quando eu chego eu sou muito bem atendida, povo muito calmo. Até do guardinha, eu gosto de tudim. Eu acho bom aqui que as menina bota dentro de um carro e resolve, a medicação, a minha identidade (Eliane, 39 anos).

Vista como instituição resolutiva, onde é bem-vinda e acolhida. Contudo, ressalta temer usuários que usam tornozeleira eletrônica: "eu não gosto muito assim porque chega muito esses cara, com um negócio na perna, não viu? Aqui pra nós, tem outro lá bem pertin, bebendo cachaça perto do outro. Eu já fico com medo. Tem uns que é mal, ladrão na rua" (Eliane, 39 anos). Não é a primeira vez que a discriminação com ex-penitenciários aparece nesse texto, dessa vez com o mesmo tom, receio de que seja pessoas não confiáveis e capazes

de gerar temor. Michele reclama do Centro Pop a partir de como acredita que é percebida pelos outros:

> É como se fosse: ah, é morador de rua, faz de todo jeito aí, são pobre mermo. Não, mas não é assim não, tem que ter encaminhamento pras pessoa que querem se internar, conversar e tudo, tentar convencer a pessoa de ser forte. Não só todo dia tá aqui: ei, vamo tomar banho. Fazer o quê? Não tem um vídeo mostrando de uma pessoa que já conseguiu sair das droga, fazer um artesanato, uma oficina de artesanato (Michele, 33 anos).

Essas mulheres não precisam apenas de comida no prato, mas de processos de reinserção social, fortalecimento de vínculos e apoio para estratégias de emancipação social. Como alude Santos (2018), as oficinas pedagógicas inclusivas estão enlaçadas com as práticas de pedagogia social com o intuito de criação ou aumento da renda econômica incentivam o contato das pessoas em situação de rua uma com as outras, a inserção no mundo do trabalho e corroboram para a esperança em dias melhores com novas possibilidades de vida. Ao indagar as mulheres sobre a pouca quantidade de mulheres em situação de rua presentes no Centro Pop, elas explicam que existem muitas na cidade, mas que elas não frequentam as políticas públicas, e por isso são mais difíceis de acessar do que os homens em situação de rua.

"As vez a maioria dela viaja, as vez a maioria delas anda por aí por outros canto, mas tem muitas mulheres de ruas também, vindo pra cá" (Roberta, 55 anos). Talitha, de 43 anos, traz motivos diferenciados para explicar a ausência dessas mulheres: "as maioria das mulher fica na rua pedindo, subindo rua, descendo rua, fazendo o que não presta. As vez ali o companheiro que tá ali do lado não deixa, quer tá ali no pé e botam pra elas pedir: vá pedir ali nas portas porque nós tem que pedir pra fazer isso e aquilo outro". E, ainda mais, Michele, de 33 anos, complementa essa questão: "eles ficam esperando enquanto elas vão arranjar dinheiro, tem uns que até mandam elas se prostituir". Enquanto em espaços privados, o homem aparece como responsável pela renda, nas ruas isso se inverte, repetindo-se o movimento habitual de dominação masculina, sendo eles os que decidem para onde elas vão ou não.

Outro aspecto interessante do Centro Pop é ressaltado por Roberta, utilizadora dessa política pública em diversas cidades para garantir o atendimento das necessidades básicas, mas ela não enxerga isso como serviço:

> A minha relação com o Centro Pop é que eu sou cadastrada aqui, em Pacajus, Horizonte. Chego, almoço, tomo banho, converso, as meninas já me conhecem. Não tem o que falar de vocês de jeito nenhum. Nunca usei nenhum serviço. Só mesmo tomar banho, almoçar, merendar, sossegar. Tudo que eu quero tem, tem sabonete,

> tem banho, tem comida, tem roupa, tem palestra, tem tudo, vou querer mais o quê? Só o que eu queria, que eu me lembrei agora, era um exame de vista. Meus ouvido que eu tenho problema de audição. Tudo que eu peço a Deus ele me dá, é só ter paciência, que nada ligeiro num presta. O que eu queria agora sabe o que era que você ajeitasse pra mim ir pro hospital que é pra mim fazer uns exame de coração, um checkup, tudo (Roberta, 55 anos).

Nota-se que muitas vezes, eu, a pesquisadora fui compreendida como sendo uma profissional que trabalha no Centro Pop, isso faz com que as entrevistadas me peçam socorro para a resolução dos seus problemas como exames médicos, auxílio para encontrar notícias dos familiares, segunda via de documentos e conselhos sobre suas relações sociais. A minha posição como pesquisadora foi explicada no intuito de evitar prejuízos a pesquisa. Entretanto, essa confusão aparece em algum momentos: "vocês são umas pessoa ótima, não tem o que falar de vocês não" (Talitha, 43 anos). A pontuação de Laura sobre ter um ármario onde guardar pertences é interessante, uma vez que se coloca enquanto a única questão a ser melhorada no Centro Pop:

> Bem normal, bem leve, bem legal, me tratam muito bem, muito bom o relacionamento. Eu acho que uma lavanderiazinha mesmo iria ajudar. Seria bom todo Centro Pop ter e em outros lugares, era armários pra gente guardar as coisas da gente pra gente não andar com peso e cada um ficava com sua chave. Aí quando a gente fosse embora, pegasse a chave e pronto, de todo jeito não tem que vir pra cá? Deixava a roupinha, tomava banho, porque é muito ruim a gente ficar andando com peso no meio das rua, por isso que a gente nem acumula muita coisa pra tá andando. Uns armariozinho seria muito bom (Laura, 55 anos).

Vale a pena salientar que existem armários no Centro Pop, justamente com compartimentos individuais e chaves para a guarda de objetos. De fato, torna-se muito degastante carregar o mundo nas costas em travessias nas ruas, sendo necessário levar bolsas, mochilas ou sacolas para onde for. O uso de armários poderia fazer com que houvessem noites de sono mais tranquilas ao evitar roubos durante a madrugada. O fato de não ocorrer mais uso dos armários é devido a usuários/usuárias arrombar os armários para roubar o que havia dentro. Atualmente, as únicas coisas dos usuários que são guardadas no Centro Pop são os documentos, colocados em seus respectivos prontuários.

O pedido das mulheres é de um lugar para guardar as coisas, acostumadas a lidar com uma vida sem lugar, com furtos e e violencias, ideia de voltar para onde seus pertences estão é sobre ter um espaço de ancoramento, segurança e liberdade. É interessante perceber como elas não pedem objetos, mas retratam o desejo de um lugar com chave para ter acesso aos seus bens.

> Eu queria que tivesse algo pra gente assistir, cada cá tivesse sua toalha. Vamo supor, ficasse um negócio desses aqui pra botar só as coisa dele. Eu não guardo meus

> documento aqui, eu ando com eles, também já é velho, precisa tirar outros. Porque você pense bem, você andar o dia todo no sol com uma bolsa dessas nas costas, é cansativo. Eu mermo tenho probrema nas costas, sobe rua e desce rua. Porque já não tem o espaço pra gente lavar nossas roupa, botar dentro da roupa certa, por causa de uma parte ficar assim, guardado, pra quando precisar (Talita, 43 anos).

A moradia repercute como um dos maiores desejos elencados pelas mulheres: "vou ver se eu tiro meu auxilio de novo, se eu arrumo um quartinho lá, arrumar uma casa eu perco de vir aqui. Minha amiga foi dizer que morava numa casa e foi cortada. Ela parou de vir, eu disse a ela que se fosse eu, eu vinha, oux. E se eu tivesse casa, eu deixava de vir? (Eduarda, 24 anos). Problematizando esse ponto, é importante refletirmos que conseguir uma moradia temporária não implica necessariamente em conseguir se manter nessa casa ou ter condições de alimentação atendidas.

O apoio de outras instituições é fundamental nesse processo de transição entre ser usuária do Centro Pop, e ao conseguir uma casa, mas se encontrar em vulnerabilidade socioeconômica e fragilização dos vínculos sociais, ser atendida pelo CRAS. O que acontece na prática juazeirense é que usuários/usuárias ficam com muito medo de contar para os profissionais quando conseguem moradia, pois esse é o principal motivo de desligamento da instituição, muitas vezes, assistidas/assistidos perpassam dificuldades de ter suporte do CRAS Horto, CRAS mais próximo do Centro Pop, mas ainda muito distante para a população em situação de rua conseguir assistência social, política pública onde usuárias/usuários são encaminhados quando se conta ou se descobre que estão em uma casa.

Sobre a Irmã Dulce, em todas as entrevistas as mulheres citam a organização com grande carinho, destacando-se um processo de inclusão social para além de servir comida e fornecer banho: "tem o almoço, aí de dia eles servem quentinha lá na praça, amanhã eu ajudo lá, eu ajudo a servir, a fazer o almoço. Tem assistente social, tem psicóloga, muita coisa também" (Eduarda, 24 anos). As instituições de apoio e caridade baseadas no cristianismo são parte relevante da vida pública e social juazeirense, aspecto singular do suporte a população em situação de rua nessa cidade. Roberta, de 55 anos, enfatiza: "eu sou bem recebida, lá a gente toma banho, faz artesanato, almoça, boas conversas".

Joana, de 64 anos, concorda: "a Irmã Dulce toda terça-feira, ontem eu tava beba beba, me esqueci de ir. Feijoada, comida gostosa, comida boa, o povo recebe a gente muito bem lá. Tem um kit, sabonete, pasta, escova, roupa, banho". Nos dias de terça-feira o Centro Pop apresenta pouca visita de usuárias/usuários, pois na Irmã Dulce esse dia é dedicado ao cuidado da população em situação de rua. Esse apoio é evidente nessa fala: "é lençol, é roupa, é pasta, é escova, é shampoo, é perfume, é tudo direitinho, cada cá com o seu lado,

cada cá tem suas coisa organizada. Elas é botando as pessoa pra fazer algo, num era só tá ali, comer e dormir" (Talitha, 43 anos).

A Irmã Dulce traz uma proposta interessante de participação das mulheres em situação de rua junto as atividades, semeando empoderamento e emancipação, ao invés de assumir uma posturar tutelar, dependente e hierárquica com as/os assistidas/assistidos. No que conerne a pousada social, essa instituição é destacada como refúgio para situações de adoecimento e acidentes, onde é possível encontrar alojamentos. Roberta, com 55 anos, conta da experiência vivida: "fiquei bem magrinha porque foi ferroada de escorpião. Aí deu Chikungunya em mim, aí eu fui, vim aqui, pedir uma declaração as meninas, as menina me deu e me levaram pra lá. Aí eu passei vinte e quatro dias internada". Destaca-se o catolicismo popular aliado a perseverança dessas mulheres, após o sofrimento que enfrentara, a entrevistada ressalta: "agradeci a Deus, meu padrim, minha mãe das Dores porque graças a Deus tô aqui até hoje, tô com cinquenta e seis anos de idade e agradeço todos os dias, porque tem gente que nem seis horas não veve".

Destarte, a pousada social teria que seguir configurações diferentes, não estando disposta somente para os casos mencionados: "geralmente os lugares que a gente vai sempre tem pousada social. Aqui não tem em Juazeiro mas todos os lugares que a gente vai na capital é cheio. Passa o dia na rua, aí a noite tem jantar, bem direitinho, banho, tudo, roupa limpa. Aí sai de manhã porque na rua o pior é dormir" (Laura, 55 anos). Ressalta-se que Juazeiro do Norte está em crescimento urbanístico no decorrer dos anos, mas há pouco tempo era apenas como interior do Ceará e com grandes espaços de zona rural, inclusive foi devido a pandemia que a Pousada Social foi criada, em 2020, quando os casos de Covid-19 se alastraram, com o objetivo de viabilizar a proteção e abrigamento provisório a população em situação de rua, essa realidade é incomparável com o desenvolvimento da capital do estado, salienta-se que Juazeiro do Norte é a única cidade com esse formato de pousada além de Fortaleza.

Comparando novamente, as duas cidades, Laura evidencia as dificuldades de conseguir emprego devido a drogadiação e situação de rua, condições suficientes para a manter isolada e afastada socialmente:

> A situação das capitais é bem mais perigoso, mais conturbado também, mas trabalho tá difícil, e eles não querem dar oportunidade pra gente por conta do envolvimento com droga e da desconfiança. Infelizmente, é bem complicado arranjar trabalho. Mesmo você dizendo que você não tem problema com droga, a pessoa não acredita de jeito nenhum, eu digo logo que tenho, não vou mentir. Eu tenho envolvimento com droga e tô em situação de rua, pronto, serve não, pra muita gente. Pra muita gente, infelizmente (Laura, 55 anos).

Enquanto isso, Talitha busca insitutições de suporte às mulheres para proteger seus filhos, ocupando-se em tentativas de maternar tanto os filhos que se encontram na guarda do ex-eposo, como a filha que está junto a ela em situação de rua:

> Eu fui na defesa da mulher porque seu Raimundo tava demais, agredindo os filhos de dento de casa, é bolsa família de quase mil conto pra seu Raimundo. A casa não tenho direito porque a família dele foi mentir lá na justiça dizer que era do pai dele. Então o que foi que eu disse pra o juiz: vamo botar a casa no nome dos filhos, já que eu não tenho direito. Não dá a parte da menina, seu Raimundo dá pra ela, não compra um shampoo e um creme. A menina precisa de roupa, ele num dá, precisa de dinheiro ele não dá, eu tenho que ajudar nas conta e a mocinha lá precisando das coisa, a mocinha tá ficando problemática. Se a minha mãe fosse viva ela não tava assim, nem na casa abrigo, tava de boa dentro da casa da minha mãe, amava Rosana, foi quem criou ela. Rosana tá numa situação que eu não posso fazer nada por ela. Dô conselho, não quer me ouvir, arrumou confusão por esses dias na matriz, a mulher veio questionar pra quebrar o rádio na cabeça dela, cobrir de cacetada. A gente tinha ganhado há poucos dias um colchão já usado. A mulher disse que a gente tava se agarrando só porque eu botei a mão assim, num tem? Aqui é um ambiente de que meus neto precisa brincar aqui fora, ter lazer e não tem. Eu olhei assim pra mulher, digo: oux, sua casa é do outro lado, seu rancho. Não é uma pousada? Não tem um bucado de pé de árvore também? Não tem a calçada? Não tem lá dentro pra brincar. O espaço aqui é da rua, mas já que a senhora manda, saímo (Talitha, 43 anos).

A disputa pelos espaços da rua aparece no trecho acima, é como se a presença das pessoas em situação nos espaços urbanas enfeiasse a paisagem. Podemos ler essa privatização das ruas pelos residentes em casas na zona urbana como característica da higienização social. Mas, para além disso, os carinhos trocados entre mãe e filha são lidos como “se agarrar”, mas e se elas tivessem de fato fazendo isso, qual seria o grande problema? Se fosse um casal heterossexual (formado por um homem e uma mulher), essa questão seria igualmente válida? Então, isso nos faz pensar sobre a lesbofobia, de acordo com Silva, Miranda e Vale (2022), preconceito e repulsa associado ao amor afetivo-sexual entre mulheres. De modo interseccional, estamos olhando para uma repressão interseccional, de classe-raça-gênero, uma vez dada a pobreza dessas mulheres negras lidas como lésbicas. Entre o racismo e a lesbofobia há o controle, educação e policiamento dos corpos, reitenrado a oposição entre os gêneros masculino-feminino, sustentando o sexismo e as práticas heteronormativas.

A circulação pela cidade faz com que as mulheres aprendam quais lugares são mais seguros, isso é mostrado na fala de Michele, com 33 anos: “eu fumo e durmo lá no Cemitério do Socorro, porque é o lugar mais tranquilo que tem (risos). A gente vai pra uma casa daquela, fecha a porta e pronto, dorme. Deixei minhas coisa tudo, aí eu dormi do nada, automático, sempre na rua a gente fica sem dormir, três, quatro dia, cinco dia”.

Outra peculiaridade é contada por Joana, 64 anos: “lá nos Franciscano, eu vou já lá que hoje é a hora da graça. Tem umas conhecida minha lá, dia de quarta-feira, dia da graça,

elas deixa umas coisa pra gente lá, dá merenda, a gente ganha dinheiro". Quando é hora dos cristãos doarem dinheiro, na hora do ofertório, momento da missa onde pessoas passam com sacolas de pano, esse juntante é doada para mulheres em situação de rua convidadas para coletar tal dinheiro, fazendo com que essas doações sejam revertidas em caridade e graças para essas sujeitas. É inégavel o grande amparo social exercido por grupos cristãos a essa população. Salienta-se as intervenções sociais ocorridas, enfatizando a indispensabilidade de trabalhar sobre a temática da drogadição:

> A FAC, Filhos Amados do Céu, foram buscar nós, morador de rua. O problema é que só fazem isso uma vez no ano. Fizeram as nossas unhas, pros meninos teve corte de cabelo, teve um monte de comida. Todo mundo foi e ele foi buscando quem é lá da rodoviária, lá da matriz, lá do franciscano. No Crato, Buriti ali, café da manhã, bolo, o povo comeram, o povo levaram pra bolsa, aí pense, nós tudo comemo, ajeitaram a mesa pra nós tudo, fizeram unha do pé, da mão, fizeram massagem, fizeram limpeza de pele, foi um dia bom que só. Ao menos uma vez no mês, juntar tudo e fazer uma roda de conversa, pra pessoa saber igual quando tava no Caps e eu participava lá. Tema de droga, tema de álcool, tema de abandono, tema de filhos, tema pessoas quererem crescer, dar opinião, de você poder falar, de conversar, porque a única roda que a gente tem aí é de beber cachaça e pegar a comida (Michele, 33 anos).

A entrevistada fala da vontade de estar junta com outras pessoas em situação de rua, tendo acesso a comida de qualidade, a momentos de lazer, e reclama sobre o atendimento de direitos humanos básicos. Proximidade e afastamento se misturam quando olhamos para a relação entre mulheres nas ruas, pois enquanto Michele fala de um sentimento de fraternidade, Talitha, de 43 anos, reclama da forma com que o banheiro feminino é utilizado o que lhe causa irritação: "é moldes pelo chão, é roupa dentro da lixeira, usa e joga lá, se tá tomando banho não tá nem aí, é o chuveiro ligado e acabou, deixa lá todo cheio d'água. Se existe um rodo, puxa a água". Não se trata somente de como essas mulheres tratam o espaço de higiene, mas sobretudo, do afastamento de muitas mulheres por considerá-las nojentas e desleixadas.

Por último, mencionamos instituições que apoiam essas mulheres de modo maquiavélico, estratégico e aproveitador, como cita Michele:

> Tem ali no Socorro onde a gente almoça também e lá a gente pode até dormir por um quilo de alimento. Só que lá é estranho, gosto de dormir lá não. Porque assim, não adianta eu dar um quilo de alimento, aí vou dormir o quê? Oito hora da noite, acordo cinco e meia, lá não pode fumar um cigarro, não pode beber, não pode nada. E no fundo ainda quer pegar os morador de rua pra sair mendigando de cima pra baixo, dizendo que é da associação dela, fazendo a pessoa pedir ajuda pra levar pra instituição dela, enquanto só ela que tá enricando, nós tamo do mesmo jeito. Lá quando vai comer, uns come com carne, outros sem carne, é tudo premiado, parece que é uns negócio mei estranho, se um negócio assim é pra todos, se é pra comer puro todo mundo come puro, se é pra comer com carne, todo mundo come com

carne. Eu não vou pra ali (Michele, 33 anos).

Aproveitando-se da vulnerabilidade dessas mulheres, essa instituição arrecada fundos para si própria, ofertando o mínimo possível para quem promete dar assistência. Em suma, esse subtópico retrata as movimentações das mulheres em situação de rua pelos equipamentos de suporte social, englobando agradecimentos, críticas e denúncias sociais. As mulheres fazem desses espaços casas provisórias, pontos de acolhida e esperam serem vistas para além da situação de rua, em igual patamar de dignidade humana.

6.3 "Sou eu que mando, sou eu queimando": relações amorosas, drogadição e enfrentamentos

Seja bem-vinda/bem-vindo ao último desdobramento analítico das narrativas de mulheres em situação de rua entrevistadas. Nesse subcapítulo é esboçado características muito específicas encontradas em seu cotidiano: drogadição, a presença de relações amorosas, esperiências de violências e resistências. Acreditamos que nos tópicos anteriores esses temas foram tocados brevemente, uma vez que essas temáticas não se separam do viver nas ruas dessas mulheres, mas que nesse momento, serão mais amplamente discutidos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (1978), as drogas são compreendidas como quaisquer substâncias que modificam o funcionamento organísmico, podendo ser usada de forma inalada, injetada, fumada ou ingerida, interferindo em fatores biopsicossociais e em comportamentos. Joana conta sobre sua relação com o Centro de Atenção Psissocial para álcool, crack e outras drogas (CAPS Ad):

> [...] já me chamaram pra eu ir pro CAPS, mas eu não, quando eu quiser deixar de beber é só criar vergonha porque faz muitas crítica e volta do mermo jeito, bebendo. Lá tem uma muiê que elas são juntas, é Juliana e Débora, todas as duas já foi um bucado de vez e quando voltar fazer a merma coisa. Eu digo isso mas questão de dar menos de um mês que eu tô querendo voltar pras rua pra beber (Joana, 64 anos).

Antes de olharmos como vício, é importante visualizar isso como uma forma de enfrentamento da realidade. Uma questão que aparece nesse trecho e em outros discursos de entrevistadas é a não confiança no CAPS Ad, trazendo o afastamento da drogadição como responsabilidade única da/do usuária/usuário. O rompimento com os laços familiares faz com que as drogas sejam o consolo possível, imbricando drogadição e violências, como conta Laura, de 55 anos: "entrei pras droga. Aí eu me casei com um traficante, mataram ele na minha frente tem cinco anos, conheci ele nas droga, ainda uso droga hoje, não consigo sair,

mas só que não como antes, com tanta frequência, hoje passo uma semana, quinze dias” .

Os CAPS Ad são instituições destinadas ao acolhimento de pessoas em intenso sofrimento decorrente de álcool, crack e outras drogas, estimula-se a integração social e familiar embasados na realidade sociocultural de cada território. Historicamente, os Centros de Atenção Psicossocial foram criados para atuar como serviço substutivo aos manicômios, contrapondo-se ao formato hospitalocêntrico, defendendo a liberdade e a autonomia de usuárias/usuários em seu tratamento de saúde. O CAPS assume um papel protagonista no que concerne a articulação dos cuidados, precisando necessariamente de uma relação fortalecida com outros dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial, como aqueles citados, responsáveis por prestar apoio ás mulheres em situação de rua (BRASIL, 2004).

Todavia, o CAPS Ad de Juazeiro do Norte costuma não ser frequentado pelas pessoas em situação de rua, tanto pelo descredito dado ao tratamento feito nesse local, e também por não se sentirem acolhidas/acolhidos nesse dispositivo. O discurso de abstinência total das drogas aparece como única solução pensada pelas mulheres, visualizando o CAPS Ad como lugar privilegiado do corte definitivo com as drogas, como é notório na fala de Laura:

> Precisamos primeiramente criar vergonha na cara e sair da droga. Eu vou ser bem sincera, é o primeiro passo pra ter essa oportunidade. A gente pega principalmente as mulheres trans que são da rua, e a gente pega aquelas que o seu trabalho também tem relação com droga. Mas a gente que tá na rua precisa logo largar as drogas pra ter oportunidade. Eu num fui mais pro CAPS porque eu não quero deixar, vou ser bem sincera com você. Hoje eu consigo usar menos que antigamente, eu me prostituía, o tanto que eu fazia por essa droga mulher, só não roubava, mas o resto, eu era desesperada (Laura, 47 anos).

Há uma imbricação entre as romarias e o abuso de álcool, o que nos permite refletir tendo como bússola a realidade juazeirense. Todo mês, no dia vinte, existe uma missa em homenagem ao Padre Cícero, é nessa época que Joana saí da casa da sua filha e segue em direção a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Através das doações fruto da mendicância, ela consegue comprar bebidas álcoolicas e se manter nas ruas, quando está cansada, retorna para a casa da filha, conforme vemos a seguir:

> Eu fico na rua pra ficar perto desses bebo mas quando eu paro de beber eu corro e vou simbora. Eu vim de lá antes do dia vinte, que todo dia vinte eu gosto de vir pra cá, pra missa do meu Padre Cícero lá no Socorro. O álcool é só sofrimento, perder o que tem, cair, as vezes, apanho dos outros bebo, a gente ganha os dinheiro que os romeiro traz, deixa cair nos banheiro e os outro leva. Leva roupa, leva as coisa da gente, só sofrimento mesmo pra quem faz isso. Ajuda a sofrer e eu não sei porque eu ainda quero. A gente bebe tudo unido, quando um tem e os outro não tem cachaça, os outro já arruma (Laura, 55 anos).

Algo que se repete nos discursos das mulheres é como as drogas são presentes no

cotidiano das ruas, sendo compartilhada quando se encontra ausente para alguém. O álcool pode ser tratada como refúgio do sofrimento: "tá difícil a vida, vida de humilhação. E pra isso Deus me acalma de todo jeito, pode ser no remédio, pode ser na bebida e assim vou levando" (Eliane, 39 anos). O apego a fé e o recurso ao uso de drogas ajudam a aguentar as dificuldades sociais. A religião, inclusive, aparece como tratamento para largar as drogas, conforme conta essa entrevistada "quando minha mãe morreu eu queria morrer também, fiquei a ponto de enlouquecer. Faz oito anos. Foi muito difícil, eu usava maconha, eu cheirava, até que Deus foi me conformando até hoje".

A drogadição afasta as mulheres da saudade da família e da percepção concreta e dura de uma vida em sofrimento e precarização, como também se pode notar na confissão de Michele, com 33 anos: "minha vida é isso, eu bebo cachaça. A pessoa quer tá anestesiada sabe, toma comprimido pra não sentir saudade dos fi (choro), pra num sentir a vida doendo, num sentir a vida sem trabalho, e assim a pessoa vai vivendo no automático. Eu não demonstro nada nas ruas". O estigma de que a população em situação de rua é um grupo formado por viciados em drogas aparece nas narrativas, como aponta Eliane:

> Vejo só sofrido igual aquela que os menino chama ela de Roberta, véia que só, uma tal da Joana e uma tal da Roberta. Mas bebe uma cana e usa uma droga da peste e fica violenta feita a peste. Ela usa crack, álcool e outras substâncias químicas, fica violenta daquele modelo. E essa ota que chama baleia, que nem tomou as dose da vacina. É tanta droga, é tanta droga, e cachaça e crack também (Eliane, 39 anos).

Enquanto Roberta e Joana são bem quistas pelas mulheres em situação de rua que são próximas, com Eliane, onde existe um vínculo distante, são vistas como viciadas. Como alerta Silveira (2009), considerar as drogas como benéficas ou maléficas reduz a complexidade de uma questão muito delicada, sendo mais importante buscar entender qual a relação que o indivíduo estabelece com as drogas e quais os papeis e sentidos que as substâncias apresentam na vida de cada sujeita/sujeito. Em concordância com isso, o discurso a seguir expõe que as cenas de uso de drogas fazem parte da convivência social das ruas: "eu tava com vontade e tal, aí tava numa rodada de gente ali bebendo aí a pessoa morando na rua sempre tem o povo bebendo" (Eduarda 24 anos).

Assim como essa situação favoreceu o estreitamento dos vínculos, também é útil no estancamento da dor, utilizando do crack para suportar o luto do primeiro marido: "essa droga é muito triste, arrebatadora, porque você deixa o cigarro e num deixa o crack, não consegue se desligar. Pra mim ele é meio de escape, uma forma de resolver problemas, mas não resolve

porra nenhuma só atrai mais problema, mas ao menos é um escape dos meus problema" (Laura, 55 anos).

Destarte, o uso do crack quando se está nas ruas é estratégico, modo de enfrentamento aprendido. A fala de Michele, de 33 anos, torna isso nítido e palpável: "a pedra é tipo assim, você não dorme, você não come, você só quer ir atrás de mais, de mais, de mais. Sobe rua. Quando a fumaça sobe pra cabeça, é tipo um momento de esquecimento geral, mas é por pouco tempo". Pedra é um sinônimo para crack, percebe-se que as necessidades de comer e dormir são anestesiadas, assim como é silenciada a saudade da família, trocando o acelerar do coração em um abraço quente pela pedra como objeto possível, garantido, barato e eficaz. Michele retrata a sua relação com o crack, onde demonstra saber das consequências da dependência, mas não consegue resistir à isso:

> Eu andando mais aqui pra baixo diminui minha droga e tudo, ave-maria, eu nem tomava banho, eu ficava toda suja, os pés tudo preto, descabelada, endoidando, falando com os poste. E assim, com o tempo, parece que a química, ela vai perturbando sua cabeça, você fica agoniada com as coisas. O negócio de pensar na droga, só que não tem como usar droga direto assim porque tem que ter dinheiro, é dez real um negocinho desse tamain que você tem que fumar e depois vai atrás de mais, cachaça acaba os dente da pessoa. Isso tudo vai se deteriorando, quando eu saí da clínica eu saí toda gordinha, bonita, no meu corpo normal. Ou então quando você passa no espelho, você não quer nem olhar. Assim, você não passa mais a ter auto-estima, eu não uso um batom, eu não passo mais nada, porque não vai adiantar maquiar um negócio por dentro que você tá sentindo. Então, eu sou mais viver e tentando não errar e seguindo a vida (Michele, 33 anos).

Enquanto o abuso se refere ao uso prejudicial de substânica, a dependência se refere a falta de controle relacionado ao uso. Conforme Rossi e Tussi (2020), o intenso aumento do consumo de crack ocorre a partir de 1990, devido a deficiência de amparo assistencial voltado as políticas públicas de saúde que discutissem sobre a temática. A racionalidade proibicionista representa a lógica normativa perante as drogas. Vale ressaltar que essa droga é consumida mais frequentemente pela população pobre, fazendo com que se crie maior dificuldade quando a preocupação é sobre promover cuidados à essas pessoas, como o que é notado naquelas que estão em situação de rua.

Como aponta Oliveira e Ribeiro (2018), existe um movimento de centralização na Guerra às Drogas como principal intervenção para o fim do tráfego e das problemáticas em torno do abuso e dependência de crack. O problema disso é que enquanto se divulga uma guerra às drogas, o que na realidade acontece é uma guerra contra pessoas, o massacre da população jovem negra brasileira é justificada pelo combate ao crime organizado em zonas periféricas das cidades. A distribuição de morte se torna estratégia de governabilidade estatal e prática racista, investindo muito pouco em políticas públicas comprometidas de modo ético-

político com o cuidado e engajamento social.

Desse modo, falar sobre guerra as drogas também é gritar sobre a (re)produção do racismo em episódios cotidianos, feridas sangrentas novamente abertas pelo (re)chicote. Quando a inserção no mundo do trabalho para a população negra é dificultada, outras possibilidades são tentadas em busca pela sobrevivência. Elizabete conta sobre o envolvimento do filho com o tráfego de drogas e as repercussões disso em sua vida:

> Quando eu era mais nova, meu menino errou, foi mexer com droga e foi me complicar também, no que ele me envolveu eu fui processada, passei quatro mês presa devido a ter droga dentro de minha casa. Aí eu aceitei e eu fiquei como cúmplice, fui presa por quatro meses e aí fui solta. Fui pra casa e vai fazer cinco ano agora em novembro, tô assinando e aí agora em outubro termina e meu processo acaba. Quer dizer que eu mesmo usei minha cabeça de não me envolver mais com essas coisa, por isso que eu tenho medo de acontecer a mesma coisa de novo (Elizabete, 54 anos).

Quem se preocupa com as famílias negras? Mesmo quando essas mulheres não estão envolvidas diretamente com o uso e venda de drogas, elas chegam em suas vidas pelos filhos, como no caso de Elizabete, ou pelos parceiros, como no caso de Talitha, 43 anos: "Claúdio, meu antigo companheiro, tá da finura dessa caneta, porque voltou pras droga de novo, voltou pra algo que não era pra ser. É que nem eu digo a esse outro aqui: Pedro, você tome juízo, saia dessa vida. Não, mas você já me conheceu bebendo, é o que ele quer então. A vida é dele. O uso de droga por parte dos parceiros costuma ser seguido por experiências de violências, onde as mulheres são agredidas.

Michele, com 33 anos, traz um exemplo disso em seu discurso: "Rafael começou a beber, aí começou a usar droga e tudo, aí começou a dizer que eu tinha outra pessoa, que num sei o quê e tudo, e coisa num tem, aí coisa aí na praça também, do nada ele me deu um tapa na cara". Ela conta que posteriormente ao tapa, foi defendida por outros bomens em situação de rua, protegendo-a ao explicar para o agressor que ela não tinha traído ele e, por isso, não merecia apanhar. Apesar do casal ter se separado, ela alega que o agressor ficou em posse dos seus documentos, assim como do seu cartão do banco responsável pelo recebimento de benefícios governamentais. Talitha, 43 anos, comenta sobre a sua relação amorosa: "é calma, de dividir muita coisa, ele me compreende um pouco e aí eu compreendo ele um pouco. O defeito de Pedro, sabe o que é? É só a droga, a bebida, tirando disso ele é ótimo". Questionavelmente, eu não daria o adjetivo tranquila para tal relacionamento, visto que a entrevistada é agredida frequentemente. Entretanto, isso nos faz pensar na percepção dessa mulher do seu parceiro.

Na sequência, adentraremos mais a fundo os laços amoroso estabelecidos em situação de rua. As mulheres entrevistadas apresentam relações heterossexuais, muitas delas, com homens também em situação de rua. A falta de estabilidade econômica acaba dificultando a permanência das relações afetivas, como pontua Eliane, de 39 anos, após o término de um namoro: "a pessoa de bom tem muita coisa, a pessoa trabalhando a pessoa pode se firmar demais. É bom demais ter a casinha da gente, tá com a pessoa que a gente gosta e eu tô sofrendo demais por causa desse rapaz eu num vou mentir, e ele também".

Segundo Cunha *et al* (2017), apesar dos laços rompidos com a primeira família, existem novos arranjos relacionais construídos entre os viventes das ruas, reconfigurando a vida das mulheres. Contudo, o estabelecimento dessas relações apresenta características diferentes daquelas construídas de forma domiciliar, definindo-se frequentemente a partir da espacialidade, isto é, aproximação de vínculos entre as pessoas de uma determinada cidade ou bairro. Nesse ínterim, temos a relação entre Antônia, de 37 anos, e o companheiro, resumida por ela nas linhas a seguir: "nós veve brigando, nós dois direto, ciúme da mulesta, Deus me perdoa, um ciúme besta. Num tem pra que isso. Ciúme grande é uma doença de verdade. Óia, se eu falo com um homem, ele bota a cara que parece um bicho. Criou uma amiga esse mês, eu vou ficar com ciúme, louca?".

Isso nos faz pensar sobre a organização dos afetoas nas ruas, ciúme de quem? Como exercer a posse a céu aberto, em espaços públicos? O ciúme em relações amorosas precisa ser algo a ser analisado, visto que são nessas configurações relacionais que ocorrem demasiada ação violentadora atrelada ao sentimento de posse da/do outra/outro. Como menciona Centeville e Almeida (2007), o ciúme romântico surge como sentimento interligado a possível presença de um rival, podendo a pessoa ciumenta utilizar desse afeto para aprisionar sua/seu parceira/parceiro, em um sistema de confinação e restrição social a ponto de se tornar o único laço social disponível. Diversas campos da vida podem ser prejudicados como o profissional, o familiar e os vínculos de amizade, havendo uma ambivalência entre amor/desconfiança, onde o ciumento experiencia constante dúvida se a realidade é permeada pela traição ou por seus delírios.

Mais um relato legitimador da violência devido aos ideais do amor romântico se encontra no discurso de Eduarda, violentada tendo como justificativa uma traição: "teve um que eu me envolvi que deu uma facada neu, quase que eu morro. Eu botei chifre nele aí ele descobriu, ele pegou e me furou (Eduarda, 24 anos). A vingança da traição sendo feita pela via da morte de parceiras é comum, bem como agressões e ameaças quando a companheira decide findar o envolvimento amoroso. Em corroboração à isso, Santos *et al* (2014) afirmam

que o mito do amor romântico faz alusão a ideologia de dominação que visualiza o amor como ferramenta para manutenção da submissão de mulheres, reprimindo-a aos espaços domésticos. No caso das mulheres em situação de rua, aparenta-se uma lógica inversa, as mulheres são impedidas de frequentarem espaços de domínio público se não obtiverem a autorização de seus companheiros, que mesmo quando permitem, deflagram atos de violência. Isso se mostra tristemente evidente no discurso a seguir:

> O juiz decretou pra eu e meus fi almoçar no restaurante popular e seu Raimundo também, só que ele quando chegava lá, botava terror, ele pegou meus braço e simplesmente quebrou. Ar menina que servia comida via meus braço na tipoia e disse: uma hora nós vamo denunciar. Porque teve uma vez que ele lascou o cabo de vassoura na minha cabeça que ficou um catombo desse tamanho, todo mundo aí nas Malvina, pegou, meteram bala pra tudo que foi lado. Eu tive que dar minhas coisa, tive que abandonar a casa, levei as coisa que eu podia levar. Se eu chegar na delegacia hoje, ele diz assim: não bati nessa mulher, nunca fiz nada com ela. Hoje eu sou surda desse ouvido. O dente que era daqui o médico teve que arrancar porque quebrou o ossim aqui de dentro, bateu o raio-x e disse: olha, a senhora vai ficar surda pelo resto da vida, mas lute pra botar um aparelho. Eu com o rosto correndo sangue, o nariz todo quebrado e quando chegou na delegacia, negou tudo e os dois polícia ficou olhando assim pra cara dele, dizendo: tu fez isso e tu ainda tá negando? (Talitha, 43 anos).

Para Eduarda, de 24 anos, as relações amorosas fizeram com que ela se envolvesse em dívidas com traficantes, tornando o uso de drogas atenuante para o sofrimento das pessoas que estão em situação de rua: “me envolvi com um menino que usava pedra, aí pegava dinheiro emprestado pra ele, aí comprava pra dar pra ele. Aí é por isso que eu devo tanto a ela”. Dessa maneira, Roberta também retrata seus elances atravessados pela questão da drogadição:

> Relação amorosa porque ele me conheceu na rua e eu também conheci ele na rua, aí se acostumemo os dois, passei um bucado de tempo vivendo junto. Ficava com ele e sem ele na rua, mas só que a gente tinha ajuda das pessoas as vez, ganhava casa. Só que ele bebia e aí ele fazia coisa errada, aí levava gente que a gente não conhecia pra casa, aí o pessoal bebia e queria botar boneco, aí o omi pedia a casa e nós ia pra rua de novo (Roberta, 55 anos).

Novavemente, o álcool é levantado como criador dos problemas, minimizando a visualização desses homens enquanto agressores. Parece haver uma fluidez de idas e vindas dos relacionamentos. É comum elas relatarem que deram um tempo fora e/ou que seus companheiros fizeram isso, e quando retornam reatam a relação sem muitos problemas. Segundo Kunz (2012), comprometimento, afetividade e intimidade são trocadas entre parceiros amorosos em situação de rua. Por haver um número menor de mulheres em situação de rua, é mais frequente que essas troquem de parceiro com mais facilidade. Além do que é

mencionado por esse autor, destaca-se a importância de se unir à parceiros como estratégia de enfrentamento às violências de outras pessoas, mesmo que esse protetor se torne seu agressor, garante-se a segurança de ser violentada por um único indivíduo.

A presença de paixões torrenciais e avassaladoras se repete nos discursos das mulheres entrevistadas, como na fala de Laura:

> Foi uma paixão arrebatadora, ele era casado e eu morava num cabaré (risos). Olha a cena mulher, o traficante e a prostituta, aí começou a sair pra fazer programa comigo lá, aí trabalho a gente não conhece, a relação é logo sexo. Eu sei que com dois meses depois, ele mandou eu subir na moto e pegar minhas coisa, aí eu disse: pra onde é que tu vai? Não, eu vou levar você numa pousada, não vai mais ficar aqui não. Ele já tava com a casa alugada e a mulher tava lá pra conversar, nós três, nesse muído. Dizer porque que tava deixando ela, pra ficar comigo, mostrar a pessoa e tudo. Me assumiu (Laura, 55 anos).

Proibido e avassalador, as mulheres em situação de rua presenciam uma dinâmica amorosa configurada com uma troca de parceiros mais acentuada, nos fazendo pensar sobre isso estar relacionado com o funcionamento das ruas e a não fixação dos sujeitos. Inclusive, para Elizabete, vítima de violência doméstica em suas relações conjugais anteriores, ao conhecer seu atual companheiro e se sentir acolhida e bem cuidada, decide deixar o seio familiar constituído pelo esposo e filhos para viver um amor não-violento. Há uma fluidez relacional, pois o viver nas ruas faz com que essas/esses sujeitas/sujeitos frequentem cidades, modificando seus pontos de apoio e buscando oportunidade em diferentes territórios, o que faz com que elas estejam sempre dançando entre encontro e desencontro. A ideia do amor como salvação ou ruína alastram os discursos dessas mulheres, como vemos abaixo:

> Qualquer trabalho que eu faça com ele pra mim eu tô feliz. Eu gosto dele, um amor de repente que nem eu sei dizer assim: meu deus, o que foi que aconteceu? Um menino bom pra mim, se ele tiver um trocado, se falta meu cigarro ele faz de tudo pra comprar meu cigarro, gosto demais dele, não sei até quando mas vai ser até o dia que Deus quiser, mesmo que a minha família nenhuma aceitar, nenhuma quer conversar com ele, o importante sou eu. Vocês querem me ver beba aqui dentro todo dia chorando? Elas ficaram calada, então tem que aceitar. (Elizabete, 54 anos).

O amor é posto nas vidas das mulheres como essencial para uma vida feliz, encontrar um príncipe encatado e ser resgatada por ele retira as princesas dos contos de fada de destinos dolorosos e desconfortáveis. Acreditar na narrativa de um salva-vidas faz com que algumas mulheres vejam que uma relação amorosa sem violência é a experiência mais prazerosa do mundo, deixando de vislumbrar que uma companhia respeitosa seria básica e não extraordinária. Outro ponto importante de mencionar é a afirmativa de sempre dar errado por algum motivo é sintomática, e nesse caso, devido ao parceiro ter ido para outra cidade, como sublinha Michele, de 33 anos: “começou a ficar mais eu e tudo, uns quatro relacionamento.

Porque assim, eu só fico com a pessoa se eu gosto da pessoa e tudo, só que no final dá errado porque sempre dá errado. Um foi simbora lá pro Crato, quero mais não". Em continuidade à isso, conta de uma experiência de violência recente que apareceu em jornais televisivos locais:

> Eu gosto de andar com parceria, porque as pessoas conversa e diz: vamo pro corre e tal. Ele me ajudou porque eu tava muito doente, mas eu disse a ele que eu num dava certo e que não queria porque não bateu química, mas ele queria. Ele me perseguia, eu tava num canto, ele me perseguia. Só porque ele fez tudo isso por mim, foi que nem eu disse a ele: óh, não tem como e tudo. Mas mesmo assim, ele insistiu. Eu tinha vindo aqui pro Centro Pop e tudo, aí ele queria me furar. Aí eu sentei perto dele e ele bateu com o cabo da faca aqui (aponta pra cabeça) e ele não tava falando normal não, e só que aí eu saí correndo pra ali e aí ele saiu correndo atrás de mim. A sorte foi que os guarda do Colégio Objetivo, aí chamei a polícia e tudo porque eu tava dizendo que ele queria me matar, aí os policial me ajudaram. Quando chega ali, ele tinha feito outra coisa, ele pegou e deu uma facada na mulher, do nada. Então, se ele fez isso com a mulher, imagina comigo se tivesse me pegado (Michele, 33 anos).

Isso nos faz pensar sobre muitas questões. Primeiramente, será que o acontecimento teria sido noticiada se a mulher em situação de rua tivesse sido a esfaqueada? Segundamente, relevante mencionar que o agressor fez isso com a mulher que ele desconhecia, o que nos faz refletir sobre o que ele faria se tivesse alcançado os passos de Michele. A violência entre parceiros é objetiva, com alvo determinado, não se agride qualquer mulher, mas aquela que é sua ou que deveria ser sua. Isso posto, de acordo com Rosa e Brêtas (2015), a violência sofrida por mulheres em situação de rua apontam para as construções amorosas desse espaço, onde os homens são selecionados por elas não apenas a título de proteção, mas usando a atração e o sentimento como fatores decisórios como no caso de Michele. Todavia, como vimos, o terror e o medo no rompimento de relações assola algumas dessas mulheres.

As relações amorosas em situação de rua, parecem se configurar de ajuda mútua, mas muitas mulheres relatam situações de exploração e violência por parte dos companheiros. Em um contexto onde se come o que produziu no dia, a relação afetiva toma contornos muito mais complexos. Nas ruas a mendicância feminina oferece mais resultados e é mais sentida pelos transeuntes. Por isso, pares se aproveitam mais do trabalho feminino o que pode resultar em outras formas de violências. Aqui, o homem não consegue ser a figura tradicional provedora do sustento, então, costuma se comportar como uma figura por vezes protetora dessa mulher e por vezes explorador. Nas ruas os papeis e lugares tradicionais de gênero são complexificados por falta de emprego, falta de estrutura física, de estabilidade e pela situcionalidade das ruas e do contexto especifico de juazeiro: solidariedade, religiosidade, maternidade e estigmatização.

Nesse seguimento, vamos discutir sobre as experiências educativas vivenciadas nas ruas e as pedagogias sociais envolvidas. Para iniciar esse diálogo é interessante conceituarmos de onde partimos quanto a questão da educação, situando o que estamos chamando de experiências educativas. Em concordância com Rodrigues (2011), em uma sociologia da educação, o recurso da vida social responsável por organizar a experiência cotidiana é a educação, destinada a fazer possível o desenvolvimento de personalidades, assim como sustentar a sobrevivência e o desenvolvimento das coletividades humanas. Pensa-se a implicação das instituições sociais através de práticas educacionais que englobam normas legitimadas, valores partilhados e técnicas empenhadas.

De acordo com Eliane, de 39 anos: "quando chega um chorando eu ajudo. É que tem muita gente na rua, de vez em quando chega uma. Tem canto que até advogado, promotor, não sou só eu que tô passando por isso não, eu já vi muita gente". Isso diz do suporte que as pessoas em situação de rua ofereçam umas as outras. Como discute Cordeiro e Vital (2008), as ruas da cidade são espaços privilegiados para a sociabilidade pública e entrosamento urbano. Aprende-se sobre o funcionamento da cidade: onde dormir, como dormir; onde é melhor para pedir; onde e que horas conseguir comida; onde e como fazer uso de banheiros. Isso se aprende diariamente estando nas ruas: "eu vou num canto escuro e lá eu faço xixi e volto. Eu volto e vou dormir de novo, ou então se eu acordar eu fico sentadinha, esperta, até amanhecer o dia, e depois eu tomo banho, escovo meus dentes e aí eu vou" (Eliane, 39 anos).

Confiança e medo andam juntos nas ruas, isso fica evidente no discurso de Eduarda, buscando auto-proteção afetiva e física:

> Eu aprendi a não confiar em todo mundo, quer dizer, em ninguém de rua, principalmente de rua, se faz de amigo e é só uma apunhalada pelas costas, que nem uma vez, uma cumadi me levou, eu bebendo mais ela, eu pagando as coisas, eu tinha tirado o auxílio de quatrocentos nesse dia, aí nós bebendo, quando dê fé ela me leva pra um canto com dois caba lá pra me roubar, e era morador de rua, deram uma pisa da morte neu, pra levar o dinheiro (Eduarda, 24 anos).

Em concordância com essa fala, Roberta destaca seus aprendizados nas ruas, mantendo o afastamento como condição necessária para garantir segurança:

> Minha relação com as outras pessoas que moram nas ruas é assim: quando eu vejo que dá pra mim, que eu vejo que são legal, eu gosto de todo mundo. Só que eu não gosto de tá é junto assim, em galera. É porque ninguém sabe coração de ninguém, pensamento de ninguém, mas pra mim são meus irmãozin de rua, são meus amigo, a gente conversa, mas eu gosto mais de ficar com Deus e o rapazin aí. Eu aprendi um bucado de coisas já, ter mais experiência. Experiência da vida porque cada fio de cabelo branco desse é uma experiência. Não se ajuntar com gente que eu não conheço, porque eu já passei por muitos abismos, aí tenho que prestar atenção. O

> abismo da morte, dessas companhias de rua, é por isso que eu me afasto (Roberta, 55 anos).

De modo complexo, a desconfiança social tida sobre a população em situação de rua, também está presente entre eles, principalmente quando olhamos para as mulheres em situação de rua, preocupadíssimas em maneiras de garantir o mínimo para viver sem mais severas violências. Com outra visão, Joana descreve sua sociabilidade nas ruas:

> [...] não tem inimigo, a gente come junto, as vez eu recebo as quentinha e aí chega umas que não tem recebido e eu reparto, a fome é assim, a gente se ajuda [...] Ajudar, dô cachaça, dô roupa, dô comida. O povo é tão bom pra mim que eu agrado pra não ter briga. Tudim me conhece, falo com tudim (Joana, 64 anos).

A imagem social tida desse grupo é percebida por elas, quando, por exemplo, encontram-se com pessoas que não estão em situção de rua. Eliane, de 39 anos, conta que quando estava dormindo, presenciou o seguinte diálogo entre mãe e filho: "ei mamãe, porque eles tão dormindo na rua? A mãe disse: "isso aí é por causa que não obedece a mãe e o pai". Tu acha que é isso? É nada. Tem nada a ver. Isso aí é quando a pessoa perde o gosto de viver, ou então, independência". É comum usarem as pessoas em situação de rua para alimentar medos em crianças, como o famigerado velho do saco que buscaria as crianças mal comportadas, por exemplo, ou acreditar que as pessoas em situação vivem nessas condições precárias de vida devido a castigo divino.

Ao indagar Roberta, com 55 anos, sobre quais conselhos ela daria para alguém recém chegado à moradia nas ruas, ela destaca: "preste atenção na vida, porque nem a pior vida desse mundo é pior que morrer, não se acompanhar de gente sem futuro. Cuidado na língua porque ela é o chicote do corpo. Se falar uma palavra errada, tá toda errada, você tem que falar uma palavra certa e sadia, saber conversar". Saber o que vai falar é algo precioso para uma das mulheres em situação de rua mais velhas entrevistada. Em tom de advertência semelhante, Talitha, com 43 anos, também adverte: "a rua não é muito bom não, mas se tu quer enfrentar a rua, tem que ter pulso, atitude. Porque se você não tiver atitude e nem pulso nem adianta você tá na rua não viu, porque a rua não é pra todo mundo não viu, a rua é pra quem tem pulso também". Mencionam a importância de respeitar o espaço do outro, compreendendo esse lugar como onde elas/eles colocam as bolsas e outros objetos, contrapondo-se a prática de esperar a sujeita dormir para roubar e agredir a vítima. Refletindo sobre a casa e a rua, descreve:

> Olha, tudo que você vai fazer na rua, todo mundo tá vendo, é muito diferente de você tá trancado dentro de um quarto, dentro de uma casa. Você não pode namorar,

> você não pode fazer nada que todo mundo tá vendo, né não? Vai comparar uma rua com uma casa. O cara tem que ser muito cabeça e se pegar muito com Deus pra aguentar o tom. Não tem privacidade, se você quer fazer sua necessidade, tomar um banho, trocar uma roupa. Vem pro Centro Pop ou então faz na rua, é triste. Espera ficar de noite (Roberta, 55 anos).

Situar-se no espaço é como sentir o ar que respiramos. Cada sociedade dispõe de uma gramática temporal e espacial para garantir sua existência como unidade articulável. O tempo ordinário é tomado em nome do trabalho, pela presença da família e a rotina como comer e dormir, sustentando um nível de satisfação mínimo com a comunidade. A família pode ser substituída por instituição política, lazer, associação voluntária e clubes. O cotidiano ressalta a mulher no centro das rotinas familiares, enquanto os panoramas políticos de poder apresentam somente homens. Em casa, temos os supercidadãos, na rua somos ninguém, desgarrados e anônimos, violentados pelas autoridades. A casa é limpada, enquanto a rua é sujada sem nenhuma preocupação (DAMATTA, 1997) .

Destarte, utilizando as discussões de Sobarzo (2011), o espaço público é compreendido como fomentador de encontros anônimos e impessoais, co-relação entre grupos sociais que não precisam se conhecer com profundidade, entendendo isso como encontros civilizados. Faz-se fundamental conseguirmos entender a divisão social organizada em território brasileiro. Na época colonial, a terra não era visualizada como patrimônio, mas como lugar a ser ocupado, sendo o patrimônio associada a posse de escravos, de modo que a renda obtida pelo trabalho escravo se transformava em renda territorial. O espaço está emaranhado na dominação política, balizado na compreensão da propriedade de terra privada e pública na transição entre o período colonial e o republicano. A Lei de Terras de 1.850 transfere a terra para o determinado dono da propriedade como detentor de domínio político-econômico. Com a entrada do capitalismo na propriedade da terra, o sistema bancário regula as relações de poder e sujeitam trabalhadores livres, principalmente imigrantes, ao trabalho em fazendas como condição para se tornarem proprietários futuramente.

Isso nos faz pensar em como esse processo histórico da construção privada no Brasil manteve e consilidou o poder daqueles que desde o início eram detentores da terra, criando bolsas de desigualdade social formada por grupos sociais com direitos desiguais em uma cultura patrimonialista. Público e privado convergem e se enodam, convivendo de modo conflituoso, provocando invasões de forma mútua, não sendo suficiente a distinção jurídica e legal para deixar esses dois mundo demarcados. Existem conflitos entre dominação e apropriação, isto é, norma e subversão constituídas através de diferentes usos do espaço. Mesmo que a dominação pareça ganhar essa guerra de braços, não significa que a ocupação

revolucionária de espaços desapareça. Em cidades de pequeno e médio porte a concentração de poder se mostra mais nítida, com mais gritantes distinções entre o que é público ou privado, demonstrando a personificação do público na figura do prefeito através de práticas coronelistas (LEFEBVRE, 1992).

Juazeiro do Norte traz marcas do poder de grandes coroneis permeando a realidade. Roberto Damatta (1997) realiza uma analogia a partir da santíssima trindade. Deus é brasileiro, feito por três identidades diferenciadas e complementares. O pai é a rua e o universo das leis, enquanto que o filho está resguardado ao espaço das casas, relações calorosas, humanidade em carne e osso. E, o espírito santo estaria na intermediação entre um e outro. Ademais, vá para o olho da rua é uma expressão que alude a separação de um grupo social e ao lugar da desumanização. A rua como espaço perigoso. É interessante pensar a respeito disso:

> Eu aprendi que o mundo é cheio de maldade, mas eu vou continuar torcendo pra ser diferente. A fia de Jó, leva tudo, fico até onde Deus quiser e pronto. E as vezes eu fico pensando, as vezes eu fico pensando em ir pra uma clínica, um negócio assim, porque num tem mais pra onde, eu não sei mais o que fazer, assim, eu não aguento, é muita cachaça, é muito remédio, muita coisa nos pulmão (Michele, 33 anos).

A história de Jó traz uma reflexão sobre a justiça divina, quando esse homem perde todo o seu dinheiro e tem sua família e soldados mortos. Ao se dizer como filha de Jó, podemos refletir sobre uma atividade ascética sendo desenvolvida para além dessa vida. É uma vida tão dura, cheia de maldades, injustiças, que a ação desses sujeitos vai na direção de buscar redenção ou aceitação no pós vida. A obra Ética protestante e o espírito do capitalismo de Max Weber (2004) se relaciona com isso, a educação espiritual cristã move as pessoas, educando os fieis para a importância de se afastarem dos bens materiais desse mundo pela via da acusação do materialismo, visto como pecado. Enquanto isso, a ética protestante incentiva ao lucro, infiltrada sobre o espírito do capitalismo no sentido de defender uma vida voltada para a racionalização das ações e valorização do trabalho.

Por último, no decorrer do texto, as experiências de resistências, enfrentamentos, estratégias de sobrevivência nas ruas e os projetos de mudanças são maiores dispostos nas próximas linhas. Eduarda, com 24 anos, traz seus planos para o futuro: “final do ano eu viajo, vou pra Bahia, lá é muito é bom. Eu trabalhava lá vendendo pastilha, lá vende bem que só. Tirava cem, cento e vinte por dia, é um canto que o povo gosta quissó deu, tem o mercantil do japonês, aí eu já conheço tudim de lá, aí eu fico lá na porta”. Viajar para outra cidade é uma saída para sonhar com uma vida menos dolorosa, quanto a relação entre ela e outras mulheres,

conta:

> Quando tem as menina, aí pego e vou, dô umas voltinha e procuro um canto bem escondido pra dormir, gosto nem de dizer a ninguém onde eu durmo, o povo pergunta: deve ter bem casa, num sei o quê, num sei o quê. Mas é porque eu saio bem escondidinha procurando um canto pra dormir, ninguém nem me vê dormindo em qualquer canto. Teve um tempo que eu tinha uma rede, aí eu dormia em frente ao Estefânio, armava a rede em cima do pé de pau pra eu dormir, subia lá pra cima, armava a rede e dormia a noite todinha bem despreocupada. Pra pessoa dormir é perigoso, eu mermo num durmo de noite. Eu prefiro dormir de dia do que dormir de noite, é por isso que eu bebo a noite pra ficar mais acordada (Eduarda, 33 anos).

Novamente, a questão da dificuldade de dormir aparece, mas agora associada ao uso do álcool como forma de driblar o sono e dormir durante o dia. Quando é possível, dormir em espaços tidos como mais seguros como hospitais e quarteis, alivia o medo de violências noturnas. As pessoas em situação de rua são acusadas de agressivas, Eduarda, de 24 anos, defende que existe uma agunia nessas vivências, propiciadora da pouca paciência: “a gente é atribulado, mulher, a gente as vezes não dorme direito, as vezes não come direito, sei lá, eu penso assim. Eu num sei os outros, eu fico esculhambando com todo mundo no meio da rua, tem dia né, tem semana que eu tô bem”.

Quando a violência entra em cena, ela responde a isso também de modo agressivo numa tentativa de não morrer, como quando foi convidada junto a uma amiga para ir para a casa de um homem que conheceu no bar, e chegando lá, tal indivíduo começou a lhe agredir e a ameçar lhe matar com facadas, mas ela conseguiu reagir e sair pouco machucada: “a minha sorte é que eu peguei uma gilete assim, rasguei ele assim todinho”. Para conseguir viver com tranquilidade, necessita-se de condições mínimas de sobrevivência atendidas como moradia e trabalho, apontadas por Eduarda:

> Uma casa e um trabalho seria ótimo, tudo pra mim. Tenho vontade de trabalhar e de parar de beber, mas, porque eu tô aqui bonzinho agora, mas se eu for lá na praça agora pode ser que eu beba porque só de falar eu já tô com vontade agora [...] Quero que eu teja fora das ruas, né, já trabalhando com meu marido dentro de casa. Eu sou romantissíma. Eu gosto de ter meu cantinho com meu marido ali do lado, os dois trabalhando, ter aquela família sabe, assim, de dois (Eduarda, 24 anos).

A população trans brasileira se configura como uma das mais vulnerabilizadas, lidando com a rejeição social e discriminação, sendo isso mais gritante quando olhamos para o mercado de trabalho. De acordo com Leal e Oliveira (2020), no processo seletivo de contratação, o empregador costuma eliminar as/os candidatas/candidatos transexuais, muitas vezes, quando o nome masculino ou feminino não condizer com a perfomance de gênero concretizada em corpo. A evasão escolar e a baixa escolaridade devido as violências sofridas

no ambiente escolar, também contribuem para o afastamento da população transexual da empregabilidade. Trabalhar e ter um marido também trabalhando ao seu lado, são dois grandes sonhos de Eduarda, a criação de uma família de dois, um cais para poder se ancorar, sendo respeitada e amada.

Enquanto não tem a vida que sonha, Eduarda, de 24 anos, consegue perceber quando está sendo seguida pelas facções da cidade, devido a ter dívidas com o tráfico: "essa sensação, essa cumadi chegou e falou comigo bem de boa, me deu um batom, sei não, as coisa eu sinto, eu sinto quando tem alguma coisa pra acontecer. Aí hoje eu só vou aqui pegar um negócio, volto aqui de novo, aí eu vou pegar o beco pra São Paulo, Petrolina ou qualquer canto". Isso diz respeito ao modo de sociabilidade escrito por ela com as pessoas de seu convívio, conseguindo perceber quando alguém chega com uma intenção diferente do habitual.

Devido à estar fugindo dessas facções, o plano é dar um tempo da cidade atual, afastar-se desse lugar também é uma maneira de distaciamento dos conflitos ou procura uma clínica de reabilitação:

> Esse mês eu vou sumir, queria sumir do país, mas é tão caro. Queria ir pra Portugal. Eu acho um país tão fino e tão perto ao mesmo tempo de nós. Mulher, eu já tinha feito minha inscrição no CEJA[6]. E outra eu não posso ficar nessa casa porque eles já sabem onde moro e já foram lá atrás deu, onde eu moro. Aí eu tô com medo, num tem. Preciso mudar de lugar [...] eu estava pensado em ir para Mauriti para uma clinica que tem lá. Só esperar passar essas coisas, tirar meu dinheiro e ir embora de novo (Eduarda, 24 anos).

Do mesmo modo, Roberta, de 55 anos, conta que espera receber a herança do ex-marido para buscar outros rumos: "esperando resolver esse problema desse negócio da justiça que é pra poder eu viajar". Ainda sobre ela, os profissionais indicaram que eu a entrevistasse, descrevendo-a como mulher que vive maquiada. E, de fato, foi a única mulher em situação de rua entrevistada usando maquiagem, ao apontar isso, ela explica:

> Sempre eu gosto de me arrumar, igual minha mãe. A minha mãe você jurava que ela ia pra uma festa, toda arrumada dentro de casa, aí eu herdei a ela (risos). É, maquiagem pra ficar bonita. A pessoa assim, se desprezar, se dá o desprezo não adianta, né? A pessoa porque tá numa situação dessa, a pessoa tem que se pegar com Deus, ficar alegre, se ajeitar, fazer boas amizade, ser educada, saber entrar, saber sair, aí pronto, aí tudo dá certo (Roberta, 55 anos).

Nesse sentido, a maquiagem é a lembrança presente da mãe falecida, trazendo abraços no rosto de Roberta, de 55 anos, conta sobre a a saudades da mãe: "é o jeito, fingir que nada

---

[6] Centro de Educação de Jovens e Adultos, destinada a quem está fora da idade escolar e almeja a conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

aconteceu porque aí se não, a pessoa vai ficar mais doente, quando pensar que não, morre também. Enquanto você tiver mamãe, você tem tudo, depois de perder mamãe (Roberta, 55 anos). Nesse contexto, as falas remetem para um processo de embrutecimento, auto-estima e valorização de si mesma, conforme aponta Laura:

> Aprendi a ser mais humildade, aprendi a me valorizar mais. A gente endurece, cresce uma casca, você não liga mais pra certas coisas [...] Menina, aprendi tanta coisa que num prestava (risos). Porque é aquela coisa, a gente aprende viu mulher, mas quem ensina é a rua viu, **quem ensina é a rua**" (grifo nosso) (Laura, 55anos).

Como defende Passos (2019), a Pedagogia Social em Abordagens de Rua propicia a construção de espaços de cidadania, diagnosticar o presente e desenhar futuros é papel do educador social. Garantia dos direitos humanos e emancipação social se tornam fortes braços para amparar as mulheres em situação de rua. Nesse entendimento, pergunta-se sobre os possíveis planos das mulheres, tendo respostas que miram para a esperança ou conformismo. Entregar na mão de Deus é plano comum e coletivo entre as mulheres, esperançando e teimando, como em Cecília:

> Eu espero que Deus melhore a minha vida, que Deus sabe a minha situação, a esperança é isso, a gente espera mas a gente não sabe, quem sabe é Deus da vida da gente. Vamo esperar nada do futuro não, a ele Deus pertence. Eu tenho esperança de sair de tudo, mas eu não sei o que fazer. É tanta coisa pra resolver que eu fico sem saber, porque primeiro eu tenho que me tratar, da mente tá boa, da mente tá sadia, de conseguir pensar. Mas como é uma coisa de uma dia você bebe, no outro dia num sei o quê, e como é que vai resolver, como é que vai fazer, como é que eu posso pegar meus fi tudim de volta (Cecília, 47 anos).

Observou-se três movimentos aqui como estratégias mais organizadas de sobrevivência: 1 - O uso de drogas licitas e ilícitas (todas as mulheres falam de medicações controladas, abuso de álcool e outras drogas como cocaína e craque) utilizadas pelas informantes e por seus pares (parceiros, pais e filhos); 2 – a fé como estratégia também para aguentar e suportar o dia-a-dia. A esperança de que esse sofrimento aqui de alguma forma vai ser recompensado de alguma forma, mesmo que em outra vida; 3 – e uma estratégia prática é a de ir explorando outros espaços. Varias mulheres relatam que tanto elas como seus parceiros de vez enquando, "dão um tempo" noutro lugar. Eduarda diz que estar seja em Barbalha ou em Juazeiro, é uma estratégia para dar um tempo e deixar as coisas esfriarem, bem como, procurar outras vivencias em outros lugares quando um espaço fica muito saturado. De forma menos impactante podemos entender que ficar calada ou se defender/atacar fisicamente é também outra estratégia de sobrevivência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim parece mais difícil do que o início. Mesmo assim, é necessário encerrar, e nesse caso, imprescindível. Pesquisar sobre/com as mulheres em situação de rua é voltar os olhos e os ouvidos para existências ignoráveis. Por isso, desejo sobretudo, que esse texto seja lido, criticado, debatido, expandido, na intenção dessas histórias alcançarem visibilidade e atenção pelo menos por alguns minutos.

Mulheres pobres, negras e transsexuais foram representadas nesse estudo, falando das suas dores e esperanças. As ruas de Juazeiro do Norte são construídas por essas pessoas, assim como também é esse espaço religioso, turístico e comercial que traça caminhos e cria moradas para elas. Preciamos destacar elementos fundamentais da pesquisa, começando pelas questões percebidas entre profissionais-usuárias: a) assim como as mulheres em situação de rua, os profissionais que as atendem também são discriminados e estigmatizados, tornando marginal as políticas públicas preocupadas com essa população; b) a Rede de Atenção Socioassistencial e de Saúde, quando voltada para as sujeitas da pesquisa, é furada, cheia de buracos e dificuldades de acesso, muitas vezes pelos preconceitos dos profissionais que supostamente deveriam compreender a realidade dessas pessoas, e por isso, as mulheres são tuteladas pelas instituições citadas para conseguir acesso aos serviços, destituídos de autonomia; c) a falta de repasse financeiro federal e estadual prejudica intensamente os serviços prestados à essa população, podendo contar somente com o repasse municipal, frequentemente faltam insumos essenciais para o funcionamento do Centro Pop como sabão, sabonete e talheres para alimentação.

Enquanto pedagogias sociais, ressalta-se que as profissionais conseguem ter mais proximidade com as mulheres em situação de rua, sociabilidades enlaçadas pela compreensão mútua e apoio feminino, fazendo-se urgente e emergencial a articulação dos dispositivos da rede para garantia concreta dos direitos humanos e empoderamento social. De acordo com a analítica das narrativas da mulheres em situação de rua, sublinhamos tais pontos cruciais: a) as mulheres em situação de rua precisam ser visualizadas de modo multifacetado, visto que essas pessoas realmente apresentam diferentes faces e formas de lidar com as ruas; b) discutir a respeito da população em situação de rua é fazer uma análise sobre a cidade habitada, e por consequência, falar dessas mulheres é enfatizar as terras juazeirenses e quais mulheres em situação de rua são produzidas/produzem n(esse) espaço, tendo em comum o reconhecimento das terras juazeirenses como lugar sagrado, promissor e acolhedor para pessoas pobres; d) as mulheres entrevistadas são romeiras ou eram filhas de romeiros, em sua maioria, mulheres

negras e pobres, nos fazendo olhar para questões interseccionais de classe, raça, gênero e religiosidade; e) as mulheres transexuais são abandonadas e expulsas do seio familiar, ao desviar das normativas sociais, enquanto que as mulheres cis retratam de forma acentuada as questões de maternidade, nos fazendo questionar se existe direito de maternar nas ruas; f) as violências ocupam lugares privilegiados nas vidas dessas mulheres, enfrentando uma ampla variedade de violências de gênero como abuso sexual, violência doméstica, violência física e psicólogica, além da violência urbana presente em furtos e os riscos de asassinato na calada da noite, momento pavoroso para essas mulheres.

Enquanto pedagogias sociais aprendidas pelas experiências nas ruas, como modo de proteção, muitas mulheres recorrem aos relacionamentos amorosos para ter um companheiro como ferramenta de segurança, mesmo que esse a agrida, impede de ser violentada por outro homem. A drogadição, principalmente álcool e crack, são utilizados como subterfúgios para aguentar a vida nas ruas, a saudade dos filhos e o cenário de exclusão social demasiado. Nesse seguimento, dar um tempo significa mudar temporariamente de cidade e circular em outros espaços, medida de enfrentamento escolhida para quando existe conflitos ou sofrimentos interligados a cidade atual, conjuntamente a isso, a fé existe como forma de resistência môr, creditando o futuro das suas vidas em mãos soberanas e divinas.

Consideramos que os objetivos da pesquisa foram atingidos, nos permitindo pensar sobre as construções de saberes de rua pelas mulheres que transitam nesses espaços. Acreditamos que essa pesquisa, formada por pistas, também nos permite vislumbrar outras pistas que nos levariam para outros prumos de pesquisas, faz-se importante que em próximos estudos ocorra um aprofundamento a respeito das mulheres em situação de rua e as suas relações amorosas, as maternidades e as drogadições.

As ruas apresentam leis em uma lógica outra, diferente da ordem policial, sendo os conflitos resolvidos entre elas/eles. Aprende-se nas ruas sobre os serviços que cada instituição disponibiliza, os melhores momentos para comer, pedir e descansar, as mulheres socializam conhecimentos populares para sobrevivência nas ruas: quem confiar, dormir em pontos seguros da cidade (quarteis, cemitérios, hospitais, delegacias), distância de conflitos nas ruas, temer ou se aproximar de homens, afastamento ou intimidade com as drogas. As relações amorosas tanto quanto as drogas são temáticas sinalizadas pelas mulheres como oito ou oitenta, enquanto umas as utilizam em demasia, outras querem total distância de companheiros ou álcool. Portanto, trazemos elementos para serem refletidos e pensados, acreditando que outros estudos poderão nascer a partir das sementes lançadas até aqui. E, dessa maneira, acentuamos a importância de discutir sobre as vidas em situação de rua,

cravando espaços de acolhida para as mulheres que não apenas sofrem, mas que vivem e resistem apesar de/com/nas ruas, enfrentando encruzilhadas e criando aquilombamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AGAMBEN, G. **Homo sacer:** o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ALENCAR, W. M. M. **Entre a provisão e a exclusão:** um estudo sobre os processos de permanência dos romeiros na cidade de Juazeiro do Norte-CE. 2020. 175 f. Tese (doiutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ANDRELINO, P, C. L. **Religião e Mercado em Juazeiro do Norte**: expressão do meu ‘‘Padim’’. 2013. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Rligião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.

ARAÚJO, M. L. **A cidade do Padre Cícero:** trabalho e fé. 2005. 260 f. Tese (Planejamento urbano e regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ARAÚJO, M. N. O. **A miséria e os dias:** história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000.

BADINTER, E. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1985.

BAPTISTA, I. Pedagogia social: uam ciência, um saber profissional, um filosofia de acção. **Cadernos de Pedagogia Social**, Porto, v.1, n.2, p. 7-30, 2019.

BARBOSA, J. C. G. **Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua**: desafios e aprendizados. [s.l.] Ipea, 2018.

BARTHES, R. Análise estrutural da narrativa. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**.Editora Expressão Popular/ANTRA/IBTE. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos>. Acesso em 21 fev. 2023.

BEHIRING, E. R. **Serviço Social:** Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, Conselho Federal de Serviço Social -Cfess, 2009. 760 p.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, 2021.

BORYSOW, I. C.; FURTADO, J. P. **Acesso, equidade e coesão social:** avaliação de estratégias intersetoriais para a população em situação de rua. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 48, n. 6, p. 1069-1076, 2014.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 19 ed. São Paulo: Brasilience, 1989.

BRASIL. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a PSR e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 dez. 2009, p.16-17.

BRASIL**. Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistênciabb Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, 2011, 116 f.

BRUM, E. **Meus desacontecimentos**. 2 ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan.** Buenos Aires: Paidós, 2008.

BUTLER, J. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder:** teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CALIMAN, G. Pedagoa social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 341-368, 2010.

CAMPOS, R. B. C. Utopia e sociabilidade: imagens de sofrimento e caridade em Juazeiro do Norte, **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n.1, p. 211-250, 2003.

CARDOSO, R. "É de pequenino que se torce o pepino": consanguinidade e educação em famílias faveladas. In: CALDEIRA, T. P. R. (Org.). **Obra reunida**. São Paulo: Mameluco, 2011, p. 185-196.

CARVALHO, S. M. C. Pessoas em Situação de Rua: Acesso Universal às Políticas Sociais?. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault:** um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CENTEVILLE, V.; ALMEIDA, T. Ciúme romântico e sua relação com a violência. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 16, n.1, p. 73-91, 2017.

CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza:** em direção a uma visão complexa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1489/1/TD_1332.pdf. Acesso em 10 de dez. 2021.

COUTO, B. R. Assistência social: direito social ou benesse? **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 124, p. 665-677, 2015.

COLLINS, P. H. BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORAZZA, S. M. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: MOREIRA, A. F. V. (Org.). **Currículo:** questões atuais. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 103-143.

CORDEIRO, G. I.; VIDAL, F. **A rua:** espaço, tempo e sociabilidade. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CORDEIRO, M. P. J. **Entre chegadas e partidas:** dinâmicas das romarias em Juazeiro do Norte. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Fortaleza, 2010.

CORREIA, M. C. B. A observação participante enquanto técnica de investigação**. Pensar em Enfermagem**, Santa Helena, v. 13, n.2, p. 30-36, 2009.

COSTA, L.; ANGELI, A.; FONSECA, T. **Pesquisar na diferença:** um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.

CUNHA, J. G.; GARCIA, A.; SILVA, T. H.; PINHO, R. C. Novos arranjos: lançando um olhar sobre os relacionamentos interpessoais das pessoas em situação de rua**. Revista Interinstitucional de Psicologia**, Vitória, v. 10, n.1, p. 95-108, 2017.

CUNHA, J. V. Q. DA; RODRIGUES, M. **Rua, aprendendo a contar.** Pesquisa Nacional sobre população em situação de rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

DAMATTA, R. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5 ed. Rio, de Janeiro: Rocco, 1997.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELLA CAVA, R. **Milagre em Joaseiro**. 2 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica.** São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs 1:** capitalismo e esquizofrenia. 4 ed. São Paulo: Ed. 34, 2006.

FERREIRA, F. H. P. C. Questões de desigualdade e exclusão na perspectiva da educação. **Exclusão social em cidades brasileiras:** um desafio para as políticas públicas. São Paulo: UNESP, 2010, p. 261-274.

FIGUEIREDO, F. V.; ALEXANDRIDIS, G. **Alienação Parental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FISCHER, R. M. B. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 371-289, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: 8 ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** 15 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2014a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade:** a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURINI, L. A. População de rua. MELAZZO, E. S.; GUIMARÃES, R. B. (Orgs**.). Exclusão social em cidades brasileiras:** um desafio para as políticas públicas. São Paulo: UNESP, 2010, P. 137-160.

GIMBO, L. M. P. **O fechamento de um hospital psiquiátrico como acontecimento:** desdobramentos da reforma psiquiátrica. 2021. 158f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

GÓIS, C. W. L. **Saúde comunitária:** pensar e fazer. 1 ed. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, 260 p.

GOMES, H. V.; JESUS, L. A.; SILVA, C. P. G.; FREIRE, S. E. A.; ARAÚJO, L. F. Suicídio e população trans: uma revisão de escopo. **Ciências psicológicas**, Uruguai, v. 16, n.1, p. 2-17l, 2022.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social de rua:** análise e sistematização de uma experiência vivida. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a Idade Média até a atualidade. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 55-62, 2014.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, Vozes, 1999. p.141-156.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Buenos Aires: Paidóis, 2000.

HOCHMAN, G.; MARTA, A.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Juazeiro do Norte**. Cidades IBGE, 2009. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/pesquisa/23/25207?tipo=ranking. Acesso em 10 de dez. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Ceará**. Cidades IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama. Acesso em 10 de dez. 2021.

IVO, A. B. L. **Viver por um fio:** pobreza e política social. São Paulo: Annablume, 2008.

JOSSO, M. C. A transformação de si a partir da narração das histórias de vida. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 413-438, 2007.

KILOMBA, G. **Memórias de plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KROEFF, R. F. S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção**. Estudos e pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020.

LAGONES, M. Rumo ao feminismo decolonial. **Estudos feministas**, São Paulo, v. 22, n.3, p. 935-952, 2014.

LEAL, R. F.; OLIVEIRA, B. A. O direito à identidade de gênero e políticas públicas de trabalho: pela garantia do mínimo existencial para a população trans no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Jurídicos**, Belo Horizonte, v. 15, n.1, p. 64-94, 2020.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford:Blackwell, 1992.

LOURO, G. L. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACEDO, M. O. O cenário da exclusão social: uma tentativa de desconstrução. BIANCHI, A. M. (Org.). **Plantando axé**: uma proposta pedagógica. São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, T. **População em Situação de Rua**: Uma Relação Marcada por Preconceito e Estigma. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MARTIN, R. L. **Fundamentos de la Educación Social**. Madrid: Síntesis, 2001.

MARQUES, C. F.; GONÇALVES, H. S.; ROBERTO, N. L. B.; BERNARDES, A. G. O que significa o desmonte? Desmonte do que e para quem? **Psicologia, ciência e profissão,** Salvador, v. 39, n.2, p. 6-18, 2019.

MATTOS, R. M; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**. n. 16, v. 2, p. 47-58, 2004.

MBEMBE. **Crítica da razão negra**. 2 ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MEDEIROS, F. C. **No fio da navalha:** entre a garantia de direitos e a higienização social nas políticas de atendimento à população em situação de rua. 2020. 317 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

MENDONÇA, C. C. **Protistutas travestis e transexuais do Jd. Itatinga – SP:** narrativas da atuação da polícia na zona. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.

MOURA, R. **Arranjos urbanos-regionais no Brasil:** uma análise com foco em Curitiba. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Ciências da Terra) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NASCIMENTO, D. C. **Ser-Tão "metropolitano":** espacialidade e institucionalidade na Região Metropolitana do Cariri. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco,

CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2018.

NONATO, D. N. Pessoas em situação de rua e violência: entrelaçados em nome da suposta garantia de segurança pública. **Revista Direito em Debate**, Ijuí, v. 27, n. 49, p. 90-116, 2018.

OLINDA, E. M. B.; CORDEIRO, M. P. J. A beata Maria de Araújo nos simposios internacionais sobre o Padre Cícero: traços de uma protagonista invisibilizada. **Revista Reflexão**, Campinas, v. 43, n.1, p. 137-153, 2018.

OLIVEIRA, T. R. M.; PARAÍSO, M. A. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 159-178, 2012.

OLIVEIRA, N.; RIBEIRO, E. O massacre negro brasileiro na guerra às drogas. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, v. 15, n.28, p. 35-43, 2018.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Alma-Ata, 1998:** Cuidados Primários de Saúde. Genebra, Suíça: OMS, 1978. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf> . Acesso em: 23 jan. 2023.

PAGLIA, C. **Personas Sexuaes**: arte e decadência de Nefertiti a Emily Dickinson. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, J. M. **Pedagogia social:** teoria e prática do educador social e a expressão dos sentimentos nos abrigos e nas ruas. Curitiba: CRV, 2019.

PATEMAN, C. **O contrato sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. SAWAIA, B (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2 ed. 2001, p. 67-86.

PELBART, P. P. **Vida capital:** ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PRADOS, N. C. C.; BRANDÃO, B. C.; PERUCCHI, J. Por onde circulam os corpos invisíveis? Intersecções entre população em situação de rua e gêneros dissidentes no acesso institucional urbano. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Redenção, v. 2, n.1, p. 141-170, 2018.

PUAR, J. K. O "direito" de mutilar: deficiência e biopolíticas de desumanização na Palestina. **Diversitates International Journal**, Niterói, v. 14, n.1, p. 1-31, 2021.

QUEIROZ, I. S. **A metrópole do Cariri:** institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do Crajubar. 2013. 205 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano, Recife, 2013.

RAITANO, F. C.; RIBEIRO, M. G. **Pobreza:** conceitos e métodos. Observatório das

Metrópoles: Rio de Janeiro, 2019.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da educação**. 6 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface comunicação, saúde e educação**, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 272-285, 2015.

ROSSI, C. S. S.; TUCCI, A. M. Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, Recife, v. 32, n.1, p. 1-18, 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, A. C.; FARIAS, D. T. M.; PEREIRA, R. F. S.; BARROS, A. A violência contra a mulher e o mito do amor romântico. **Ciências humanas e sociais**, Seropédica, v. 2, n.2, p. 105-120, 2014.

SANTOS, N. N.; SANTOS, G. B. Impacto social da violência urbana. **Revista da FAESF**, Floriano, v. 3, n.1, p. 33-44, 2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, J. A. **Estudo sobre a trajetória da Assistência Social no Brasil**: do padrão assistencialista ao profissionalizado. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos, 2017.

SILVA, A. E. O. **As mulheres do Cariri e os caminhos da legitimidade política.** 160 f. Tese (doutorado) – Univerisdade Federal de Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2019.

SILVA, I. C. A. Gestalt-terapia e população em situação de rua: corpos, violências e re-existências. BOCCARDI, D. O. (Org.). **Gestalt-terapia e sociedade**. São Paulo: LiberArs, 2021, p. 97-124.

SILVA, B. K. D.; MIRANDA, R. I. A.; VALE, C. M. R. Lesbofobia familiar: técnicas para produzir e regular feminilidades heterocentradas. **Pró-posições**, Campinas, v. 33, n.2, p. 1-25, 2022.

SILVEIRA, M. R. **A saúde mental na atenção básica: um diálogo necessário**. 2009. 146 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Org.). **O fenômeno urbano**. São Paulo, Zahar. 1973, p. 11-25.

SIMMEL, G. **Les pauvres**. Paris: Press Universitaires de France, 1998.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais de sociologia***:* individuo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIQUEIRA, K. O. M.; LINO, M. V. Assistência social e biopoder: produzindo "vulnerabilidades", "prevenindo" riscos e normalizando as formas de viver. **Departamento de Psicologia Social e Institucional**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 35-53, 2013.

SILVA, I. C. A. Gestalt-terapia e população em situação de rua: corpos, violências e re-existências. In: BOCCARDI, D. O. **Gestalt-terapia e sociedade**. 2021. p. 97-124.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2009.

SMITH, A. **A mão invisível**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SOBARZO, O. A dominação do espaço público: da dominação a apropriação. **Geousp**, São Paulo, v. 3, n. 19, p. 93-111, 2006.

SOUSA, W. L. **A população de rua em seus modos de vida, multiplicidades e singularidades no Cariri cearense**. 2022. 158 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SOUZA, L. M. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, E. C. Territórios da escrita do eu: pensar a profissão – narrar a vida. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 213-220, 2011.

TIENGO, V. M. A pandemia e seus impactos para a população em situação de rua. **Revista de Políticas Públicas**, Vitória, v. 25, n.1, p. 46-62, 2021.

TOLENTINO, E. S.; BASTOS, V. P. População em situação de rua: crise do capital e o desmonte das políticas públicas. **Temporalis,** Brasília, v. 17, n.34, p. 301-331, 2017.

TONUCCI FILHO, J. B. M.; F. N. C. MAGALHÃES. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cad. Metrop**., São Paulo, v. 19, n. 39, p. 433-454, 2017.

VÁSQUEZ, G. Maternidade e feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista Trilhas da História**, Pioneiros, v. 3, n.6, p. 167-181, 2014.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WALSH NETTO, P. **Chagas abertas, coração feliz:** travessias dos pregadores de promessas de Juazeiro do Norte. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade

Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

WEBER, M. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WIECZORKIEVICZ, A. K.; BAADE, J. H. Família e escola como instituições sociais fundamentais no processo de socialização e preparação para a vivência em sociedade. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 20, p. 1-6, 2020.

ANEXOS

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CARTOGRAFIAS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: gênero, sociabilidades e pedagogia social

Pesquisador: ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56576222.2.0000.5055

Instituição Proponente: Universidade Regional do Cariri - URCA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.407.374

Apresentação do Projeto:

As mulheres em situação de rua estão situadas em territórios diferenciados, tendo a cidade como palco para suas formas de vida, constituindo
vulnerabilidades opressivas e potências de ação. Nesse sentido, a pesquisa se propõe a compreender interseccionalmente o cenário de exclusão
social de mulheres em situação de rua na cidade de Juazeiro do Norte (CE), local onde se entrelaçam fé-trabalho, cidade em trânsito de romarias, fábricas e comerciantes, oportunidades e marginalizações sociais. O enfoque recairá sobre suas experiências educativas através das sociabilidades experienciadas nas ruas e em espaços de acolhimento por meio das pedagogias sociais. Trata-se de um estudo desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação (URCA). O estudo terá uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo -exploratório, utilizando-se da cartografia como método, ancorada em Deleuze e Guattari (2011), considerando que a realidade pode ser compreendida como mapa construído por linhas em movimento, (re)produzindo corporeidades, dispositivos de poder-saber e modos de resistência. A caminhada começará pelo Centro de
Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP), política pública nuclear de apoio jurídico, psicólogico e social para usuárias/es/os, e seguirá mapeando outras políticas públicas e espaços habitados por mulheres em situação de rua. A observação participante, as entrevistas narrativas e diários de campo serão ferramentas de coleta de dados, junto a análise do

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161
Bairro: Pimenta **CEP:** 63.105-000
UF: CE **Município:** CRATO
Telefone: (88)3102-1212 **Fax:** (88)3102-1291 **E-mail:** cep@urca.br

discurso para a reflexão sobre as informações e
vivências. Nesse sentido, as de intereseccionalidades raça-gênero-classe são construções imbricadas produzentes,aspectos que serão observados no atravessamento das sociabilidades das mulheres foco desse estudo, desginando interrelações desenvolvidas entre indivíduos e/ou grupos. Conjuntamente a isso, as pedagogias sociais são analisadas, se referindo justamente aos processos educativos ocorridos com classes sociais populares em tom de denúncia. Destarte, faz-se imprescindível atentar para as performances dessas existências femininas, combatendo opressões e fazendo da pesquisa possibilidades de engendrar fraturas e brechas entre a argamassa urbana metropolitana.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar narrativas de mulheres em situação de rua em Juazeiro do Norte, com ênfase em suas experiências educativas a partir de pedagogias
sociais, em intersecção com as dimensões de gênero, classe, raça.

Objetivo Secundário:

Analisar as estratégias de resistência e sobrevivência das mulheres na rua, investigando a rede de relações sociais, vulnerabilidades, violências e
potências das existências femininas nas ruas.Mapear os dispositivos educativos presentes em políticas sociais da cidade juazeirense, bem como em
seus programas, políticas e serviços voltados para as mulheres em situação de rua;Cartografar os laços entre as pedagogias sociais e as mulheres
em situação de rua, considerando os saberes construídos com/pelas corporeidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

As entrevistas narrativas poderão vir a trazer algum desconforto, risco amenizado pela condução do diálogo, sendo fundamental o acolhimento da
pesquisadora, a escuta sensível ao informante e a liberdade que a pessoa entrevistada terá de pausar a entrevista. Assim, garantindo o conforto
dos/das entrevistadas/entrevistados para as informações que se sentirem à vontade em expressar. Durante os encontros, as participantes tem total
liberdade, para não responder alguma questão que lhe for colocada e venha a gerar algum desconforto ou desistir de participar dos encontros
mesmo depois de iniciado, essas tomadas de decisões não lhe causarão nenhum tipo de prejuízo.

Os benefícios oferecidos serão superiores e os
pesquisadores tem a função de minimizar todos esses riscos, proporcionando uma pesquisa dinâmica, tendo cautela nas intervenções, mantendo a
confidencialidade dos dados e espaços de investigação seguros ao participante.
Benefícios:
Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de permitir as sujeitas a expressão de seus cotidianos, modos de vida e as formas como
lidam com as suas corporeidades, propiciando visibilidade social e escuta de seus saberes diante das pedagogias sociais que protagonizam, mediante uma escuta ética dos enfrentamentos e do sofrimento ético -político enfrentado pela população em situação de rua.
Ademais, a pesquisa também possibilita analisar as potencialidades e dificuldades da relação entre as mulheres em situação de rua e as políticas
públicas, germinando transformações nas relações entre usuárias e profissionais ao propiciar ajustes e modificações no acolhimento sociopolítico e
afetivo. O papel das entrevistas narrativas é também, sobretudo, promover ressignificações de histórias de vida e apostar no empoderamento
coletivo. Por fim, sublinha-se a ampliação de conhecimento científico no que se refere aos estudos feministas interseccionais e as ciências da
educação

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Ètica e relevante para a sociedade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados.

Recomendações:

Vide campo de conclusões.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado. Anexar o relatório final do estudo conforme a Resolução 466/12 II.19.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	11/04/2022		Aceito

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161
Bairro: Pimenta **CEP:** 63.105-000
UF: CE **Município:** CRATO
Telefone: (88)3102-1212 **Fax:** (88)3102-1291 **E-mail:** cep@urca.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA

Continuação do Parecer: 5.407.374

Básicas do Projeto	ETO_1891091.pdf	19:41:18		Aceito
Folha de Rosto	Folha_Corrigida.pdf	11/04/2022 19:40:57	ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Corrigido_Comite.pdf	06/04/2022 22:13:18	ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevistas.pdf	06/04/2022 21:11:43	ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA	Aceito
Outros	Termo_Depositario.pdf	05/04/2022 16:29:26	ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_5307939.pdf	23/03/2022 23:40:06	ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Cartadeanuencia.pdf	28/02/2022 16:18:11	ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	28/02/2022 11:20:56	ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Comite.pdf	28/02/2022 11:18:14	ISAURA CAROLINE ABRANTES SILVA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

CRATO, 13 de Maio de 2022

Assinado por:
cleide correia de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161
Bairro: Pimenta **CEP:** 63.105-000
UF: CE **Município:** CRATO
Telefone: (88)3102-1212 **Fax:** (88)3102-1291 **E-mail:** cep@urca.br

ROTEIRO DE ENTREVISTAS NARRATIVAS: mulheres em situação de rua

1. Dados de identificação
2. Trajetória de escolarização e ocupações
3. Perda de vínculos familiares e sociais e o contato com a rua
4. Acesso as políticas sociais e contato com pedagogias sociais
5. A experiência de viver nas ruas juazeirenses

ROTEIRO DE ENTREVISTAS NARRATIVAS: profissionais de políticas sociais

1. Dados de identificação
2. Dados profissionais: cargo de trabalho, atividades e serviços disponibilizados pela política social
3. Contatos e sociabilidades com as mulheres em situação de rua
4. Práticas pedagógicas e educacionais
5. A experiência de trabalhar com mulheres em situação de rua

Quadro de Mulheres entrevistadas em situação de rua

Nome	Idade	Escolaridade	Naturalidade	Estado civil	Tempo nas ruas	Como vive nas ruas	Acesso às políticas públicas	Observações
Eliane	39	Ensino fundamental completo	Itaporanga (SP)	Divorciada	Motivos: abandono familiar e pagamento de promessas religiosas 1 ano	Violência de gênero do companheiro de ruas, trabalho com artesanato	Centro Pop Irmã Dulce CAPS AD	Mulher cis negra Mãe Filho assassinado após sair do sistema prisional
Antônia	37	Ensino fundamental completo	São Lourenço do Mato (MG)	Solteira	Motivos: falecimento de parentes e abandono familiar 15 anos	Relação de ciúme com o companheiro, filhos doados	Centro Pop	Mulher cis negra Mãe Álcoolista
Eduarda	24	Ensino médio incompleto	Juazeiro do Norte (CE)	Solteira	Motivos: abandono familiar e processo transexualizador 8 anos	Violência de gênero em tentativas de morte Ameaçada por facções	Centro Pop Irmã Dulce Shalom Casa da Diversidade	Mulher trans negra Álcoolista
Roberta	55	Ensino fundamental completo	Juazeiro do Norte (CE)	Viúva	Motivos: pobreza, falecimento de parentes e abandono familiar 21 anos	Mendicância Violência de gênero em tentativas de estupro Relação com companheiros	Centro Pop Irmã Dulce	Mulher cis branca Mãe Uso de maquiagem
Laura	55	Ensino fundamental completo	São Gonçalo do Amarante (CE)	Solteira	Motivos: falecimento da avó e expulsão domiciliar pelo processo transexualizador 5 anos	Prostituição Relação com o trafico de drogas Andarilha entre cidades do Ceará e São Paulo	Centro Pop Irmã Dulce	Mulher trans branca Abuso de crack

Cecília	47	Ensino médio completo	Picos (PI)	Separada	Motivos: agressão do filho e abandono familiar 1 ano	Trabalha na coleta de materiais recicláveis Isolamento social	Centro Pop Irmã Dulce	Mulher cis branca Mãe
Jéssica	20	Ensino fundamental completo	Juazeiro do Norte (CE)	Solteira	Motivo: abandono familiar 15 anos	Discurso confuso Relação agressiva ou afetiva com as pessoas que se aproximam	Centro Pop Irmã Dulce	Mulher cis negra Mãe Alcoolizada no momento da entrevista
Elizabete	54	Ensino fundamental completo	Crato (CE)	Divorciada	Motivo: acompanhar o namorado em situação de rua 1 ano	Felicidade dependente da relação amorosa atual e afastamento da família	Centro Pop Irmã Dulce	Mulher cis negra Mãe Em liberdade condicional pela prisão de cúmplice em tráfico de drogas
Talitha	43	Ensino fundamental completo	Juazeiro do Norte (CE)	Divorciada	Motivo: violência doméstica 10 anos	Acompanhada pelo companheiro, uma filha e o genro em situação de rua Violência de gênero	Centro Pop Irmã Dulce em Juazeiro do Norte e Salvador	Mulher cis negra Mãe Tentativa de suicídio
Michele	33	Ensino médio completo	Juazeiro do Norte (CE)	Divorciada	Motivo: abandono familiar e abuso de crack 2 anos	Violência de gênero Drogadição	Centro Pop Irmã Dulce Shalom	Mulher cis negra Mãe Tentativa de suicídio
Joana	64	Ensino fundamental completo	Barbalha (CE)	Viúva	Motivo: abandono familiar e abuso de álcool 52 anos	Vítima de pedofilia Habitou a casa da mãe e habita a casa da filha em momentos de sobriedade	Centro Pop Irmã Dulce Shalom	Mulher cis branca Mãe Álcoolista